

RABELO, Francisco Correia Ferreira

*dep. geral MG 1878-1880; const. 1891; dep. fed. MG 1891-1892.

Francisco Correia Ferreira Rabelo nasceu em Curralinho (MG) em 15 de junho de 1844, filho de Francisco Joaquim Correia e de Teresa Ferreira Rabelo.

Fez os estudos iniciais em seu município natal e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo no ano de 1867. Depois de formado foi para a cidade do Serro (MG), onde permaneceu por alguns meses advogando antes de ser nomeado promotor de justiça em Diamantina (MG). Membro do Partido Liberal mineiro, foi eleito deputado provincial e exerceu o mandato de 1868 a 1869. Casou-se no município do Serro em 6 de janeiro de 1871 com Gabriela Antônia da Mata. No ano seguinte regressou a Diamantina e ingressou no magistério como professor de filosofia e retórica do Externato Diamantinense e, posteriormente, professor de aritmética da Escola Normal. Em 1878 foi eleito deputado geral, representando Minas Gerais, e exerceu o mandato até 1880. Voltou, então, a ocupar suas cadeiras no magistério de Diamantina e dedicou-se a lutar pela abolição da escravidão, apoiando as ideias de Joaquim Nabuco.

Já após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi eleito em 15 de setembro de 1890 deputado por Minas ao Congresso Nacional Constituinte. Tomou posse em 15 de novembro seguinte, foi um dos signatários da Constituição de 24 de fevereiro de 1891 e a partir de maio passou a exercer o mandato ordinário na Câmara dos Deputados. Porém não chegou ao término da legislatura, pois faleceu em 21 de junho de 1892, em Sabará (MG).

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 7/8/2010; BARATA, C.; CUNHA, A. *Dicionário*; BARBOSA, W. *História*; Nossa gente genealogia. *Bio. Francisco Correa Ferreira Rabelo*. Disponível em: <<http://www.nggenealogia.com.br/tree/individual.php?pid=I629>>. Acesso em: 11/8/2010; CÂM. DEP. *Constituição de 1891*. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 19/4/2010; CÂM. DEP. *Deputados*

brasileiros; Geneall. *António Augusto Ribeiro de Almeida*. Disponível em: <http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=572038>. Acesso em: 11/8/2010; Genealogia Brasileira. Disponível em: < http://www.genealogiabrasileira.com/titulosperdidos/cantagalo_ptbetim.htm>. Acesso em: 13/6/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.

RABELO, Franco

*militar; pres. CE 1912-1914.

Marcos Franco Rabelo nasceu em Fortaleza no dia 25 de abril de 1861, filho de Antônio Franco Alves de Melo e de Ana Franco Rabelo.

Sentou praça como segundo-cadete no 15º Batalhão de Infantaria com destino à Escola Militar do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1879. No mesmo ano foi incluído no 1º Batalhão de Artilharia a Pé, aquartelado na fortaleza de Santa Cruz. Em 1880 matriculou-se no curso preparatório da Escola Militar e dois anos depois concluiu os cursos de infantaria e cavalaria. Tendo sido nomeado alferes-aluno em janeiro de 1884, terminou nesse ano o curso de artilharia e em 1885 foi promovido a segundo-tenente. Ficou adido ao 2º Regimento de Artilharia até seguir, em princípios de 1887, para o 4º Batalhão de Artilharia estacionado em Belém do Pará. Seguiu depois para Manaus, transferido que foi para o 3º Batalhão de Artilharia.

Por ter adoecido em Manaus, voltou para o Ceará e pediu transferência para a arma de infantaria. Foi então enviado para o Batalhão de Engenheiros estacionado na Corte, e nomeado auxiliar do ensino teórico da Escola Militar. Em 1888 foi nomeado adjunto interino da 3ª Seção do curso preparatório da Escola, sendo efetivado no ano seguinte. Em janeiro de 1890 foi promovido a tenente e em maio foi nomeado professor do primeiro ano do curso de engenharia da Escola Superior de Guerra. Em junho foi transferido para a Escola Militar do Ceará, onde serviria até 1897. Ainda em 1890 casou-se com Maria Adelaide de Queirós, filha de Clarindo de Queirós, também militar, presidente da província do Amazonas de 1879 a 1880 e presidente do estado do Ceará de 1891 a 1892. Em 1891 foi promovido a capitão, posteriormente foi promovido a major, e ingressou na Academia Cearense, fundada em 1894.

Em 1898 foi nomeado professor de geografia geral da Escola Preparatória de Tática do Realengo, no Rio de Janeiro. Foi também nomeado lente da cadeira de geografia militar e estatística da Escola de Estado-Maior do Exército, cargo que exerceu até 1910, quando foi posto em disponibilidade a pedido. Ainda em 1910 tornou-se chefe do serviço de estatística

da Estrada de Ferro Central do Brasil, cargo do qual foi dispensado em 1911, com a extinção do serviço. Foi então nomeado chefe do serviço do Estado-Maior da 5ª Região Militar, e mais uma vez foi dispensado um ano depois, agora para candidatar-se à presidência do Ceará.

Desde janeiro de 1912 uma revolta havia derrubado o presidente do estado, o oligarca Nogueira Acióli, e o governo vinha sendo exercido interinamente pelo vice-presidente Antônio Frederico de Carvalho Mota. Após vencer as eleições, em 14 de julho de 1912 assumiu a presidência do estado das mãos do presidente da Assembleia, coronel Belisário Cícero Alexandrino, e em dezembro foi promovido a tenente-coronel. Embora tentasse desconstruir a força das oligarquias no Ceará, viu-se inevitavelmente preso em seu raio de ação para poder governar. Em 14 de março de 1914 acabou deposto por uma rebelião, conhecida como “Sedição de Juazeiro”, liderada pelos coronéis insatisfeitos por terem sido aliçados do governo pela política “salvacionista” do presidente da República Hermes da Fonseca (1910-1914), que corporificava no estado. Assumiu então o poder, como interventor, o coronel Fernando Setembrino de Carvalho. Depois de deixar o estado do Ceará, assumiu o lugar de professor da Escola Militar.

Faleceu em 1928.

De seu casamento com Maria Adelaide de Queirós teve quatro filhos.

Kleiton de Moraes

FONTES: NOBRE, F. *1001* (p. 327); STUDART, G. *Dicionário* (v.1, p. 365-367); STUDART, B. *Geographia* (p. 231-232).

RABELO, José da Cunha

*dep. fed. PE 1912-1914.

José da Cunha Rabelo nasceu em Pernambuco.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife e, depois de formado, passou a advogar e a se dedicar à agricultura. Teve grande atuação na campanha que culminou com a posse de Dantas Barreto no governo pernambucano em 1911. No ano seguinte foi eleito deputado federal. Assumiu em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e exerceu o mandato até dezembro de 1914, quando se encerrou a legislatura.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

RABELO, José Joaquim Ferreira

*dep. geral MG 1864-1870; const. 1891; dep. fed. MG 1891-1893.

José Joaquim Ferreira Rabelo, futuro *barão do Serro*, nasceu no Serro (MG) no dia 10 de maio de 1832, filho de Bernardo José Ferreira Rabelo.

Fez o curso de humanidades no Seminário de Mariana e diplomou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1857. Recém-formado, foi nomeado promotor público em Serro e deu início à sua trajetória política. Primeiramente entusiasta das idéias conservadoras, tornou-se chefe do Partido Liberal serrano. Eleito deputado geral, exerceu o mandato de 1864 a 1870. Em julho de 1879 recebeu o título de barão do Serro, concedido pelo imperador Pedro II.

Após a instauração da República em novembro de 1889, foi eleito em 15 de setembro de 1890 deputado por Minas Gerais ao Congresso Nacional Constituinte. Tomou posse em 15 de novembro, participou da elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e a partir de maio, com o início da legislatura ordinária, passou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, até dezembro de 1893.

Também se dedicou ao comércio de diamantes e foi coronel da Guarda Nacional.

Faleceu no Serro em 10 de setembro de 1910.

Era casado com Maria Teresa Ferreira Rabelo, com quem teve quatro filhos.

Luciana Pinheiro

FONTES: BISPO, A. *Patrimônio*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p.153); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 2, p. 565).

RABELO, MANUEL

*militar; rev. 1922; interv. SP 1931-1932; min. STM 1941-1945.

Manuel Rabelo nasceu em Barra Mansa (RJ) no dia 11 de janeiro de 1878, filho de Eduardo Rabelo e Maria Teodora Marcondes dos Reis, neta do barão do Rio Claro.

Sentou praça em março de 1893, apresentando-se à Escola Militar do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Ainda no mesmo ano foi mobilizado para o combate à Revolta da Armada, levante de parte da Esquadra que visava à derrubada de Floriano Peixoto. Iniciado em setembro de 1893 na baía de Guanabara, o movimento estendeu-se até Santa Catarina e foi dominado em março de 1894. Em janeiro de 1896, Rabelo desligou-se da Escola Militar do Distrito Federal por problemas de saúde, transferindo-se para a Escola Militar do Rio Grande do Sul. Retornou ao Rio em 1898, reingressando na mesma academia do Exército. Bacharelou-se finalmente em matemática e ciências físicas e mais tarde em engenharia militar.

Alferes-aluno em 1901, era adepto do positivismo e pertenceu ao grupo de discípulos do tenente-coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, um dos principais articuladores do movimento militar que culminou com a proclamação da República em 1889.

JOVEM SERTANISTA

Em 1906, foi escolhido pelo então major Cândido Rondon, também positivista e também ex-discípulo de Benjamin Constant, para fazer parte da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, que ficaria conhecida como Comissão Rondon.

Promovido a segundo-tenente em janeiro de 1907, no mês seguinte reuniu-se à comissão, ficando a seu serviço até junho de 1909. Durante esse período realizou levantamentos topográficos, fixou de coordenadas geográficas e foi um dos orientadores da construção da linha telegráfica entre Cuiabá e São Luís de Cáceres, hoje Cáceres (MT). Com a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1910, incorporou-se ao órgão no ano seguinte, em São Paulo. Participou ainda da pacificação de grupos de índios caingangues que dificultavam a construção do trecho da Estrada de Ferro Noroeste entre São Paulo e Mato Grosso.

Em agosto de 1911 foi promovido a primeiro-tenente, e em novembro de 1915 retornou ao serviço da comissão chefiada por Rondon, na época empenhada no levantamento cartográfico de Mato Grosso e no trabalho com as populações indígenas. Promovido a capitão em 1917, desligou-se da comissão em abril do ano seguinte.

NO 5 DE JULHO DE 1922

Manuel Rabelo servia em Mato Grosso quando eclodiu, no Rio de Janeiro, o levante tenentista contra a posse de Artur Bernardes. Apoiou o movimento e aderiu às forças rebeladas do general Clodoaldo da Fonseca, comandante da 1ª Circunscrição Militar de Mato Grosso. As tropas mato-grossenses sublevadas marcharam em direção a São Paulo, mas foram surpreendidas na divisa entre os dois estados com a notícia da derrota do movimento e da rendição dos revoltosos do Rio de Janeiro. Clodoaldo da Fonseca depôs as armas e foi preso no dia 11 de julho, mas Rabelo só foi capturado no mês seguinte. Libertado em 1927, só foi julgado em fevereiro de 1928, sendo condenado a um ano e meio de prisão, pena muito inferior ao tempo que já passara detido.

Com a vitória da Revolução de 1930, foi anistiado no dia 12 de novembro, assim como todos os participantes dos movimentos tenentistas da década de 1920. Reintegrado à carreira militar e promovido a major e a tenente-coronel por decreto no dia 15 de novembro, assumiu em janeiro de 1931 o comando do 4º Regimento de Infantaria, sediado em Quitaúna (SP).

INTERVENTOR EM SÃO PAULO

Depois da revolução, São Paulo não conseguiu encontrar um *modus vivendi* com o novo governo federal. As lideranças tradicionais do estado opunham-se às forças do tenentismo, favorecidas pelo governo provisório chefiado por Getúlio Vargas. O Partido Democrático (PD), que apoiara a revolução, pretendia também o governo do estado, e tendia cada vez mais para a oposição à medida que o governo federal insistia em nomear para a interventoria paulista ou homens ligados visceralmente ao tenentismo, como João Alberto Lins de Barros (interventor de novembro de 1930 a julho de 1931), ou nomes de pouca expressão, sem liderança política efetiva no estado, como Laudo de Camargo (interventor de julho a novembro de 1931).

No dia 13 de novembro de 1931, Manuel Rabelo foi nomeado por Vargas interventor em São Paulo. Seu nome era apoiado por João Alberto, Pedro Aurélio de Góis Monteiro (então comandante da 2ª Região Militar) e Miguel Costa (comandante da Força Pública do estado), figuras proeminentes do tenentismo.

Entretanto, agravava-se a crise no estado. Crescia a impaciência com a presença no governo de um elemento alheio à política paulista, o que era encarado como uma “ocupação”, e reivindicava-se a nomeação de um interventor “civil e paulista”. As divergências entre o governo federal e as lideranças políticas estaduais tornavam-se cada vez mais profundas.

Por outro lado, as primeiras medidas tomadas por Rabelo na interventoria contribuíram para acentuar em todos os níveis a oposição ao seu governo. Positivista ortodoxo, o novo interventor adotou na correspondência oficial do estado as formas de tratamento preconizadas por seu credo, usando para seus colaboradores o título de “cidadão” e ficando por isso conhecido no estado como “cidadão Rabelo”. Outras medidas que tomou, como uma longa e detalhada comunicação que fez publicar no *Diário Oficial* do estado tratando da proteção à mendicância, eram encaradas como manifestações de excentricidade e de incompetência para o exercício do cargo, embora reconhecidamente caritativas e generosas. Além disso, emitiu em dezembro decreto ampliando as atribuições do comando geral da Força Pública, beneficiando Miguel Costa. Em janeiro de 1932, promoveu a reorganização da instrução pública no estado, revogando o ensino religioso e, segundo seus oponentes, transformando o ensino público em um “prolongamento da Legião Revolucionária” (organização tenentista também liderada por Miguel Costa). Criou ainda o Departamento de Trânsito e Policiamento, o Serviço Sanitário, a Seção de Estudos e Profilaxia do Impaludismo e a Inspeção de Higiene e Assistência Dentária.

Ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 1932, a oposição recrudesceu. O Partido Republicano Paulista (PRP), representante dos interesses contrariados pela Revolução de 1930, ressurgia. Em 13 de janeiro, o PD lançou manifesto rompendo com o governo e afirmando que a interventoria de Rabelo, “que não passa de uma sombra do capitão João Alberto”, agravava sensivelmente a situação do estado. A partir de então, o PD procurou aproximar-se do PRP, promovendo a formação, em fevereiro, da Frente Única Paulista (FUP) ou Frente Única de São Paulo (FUSP), com o fim de congregar as forças políticas do estado contrárias ao domínio dos tenentistas.

Ao mesmo tempo, sucediam-se insistentes rumores anunciando a substituição de Rabelo por um paulista civil. Finalmente, no dia 3 de março, Vargas encontrou uma solução política aceitável, exonerando o coronel Rabelo e nomeando interventor o paulista Pedro de Toledo, intimamente ligado ao PD. Embora politicamente sua posição fosse insustentável, Manuel Rabelo deixou a interventoria cercado de respeito e até da estima dos paulistas, segundo depoimentos de alguns de seus mais ferrenhos opositores, como Paulo Nogueira Filho.

ÀS VÉSPERAS DA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA

Ao assumir o posto de interventor, Pedro de Toledo constituiu um secretariado em que se combinavam “tenentes” e políticos paulistas. No entanto, a crise evoluiu, e em pouco tempo os grupos paulistas descontentes já contavam com considerável apoio popular.

No dia 23 de maio de 1932, realizou-se em São Paulo uma série de manifestações de rua em favor da autonomia paulista e da constitucionalização. O ministro da Fazenda Osvaldo Aranha, que se encontrava na cidade representando o governo provisório, foi alvo de violentos ataques dos oradores. Ainda assim, negociou a formação de um novo secretariado para São Paulo, dessa vez composto apenas de políticos da FUP.

Na capital federal, entretanto, decidiu-se nomear, em contrapartida, o coronel Manuel Rabelo para o comando da 2ª RM. Rabelo partiu imediatamente para São Paulo, acompanhado de um grupo de oficiais de confiança e com instruções de levar a efeito diversas medidas previstas em um “plano estratégico” preparado por Góis Monteiro, seu antecessor no comando da região. Com a finalidade de manter a ordem, impedir levantes e assegurar o controle militar do estado para o governo federal, o plano previa a transferência das sedes de várias unidades, a mudança do quartel-general para uma chácara afastada da capital e a unificação do comando da polícia e do Exército, concentrando-se grande parte da tropa na capital, pronta para entrar em ação a qualquer momento. Em telefonema a Osvaldo Cordeiro de Farias, “tenente” e chefe de polícia de São Paulo até o dia 24, João Alberto, que se encontrava no Rio de Janeiro, afirmou que Rabelo levava instruções para “ocupar militarmente” São Paulo.

A caminho de São Paulo, Rabelo principiou a executar o plano de Góis Monteiro.

Consultou chefes de diversas guarnições do interior, sondando sua disposição e transferindo alguns para São Paulo. Ao chegar à capital, reuniu-se com os comandantes militares, examinando a situação da cidade e discutindo a repressão aos distúrbios de rua. Em seguida, rumou para o palácio dos Campos Elísios, sede do governo estadual, afirmando ao interventor Pedro de Toledo que pretendia prestigiá-lo, “enquanto se mantivesse dentro da lei”. Em seguida, no dia 29 de maio, unificou os comandos do Exército e da Força Pública, mas ante a forte reação que a medida provocou decidiu revogá-la em 1º de junho. A concentração de tropas na capital já reduzira a agitação, e Rabelo pôde adotar atitudes mais conciliadoras.

Em 7 de julho, dois dias antes da eclosão da Revolução Constitucionalista, Vargas exonerou Manuel Rabelo do comando da 2ª Região Militar, em mais uma tentativa de chegar a um acordo com o governo paulista, e nomeou para substituí-lo o general José Luís Pereira de Vasconcelos.

No dia 18 de julho, em meio ao movimento paulista, que só terminaria em 1º de outubro, Manuel Rabelo foi nomeado comandante interino da circunscrição militar de Campo Grande, atual capital de Mato Grosso do Sul. Em setembro foi promovido a general de brigada e em março do ano seguinte foi nomeado para o comando da 7ª RM, sediada em Recife.

O GENERAL E A CONSTITUINTE

Pouco depois de assumir o posto, em abril, Manuel Rabelo foi convidado por um grupo de oficiais positivistas para assumir a presidência do Clube Republicano Ditatorial, que pretendia fazer do Brasil uma ditadura republicana, “governo constitucional de um só poder que bem sabe conciliar a Liberdade com a força e a responsabilidade”.

Em novembro de 1933, poucos dias antes do início dos trabalhos da Constituinte, deu entrevista ao jornal baiano *A Tarde*, firmando posição contrária à Assembleia. Em nova entrevista, dessa vez a *O Jornal*, do Rio, declarou que a Constituinte não era “representativa da vontade nacional”, pois as eleições de maio de 1933, que escolheram os representantes dos estados, haviam sido tão “defeituosas” como as da “República Velha”.

As declarações tiveram grande repercussão na Assembleia. Na sessão realizada em 2 de março de 1934, foram lidos vários requerimentos, entre eles um assinado por Augusto

Simões Lopes, pedindo que se enviasse um ofício a Góis Monteiro, então ministro da Guerra, repudiando as expressões “injuriosas e pejorativas” da entrevista. Quatro dias depois, em carta dirigida ao presidente da Assembleia, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Góis Monteiro dizia que o general Rabelo confirmara a entrevista, mas fazia a ressalva de que o redator não soubera expressar seu pensamento, pois não pretendia desrespeitar a Constituinte e seus membros.

No dia 18 de março, Rabelo escreveu ao ministro da Guerra propondo a intervenção das forças armadas no processo político, por meio de uma “proclamação ao povo”. O plano previa a dissolução da Assembleia e a promulgação da Constituição gaúcha de Júlio de Castilhos, a primeira constituição republicana do Rio Grande do Sul. Essa Carta Constitucional — considerada por Rabelo “o tipo que melhor se aproxima da Constituição preconizada para o regime republicano ditatorial” — sofreria alguns adendos, como o aumento dos órgãos administrativos e a adoção de medidas para incorporar o proletariado à sociedade. Vargas seria mantido como chefe da nação, com poderes para nomear os governadores dos estados.

Em abril de 1934, o interventor federal no Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha, enviou um telegrama a Vargas informando-lhe ter sabido que os generais Manuel Rabelo, Manuel de Cerqueira Daltro Filho, da 2ª RM, Álvaro Guilherme Mariante, da 1ª RM, e Constâncio Deschamps Cavalcanti, da 4ª RM, eram favoráveis à ditadura ou à eleição de Góis Monteiro. No telegrama, Flores lamentava a passividade de Vargas e afirmava estar pronto para a luta, que se dispunha a iniciar tão logo se convencesse de que seria inútil esperar mais.

Em novas declarações a *O Jornal*, em julho, Rabelo afirmou considerar impossível um governo exercer seu mandato com a Constituição que estava em vias de ser aprovada. Referia-se a ela como um “produto híbrido” da Constituição de 1891, esta “quase perfeita”. Segundo ele, “a parte boa da Constituição de 1891 foi completamente deturpada, e a ruim mantida e até piorada, o que acabou por reduzi-la a um amontoado de inconseqüências e inutilidades para o Brasil”.

Como sempre preocupado com questões sociais, e impressionado com a miséria em Recife, em agosto de 1935 Manuel Rabelo procurou apresentar soluções para o problema dos mocambos, promovendo reuniões com membros do governo estadual e da Igreja.

Em outubro de 1935 foi enviado a Natal, incluída na jurisdição da 7ª RM que comandava, para procurar manter a ordem no Rio Grande do Norte. A campanha eleitoral para o governo do estado vinha se desenvolvendo em clima de violência, opondo as facções de Rafael Fernandes e Mário Câmara.

No final de novembro, ao eclodir em Natal e depois em Recife a Revolta Comunista, Manuel Rabelo se encontrava no Rio de Janeiro. Só retornou a Recife no dia 25, quando o levante já havia sido sufocado. Antes e depois do movimento, Rabelo foi considerado, segundo Robert Levine, aliado potencial dos comunistas, a respeito dos quais afirmara, na carta-manifesto do Clube Republicano Ditatorial (8/4/1933) que eram “sinceramente amigos da liberdade”. Dissera ainda que, embora “sua solução [fosse] ilusória e subversiva”, devia-se “apreciar os nobres sentimentos que caracterizam o comunismo, recusando, contudo, as teorias que lhe servem de órgãos provisórios”.

Manuel Rabelo só permaneceu no comando da 7ª RM até janeiro de 1936. No ano seguinte, foi nomeado diretor de engenharia do Departamento de Administração do Exército. Promovido a general de divisão em junho de 1938, em agosto assumiu o comando da 5ª RM e da 5ª Divisão de Infantaria, sediada em Curitiba.

Em agosto de 1939 foi nomeado inspetor da arma e dos serviços de engenharia do Exército e, em dezembro do mesmo ano, ingressou na comissão de regulamentação da Lei de Promoções do Exército. Ainda em dezembro de 1939, tornou-se membro do Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Como o SPI, o conselho também era presidido por Cândido Rondon.

Em setembro de 1941, o general Rabelo foi nomeado ministro do então Supremo — hoje Superior — Tribunal Militar (STM).

PRESIDENTE DA SOCIEDADE AMIGOS DA AMÉRICA

O general Rabelo foi um dos principais articuladores da Sociedade Amigos da América, cuja presidência assumiu no momento da fundação, em janeiro de 1943, **no contexto as Segunda Guerra Mundial**. A sociedade defendia a aproximação entre o Brasil e

os Estados Unidos, e o embaixador norte-americano apoiou a iniciativa, comparecendo à sessão inaugural.

A Sociedade Amigos da América tinha caráter antifascista e congregava elementos do governo favoráveis aos Aliados e setores oposicionistas liberais, além de comunistas. Dela faziam parte Virgílio e Afonso Arinos de Melo Franco, além de militares como os generais Rondon e Júlio Caetano Horta Barbosa. Depois de sua fundação, expandiu-se por outros estados, instalando uma filial em São Paulo, onde contou com o apoio da União Nacional dos Estudantes e do Centro Acadêmico 11 de Agosto. Ao lado da Liga de Defesa Nacional, da Sociedade Brasileira dos Escritores e dos estudantes, a sociedade constituiu um dos mais importantes elementos de pressão sobre o governo em defesa da democratização e da criação da Força Expedicionária Brasileira.

Rabelo e a Sociedade Amigos da América foram considerados comunistas pelo ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, o qual determinou que suas atividades sofressem vigilância e restrições. A pedido de Viriato Vargas e outros, o Departamento de Imprensa e Propaganda passou a censurar as notícias relacionadas à sociedade. O comandante da 7ª RM pediu a Dutra que proibisse a ida de Rabelo a Recife, onde, segundo ele, “os comunistas agitavam a pretexto de promover a sociedade”.

Em maio de 1943, a entidade organizou, em Belo Horizonte, uma Semana Antifascista. Em outubro do mesmo ano, a polícia impediu no Rio de Janeiro a realização de reunião em que Osvaldo Aranha, à época ministro das Relações Exteriores, seria empossado na vice-presidência da sociedade.

Acatando sugestão de Dutra, Getúlio Vargas pediu ao general Rabelo que não desenvolvesse “quaisquer atividades que possam afetar o alto interesse da defesa nacional ou que criem dissensões no Exército”.

Em abril de 1944, o general Rabelo foi eleito vice-presidente do STM. Mantendo-se na presidência da Sociedade Amigos da América, em agosto do mesmo ano enviou ofício ao ministro Osvaldo Aranha comunicando-lhe que havia sido novamente escolhido para a vice-presidência da entidade. Osvaldo Aranha aceitou no dia 10 de agosto, e no mesmo dia, por ordem de Coriolano de Góis, chefe de polícia do Distrito Federal, a sede da sociedade — instalada no prédio do Automóvel Clube — foi invadida pela polícia e fechada. No dia seguinte, Osvaldo Aranha almoçava no Automóvel Clube quando a polícia tornou a invadir

o prédio, o que o levou a exonerar-se do Ministério das Relações Exteriores.

Em dezembro de 1944, o general Rabelo deixou a vice-presidência do STM, permanecendo contudo como ministro. No dia 20 de abril de 1945, obteve do novo chefe de polícia, João Alberto, autorização para reabrir a Sociedade Amigos da América.

Faleceu no Rio de Janeiro sete meses depois, no dia 18 de novembro de 1945.

Deixou publicados os livros *Combatendo a tirania: discursos contra o nazi-nipo-fascismo* (1944) e *Pela grandeza do Brasil*.

Robert Pechman

FONTES: ARAÚJO, A. *Chefes*; ARQ. GETÚLIO VARGAS; CARONE, E. *Estado*; CARONE, E. *República nova*; CARONE, E. *Terceira*; CLUBE REPUBLICANO DITATORIAL. *Programa*; CONSULT. MAGALHÃES, B; CORRESP. SUP. TRIB. MILITAR; *Cronologia da Assembléia*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; *Grande encic. Delta*; JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal do Brasil*; LAGO, L. *Conselheiros*; LEITE, A. *História*; LEVINE, R. *Vargas*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; *Novo dic. de história*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1935; *Tarde*.

RÁDIO CLUBE DO BRASIL

Emissora de rádio carioca, inaugurada em 1º de outubro de 1924, uma das primeiras no Brasil e a segunda no Rio de Janeiro. Quando a Rádio Clube do Brasil começou a funcionar, já existiam a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a Rádio Clube de Pernambuco, a Rádio Clube do Paraná e a Rádio Educadora Paulista. A Rádio Clube do Brasil foi fundada pelo campista Elba Dias, funcionário dos Telégrafos, que havia recebido autorização do governo para adaptar uma emissora telegráfica de quinhentos watts, dando início à nova rádio, instalada em frente ao largo da Carioca, no alto da Livraria Globo. Operava sob as mesmas condições das emissoras da época, que, no início do rádio no Brasil, funcionavam como associações ou clubes, sobrevivendo da contribuição financeira dos ouvintes, que também participavam emprestando discos.

Em 1926 foram iniciadas as transmissões em cadeia entre a Rádio Clube do Brasil, no Rio, e a Rádio Educadora, de São Paulo. Posteriormente, no início dos anos 1930, a Record paulista e a Mayrink Veiga, carioca, também estabeleceram programas em cadeia de forma mais efetiva. No dia 2 de janeiro de 1930, a Rádio Clube do Brasil transmitiu, da Esplanada do Castelo no Rio de Janeiro, o primeiro grande comício da Aliança Liberal, durante o qual Getúlio Vargas apresentou sua plataforma eleitoral. Foi a primeira vez que o rádio foi utilizado como veículo de propaganda política no Brasil.

No início da década de 1930, quando a radiodifusão brasileira começou a ganhar um perfil mais comercial e a se popularizar (com a autorização oficial para a veiculação de anúncios, em 1932), a Rádio Clube do Brasil disputava a preferência dos ouvintes do Rio de Janeiro com a Rádio Philips do Brasil, a Rádio Sociedade, a Rádio Mayrink Veiga e a Rádio Educadora. Waldo de Abreu, que mantinha o *Esplêndido programa* na Rádio Clube, improvisava no ar histórias para exaltar as qualidades dos produtos anunciados e enaltecer as excelências dos patrocinadores.

Em 12 de julho de 1933, participou da primeira greve de emissoras radiofônicas no Brasil. Naquela data, a Rádio Clube, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a Rádio Philips e a Rádio Educadora, entre outras, saíram do ar em represália a uma medida tomada pelas sociedades arrecadadoras, considerada exagerada: a cobrança dos direitos autorais.

A Rádio Clube do Brasil foi a pioneira nas transmissões esportivas, com as irradiações de Amador Santos. Em 1938, o Cassino da Urca investiu duzentos contos de réis para patrocinar a transmissão direta e exclusiva da Copa do Mundo daquele ano, realizada na França, através da voz de Gagliano Neto e pelas ondas da Rádio Clube do Brasil. A rádio fazia então parte das Emissoras Byington, de Alberto Byington Júnior, uma cadeia que incluía também as rádios Cruzeiro do Sul do Rio e de São Paulo e a Rádio Kosmos paulista. Sob o comando de Alberto Byington Júnior, a Rádio Clube do Brasil — então com o prefixo PRA-3 — foi transferida para a avenida Rio Branco, nº 181.

A Rádio Clube do Brasil foi a primeira emissora em que trabalhou César de Alencar, um dos mais famosos radialistas brasileiros. Em 1938 César de Alencar começou como assistente de Renato Murce, locutor esportivo e diretor artístico da estação durante oito anos. César de Alencar acabou se tornando locutor esportivo, chegando a locutor-chefe da rádio na década seguinte. Já em 1939 apresentou seus primeiros programas individuais na Rádio Clube, como *A hora dos bairros* e *Broadway melody*.

No final dos anos 1930, o diretor Gagliano Neto tentou formar nas emissoras Byington um enorme *cast* com os grandes nomes do rádio daquele tempo. Gagliano Neto contratou Francisco Alves, Linda e Dircinha Batista, as irmãs Pagãs e o conjunto regional de Benedito Lacerda, entre outros. Mas as emissoras não conseguiram manter todas as contratações, fracasso que levou à saída do diretor.

Na década de 1940, alguns dos programas de maior sucesso foram: *Audições Matias Rosa*, patrocinado pelas Casas Pernambucanas, *Mundo de atrações* e *Bazar de novidades*, programas de auditório com João de Freitas, *Música e romance*, rádio-teatro musicado, com originais de Sílvia Regina e colaboração de Dilermando Reis e José Maria de Abreu, *Fim-de-semana*, programa de auditório com Aérton Perlingeiro, o humorístico *Cadeira de barbeiro*, apresentado por Aluísio Silva Araújo, sob o patrocínio da revista *O Cruzeiro*, os programas esportivos apresentados por Arnaldo Amaral e o noticiário na voz de Galhardo Guyanaz. *Papel carbono* — uma espécie de programa de calouros criado por Renato Murce, em que iniciantes faziam imitações de artistas consagrados — revelou vários talentos, como Luís Gonzaga, Baden Powell e José Vasconcelos.

Durante o período do Estado Novo, o programa *Cenas escolares*, dirigido por Renato Murce, foi proibido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), sob a alegação de que o modelo humorístico de escola ali apresentado funcionava como um mau exemplo para os ouvintes. Proibido o programa, Murce conseguiu ludibriar os censores, apresentando-o sob novo formato e título, passando a se chamar *Piadas do Manduca*. O personagem Manduca era interpretado pelo comediante Lauro Borges e o sucesso levou o programa a ficar 25 anos no ar. Lauro Borges e Castro Barbosa desenvolveram na Rádio Clube o programa *PRK-20*, que originou o programa *PRK-30*, de grande sucesso nas rádios Mayrink Veiga e Nacional, quando os dois comediantes se transferiram para estas emissoras, e uma referência do humor radiofônico brasileiro.

Em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, Renato Murce escreveu um programa que ridicularizava o nazismo e o fascismo. Era uma paródia da peça *A ceia dos cardeais*, de Júlio Dantas, e que foi denominada *O regabofe dos Vândalos*. Veiculado pela Rádio Clube, o programa causou impacto, sendo retransmitido por emissoras de outras cidades. Esta repercussão levou a Rádio Clube a publicar o programa em folhetos, cujo lucro da venda foi destinado à Cruz Vermelha Brasileira. No ano seguinte, Renato Murce e o maestro Arnold Gluckmann (um alemão antinazista) criaram um novo programa, *A epopéia do mundo*, também motivado pelos acontecimentos internacionais. Novamente, a bem-sucedida venda de folhetos foi revertida para os fundos da Cruz Vermelha. Ainda durante a Segunda Guerra, a Rádio Clube do Brasil promoveu campanhas de apoio aos pracinhas brasileiros na Europa, como a “Campanha do Milhão”, em que a emissora se comprometeu a arrecadar um milhão de cigarros para os soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Em apenas um mês, a Rádio Clube superou o número previsto.

No princípio de 1945, já na crise final do Estado Novo, o ministro Souza Costa sugeriu ao empresário Hugo Borghi que este comprasse a Rádio Clube do Brasil e as rádios Cruzeiro do Sul do Rio e de São Paulo, que estavam à venda, e as convertesse em instrumento de defesa do governo. Para tanto, Borghi recebeu uma contribuição governamental de cinco milhões de cruzeiros. Passou então a escrever artigos e a falar pelo rádio, arrendando ainda outras emissoras e formando uma cadeia nacional de 130 estações coligadas. Borghi colocou suas emissoras a serviço do Movimento Queremista, a partir de sua formação em junho de 1945.

Com a queda de Vargas em outubro de 1945, Borghi investiu seu poderio radiofônico em favor da candidatura do general Dutra à presidência da República. Foi de autoria de Borghi a afirmação de que o brigadeiro Eduardo Gomes teria declarado não precisar dos votos dos “marmiteiros”. Na verdade, Borghi aproveitou um discurso de Eduardo Gomes, caracterizando o brigadeiro como uma figura política antipopular.

O poder de mobilização do rádio brasileiro no período ficou evidente em 1947, quando da realização das primeiras eleições para a Câmara Municipal do Distrito Federal após a queda do Estado Novo. Radialistas de diferentes emissoras foram eleitos vereadores, entre eles Sagramor de Scuvero, da Rádio Clube do Brasil, que saiu candidata pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Na classificação do IBOPE em 1950, a Rádio Clube do Brasil aparecia em décimo lugar no *ranking* da preferência dos ouvintes no Rio de Janeiro, com apenas 2% do total, o que indica seu declínio. Nos três primeiros lugares figuravam a Rádio Nacional, a Rádio Tupi e a Rádio Tamoio, com — respectivamente — 34%, 20% e 10,3% do total. Em 1951, o faturamento da Rádio Clube do Brasil com propaganda somava 4,8 milhões de cruzeiros, enquanto as rádios maiores, como a Nacional e a Tupi, alcançavam 50 milhões e 24 milhões, nesta ordem.

Em 1951 a Rádio Clube do Brasil foi adquirida por Samuel Wainer, dono do jornal governista *Última Hora*. Hugo Borghi havia contraído dívidas junto ao Banco do Brasil para a importação de equipamentos para a emissora e então encontrava-se em dificuldades financeiras. Wainer assumiu a rádio e seus débitos, tendo ao seu lado, como principais acionistas, Lutero Vargas, Mário de Oliveira Brandão e Luís Fernando Bocaiúva Cunha. A nova diretoria era formada por Wainer (diretor-presidente), Júlio Cosi (diretor-superintendente), Orlando Forin (diretor comercial) e Arnaldo Amaral (diretor artístico). Nesta época, além dos estúdios no centro do Rio de Janeiro, a rádio possuía um terreno à margem da rodovia Rio-São Paulo, onde se erguia uma torre de 50kw.

Em 1952, o superintendente passou a ser Sérgio Vasconcelos e o escritor e jornalista Marques Rebelo assumiu o controle acionário da emissora, em uma estratégia de Wainer para driblar seus inimigos políticos. Carlos Lacerda e Assis Chateaubriand acusavam Wainer de ter sido beneficiado com financiamentos ilícitos pelo presidente

Getúlio Vargas, na aquisição da Rádio Clube e na fundação do jornal *Última Hora*. Carlos Lacerda liderou uma campanha contra Samuel Wainer que culminou com a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados, em abril de 1953, para apurar as transações feitas pelas empresas de Wainer. A CPI na verdade buscava elementos para envolver Vargas na concessão do empréstimo do Banco do Brasil e com base nessa relação pedir o *impeachment* do presidente. A CPI concluiu que o financiamento se realizara à margem das condições normais, o que obrigou Wainer a quitar sua dívida. No entanto, a CPI não comprovou nenhum envolvimento de Vargas.

Ainda em 1953, Lacerda e Chateaubriand descobriram irregularidades no processo de transmissão das ações de Wainer para Marques Rebelo, o que pressionou Vargas a confiscar a concessão da rádio, que foi repassada a Emílio Carlos Kyrillos, então deputado federal por São Paulo na legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN). Assim, em 1953 a Rádio Clube do Brasil deixou de existir, surgindo em seu lugar a Rádio Mundial, que absorveu parte de seus funcionários. A direção da Mundial foi formada por Arnaldo Amaral (diretor-secretário e de *broadcasting*) e Orlando Forin (diretor comercial), integrantes da extinta Rádio Clube, além de Salim Mansur (tesoureiro), Luís Quirino (diretor artístico) e Raul Longras (diretor da equipe esportiva).

Carla Siqueira

FONTES: *Anuário do Rádio-Revista PN* (3/50, 8/51, 10/52, 1954); BRANCO, R. C. *História*; CASÉ, R. *Programa*; *O livro branco de Última Hora contra a imprensa amarela* (1953); MOREIRA, S. V. *O rádio*; MURCE, R. *Nos bastidores*; *Nosso século*; *Revista Alô — Tudo de Rádio* (1949); *Revista Carioca RJ* (1937); *Revista Rádio Ilustrado* (1954); *Revista Radiolândia* (1953, 1954); SAMPAIO, M. F. *História*; WAINER, S. *Minha*.

RÁDIO MAYRINK VEIGA

Emissora de rádio carioca inaugurada por Antenor Mayrink Veiga em 20 de janeiro de 1926, com o prefixo PRA-9. Começou a funcionar em 6 de março de 1926, à rua Municipal, depois rua Mayrink Veiga, sob as condições comuns às emissoras da época: funcionavam como associações ou clubes, sobrevivendo da contribuição financeira dos ouvintes, que também participavam emprestando discos. Durante a década de 1920, o rádio caracterizou-se pela produção de programas simples, informativos ou musicais, resultado da falta de investimentos no setor.

A partir de 1932, quando o rádio recebeu autorização oficial para a veiculação de anúncios, através do Decreto-Lei nº 21.111, começou a exploração comercial do veículo. As principais emissoras da época, como a Mayrink Veiga e a Philips, no Rio, ou a Record e a Cruzeiro do Sul, em São Paulo, introduziram o pagamento regular de cachês pelas apresentações de artistas nos seus programas principais, começando também a formar os primeiros elencos profissionais e exclusivos. Mas já em 1927 a Mayrink Veiga havia firmado contrato com Sílvio Caldas (o primeiro da carreira do cantor), recebendo o cachê por audição.

No início da década de 1930, a Mayrink Veiga e a Record paulista estabeleceram programas em cadeia de forma mais efetiva, não apenas eventual. Coube a uma agência norte-americana aqui instalada, a N. W. Ayer, a criação do programa pioneiro, um musical de frequência semanal, onde eram inseridos comerciais da Ford, da General Electric e da Gessy Lever. Revelação da década, Emilinha Borba assinou seu primeiro contrato com a Mayrink Veiga, em 1938, ali ficando até 1943, quando foi para a Rádio Nacional. A Mayrink Veiga foi também a primeira emissora de Nélon Gonçalves e de Ângela Maria, que assinaram seus contratos em 1941 e 1951, respectivamente.

Após a Revolução Constitucionalista de 1932, César Ladeira, um dos locutores mais famosos do país, transferiu-se de São Paulo para o Rio de Janeiro, indo trabalhar na Mayrink Veiga. César Ladeira, muito ouvido no Rio de Janeiro por sua ativa participação na Revolução de 1932 através da Rádio Record (SP), havia se tornado popular entre os ouvintes cariocas. Na Mayrink, César Ladeira atuou como locutor e diretor artístico, sendo em grande parte responsável pela posição de liderança da

emissora até a década de 1940, quando a Rádio Nacional passou a dominar em nível de audiência e de popularidade. César Ladeira consolidou seu prestígio no Rio de Janeiro lendo diariamente a “Cidade maravilhosa”, crônica literária redigida por Genolino Amado.

Neste período de maior evidência da Mayrink Veiga, Almirante ali lançou o seu programa *Caixinha de perguntas* e mais *Programa do almoço*, com Bibi Ferreira, Lenita Bruno, Alvarenga e Ranchinho e Jararaca e Ratinho. É também nesta época que tem início *O teatro pelos ares*, com Plácido e Cordélia Ferreira, que durante muitos anos seria uma das maiores atrações da rádio. Outro grande sucesso foi a *Hora da ginástica*, em que Osvaldo Diniz Magalhães irradiava exercícios físicos e lições de moral e civismo. O programa permaneceu na Mayrink Veiga de 1933 a 1936, quando Osvaldo Diniz Magalhães transferiu-se para a Rádio Nacional.

Nos anos 1940, os programas de calouros faziam enorme sucesso, a ponto de haver dois com o mesmo nome, *A hora do pato*, um na Mayrink e outro na Nacional. As novelas chegavam a ocupar 40% do horário noturno e 70% do diurno na Mayrink Veiga, assim como na Nacional e na Tupi. Sob a direção de Edmar Machado, a rádio realizou também programas educativos, como *Desfile da juventude*, organizado pelo professor Benjamim do Lago. César Ladeira foi o apresentador de *Biblioteca do ar*, uma espécie de ensaio literário diário, que ganhou prêmios da prefeitura como o melhor programa do ano.

Nos últimos anos do Estado Novo, começaram a surgir programas de sátira política e social no rádio brasileiro. A programação humorística da Mayrink Veiga nos anos 1940 era liderada por Antônio Maria, Sérgio Porto e Silvino Neto, o *Pimpinela Escarlate*. Silvino Neto parodiava figuras como Getúlio Vargas e, mais tarde, Ademar de Barros, Jânio Quadros e Carlos Em 1948, o jornalista Carlos Lacerda, que tinha um programa de comentário político à noite na Mayrink Veiga, sofreu um atentado na porta da emissora, no dia 17 de abril, como consequência de críticas feitas ao Exército. Durante todo o dia seguinte, a Rádio Mayrink Veiga recebeu telefonemas anônimos, com ameaças de que a estação seria destruída caso Lacerda continuasse irradiando ali. Segundo Lacerda, o mandante do atentado teria sido o general Mendes de Moraes, prefeito do Rio de Janeiro e alvo de seus ataques.

Segundo a classificação do IBOPE em 1950, a Mayrink Veiga já não aparecia mais entre as primeiras emissoras do Rio de Janeiro. Enquanto a Rádio Nacional, a Tupi, a Tamoio e a Globo apareciam nas melhores colocações, com, respectivamente, 34%, 20%, 10,3% e 10% da audiência, a Mayrink empatava com a Mauá em oitavo lugar, ambas com apenas 3,5%. Apesar deste quadro desfavorável, neste ano de Copa do Mundo no Brasil, Oduvaldo Cozzi figurava como o terceiro locutor esportivo mais escutado, depois de Antônio Cordeiro, da Nacional, e de Ari Barroso, da Tupi.

No final da década de 1950, Antenor Mayrink Veiga vendeu a metade de suas ações à organização Vítor Costa, que por sua vez as vendeu a Assis Chateaubriand, sendo depois adquiridas pelo grupo Simonsen. Em 1959, a pesquisa do IBOPE sobre a audiência radiofônica, no então Distrito Federal, indicava a Rádio Mayrink Veiga empatada em terceiro lugar com a Rádio Tupi, ambas com 3,1%. Em primeiro e segundo lugar apareciam a Nacional e a Tamoio, com 14% e 4,5%.

Em 1962, Antenor Mayrink Veiga vendeu a sua metade da rádio ao senador Miguel Leuzzi. O senador não cumpriu todas as suas obrigações legais, o que levou a Rádio Globo a recorrer à Justiça para o fechamento da rádio. À Rádio Globo interessava conseguir a frequência da Mayrink Veiga, uma vez que a sua, proveniente do Chile, estava sendo requisitada.

Durante os anos de 1962 e 1963, já eleito deputado federal, o mais votado da antiga Guanabara, Leonel Brizola ocupava quase que diariamente o microfone da Rádio Mayrink Veiga, onde proclamava que iria conseguir a aprovação das reformas de base “na lei ou na marra”. Em 1964, para se contrapor às transmissões de Leonel Brizola pela Rádio Mayrink Veiga e pelas emissoras a ela ligadas, formou-se a Rede da Democracia, uma cadeia radiofônica que, através de programas diários, combatia a política do presidente João Goulart. A Rede da Democracia exerceu um papel preponderante na preparação do golpe de 1964. Carlos Lacerda, Adauto Lúcio Cardoso, Aliomar Baleeiro, Raul Brunini e outros, então detentores de mandatos políticos, atuaram nesta rede.

Após o golpe de 1964, os pronunciamentos políticos desapareceram da Rádio Mayrink Veiga. Em 1965, a emissora foi fechada pelo presidente Castelo Branco, através do Mandado de Segurança nº 16.132/65.

FONTES: BRANCO, R. C. *História*; CABRAL, S. *No tempo*; CASÉ, R. *Programa; Collector's Notícias*. (1996); DULLES, J. W. F. *Carlos Lacerda*; ENTREV. Estácio Brugger Lacerda; INF. Antônio Mayrink Veiga; *Manchete* (21/5/60 e 13/11/71); MOREIRA, S. V. *O rádio*; MURCE, R. *Nos bastidores; Nosso Século*; PN — *Anuário de Imprensa, Rádio e Televisão* (1958, 1959, 1960, 1961); PN — *Anuário do Rádio* (3/50, 8/51, 10/52, 1953); *Revista Alô — Tudo de Rádio* (jan./fev. 1949); *Revista Foco* (jun. 1951); *Revista Rádio Ilustrado* (1954); *Revista Radiolândia* (dez. 1953, maio 1954, abr. de 1957 e 1959); SAMPAIO, M. F. *História*; VAMPRÉ, O. A. *Raízes*.

RÁDIO RECORD

Emissora paulista, fundada em 1928, com o prefixo PRA-R, sob a direção de Álvaro Liberato de Macedo, com estúdios localizados na Praça da República nº 17. Iniciou suas transmissões com a potência de quinhentos watts e onda de 297 metros, o que lhe permitia grande alcance. Durante o primeiro ano a emissora se manteve no ar com uma programação bastante irregular.

Durante a campanha presidencial de 1930, a Rádio Educadora de São Paulo, principal rival da Record, apoiou o candidato Júlio Prestes. Em outubro, com a deposição do presidente Washington Luís e a transmissão do controle do governo provisório da revolução vitoriosa a Getúlio Vargas, candidato derrotado nas eleições presidenciais, a programação da Educadora sofreu grande retração, permitindo que a Record ocupasse uma posição de destaque.

Em 1931 a emissora foi vendida por 25 contos de réis para Jorge Alves Lima, João Batista do Amaral e Paulo Machado de Carvalho. No mesmo ano, a Record inovou com um jornal falado que era produzido em parceria com os Diários Associados, que na época não possuíam emissora própria. Passou também a produzir um programa para crianças denominado *Hora infantil*, no qual escritores como Monteiro Lobato, Orígenes Lessa e Pascoal Carlos Magno liam histórias para os ouvintes.

Durante o Movimento Constitucionalista de 1932, em São Paulo, a emissora teve um papel de destaque: César Ladeira ganhou fama nacional como locutor oficial da revolução. Através de um boletim diário, que ia ao ar das duas às quatro horas da manhã, o locutor conclamava o povo em favor da causa paulista, terminando com um mesmo apelo revolucionário: “que renuncie o ditador”. A Record liderou a campanha “Doe ouro para São Paulo” e organizou uma cadeia de emissoras paulistas para a propaganda do movimento.

Após a Revolução Constitucionalista, a rádio passou a transmitir uma programação mais popular, cobrindo os carnavais e partidas de futebol, entre outros eventos. Passou a adotar um novo modelo de funcionamento, organizado por César Ladeira, baseado na contratação de um *cast* profissional e exclusivo com remuneração mensal. Pertenceram aos quadros da Rádio Record, o cantor e radioator Adoniran Barbosa, o redator e comentarista Blota Júnior, o radioautor Otávio Gabus Mendes, o

radioator Cassiano Gabus Mendes, a radioatriz Nair Belo e os locutores esportivos Nicolau Tuma e Geraldo José de Almeida.

Em 1933, a Record e a rádio carioca Mayrink Veiga formaram, pela primeira vez, uma cadeia de emissoras brasileiras para a irradiação de um programa musical semanal que contava com a participação de importantes cantores populares da época, tais como: Francisco Alves, Carmem Miranda, Mário Reis, Orlando Silva, Sílvio Caldas, entre outros.

Nas décadas de 1940 e 1950, a emissora destacou-se pelos programas de auditório e pelas transmissões esportivas. Uma das características da rádio foi a de manter-se tecnicamente atualizada e em 1947 ela já utilizava o sistema FM, que somente se tornou de uso comum na década de 1970. A direção da emissora era composta da seguinte forma: João Batista do Amaral (presidente), Paulo Machado de Carvalho (superintendente), Paulo Machado de Carvalho Filho (diretor-geral) e José Blota Júnior (diretor de *broadcasting*).

Na década de 1960 a Rádio Record tornou-se uma espécie de apêndice da TV Record — ambas do grupo Paulo Machado de Carvalho. Foi a época dos festivais da MPB e à emissora coube, basicamente, desempenhar a função de fazer propaganda e reforço da programação da TV.

Na década de 1970, em meio a uma crise que afetava todo o grupo, a programação da rádio foi reformulada e passou a ter como objetivo atingir o “mercado marginal”, que, segundo Paulo Machado de Carvalho, é basicamente formado pelo homem rural que se urbaniza mas retém ligações culturais e afetivas com o meio de origem. Neste período a emissora adotou o *slogan* “especialista em Brasil” e dispensou um tratamento especial para a música sertaneja e para uma programação com um apelo mais popular, como o programa *Hospital*, que misturava cenas cotidianas com efeitos de radiodramatizações, na voz do veterano Rodolfo Mayer, que havia começado sua carreira de radioator na Record.

Em 1973 Sílvio Santos comprou 50% das ações da rádio e da TV Record e implantou inovações tecnológicas, ampliando a potência das transmissões. Para reforçar a filosofia de uma rádio popular, Sílvio Santos contratou, entre 1978 e 1979, o disc-

jóquei Barros de Alencar (líder de audiência no gênero popular), Jacinto Figueira Jr., “o homem do sapato branco”, e o repórter policial Gil Gomes. Apoiada em uma programação matinal popular — o programa sertanejo de Zé Bettio, das 5:30h às oito horas, de reportagem policial de Gil Gomes, das oito horas às 9:20h, e o de variedades, de Sílvia Santos, das 9:30h às 10:30h — a emissora passou a ocupar o primeiro lugar na audiência em São Paulo, mantendo esta posição durante toda a década de 1980.

Entre o final de 1989 e o começo de 1990, a rádio foi vendida, como parte da Rede Record, ao Bispo Edir Macedo, da Igreja Universal.

Ao longo dos anos 1990 a Record manteve no ar uma programação eclética, adaptando-se às flutuações e preferências do mercado. Em 2001, porém, a rádio mudou seu público alvo e manteve uma programação quase exclusivamente evangélica, com exceção de sua programação esportiva, que foi mantida. Em 2002, sua programação passou a ser comandada exclusivamente por Bispos da Universal e o radialista Paulo Barboza, o último apresentador não evangélico da Rádio, deixou de apresentar seu programa na emissora.

A programação comercial variada retornou, no entanto, em 2004, depois que a emissora chegou a ocupar a oitava colocação em audiência. Voltou-se a investir nas áreas de esporte, jornalismo e entretenimento. Em 2008, a Rádio Record contratou Leão Lobo, apresentador de TV, para comandar um programa de entrevistas com celebridades, e o cantor Sérgio Reis foi contratado para apresentar um programa chamado *Raízes do Sertão*, voltado para a cultura rural do Brasil.

Em 2009, a rádio voltou a subir na disputa pela audiência do público paulistano, conquistando a quarta colocação no ranking geral fornecido pelo Ibope.

A Rádio Record, através da rede Record Internacional, passou a ter o seu sinal transmitido também para Londres, Madri e Lisboa, inclusive com transmissão online através de seu site na internet.

Lia Calabre de Azevedo

Lilian Lustosa

FONTES: *Estado de S. Paulo* (3/5/75); *Folha de S.Paulo* (online). Disponível em: <<http://www.folhaonline.com.br>>. Acesso em : 30 ago. 2009; JORGE, E. L. A. *Rádio*. LOPES, M. I. V. *O rádio*; MOREIRA, S. V. *O rádio*; ORTRIWANO, G. S. *A informação*; Portal da Rádio Record. Disponível em : <<http://www.radiorecord.com.br>>. Acesso em : 30 ago. 2009; *Propaganda* (fev. 1980); *Rádio Almanaque Paulistano* (jan. 1951); RÁDIO; SAMPAIO, M. F. *História*; TOTA, A. P. *A locomotiva*; *Veja* (online). Disponível em : <<http://veja.abril.com.br>>. Acesso em : 30 ago. 2009.

RÁDIO SOCIEDADE DO RIO DE JANEIRO

Mais conhecida como *Rádio Sociedade*, foi primeira emissora do Brasil, criada em 20 de abril de 1923 na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, com o propósito de ser um veículo de comunicação eminentemente educativo, cultural e artístico. Foi a semente do rádio educativo e possibilitou a difusão do conhecimento ao utilizar a mais alta tecnologia existente na época – a radiodifusão –, meio de comunicação capaz de levar aos confins do Brasil notícias, informações, reflexões e entretenimento para a população. A primeira transmissão, em caráter experimental, foi ao ar no dia 1º de maio de 1923, Dia do Trabalho, utilizando o prefixo PR1– A e, após, PRA-A e PRA-2. Em 1936 a Rádio Sociedade passou a se chamar Rádio Ministério da Educação.

HISTÓRICO

A Rádio Sociedade não possuía vínculos governamentais ou empresariais e, legalmente, constituiu-se sob a forma de associação, reunindo inúmeros associados, popularmente chamados filiados, que contribuíam mensalmente com certa quantia monetária para mantê-la e cobrir as despesas ordinárias de funcionamento: água, luz, funcionários etc.

Seus precursores foram intelectuais, professores, engenheiros, médicos e cientistas, influenciados por Henrique Morize e Edgar Roquette-Pinto, seu principal idealizador, que estava convicto da função social a ser desempenhada pelo rádio. Roquette-Pinto tomou as providências necessárias para a elaboração do estatuto social da Rádio Sociedade, que continha uma cláusula proibindo a prática ou a propaganda de fatos políticos, religiosos e comerciais, e para a instalação de sua sede no Pavilhão Tcheco-Eslovaco, na avenida das Nações, no Rio de Janeiro. Foi ele também quem definiu o seu lema: “Pela cultura dos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil”.

A rádio sempre conservou a marca pessoal de Roquette-Pinto, já que ele era seu administrador e o organizador da sua programação, além de participar ativamente de todas

as atividades, inclusive de locução, apresentando programas e lendo poesias, jornais e outras obras para os ouvintes. Afirmava Roquette-Pinto que o “rádio era a escola de quem não tinha escola” e insistia em transmitir a um amplo público ouvinte, via recursos sonoros, o melhor da educação e da cultura brasileiras.

A programação da Rádio Sociedade era pautada pela diversidade, incluindo cursos e palestras científicas que abordavam temas relacionados à física, à química, à história natural, à botânica etc. Os programas eram divididos em quatro seções: cursos, lições, palestras seriadas e quartos de hora (com temas literários e infantis). Também havia palestras para senhoras, histórias com ensinamentos sobre valores éticos para crianças, conselhos médicos e de higiene, além de informações ligadas à agricultura.

A Rádio Sociedade, além de cuidar de uma programação radiofônica que era transmitida diariamente, sempre se preocupou em manter um veículo de comunicação impresso, sendo responsável, desde sua criação, pela edição de revistas de conteúdo radiofônico. Inicialmente, editou a revista *Rádio*, publicada de 1923 a 1926, ano em que passou a ser editada a revista *Electron*. Eram publicadas duas edições mensais, contendo aproximadamente 48 páginas cada uma, e o conteúdo editorial era voltado para as ciências e para a difusão radiofônica. As duas revistas eram distribuídas aos associados e comercializadas em pontos de venda localizados em diferentes estados brasileiros.

A Rádio Sociedade possuía símbolos identificadores, que são parte muito importante do seu acervo, já que representam a imagem que a rádio queria consolidar. Os símbolos utilizados eram a bandeira, o hino e o carimbo com sua insígnia.

A Rádio Sociedade viveu momentos gloriosos, irradiando uma programação que contava com a participação de muitos intelectuais famosos, entre os quais membros da Academia Brasileira de Letras e da Academia Brasileira de Ciências, professores do Museu Nacional, artistas e cantores de renome, personalidades internacionais, numa época em que os astros do rádio tinham fama nacional e eram populares. Foi a primeira estação da América do Sul a irradiar uma ópera completa, a apresentar um quadro com teatrinho infantil e um programa de jazz com regularidade. Recebeu visitantes ilustres de todas as partes do país e

até do estrangeiro, entre os quais se destacam Albert Einstein e Mary Curie, e realizou, ao longo de sua existência, um dinâmico intercâmbio entre as áreas das ciências e da cultura em geral.

Influenciadas pela Rádio Sociedade, foram fundadas várias outras rádios amadoras em diferentes partes do país, como a Rádio Clube Paranaense, a Rádio Clube de Pernambuco, a Rádio Sociedade Rio-Grandense, a Rádio do Maranhão, a Rádio Sociedade Educadora Paulista, a Rádio Clube de Ribeirão Preto, entre outras.

No final da década de 1920, o rádio buscava o caminho da profissionalização, e surgiam cada vez mais emissoras comerciais. Essa conjuntura, agregada ao fato de que as atividades radiofônicas eram vistas com muita cautela por parte do governo brasileiro, culminou na alteração das leis de comunicações. Com o Decreto nº 16.657/24, as sociedades civis que se dedicavam a transmitir uma programação com fins educativos, científicos e artísticos foram proibidas de propagar notícias de caráter político sem a prévia permissão do governo.

Em 1931, com o Decreto nº 20.047, o governo regulamentou a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional e estipulou, em linhas gerais, que esses serviços eram considerados de interesse nacional e de finalidade educacional. O posicionamento do governo federal da época era manter sob sua tutela o pleno controle do setor de radiodifusão. Dessa forma, ao mesmo tempo em que oferecia um respaldo educacional para a atividade, também estabelecia diretrizes que deveriam ser obedecidas por todas as emissoras de rádio.

A tentativa do governo de impor uma regulamentação ao funcionamento técnico da radiodifusão no Brasil foi ainda mais aprofundada em 1932, com a edição do Decreto nº 21.111, que criou um programa de audição nacional cujo conteúdo editorial era estritamente governamental, liberou a propaganda comercial nas emissoras de rádio e tornou obrigatória a necessidade de modernização das instalações das emissoras para estabilizar as frequências e dar maior nitidez às transmissões. Assim, a nova legislação impôs que as estações aumentassem a potência de seus transmissores, o que demandou uma reestruturação técnica e funcional das emissoras e a consequente busca por recursos financeiros.

Tais diretrizes contrariavam as funções traçadas por Roquette-Pinto, que viu fracassar seu ideal de criar e manter uma estação de rádio não comercial, voltada para a cultura e a educação em massa. Para não desvincular a Rádio Sociedade de sua função original, a saída encontrada por Roquette-Pinto foi doá-la a um órgão governamental que se comprometesse com os propósitos educativos da emissora. No dia 7 de setembro de 1936, foi realizada a cerimônia de doação da Rádio Sociedade ao Ministério da Educação e Saúde, então dirigido pelo ministro Gustavo Capanema. A Rádio Sociedade passou a se chamar Rádio Ministério da Educação, popularmente Rádio Ministério e, atualmente, Rádio MEC.

Durante os 13 anos de sua existência, a Rádio Sociedade manteve uma programação estritamente cultural e foi a precursora da ideia do rádio educativo. Seu ideal, contudo, permanece extremamente atual, tendo em vista que, na área educacional, discute-se ainda como é possível educar a partir do uso dos modernos recursos tecnológicos e de que forma a população pode ter acesso a esses recursos.

O acervo da Rádio Sociedade reúne mais de cinco mil itens, entre livros de registros, atas, cartas de leitores, partituras, algumas fotografias e a bandeira da instituição. Também existem reportagens publicadas nos jornais da época e revistas especializadas em radiodifusão, mas a maior parte do acervo é composta por manifestações dos ouvintes da rádio, o que representa mais de quatro mil itens do universo total de documentos. Esse acervo tem grande significado para a história das comunicações, da educação e da cultura do povo brasileiro e encontra-se em fase de restauração para ser disponibilizado para o público em geral.

Adriana Duarte

FONTES: ARQ. ACAD. BRAS. CIENC.; ARQ. FUND. GETÚLIO VARGAS – CPDOC; ARQ. RAD. MEC; ARQ. SOARMEC; BIB. NAC.; CALABRE, L. *Era*; CALABRE, L. *Rádio*; CASTRO, R. *Roquette-Pinto*; CENT. CULT. EDGARD

ROQUETTE-PINTO; MASSARANI, L. *Divulgação*; MATEUS, R. *Edgard*;
MILANEZ, L. *Rádio*; *Revista especial dos 60 anos da Rádio MEC*; *Revista Estudos
Históricos*. (n. 21).

RAMALHETE, UBALDO

*jornalista; dep. fed. ES 1918-1920 e 1935-1937.

Ubaldo Ramalhete Maia nasceu em Santa Leopoldina (ES) no dia 8 de agosto de 1882, filho de Antônio Ramalhete Maia e de Ana Ramalhete Maia.

Após concluir os estudos primários em Vitória, fez o curso de humanidades no Externato Santos Pinto. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1905 e foi então nomeado promotor público da comarca de Vila de Itapemirim (ES).

De volta à cidade natal, tornou-se depois advogado do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado do Espírito Santo e secretário de Educação do governo estadual. Eleito segundo vice-presidente do Espírito Santo em fevereiro de 1912, renunciou em dezembro do mesmo ano para candidatar-se à Assembleia Legislativa estadual, da qual fez parte de 1913 a 1915. Foi deputado federal pelo Espírito Santo na legislatura de maio de 1918 a dezembro de 1920 e o primeiro presidente da Associação Espírito-Santense de Imprensa, fundada em dezembro de 1933 por um grupo de jornalistas capixabas empenhados em consolidar no estado os ideais da Revolução de 1930.

No pleito de outubro de 1934, elegeu-se deputado federal por seu estado na legenda do Partido da Lavoura, assumindo o mandato em maio do ano seguinte. Na convenção de maio de 1937 para o lançamento da candidatura de José Américo à presidência da República nas eleições previstas para 1938, foi delegado das Oposições Coligadas de seu estado. Permaneceu na Câmara até novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo suprimiu todos os órgãos legislativos do país. Depois da queda de Getúlio Vargas (29/10/1945), no período em que os estados foram governados por interventores, assumiu em julho de 1946 a interventoria no Espírito Santo em substituição a Aristides Alexandre Campos.

Membro do Instituto dos Advogados do Espírito Santo, do Instituto Histórico de seu estado, do Clube dos Advogados, do Instituto Brasileiro de Cultura e do Instituto de Cultura Política, foi também redator do *Diário da Manhã* e proprietário de *A Tribuna*, além de colaborador de diversos jornais do Espírito Santo.

Faleceu no dia 18 de junho de 1950.

Foi casado com Acidália Lélis Ramalhete, com quem teve quatro filhos.

FONTES: *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Diário de Notícias*, Rio (26/5/1937); *Diário do Congresso Nacional*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; NOVAES, M. *História*; OLIVEIRA, J. *História*; PEREIRA, A. *Homens*.

RAMALHO JÚNIOR, José Cardoso

*militar; gov. AM 1898.

José Cardoso Ramalho Júnior nasceu no Amazonas no dia 7 de abril de 1866, filho de José Cardoso Ramalho e de Maria Francisca da Conceição.

Após concluir a escola primária em Manaus, dirigiu-se a Portugal a fim de terminar os estudos preparatórios. De volta ao Amazonas empregou-se no comércio e pouco depois entrou para a política, ligado ao Partido Democrata. Nessa legenda, elegeu-se deputado à Assembleia Legislativa. Seguindo também a carreira militar, chegou a coronel do Exército. Em 1896 foi eleito vice-governador do Amazonas, ao lado do governador Fileto Pires Ferreira, que ganhou a eleição através de manobra política articulada pelo então governador Eduardo Ribeiro. Ambos tomaram posse em 23 de julho. No ano seguinte instituiu o brasão de armas do estado do Amazonas, através do Decreto nº 204, publicado no *Diário Oficial* de 26 de novembro. Em 4 de abril de 1898, quando o governador Pires Ferreira deixou o cargo para viajar a Paris, onde foi cuidar de problemas de saúde, assumiu interinamente o governo. A partir de uma articulação dos congressistas, um falso pedido de renúncia de Pires Ferreira foi posto em circulação e rapidamente aceito pelos deputados. Apesar das tentativas de retornar ao posto, Pires Ferreira teve seu afastamento confirmado.

Durante seu governo teve início, em 1899, a chamada Revolução do Acre, ou Revolução Acreana. Empreendeu grandes esforços militares e investiu recursos a fim de não perder o território para a Bolívia. O conflito se estenderia por alguns anos e somente chegaria ao fim em 17 de novembro de 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, que estabeleceu os limites fronteiriços entre Brasil e Bolívia. Também em seu período de governo foi inaugurado o Palácio da Justiça, cuja construção havia sido iniciada por Eduardo Ribeiro em abril de 1894, após assinatura de contrato com a empresa Moers & Moreton. A obra caminhou lentamente durante o governo de Fileto Pires Ferreira e chegou a ficar paralisada devido aos altos custos do empreendimento. Foram feitas modificações no projeto original, e em 11 de janeiro de 1898 foi assinado um novo contrato com o empreiteiro José Gomes da Rocha. Ao assumir o governo, Ramalho Júnior incluiu a conclusão do Palácio da Justiça entre as prioridades de seu programa de obras. O edifício foi inaugurado em 1900, pouco antes de Ramalho Júnior transmitir o cargo ao sucessor Silvério José Nery.

Entre 1914 e 1917 participou das atividades da maçonaria de Manaus, chegando a ocupar o posto de grão mestre da loja Esperança e Porvir.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 18 de setembro de 1952.

Casado três vezes, sua última esposa foi Leonarda Antônia Malcher. Teve três filhas.

Maria Eugenia Bertarelli

FONTES: ASSEMB. LEGISL. AM. Disponível em: <<http://www.aleam.gov.br>>. Acesso em: 11/08/2010; BITTENCOURT, A. *Dicionário*; CASA CIVIL. GOV. AM. Disponível em: <<http://www.casacivil.am.gov.br>>. Acesso em: 29/6/2010; Maçonaria brasileira. Disponível em: <<http://www.brasilmacon.com.br>>. Acesso em: 11/8/2010; TRIB. JUST. AM. Disponível em: <<http://www.tjam.jus.br>>. Acesso em: 29/6/2010.

RAMOS, Eduardo

*dep. fed. BA 1894-1905.

Eduardo Pires Ramos nasceu em Salvador no dia 25 de maio de 1854, filho de Ângelo Francisco Ramos e de Josefina da Silva Pires Gomes. Seu pai foi deputado provincial, desembargador do Tribunal da Relação e deputado geral pela Bahia.

Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife em 1872, de volta à Bahia foi nomeado em outubro de 1873 promotor público da comarca de Taperoá, sendo depois transferido para Feira de Santana (1874-1875) e, finalmente, para Salvador. Em 1877 foi nomeado juiz municipal e de órfãos de Feira de Santana e exerceu o cargo até novembro de 1881. Ainda em Feira de Santana fundou o jornal *Correio da Feira*, veículo de divulgação do Partido Conservador que circulou de outubro de 1881 a janeiro de 1882. Diretor geral da Instrução Pública na Bahia de 15 de outubro de 1885 a 7 de julho de 1889, teve oportunidade de demonstrar sua preocupação e interesse pela questão da educação.

Com a instauração do regime republicano em 15 de novembro de 1889, ingressou na política, sendo eleito senador para a Assembleia Constituinte baiana em 5 de fevereiro de 1891. Pouco depois, com a fundação da Faculdade Livre de Direito da Bahia, em 15 de abril de 1891, passou a integrar a primeira congregação de professores como catedrático da disciplina Legislação comparada sobre o direito privado, ao lado de Leovigildo Filgueiras, Inácio Tosta, Tomás Montenegro, Severino Vieira e outros nomes ilustres da Bahia. Foi também escolhido primeiro diretor da faculdade, função que exerceu de março de 1891 a maio de 1894, quando se transferiu para a capital federal.

Com o fim dos trabalhos constituintes e a promulgação da Constituição estadual em agosto de 1891, ocupou uma cadeira no Senado Estadual nas legislaturas 1891-1892 e 1893-1894. Teve atuação marcante na casa, colaborando na elaboração das principais leis, especialmente na da Organização Judiciária, da qual foi autor. Membro do Partido Republicano Federalista (PRF), fundado em Salvador em 16 de maio de 1892 sob a liderança de José Gonçalves da Silva, quando se verificou a cisão partidária em 1893

acompanhou a corrente que se solidarizou com o conselheiro Luís Viana e colaborou efetivamente para a reorganização do partido. Concluída a reestruturação em 15 abril de 1894, foi convidado a fazer parte do conselho geral. Renunciou ao mandato no Senado Estadual no dia 2 de junho de 1894, por ter sido eleito deputado federal.

Várias vezes reeleito, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, entre 1894 e 1905. Fez parte das comissões de Constituição, Legislação e Justiça e de Diplomacia e Tratados, e exerceu também as funções de líder da maioria. Foi autor do projeto, depois convertido na Lei nº 726, de 8 de dezembro de 1900, que considerou a Academia Brasileira de Letras instituição de utilidade pública, o que lhe garantiu o direito de instalar-se em prédio público e de fazer suas publicações oficiais através da Imprensa Nacional.

Ainda em 1895, residindo no Rio de Janeiro, foi nomeado professor catedrático de Enciclopédia jurídica da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, função que exerceu até 1897. Em outubro de 1900 fez parte da comitiva que acompanhou o presidente Campos Sales (1898-1902) em viagem à Argentina, em retribuição à visita do presidente Julio Rocca ao Brasil, tendo oportunidade de atuar incentivando a amizade entre os dois países.

Quando da votação do projeto de divisão eleitoral federal do estado, em 1905, manifestou-se contrário à orientação do governador José Marcelino, razão pela qual não foi incluído na chapa do Partido Republicano para a reeleição. Com o fim de seu mandato, resolveu afastar-se da atividade político-partidária para se dedicar à advocacia e ao jornalismo, declarando em seu último discurso no parlamento, na sessão de 28 de dezembro de 1905, serem aquelas “outras tribunas, que lhe não podiam ser arrebatadas pelo arbítrio ou malevolência de ninguém”.

Em 3 de agosto de 1922, foi eleito para a cadeira nº11 da Academia Brasileira de Letras, que tem como patrono Fagundes Varela, para substituir a Pedro Lessa, mas não chegou a tomar posse, por haver falecido. Sua entrada tardia na ABL deveu-se ao fato de, ao

contrário dos outros candidatos, jamais ter feito campanha para conquistar os votos dos acadêmicos. Mantinha-se distante das negociações e manobras, aguardando que lhe fosse feita justiça. Preferia ser derrotado a transgredir seus princípios

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 15 de maio de 1923.

Homem de letras, publicou *Retalhos e biscalhos*, em que reuniu artigos que havia publicado na imprensa sob os pseudônimos de Erasmo e Deaudor Mosar, *Correspondência, notas e colóquios de Erasmo* e *Prosas de Cassandra*, livros nos quais, segundo o historiador Pedro Calmon, manejou com perícia a ironia e o sentimento.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: ACAD. BRAS. LET. Disponível em:
<www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=486&sid=154&tpl>.
Acesso em: 26/7/2009; ALVES, M. *Escritores* (p.124); BULCÃO SOBRINHO, A. *Histórico*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p. 55-86); *Cartas de Ontem*; *Diário Oficial do Estado da Bahia* (1923, p. 360, 482/489); *Revista do Instituto Genealógico da Bahia* (XI, 11, p. 120-124, 1968); SAMPAIO, C. *Partidos* (p. 69-74); SANTOS, M. *Sinopse* (p. 1- 4); *Tarde*. Um baiano ilustre que desaparece. A morte de Eduardo Ramos, no Rio (15/5/1923).

RAMOS, Ezequiel

* pres. SP 1892.

Ezequiel de Paula Ramos nasceu em Bananal (SP) em 20 de janeiro de 1842, filho do comendador Francisco Ramos de Paula. Sua família dedicava-se à cafeicultura, e seu pai foi um dos chefes do Partido Liberal no vale do Paraíba durante o Império.

Após os estudos regulares, e os exames nas disciplinas preparatórias, ingressou em 1862 na Faculdade de Direito de São Paulo, formou-se em 1866 e doutorou-se em 1867. Passou então a residir em Limeira, onde abriu escritório de advocacia. Nessa cidade casou-se em 1873 com Ana Eufrosina Rodrigues Jordão, neta do brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão, um dos homens mais ricos de São Paulo durante o Império. Por ocasião do casamento, Ana Eufrosina recebeu de presente do pai uma gleba de 306 alqueires, desmembrada da fazenda Morro Azul, de propriedade da família. Nessas terras Ezequiel iniciou a formação de cafezais, na chamada fazenda Quilombo.

Militou durante o Império nas fileiras do Partido Liberal, chegando a se candidatar a cargos eletivos, mas, com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, aderiu ao novo regime, filiando-se ao Partido Republicano Paulista (PRP). Quando da reforma das faculdades jurídicas do país, implementada em 1891 por Benjamin Constant, então ministro da Instrução Pública, foi convidado para ser lente catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo, cargo que recusou, alegando que só tomaria posse através de concurso, e não por nomeação.

Em 30 de abril de 1891, foi eleito senador para a Constituinte paulista pelo PRP, assumindo o mandato em 6 de junho. Membro da comissão encarregada de elaborar o projeto constitucional, defendeu a dualidade das câmaras legislativas, o princípio da representação das minorias, o período trienal das legislaturas, a revogabilidade do mandato legislativo e as imunidades parlamentares. Foi o relator da Constituição do estado que seria promulgada em 14 de julho seguinte, e a partir de então passou a exercer o mandato ordinário de senador estadual. Ocupou-se de vários assuntos, como os núcleos colonizadores, o ensino

agrícola, a extinção das loterias e a catequese dos indígenas. Integrou as Comissões de Indústria e Obras Públicas, de Estatística e de Higiene Pública.

Após a crise política que resultou, em 23 de novembro de 1891, na renúncia do presidente da República Deodoro da Fonseca e na posse do vice-presidente Floriano Peixoto, tornou-se delicada, em São Paulo, a permanência do presidente do estado Américo Brasiliense, aliado de Deodoro. A princípio Ezequiel Ramos contemporizou, mas logo depois passou para a oposição, quando Brasiliense mandou um contingente da polícia cercar o prédio do Congresso estadual. No Senado paulista, vários parlamentares se pronunciaram contra a atitude de Brasiliense, e Ezequiel Ramos, em companhia de seus colegas Martim Francisco, Ricardo Batista e Brasília dos Santos, retirou-se em protesto do edifício e fez divulgar a seguinte nota: “Impedidos hoje pela Força Pública de deliberar com liberdade no Senado, retiramo-nos do recinto e interrompemos o exercício do nosso mandato político até que as sessões comecem a ser efetuadas de acordo com a lei.”

Em 15 de dezembro, após graves ocorrências em várias cidades do interior e principalmente na capital, com mortos e feridos, foi a vez de Américo Brasiliense deixar o cargo para não ser deposto. Passou o governo para o inspetor geral dos corpos de polícia do estado, o coronel Sérgio Tertuliano Castelo Branco, o qual, por sua vez, o transmitiu ao vice-presidente José Alves de Cerqueira César. Foi determinado que fosse lavrado um termo narrando os fatos, e o documento foi assinado pelos presentes, entre eles o senador Ezequiel de Paula Ramos. Pouco tempo depois de ter assumido o cargo, em 29 de janeiro de 1892, Cerqueira César dissolveu o Congresso Legislativo de São Paulo e convocou novas eleições.

Mais uma vez eleito senador estadual, com mandato de 1892 a 1895, ao se iniciar a legislatura Ezequiel Ramos foi escolhido por seus pares presidente do Senado do Estado de São Paulo, sucedendo a Luís Pereira Barreto. Foi reeleito para o cargo em 1893 e 1894, e no ano seguinte foi substituído por José Alves Guimarães Júnior. Como presidente do Senado estadual, coube-lhe assumir interinamente o governo de São Paulo de 21 a 26 de setembro de 1892, no lugar do presidente Bernardino de Campos, que viajou para o Rio de

Janeiro.

Desgostoso com a política, deixou de comparecer à terceira sessão legislativa em 1894, permanecendo em sua fazenda em Limeira, e não apresentou sua candidatura à reeleição em 1º de dezembro de 1894. Por decisão da comissão diretora do PRP, seu mandato foi contudo renovado em eleição suplementar realizada em 30 de julho de 1895, na vaga aberta pela renúncia de Gustavo de Oliveira de Godói. Empossado em 8 de abril de 1896, foi novamente eleito presidente do Senado estadual, no lugar de Francisco de Assis Peixoto Gomide, e reeleito em 1897. Fez parte ainda da Comissão de Constituição e Poderes.

Novamente eleito para o Senado estadual em 1º de dezembro de 1897 com mandato de seis anos, integrou as comissões de Justiça e Força Pública de 1898 a 1900, e de Constituição e Poderes de 1901 a 1903. Participou dos debates sobre as terras devolutas, crédito agrícola, bancos populares e caixas econômicas, núcleos coloniais e cadastro territorial. Em 1902, durante a discussão para a reforma da Constituição do Estado de São Paulo, foi um dos parlamentares que mais defenderam a ideia, que acabou não sendo efetivada. Com a saúde abalada, não se candidatou à reeleição, e ao término dos trabalhos legislativos em dezembro de 1903, retirou-se para a vida privada.

Faleceu em São Paulo em 24 de março de 1905.

De seu casamento com Ana Eufrosina Rodrigues Jordão, teve seis filhos.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: CALIMAN, A. *Legislativo; Correio Paulistano* (25/3/1905) Acervo de Antônio Sérgio Ribeiro; *Diário Popular* (21, 27/9/1892); DIAS, C. *Galeria; Estado de S. Paulo* (25/11/1891, 18/12/1891); NOGUEIRA, A. *Academia*; PRES. REP. *Governos da República*; RIBEIRO, A. *Governantes*; RIBEIRO, A. *Poder*; VAMPRE, S. *Memórias*.

RAMOS, João Domingos

*militar; junta gov. PI 1891-1892.

João Domingos Ramos seguiu a carreira militar e, como tenente-coronel, foi comandante do 25º Batalhão de Caçadores de Teresina.

Com a deposição de Gabriel Luís Ferreira do governo do Piauí em 21 de dezembro de 1891, fez parte da junta que assumiu o poder, composta também por Higino Cunha, Clodoaldo Freitas, José Eusébio de Carvalho Oliveira, Elias Firmino de Sousa Martins e José Pereira Lopes. Em 29 de dezembro, passou a governar sozinho o estado, até 11 de fevereiro de 1892, quando Coriolano de Carvalho e Silva foi nomeado governador.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BASTOS, C. *Dicionário*; GONÇALVES, W. *Grande*; REGO NETO, H. *Fatos*.

RAMOS, Joaquim Gonçalves

* const. 1891; dep. fed. MG 1891-1899.

Joaquim Gonçalves Ramos nasceu em Dolores do Guaxupé (MG).

Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então capital do Império, e por longos anos exerceu a profissão no município de Barbacena (MG).

Ingressou na política após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, quando foi eleito deputado por Minas Gerais ao Congresso Nacional Constituinte em 15 de setembro de 1890. Tomou posse em 15 de novembro do mesmo ano, participou dos trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do Brasil e, após a promulgação da nova Carta em 24 de fevereiro de 1891, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados a partir de maio, quando teve início a legislatura ordinária. Reeleito para as duas legislaturas seguintes, permaneceu na Câmara até dezembro de 1899, quando se encerrou seu mandato.

Faleceu em Minas Gerais.

Era casado com Gertrudes Correia de Moraes, com quem teve um filho.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 7/8/2010; ARRUDA, M. *Mitologia*; BARBOSA, W. *História*; Bibliomed. *História da medicina*. Disponível em: <<http://www.bibliomed.com.br/lib/ShowDoc.cfm?LibDocID=13460&ReturnCatID=200225>>. Acesso em: 11/9/2010; CÂM. DEP. *Constituição de 1891*. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 19/4/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Doc Brasília. *Emenda Lauro Muller*. Disponível em: <<http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Congresso/18901215emendaLauroMuller.htm>>. Acesso em: 14/8/2010; Genealogia Brasileira. Disponível em: <<http://www.genealogiabrasileira.com/titulosperdidos/cantagaloptbetim.htm>>. Acesso em: 13/6/2010; Genealogia familiar de Sérgio Enio Buratto. *Bio. José Corrêa de Moraes*. Disponível em: <http://buratto.org/paulistana/Lemes_5.htm>. Acesso em: 16/9/2010; HORTA, C. *Famílias* (p.111-142); Literatura brasileira. *Bio.*

Joaquim Gonçalves Ramos. Disponível em:
<http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/Consulta/Autor_nav.php?autor=16494>.
Acesso em: 16/9/2010; NOGUEIRA, G. *Genealogias*; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*; VISCARDI, C. *Elites*.

RAMOS, LEONI

*magistrado; min. STF 1910-1931.

Carolino de Leoni Ramos nasceu em Cachoeira (BA) no dia 15 de junho de 1857, filho de Adrião Joaquim Ramos e de Maria da Glória Leoni Ramos.

Concluiu o curso de humanidades no Ginásio Baiano e diplomou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1879. Foi promotor público em Pilar (AL) até 1881, e assumiu então o cargo de juiz municipal e de órfãos em Itaguaí (RJ), onde permaneceu até 1889. Nomeado nesse ano juiz de direito da comarca de Vila Bela (PE), logo teve que abandonar esse posto para assumir (18/10/1889) o cargo de chefe de polícia do Ceará, para o qual foi convidado pelo novo presidente da província, José Caetano Rodrigues Horta.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, ficou em disponibilidade até janeiro de 1890, quando foi designado para a comarca de Joinville (SC). Em junho do mesmo ano, porém, foi removido para a recém-criada comarca de Santa Teresa de Valença (RJ), onde permaneceu até ser posto novamente em disponibilidade em fevereiro de 1892. Abriu, então, banca de advocacia em Valença e iniciou-se na vida política local, sendo eleito vereador e presidente da Câmara Municipal.

Em 1895, foi eleito deputado estadual no estado do Rio de Janeiro na legenda do Partido Republicano Fluminense. Ao fim do mandato (1897) candidatou-se à reeleição, mas não foi bem-sucedido. Nomeado chefe de polícia por Alberto Torres, presidente do estado do Rio de 1897 a 1900, cumpriu essas funções por pouco tempo, exonerando-se devido à crise que acabaria provocando a cisão de seu partido em duas facções, lideradas por Alberto Torres e por José Tomás da Porciúncula. Diante dessa divisão, afastou-se do partido e da política e passou a se dedicar à advocacia em Niterói, onde passara a residir, atuando também no foro da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Em 1904, quando Nilo Peçanha se elegeu presidente do estado do Rio, Leoni Ramos, que o apoiara, candidatou-se à Câmara Municipal de Niterói. Eleito, cumpriu o mandato até ser chamado, em outubro de 1905, para substituir Benedito Pereira Nunes no cargo de prefeito da então capital fluminense, posto em que permaneceu até dezembro de 1906. Durante sua gestão, além de diversos melhoramentos, a capital fluminense recebeu os primeiros bondes elétricos, instalados pela Companhia Cantareira, o primeiro trecho de iluminação pública e

a primeira agência bancária. Ao fim do mandato, retornou à advocacia.

Em 1909, Nilo Peçanha assumiu a presidência da República, devido à morte de Afonso Pena. Empossado, convidou Leoni Ramos para o cargo de chefe de polícia do Distrito Federal. Leoni Ramos assumiu o posto num período difícil, tumultuado pelas agitações políticas que marcaram a disputa entre Rui Barbosa e o marechal Hermes da Fonseca pela presidência da República. Em 5 de novembro de 1910, dez dias antes do término do mandato de Nilo Peçanha, Leoni Ramos foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), tomando posse no dia 23 do mesmo mês.

Em sua atuação no STF, participou de diversas decisões importantes daquela corte. Em julho de 1924, foi relator do processo em que o STF negou por unanimidade o *habeas-corpus* pedido em favor de oficiais implicados na Revolta de 5 de Julho de 1922; no mês seguinte, porém, votou a favor da concessão de *habeas-corpus* ao tenente Eduardo Gomes, pedido negado pelo STF. Em 1926, votou pela concessão da suspensão da pena ao jornalista João Café Filho, condenado por crime de imprensa, estando o seu entre os votos vencedores. Em 17 de setembro de 1930, já vice-presidente do STF (desde abril de 1927), deu voto contrário à prescrição da ação penal contra os implicados no movimento de julho de 1922, voto vencido. E em 5 de novembro, dias depois da vitória da Revolução de 1930, foi um dos dois ministros que votaram pela concessão de *habeas-corpus* a Washington Luís, então preso, em difícil decisão do STF, que acabou por não conceder o pedido de *habeas-corpus* feito pelo representante do presidente deposto.

Em consequência da aposentadoria do ministro Godofredo Cunha, presidente do Supremo, por decisão do governo provisório (18/2/1931), Leoni Ramos foi eleito presidente do STF no dia 25 de fevereiro de 1931. Entretanto, exerceu o cargo por poucos dias apenas, pois veio a falecer em Niterói no dia 20 de março do mesmo ano.

Foi casado com Atília Vilaboim, irmã do senador por São Paulo Manuel Pedro Vilaboim. Tiveram três filhos, destacando-se entre eles o poeta Raul de Leoni (1895-1926).

FONTES: BALEEIRO, A. *Supremo*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; COSTA, E. *Efemérides*; COSTA, E. *Grandes*; FONSECA, C. *Supremo*; *Jornal do Brasil* (21/3/1931);

Jornal do Comércio, Rio (21, 22/3/1931); LAGO, L. *Supremo*; SILVA, H. 1922;
SOARES, E. *Prefeitura*..

RAMOS, Manuel Vitorino de Paula

*dep. fed. SC 1894-1907 e 1909-1911.

Manuel Vitorino de Paula Ramos nasceu em Recife no dia 27 de agosto de 1860, filho de José Francisco de Paula Ramos.

Fez os estudos primários e secundários em sua cidade natal. Depois formou-se engenheiro, em 1883, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, então capital do Império. Exerceu a engenharia em Minas Gerais, como engenheiro-chefe das Comissões de Terras de Ponte Nova e Manhauçu, em Santa Catarina, como delegado da Inspetoria Geral das Terras e Colonização nas colônias de Brusque, Luís Alves e Blumenau, e no Rio de Janeiro, como engenheiro-fiscal das estradas de ferro.

Membro do Partido Republicano Federal, iniciou a carreira política em 1891, quando foi eleito deputado à Assembleia Constituinte de Santa Catarina. Por sua efetiva participação no combate à Revolução Federalista (1893-1895), recebeu do presidente Floriano Peixoto (1891-1894) a patente de tenente-coronel do Exército brasileiro.

Em 1894 foi eleito deputado federal por Santa Catarina para a legislatura 1894-1896, sendo reeleito para mais quatro mandatos consecutivos. Entretanto, renunciou ao seu quinto mandato em 1907 para assumir o cargo de diretor do Serviço de Propaganda e Expansão do Brasil na Europa. Logo depois voltou a eleger-se deputado federal por Santa Catarina, cumprindo o mandato de 1909 a 1911. Foi eleito mais uma vez em 1912, mas não foi reconhecido pela Câmara, então responsável por validar as eleições.

Faleceu em 1925.

Era casado e deixou filhos.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; PIAZZA, W. *Dicionário*.

RAMOS, Mariano

*dep. fed. MT 1894-1896.

Mariano Ramos nasceu em Cáceres (MT) no dia 17 de junho de 1864, filho de Ana Ribeiro Alves Ramos.

Estudou no Liceu Cuiabano, em Cuiabá, e formou-se em direito. Exerceu a advocacia em São Luís de Cáceres (MT) e, ainda durante o Império, foi deputado provincial pelo Partido Liberal.

Já na República foi eleito deputado federal pelo estado de Mato Grosso em 1894. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano, faleceu em maio de 1896, no exercício do mandato.

Adrianna Setemy

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 1).

RAMOS, Nereu

*rev. 1930; rev. 1932; const. 1934; gov. SC 1935-1937; interv. SC 1937-1945; const. 1946; sen. SC 1946-1951; vice-pres. Rep. 1946-1951; dep. fed. SC 1951-1955; sen. SC 1955; pres. Rep. 1955-1956; min. Just. 1956-1957; min. Educ. 1956; sen. SC 1957-1958.

Nereu de Oliveira Ramos nasceu em Lajes (SC) no dia 3 de setembro de 1888, filho de Vidal José de Oliveira Ramos e de Teresa Fiúza Ramos. Sua família, proprietária de grandes extensões de terra no planalto catarinense, constitui com a família Konder-Bornhausen — também de Santa Catarina — uma das poucas oligarquias que acompanharam todos os movimentos políticos mais importantes do século XX sem ceder à primazia da política estadual. Seu pai foi deputado provincial no Império e, depois da proclamação da República, ocupou uma cadeira na Câmara Estadual durante várias legislaturas; exerceu por duas vezes o governo de Santa Catarina (de 1902 a 1905 e de 1910 a 1914), foi deputado federal e senador. Entre seus irmãos, Joaquim Ramos foi deputado federal de 1947 a 1971, e Celso Ramos governou o estado entre 1961 e 1966, representando-o no Senado de 1967 a 1971. Três primos seus também se destacaram na política catarinense: Saulo Ramos cumpriu um mandato na Câmara Federal de 1951 a 1955 e foi eleito senador para o período de 1955 a 1963; Aristiliano Ramos foi interventor no estado entre 1933 e 1935, e Cândido de Oliveira Ramos, interventor em 1932, foi também senador em 1935 e deputado federal entre 1935 e 1937. Seu sobrinho Hugo Ramos Filho, eleito suplente de senador pelo Rio de Janeiro em 1974, assumiu uma cadeira na Câmara Alta em 1978.

Depois de cursar o primário em sua cidade natal, Nereu Ramos ingressou no internato Nossa Senhora da Conceição, dirigido por padres jesuítas e situado em São Leopoldo (RS). Em 1905, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde foi redator da revista do Centro Acadêmico XI de Agosto. Por ocasião da Segunda Conferência de Paz, realizada em Haia (Holanda) em 1907, Nereu integrou uma comissão de estudantes formada para inaugurar, no salão nobre da faculdade, um busto de Rui Barbosa, representante do Brasil naquela conferência.

Bacharelando-se em 1909 retornou a Lajes no ano seguinte e começou a exercer a advocacia. Em 1911, transferiu-se para Florianópolis e iniciou sua participação no jornalismo e na política, escrevendo para jornais locais e elegendo-se em seguida deputado

estadual. No ano seguinte, renunciou ao mandato parlamentar para assumir as funções de secretário da delegação brasileira às conferências internacionais de Direito Marítimo e Letras de Câmbio, realizadas em Bruxelas e Haia.

De volta ao Brasil, reintegrou-se à política de seu estado, atuando, entre janeiro e junho de 1914, como oficial-de-gabinete de seu pai, presidente de Santa Catarina. Durante a Primeira Guerra Mundial, iniciada nesse ano, Nereu foi redator-chefe de O Dia, órgão do Partido Republicano Catarinense (PRC), e fundou o jornal A Noite, em Florianópolis, para defender a causa dos países aliados. Apesar da presença de grande número de imigrantes germânicos no estado e da simpatia de parte significativa da opinião pública catarinense à Alemanha, Nereu fez campanha em favor da declaração de guerra a esse país, o que ocorreu em outubro de 1917.

Nereu não se reelegeu para a Câmara Estadual em 1916 em virtude dos conflitos existentes entre sua família e Filipe Schmidt, sucessor de seu pai na chefia do governo de Santa Catarina. Na legislatura seguinte, iniciada em 1919, exerceu pela última vez um mandato de deputado estadual, permanecendo na oposição ao governo catarinense chefiado, entre 1918 e 1924, por Hercílio Luz. Em 1921, fundou o jornal A República e foi um dos organizadores em seu estado da Reação Republicana, movimento de apoio à candidatura de Nilo Peçanha para as eleições presidenciais de março do ano seguinte, vencidas por Artur Bernardes.

Esse resultado desagradou a setores militares e provocou o recrudescimento da oposição ao governo federal. Em 5 de julho de 1922 antes da posse de Bernardes, eclodiu um levante em guarnições do Rio de Janeiro (então Distrito Federal) e de Mato Grosso que, apesar de rapidamente sufocado, deu início ao ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920. Durante todo esse período, Nereu Ramos permaneceu na oposição aos governos estaduais de Antônio Pereira da Silva e Oliveira (1924-1926) e Adolfo Konder (1926-1930), exercendo a advocacia e atuando como jornalista em Santa Catarina.

Nas revoluções de 1930 e 1932

No início de 1926, sob a liderança de Antônio Prado, foi fundado o Partido Democrático (PD) de São Paulo, que defendia a adoção do voto secreto e outras medidas destinadas à “moralização” do processo eleitoral. A idéia da criação de um partido nacional

com essas características logo teve curso e obteve a adesão de Nereu Ramos, fundador e primeiro presidente, em 1927, do Partido Liberal Catarinense (PLC). Nesse mesmo ano, paulistas do PD e gaúchos da Aliança Libertadora organizaram o Partido Democrático Nacional (PDN) sob a presidência de Joaquim Francisco de Assis Brasil. O PLC passou então a desenvolver em seu estado uma política correspondente à que era proposta em âmbito nacional pelo PDN, que, em 1929, incorporou-se à recém-fundada Aliança Liberal, coligação oposicionista que apresentou a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa para as eleições presidenciais de março de 1930. Líder da campanha liberal em seu estado, Nereu também esteve presente na “caravana democrática” que promoveu comícios no Nordeste com a participação de João Neves da Fontoura, Maurício de Lacerda, Adolfo Bergamini e outros destacados oposicionistas.

No pleito de 1930, Nereu se elegeu deputado federal por Santa Catarina, mas a vitória nas eleições presidenciais coube ao situacionista Júlio Prestes. Entretanto, a lisura do processo eleitoral foi contestada por importantes segmentos da Aliança Liberal que, aproximando-se dos grupos tenentistas, passaram a defender a luta armada contra o governo federal. A instabilidade política do país foi agravada pelo assassinato de João Pessoa, ocorrido no dia 26 de julho em Recife. Em agosto, quando o corpo do líder aliancista chegou ao Rio de Janeiro, Nereu discursou pelas ruas da cidade, que experimentou intensa ebulição política. Integrado na conspiração revolucionária, transferiu-se em seguida para o Rio Grande do Sul, onde o levante teve início no dia 3 de outubro, chegando rapidamente à vitória. Nereu acompanhou então as tropas gaúchas que marcharam para o norte e, no dia 24 seguinte, com a notícia da queda do presidente Washington Luís no Distrito Federal, entrou em Florianópolis junto com o estado-maior do general Ptolomeu de Assis Brasil que pouco depois assumiu o governo do estado na condição de delegado da revolução vitoriosa. Com o fechamento do Congresso, extinguiu-se o seu primeiro mandato de deputado federal.

No dia 3 de novembro Getúlio Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório, que nomeou interventores para os estados da federação. Em Santa Catarina foi escolhido o general Ptolomeu de Assis Brasil, que assumiu o cargo no dia 24 do mesmo mês. Em vários estados, o período posterior à revolução foi marcado pela instabilidade política devido ao agravamento dos conflitos entre as diversas correntes que almejavam o poder. Em São

Paulo esse processo acirrou-se progressivamente ao longo dos dois anos seguintes, conduzindo à deflagração da Revolução Constitucionalista (9/7/1932), apoiada pelas principais forças políticas do estado, unidas contra o governo federal. Nereu Ramos solidarizou-se com o movimento e demitiu-se da presidência do PLC, então minoritário em Santa Catarina, acompanhando assim a posição assumida por Antônio Augusto Borges de Medeiros, Raul Pilla e outros líderes da Frente Única Gaúcha (FUG). Entretanto, o interventor José Antônio Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, fez um acordo com Vargas, contribuindo assim, decisivamente, para o isolamento dos paulistas. Com a derrota dos revolucionários no início de outubro, Nereu Ramos foi posto sob vigilância e proibido, durante algum tempo, de deixar Florianópolis.

Ainda em 1932, Nereu foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de Santa Catarina, onde passou a lecionar direito constitucional e teoria do estado. Pouco depois da vitória sobre os paulistas, o Governo Provisório anunciou a convocação, para maio de 1933, de eleições para uma Assembléia Nacional Constituinte. Em abril desse ano, Aristiliano Ramos assumiu a interventoria de Santa Catarina e a presidência do PLC. Reintegrado a esse partido e lançado candidato à Constituinte, Nereu obteve a maior votação em seu estado, conquistando uma das vitórias mais significativas da oposição em todo o país.

Na Constituinte, reunida a partir de novembro de 1933, foi um dos 26 deputados integrantes da Comissão Constitucional encarregada de examinar o anteprojeto de Constituição preparado pelo Governo Provisório e as emendas a ele apresentadas. Junto com o deputado João Marques dos Reis, foi relator de um substitutivo parcial ao capítulo que tratava da nacionalidade, cidadania, inelegibilidade e declaração de direitos. Em maio de 1934, integrou a delegação de parlamentares designada para levar a Vargas cumprimentos pela decretação da anistia aos revolucionários de 1932.

No governo de Santa Catarina

Após a promulgação da Constituição e a eleição de Getúlio Vargas para a presidência da República, em 16 e 17 de julho de 1934, os constituintes tiveram seus mandatos prorrogados até a posse dos novos deputados que seriam eleitos em outubro, passando então ao trabalho legislativo ordinário. Nesse período, Nereu Ramos integrou na Câmara as comissões de Constituição e Justiça, Reforma do Código Eleitoral e Estatuto dos Funcionários Públicos, além de participar da campanha eleitoral do seu estado. No pleito de

14 de outubro estavam em jogo a renovação da bancada federal catarinense e a composição da Assembléia Constituinte estadual, encarregada também de escolher dois senadores e o governador. Nereu Ramos concorreu a uma cadeira na Câmara Federal, tornando-se também candidato do PLC ao governo do estado.

Durante a campanha, o Partido Republicano Catarinense (PRC) e outras agremiações oposicionistas articularam uma coligação que, liderada por Adolfo Konder — chefe da oligarquia rival da família Ramos —, conquistou o apoio do interventor Aristiliano Ramos. Dessa forma o interventor foi lançado candidato ao governo do estado pela oposição. Realizado o pleito, Nereu foi reeleito deputado federal, enquanto que, na composição da Constituinte estadual, configurou-se uma situação de equilíbrio entre as duas candidaturas para o governo: foram escolhidos 12 deputados partidários de Nereu, cinco de Aristiliano e 14 das oposições coligadas, dos quais cinco, do grupo Konder, se recusavam a votar no interventor. Nesse contexto, Flores da Cunha pediu a Vargas que interviesse em favor de Aristiliano, mas o presidente preferiu tentar uma solução conciliatória que lhe garantisse um governo amigo em Santa Catarina.

Antes da instalação da Constituinte, o PLC conseguiu obter a adesão de alguns deputados republicanos desequilibrando a correlação de forças. Alegando falta de garantias para o funcionamento normal da Assembléia, os representantes liberais e os dissidentes do PRC refugiaram-se no quartel da guarnição federal de Florianópolis — o 14º Batalhão de Caçadores — e iniciaram os trabalhos. Em 1º de maio de 1935 elegeram Nereu Ramos governador do estado, dando início a um período de dez anos em que Nereu esteve à frente do governo de Santa Catarina.

Sua administração teve dois aspectos especialmente relevantes. O primeiro foi sua obra viária, que, na época, dotou Santa Catarina das melhores e mais bem conservadas rodovias do país. O outro, no plano político, foi o dos conflitos com ponderáveis parcelas da colônia alemã, simpatizantes do nazismo e do integralismo. Além disso instalou diversos postos de saúde nos municípios e construiu o edifício do Departamento de Saúde Pública. Apesar de governar um pequeno estado, Nereu era também um político de atuação nacional tendo participado, junto com Juraci Magalhães, Carlos de Lima Cavalcanti e Benedito Valadares, das articulações ligadas à sucessão de Vargas, prevista para 1938. Em maio de 1937, seu partido, o PLC, esteve representado na convenção de lançamento da candidatura

de José Américo de Almeida à presidência da República, com o apoio oficioso do governo.

Segundo entrevista do general Eurico Gaspar Dutra concedida ao historiador Hélio Silva, em 1937 Nereu negou-se a colaborar com Vargas na execução de um plano que visava criar as condições para decretar intervenção federal no Rio Grande do Sul através da promoção de um levante contra Flores da Cunha. O cerco ao governador gaúcho, no entanto, se estreitou até que, em outubro de 1937, ele abandonou o cargo e se exilou no Uruguai.

Nereu foi convertido de governador em interventor quinze dias após o golpe de Estado que, liderado pelo próprio presidente Vargas em 10 de novembro de 1937, implantou o Estado Novo. A nova Constituição então outorgada por Vargas facilitou o desenvolvimento de uma campanha de nacionalização do ensino em Santa Catarina, apoiada por Nereu e dirigida pelo general José Meira de Vasconcelos, comandante da 5ª Região Militar, visando a substituição das numerosas escolas alemãs por escolas públicas brasileiras, especialmente nos 20 municípios situados nos vales dos rios Itajaí e Cachoeira. Nessa região, a língua portuguesa era precariamente falada e as crianças, até então, estudavam em alemão.

Nereu encontrou forte oposição a seu governo e foi estigmatizado como inimigo dos imigrantes e dos seus descendentes em virtude de cinco decretos que assinou entre janeiro de 1938 e fevereiro de 1939, instituindo novas normas relativas ao ensino primário e à nacionalização do sistema escolar. Seu pai realizara a primeira reforma do ensino em Santa Catarina. Nereu fez a segunda, desenvolvendo intensa atividade na área da educação pública durante sua interventoria. Entre outras medidas, criou a Inspetoria Geral das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino, instituiu a obrigatoriedade da educação primária para as crianças de oito a 14 anos e proibiu que sedes municipais, novos núcleos de população e estabelecimentos escolares sustentados total ou parcialmente pelo Estado ou pelos municípios recebessem nomes estrangeiros.

A colônia alemã de Santa Catarina também reagiu com antipatia ao fechamento das sociedades de atiradores (clubes onde os imigrantes se reuniam para praticar o tiro ao alvo e cultivar suas tradições folclóricas) e à elevação de vários distritos de Blumenau — Rio do Sul, Indaial, Ibirama, Rodeio, Timbó e Gaspar — à condição de municípios. Após a eclosão da Segunda Guerra Mundial em setembro de 1939, o general Meira Vasconcelos, apoiado

por Nereu, concentrou suas atividades na desarticulação das redes de espionagem que trabalhavam para o Eixo no estado.

Em 1942, quando o rumo da guerra começou a ser revertido em favor dos Aliados, o governo brasileiro abandonou sua posição de neutralidade e declarou guerra aos países do Eixo. Pouco depois, tentando se antecipar às pressões em favor da redemocratização do país, Getúlio Vargas anunciou que, ao final do conflito, o Estado Novo seria transformado. Visando preparar as condições políticas dessa transição, em fins de 1944 Alexandre Marcondes Filho, ministro da Justiça, deu instruções aos interventores no sentido de começarem a organizar um partido político nacional que apoiasse Vargas. Das articulações então desenvolvidas pelo governo federal com os interventores nos estados do Rio (Ernâni Amaral Peixoto), Pernambuco (Agamenon Magalhães), Minas Gerais (Benedito Valadares) e São Paulo (Fernando Costa) começou a nascer o Partido Social Democrático (PSD). No início de 1945, as modificações surgidas nas conjunturas nacional e internacional levaram Vargas a adotar medidas reformistas no terreno político. Em 28 de fevereiro foi promulgada a Lei Constitucional nº 9 (Ato Adicional), que previa a convocação de eleições diretas para a presidência da República, o governo dos estados e o Congresso Nacional. Em 18 de abril foi concedida a anistia, e em 28 de maio um decreto-lei permitiu a existência dos partidos.

Nereu Ramos foi o condutor do processo de formação do PSD em Santa Catarina, e durante a primeira convenção nacional desse partido, realizada no Rio de Janeiro em 17 de julho, apresentou uma moção, aprovada por unanimidade, em que expressava apoio integral a Vargas, “a cuja obra de governo e orientação política deve o Brasil, de par com a sua paz social, o período mais assinalado de sua grandeza e expressão internacional”.

Entretanto, o enfraquecimento do regime prosseguiu até que, em 29 de outubro de 1945, Vargas foi derrubado por um golpe liderado pelo general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, que voltara a ocupar a pasta da Guerra em agosto. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Linhares, assumiu interinamente a presidência da República e começou a substituir os interventores dos estados. No dia 6 de novembro, Nereu passou o seu cargo para Luís Gallotti, procurador da República.

De volta ao Parlamento

Os resultados conseguidos por Nereu e pelo PSD catarinense nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, realizadas em 2 de dezembro de 1945, demonstraram

que o antigo interventor absorvera com relativa facilidade os problemas políticos enfrentados com a colônia alemã durante sua gestão. Nereu foi eleito simultaneamente senador, com 110.840 votos, correspondentes a 51,1% do colégio eleitoral, e deputado; seu partido conseguiu eleger sete representantes, contra dois da União Democrática Nacional (UDN). Por outro lado, o general Eurico Dutra, candidato vitorioso à presidência da República, lançado pelo PSD e apoiado por Vargas, obteve 65,6% dos votos válidos em Santa Catarina, o dobro da votação do seu principal oponente, o brigadeiro Eduardo Gomes.

A Constituinte iniciou seus trabalhos em 2 de fevereiro de 1946, tendo Nereu como líder da maioria. Em 15 de março, ele foi eleito por unanimidade presidente da Comissão Constitucional, integrada por representantes de todos os partidos e encarregada de elaborar o projeto de Constituição, além de apreciar as emendas a ele apresentadas.

Em 4 de junho do mesmo ano, Otávio Mangabeira, líder da UDN, apresentou uma moção condenando o Estado Novo e exaltando as forças armadas pela deposição de Vargas. Nereu, em nome do PSD, propôs uma modificação que suprimia a referência ao golpe de 29 de outubro de 1945, de maneira a agradecer às forças armadas o modo como, “unidas em todos os movimentos republicanos”, haviam cumprido o seu dever. A UDN, entretanto, se opôs a essa nova versão, afirmando que ela desmerecia a ação dos chefes militares na deposição de Vargas, o que levou a Assembléia a aprovar as duas moções.

A nova Constituição foi promulgada em 18 de setembro de 1946 e, no dia seguinte, Nereu foi eleito pelos constituintes vice-presidente da República recebendo 178 votos contra 139 dados a José Américo de Almeida, candidato da UDN. Tomou posse no mesmo dia, passando a exercer automaticamente, de acordo com as novas normas constitucionais, a presidência do Senado.

No dia 24 de fevereiro de 1947, a comissão diretora do PSD indicou Nereu para a presidência da agremiação no lugar de Benedito Valadares que, no mês anterior, havia sido derrotado na disputa da terceira cadeira de senador por Minas Gerais e estava bastante desgastado junto à seção mineira do partido. Vice-presidente da República e presidente do PSD, Nereu tinha então aberta diante de si, em princípio, a perspectiva de ser escolhido candidato situacionista à sucessão de Dutra. Já estava em curso, porém, a política de “união nacional” patrocinada pelo presidente, que resultou inicialmente na entrada dos udenistas

Raul Fernandes e Clemente Mariani no ministério em dezembro de 1946 e na articulação do acordo interpartidário, homologado em 22 de janeiro de 1948 no palácio do Catete pelos presidentes das três agremiações que formavam a base de apoio do governo no Congresso: Nereu Ramos pelo PSD, José Américo pela UDN e o ex-presidente Artur Bernardes pelo Partido Republicano (PR), que contavam, respectivamente, com 151, 77 e sete dos 286 deputados federais.

No mesmo mês de janeiro de 1948, Nereu participou também das cassações dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) — então Partido Comunista do Brasil —, cujo registro havia sido cancelado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no ano anterior. Coube ao senador pessedista catarinense Ivo d'Aquino, líder da maioria (PSD-PTB) e secretário do estado na época da interventoria de Nereu, a iniciativa do projeto que permitiu a cassação dos mandatos pelas mesas da Câmara e do Senado. Em seguida, Nereu liderou a comissão do Congresso que foi levar o projeto para a sanção presidencial. No ano seguinte, o deputado Edmundo Barreto Pinto, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e autor de violentas críticas a Dutra, ao PSD e à UDN, se deixou fotografar de cuecas para uma reportagem publicada na revista O Cruzeiro. Nereu e Carlos Cirilo Júnior, presidente da Câmara Federal, exerceram forte pressão no sentido de obter a cassação do seu mandato por atentado ao decoro parlamentar, conseguindo esse objetivo em maio de 1949.

Nereu exerceu a presidência da República de 13 a 30 de maio de 1949, durante a viagem que o general Dutra fez aos Estados Unidos.

A sucessão de Dutra

As negociações em torno da sucessão presidencial começaram em Minas Gerais ainda no ano de 1948, sob a égide da política de “união nacional”, que criava fortes obstáculos à candidatura de Nereu. Lideranças mineiras dos dois maiores partidos do país buscaram inicialmente um acordo em torno de nomes comuns, cabendo em princípio ao PSD a chefia do governo federal, enquanto a UDN indicaria o governador do estado. Em 1949, foi formada uma comissão composta pelos presidentes das três agremiações integrantes do acordo interpartidário — Nereu, José Eduardo do Prado Kelly (UDN) e Artur Bernardes (PR) — para discutir o problema, mas os entendimentos chegaram a um impasse porque Nereu pleiteava sua própria candidatura, enquanto que a possibilidade de

acordo estava em torno do nome de José Francisco Bias Fortes, apoiado por Dutra. Nessas condições, as seções mineiras dos três partidos resolveram deixar a solução do problema a cargo do presidente, desde que o escolhido fosse de Minas Gerais: foi a “fórmula mineira” que, se aplicada, frustraria as pretensões de Nereu.

Em agosto de 1949, os diretórios dos três partidos em Minas firmaram um acordo em que se decidia a adoção de uma candidatura comum. De fins de setembro a fins de outubro, Nereu, Prado Kelly e Bernardes voltaram a se reunir, infrutiferamente, e nas semanas seguintes o presidente do PSD procurou articular sua candidatura. Entretanto, Dutra agiu em sentido contrário. Segundo depoimento de Ernâni Amaral Peixoto o presidente instruiu Benedito Valadares para que afirmasse que o PSD mineiro não aceitava Nereu, advertindo ao mesmo tempo os interessados nessa candidatura de que ela não era viável devido ao veto de Minas Gerais.

Em 12 de novembro, Nereu teve uma audiência com Dutra, o qual se negou a assumir um compromisso formal com o PSD, provocando um rompimento político entre ambos. No dia 21 em reunião da comissão diretora do partido, Benedito Valadares apresentou novamente a “fórmula mineira” — apoiada então pelo general Góis Monteiro, senador pessedista por Alagoas — e sugeriu que a escolha fosse realizada entre os nomes de Bias Fortes, Israel Pinheiro, Carlos Luz e Ovídio de Abreu, excluindo assim Cristiano Machado, simpático à UDN.

No dia 26, a direção do PSD voltou a se reunir e aprovou a “fórmula mineira”, levando Nereu a renunciar à presidência do partido em protesto contra a interferência do governo na questão sucessória sendo substituído por Cirilo Júnior. No mesmo dia, seu amigo João Neves da Fontoura declarou que a “fórmula mineira” havia sido elaborada por Dutra e seu ministro da Justiça, Adroaldo Mesquita da Costa, à revelia e contra a vontade do partido. “Por muito menos”, afirmou, “formou-se a Aliança Liberal”.

No início de dezembro, Otávio Mangabeira afirmou que o candidato da UDN só poderia ser o brigadeiro Eduardo Gomes, opinião compartilhada pela comissão executiva desse partido. Ao mesmo tempo, Amaral Peixoto propôs a Vargas a formação de uma coligação entre o PTB e o PSD para levar à presidência “um grande nome nacional”; enquanto este último partido se inclinava pela “fórmula Jobim”, proposta de entendimento entre todas as agremiações elaborada pelo governador gaúcho Válter Jobim. Ademar de

Barros, governador de São Paulo, insistia junto a Vargas para que se candidatasse.

As idas e vindas do processo sucessório continuaram até que, em 19 de abril de 1950, a UDN lançou oficialmente a candidatura de Eduardo Gomes. No dia seguinte, Vargas aceitou o lançamento do seu nome pelo PTB, feito pouco antes por João Goulart em um comício. No início de maio ainda havia setores pessedistas que defendiam a candidatura de Nereu, mas no dia 17 o PSD indicou oficialmente o nome de Cristiano Machado. Nereu chegou a ser cogitado pelo PTB para formar a chapa com Vargas, mas a escolha acabou recaindo sobre João Café Filho, do Partido Social Progressista (PSP), em virtude do acordo estabelecido entre Vargas e Ademar de Barros, chefe nacional do partido.

Nas eleições de 3 de outubro de 1950, Getúlio recebeu 3.839.040 votos contra 2.342.384 dados a Eduardo Gomes, enquanto Café Filho foi eleito vice-presidente com menos de duzentos mil sufrágios de vantagem sobre o candidato udenista Odilon Braga. Cristiano Machado teve apenas 1.697.193 votos, pois muitos setores pessedistas, inclusive em Minas Gerais, orientaram suas áreas de influência para apoiar Vargas. Em Santa Catarina o PSD cedeu terreno à UDN, que elegeu Irineu Bornhausen para o governo estadual e ao PTB, que ganhou a cadeira de senador. Nessa eleição, a família Ramos deu uma notável prova de versatilidade política: Nereu, candidato pelo PSD, obteve o quinto lugar na relação dos mais votados para a Câmara Federal, recebendo 14.513 votos; Joaquim Ramos encabeçou a lista do PSD; Saulo Ramos, que concorreu pelo PTB, foi o deputado mais votado, e Aristiliano Ramos foi eleito primeiro suplente pela UDN.

As crises de 1954-1955

O segundo governo constitucional de Vargas, iniciado em 31 de janeiro de 1951, traçou uma política de desenvolvimento baseada em um sistema de alianças em que os movimentos populares, canalizados principalmente através do PTB e dos sindicatos, dispunham de espaço para barganhar com os centros de decisão do Estado. Essa orientação foi combatida por um conjunto heterogêneo de forças em que figuravam os segmentos udenistas liberais, uma parte do pessedismo de extração oligárquica, os comunistas e, sobretudo, os setores udenistas aliados a correntes militares conservadoras, favoráveis a uma solução ditatorial transitória. O principal porta-voz desta última corrente era o jornalista Carlos Lacerda.

Em 12 de março de 1951, Nereu foi eleito presidente da Câmara dos Deputados,

passando a ser o segundo nome na linha de sucessão do presidente da República. O período seguinte foi pontilhado de crises, que desembocaram em uma grande ofensiva contra Vargas depois do atentado praticado na madrugada de 5 de agosto de 1954, quando elementos ligados à guarda pessoal do presidente, tentando alvejar Lacerda, assassinaram o major-aviador Rubens Vaz. A Força Aérea Brasileira evocou a si a realização do inquérito sobre o atentado instaurando a chamada “República do Galeão” e acusando servidores de Getúlio. Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal do presidente, foi preso e submetido a violências. Na Câmara, o líder da UDN, Afonso Arinos de Melo Franco, pediu da tribuna a renúncia de Vargas.

Em 21 de agosto, Café Filho entrevistou-se com Vargas e lhe propôs, sem êxito, que ambos renunciassem, passando o governo a Nereu Ramos, que exercia seu segundo mandato na presidência da Câmara. As pressões militares sobre o presidente aumentaram e, na madrugada do dia 24, ele realizou a última reunião com o ministério, anunciando sua intenção de pedir licença do cargo. Na manhã seguinte, chegou a notícia de que seu irmão Benjamim Vargas fora intimado a depor no inquérito do Galeão. Pouco depois, Getúlio se suicidou com um tiro no coração.

A grande mobilização de massas populares então ocorrida em todo o país, especialmente no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, desarmou a ofensiva contra o governo e inviabilizou a consumação da intervenção militar. Café Filho tomou posse no próprio dia 24 de agosto.

Nessa ocasião, Nereu estava em Santa Catarina. Diante da notícia do suicídio de Vargas, retornou ao Rio de Janeiro, mas os trabalhos da Câmara, realizados sob forte pressão popular nos arredores do palácio Tiradentes, foram presididos pelo primeiro-vice-presidente da casa, o deputado udenista José Augusto Bezerra de Medeiros. Segundo Café Filho, a filha de Getúlio, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, repeliu “com expressões ríspidas” as manifestações de pesar feitas por Nereu durante o velório do ex-presidente.

Empenhado em unificar o PSD sob o comando de João Neves da Fontoura e impedir a candidatura do governador mineiro Juscelino Kubitschek à presidência da República — cujo êxito dependia da sua aliança com o PTB —, Café Filho ofereceu a chefia do Ministério da Justiça a Nereu, que gozava de simpatias junto à UDN e era

candidato potencial à sucessão. Nereu recusou o convite, alegando sua condição de candidato a senador e deputado nas eleições marcadas para 3 de outubro seguinte. Além disso, tinha compromissos com o PTB em Santa Catarina e julgava não contar com o apoio de Amaral Peixoto, então presidente do PSD, e da bancada mineira do partido. Por sugestão sua, Café Filho escolheu Miguel Seabra Fagundes para essa pasta.

No início de setembro, uma comissão do PSD integrada pelo governador paulista Lucas Nogueira Garcez, Benedito Valadares, Edgar Batista Pereira e Nereu entrevistou-se com o presidente para sugerir o adiamento das eleições com o argumento de que, realizado sob o impacto do suicídio de Vargas, o pleito poderia levar a uma votação em massa nos candidatos do PTB, gerando uma reação militar. Lacerda também defendia a adoção dessa medida, acompanhado de forma mais ou menos explícita por importantes segmentos udenistas, pelo PR e pelo presidente do Partido Libertador (PL), Raul Pilla.

As eleições, entretanto, se realizaram, e os resultados refletiram muito mais as tendências profundas do eleitorado e os acordos locais do que o clima criado pelo desenlace da crise de agosto. Em Santa Catarina, a coligação PSD-PTB elegeu o mesmo número de deputados federais e estaduais que a UDN. Para o Senado, foram eleitos Nereu e seu primo Saulo Ramos, com 160.980 e 145.627 votos, respectivamente, derrotando os candidatos udenistas Adolfo Konder e Aristiliano Ramos, que obtiveram em torno de 135 mil sufrágios cada um. Apesar dessa vitória, no cômputo geral o PSD recuou novamente, cedendo terreno à UDN, ao PSP e ao Partido Democrata Cristão (PDC). Mais um nome da família Ramos, Celso Ramos, irmão de Nereu, apareceu na constelação política do estado, como primeiro suplente de deputado federal pela UDN.

Em novembro de 1954, o diretório nacional do PSD indicou o nome de Kubitschek para concorrer à presidência da República nas eleições marcadas para 3 de outubro do ano seguinte. Abstiveram-se de votar os representantes de Pernambuco (liderados pelo governador Etelvino Lins, que fora eleito com o apoio da UDN), de Santa Catarina (liderados por Nereu) e do Rio Grande do Sul. Além das resistências de setores pessedistas que preferiam as candidaturas “regionais” de Etelvino e Nereu, o nome de Kubitschek encontrou forte oposição das principais autoridades militares e da UDN, a qual, com o apoio de Café Filho, voltou ao tema do candidato de “união nacional”.

Em janeiro de 1955 Café viajou à Bolívia para inaugurar a ferrovia Corumbá-Santa

Cruz de la Sierra e Nereu assumiu interinamente, pela segunda vez, a presidência da República. De volta ao Brasil, no fim desse mês Café leu através de uma cadeia nacional de rádio e televisão um apelo dos chefes militares à “união nacional”, contra as candidaturas partidárias. Referindo-se expressamente a Kubitschek, afirmou: “Receio assim que possam avolumar-se as perspectivas de que o Brasil caminha para uma luta política de conseqüências imprevisíveis.” Juscelino respondeu imediatamente, mantendo sua candidatura.

Na nova legislatura, iniciada em 1º de fevereiro de 1955, Nereu foi eleito vice-presidente do Senado, voltando a ser o segundo na ordem de sucessão presidencial, depois do pessedista mineiro Carlos Luz, que assumiu a presidência da Câmara derrotando o candidato apoiado por Kubitschek, Pascoal Ranieri Mazzilli, também do PSD. Apesar dessa derrota, o governador mineiro teve sua candidatura à presidência da República homologada pela convenção nacional do PSD que se reuniu em 10 de fevereiro, obtendo 1.646 dos 1.925 votos dos convencionais. Discordando dessa escolha, os diretórios estaduais de Pernambuco, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, assim como grande número de representantes da Bahia e alguns do Distrito Federal, formaram uma dissidência que passou a estudar o lançamento de uma candidatura alternativa. Depois de cogitarem os nomes de Etelvino, Nereu, Carlos Luz e Lucas Lopes, os dissidentes pessedistas, apoiados por representantes da UDN, do PDC e do PL, lançaram em abril o nome do governador de Pernambuco. Ao mesmo tempo, o acordo PSD-PTB ficou configurado com o lançamento de João Goulart, presidente do PTB, para completar a chapa de Kubitschek.

No final desse mês, o Clube da Lanterna, constituído pelos adeptos de Carlos Lacerda, e depois a própria UDN, apoiaram oficialmente a candidatura de Etelvino Lins, cuja campanha teve início nos primeiros dias de maio. Em seguida, o PSP lançou o nome de Ademar de Barros e o PDC escolheu Juarez Távora, que pouco antes havia renunciado à sua candidatura na legenda da UDN. Em fins de junho, Etelvino resolveu retirar sua candidatura. Juarez enalteceu essa decisão e pediu para si o endosso dos setores que haviam apoiado o governador de Pernambuco.

Em 31 de julho, a convenção nacional da UDN homologou a chapa Juarez Távora-Milton Campos. Nesse período, os diretórios pernambucano e gaúcho do PSD sofreram intervenção da direção nacional do partido por se recusarem a apoiar a chapa

Juscelino-Goulart, mas o de Santa Catarina, presidido por Nereu, foi mantido em virtude de sua decisão de aceitar a aliança PSD-PTB para a sucessão estadual. Em agosto, a tensão nas áreas militares cresceu em função de dois episódios. Primeiro, o lançamento de um manifesto do PCB, assinado por Luís Carlos Prestes, apoiando a chapa Juscelino-Goulart e contendo severas acusações a militares. Segundo, o discurso pronunciado pelo general Canrobert Pereira da Costa no Clube da Aeronáutica por ocasião do aniversário do assassinato do major Rubens Vaz.

Realizadas as eleições, Juscelino e Goulart venceram. O primeiro recebeu cerca de 1/3 dos votos depositados nas urnas, enquanto o segundo teve pouco mais de duzentos mil votos de vantagem sobre Milton Campos. Em Santa Catarina, os candidatos da coligação PSD-PTB para a presidência e a vice-presidência da República foram vitoriosos, mas o governo do estado foi conquistado por Jorge Lacerda, apoiado pela UDN, o PDC, o PRP e o PSP. O candidato vitorioso conseguiu cerca de três mil votos a mais do que o candidato apoiado por Nereu, Francisco Gallotti.

Logo após a proclamação dos resultados, teve início uma crise política de âmbito nacional, pois a UDN deflagrou uma campanha, liderada pelo deputado Aliomar Baleeiro, contra a posse de Juscelino e Goulart, alegando que eles não haviam obtido a maioria absoluta dos sufrágios. Alguns setores udenistas, tendo à frente Carlos Lacerda, passaram a pregar abertamente a implantação de um estado de exceção. O ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, assumiu posição favorável à posse dos eleitos, mas as tensões nos meios militares não desapareceram. No dia 1º de novembro, durante o sepultamento do general Canrobert, o coronel Jurandir de Bizarria Mamede discursou como porta-voz da diretoria do Clube Militar, externando uma posição claramente contrária à do ministro. Lott passou então a reivindicar a punição de Mamede, que servia na Escola Superior de Guerra, subordinado portanto à Presidência da República.

Dois dias depois, um distúrbio cardíaco forçou a internação do presidente Café Filho no Hospital dos Servidores do Estado e, em 8 de novembro, a passagem do seu cargo ao presidente da Câmara, Carlos Luz. Apesar de não alterar de imediato o ministério, o novo chefe do governo negou-se a punir o coronel Mamede e aceitou, no dia 10, a renúncia de Lott, escolhendo o general Álvaro Fiúza de Castro para substituí-lo. De volta ao prédio do Ministério da Guerra para preparar a transmissão do cargo, Lott foi convencido por

vários generais, especialmente Odílio Denis, a permanecer em suas funções e, assim, provocar a deposição do presidente em exercício.

Na madrugada de 11 de novembro de 1955, a capital federal foi ocupada por tropas do Exército, levando Carlos Luz e outras autoridades civis e militares a buscarem abrigo no Ministério da Marinha e a embarcarem, na manhã seguinte, no cruzador Tamandaré, que tomou o rumo de Santos. Nesse ínterim, o ministro da Aeronáutica, Eduardo Gomes, se havia deslocado para o quartel-general da IV Zona Aérea, em São Paulo, onde procurava concentrar os pilotos e os aviões de combate normalmente sediados no Rio. No mesmo dia, o Congresso Nacional se reuniu e, refletindo a posição de Lott e dos demais chefes militares decididos a garantir a posse dos eleitos, aprovou o impedimento de Carlos Luz por 257 votos contra 72, dando posse a Nereu Ramos na presidência da República. Na ocasião, Nereu afirmou a Afonso Arinos que aceitava o cargo para manter o poder civil e, assim, defender a Constituição.

Compreendendo a inutilidade da resistência em face da correlação desfavorável de forças políticas e militares, Carlos Luz resolveu aceitar a decisão do Congresso e o Tamandaré voltou ao Rio.

Em 12 de novembro, Nereu visitou Café Filho no hospital, manifestando a intenção de transmitir-lhe a chefia do governo tão logo se verificasse seu restabelecimento, posição que reiterou três dias depois. No dia 20, porém, Lott entrevistou-se com Café e lhe comunicou que, na opinião do esquema militar vitorioso, sua volta à presidência não seria conveniente. Café insistiu em reassumir o cargo, mas no dia 21 o Congresso aprovou seu impedimento por 208 votos contra 109. O ex-presidente ficou então confinado em seu apartamento, em Copacabana, cercado por tropas e blindados do Exército.

No dia 24, atendendo a uma solicitação dos ministros militares, o Congresso decretou o estado de sítio. Do ministério de Café Filho, Nereu manteve os titulares da Guerra, o general Lott, e da Fazenda, Mário Câmara, nomeando para as demais pastas o almirante Antônio Alves Câmara (Marinha), o brigadeiro Vasco Alves Seco (Aeronáutica), José Carlos de Macedo Soares (Relações Exteriores), Abgar Renault (Educação e Cultura), Maurício Medeiros (Saúde), Lucas Lopes (Viação), Néelson Omegna (Trabalho, Indústria e Comércio), Eduardo Catalão (Agricultura) e Francisco Meneses Pimentel (Justiça).

Em 1º de janeiro de 1956, a vigência do estado de sítio foi prorrogada até 26 de

fevereiro. No dia 31 de janeiro, Nereu passou o governo a Juscelino Kubitschek, de quem se tornou, na mesma data, ministro da Justiça. Em fins de maio desse ano, Nereu delegou ao Exército a tarefa de reprimir as manifestações populares desencadeadas na capital federal contra o aumento das tarifas dos bondes. A cidade foi então ocupada por tropas e, durante o cerco efetuado à sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), na praia do Flamengo, houve espancamento de parlamentares, notadamente Adauto Lúcio Cardoso, da UDN. Esses fatos provocaram o comparecimento de Nereu à Câmara em junho, para prestar esclarecimentos.

Nesse mês, com o objetivo de aperfeiçoar a Carta de 1946, nomeou uma comissão especial de juristas encarregada de estudar uma reforma constitucional. Entretanto, seus esforços nesse sentido foram frustrados, o que o levou a pedir exoneração do Ministério da Justiça em 4 de novembro de 1957, sendo substituído por Eurico Sales. Entre 3 de outubro e 4 de novembro de 1956, Nereu acumulara interinamente o cargo de ministro da Educação.

Nereu reassumiu então sua cadeira no Senado. No dia 16 de junho de 1958, em pleno exercício do mandato, faleceu em desastre aéreo ocorrido em Curitiba, junto com o governador catarinense Jorge Lacerda e o deputado federal por Santa Catarina Leoberto Leal, do PSD.

Foi casado com Beatriz Pederneiras Ramos, com quem teve quatro filhos.

Escreveu discursos e relatórios, além de artigos em jornais de Santa Catarina e do Rio de Janeiro. Sobre o biografado, Teobaldo Costa Jamundá publicou Nereu Ramos, o da hora da reconstrução nacional (1968).

Depois de sua morte, a localidade de Itaguá (SC) passou a município com o nome de Presidente Nereu.

Mauro Malin

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; *Almanaque Abril*; ARQ. GETÚLIO VARGAS; ASSEMB. NAC. CONST. *Anais* (1934); CABRAL, O. *Breve*; CABRAL, O. *Era*; CABRAL, O. *História*; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CALMON, P. *História*; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Presidentes*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CARNEIRO, G. *História*; CASCUDO, L. *História*;

CISNEIROS, A. *Parlamentares; Constituinte*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORBISIER, R. JK; *Correio da Manhã* (27/11/1950); CORTÉS, C. *Homens*; COSTA, M. *Cronologia*; COUTINHO, A. *Brasil; Cronologia da Assembléia;; Diretrizes; Encic. Barsa; Encic. Mirador; Estado de S. Paulo*; FLYNN, P. *Legião*; FONTOURA, J. *Memórias*; FRANCO, A. *Escalada*; GIRÃO, R.; MARTINS FILHO, A *Ceará*; GODINHO, V. *Constituintes; Grande encic. Delta*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; JAMUNDÁ, T. *Catarinenses*; JAMUNDÁ, T. *Nereu; Jornal do Brasil* (21/12/1972, 19/9/1976, 28/8, 21/10/1980); KUBITSCHKE, J. *Meu*; LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Páginas*; LEVINE, R. *Vargas*; LIMA, H. *Travessia*; MACEDO, N. *Aspectos*; MEIRINHO, J. *Nomes*; MIN. FAZ. *Ministros*; MIN. GUERRA. *Subsídios; Ministros da Justiça*; MORAIS, A. *Minas*; MOREIRA, J. *Dicionário*; NABUCO, C. *Vida; Novo dic. de história*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; QUADROS, J. ; ARINOS, A. *História; Quem é quem no Brasil*; REIS JÚNIOR, P. *Presidentes; Relação dos ministros; Rev. Ciência Pol.*; SENADO. *Dados biográficos dos senadores*; SENADO. *Relação*; SILVA JÚNIOR, J. *Galeria*; SILVA, G. *Constituinte*; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1945; SILVA, H. 1954; SOUSA, J. *Índice*; TIAGO, A. *História*; VALADARES, B. *Tempos*.

RAMOS, VIDAL

*gov. SC 1902 e 1905; dep. fed. SC 1906-1910; gov. SC 1910-1914, sen. SC 1914-1927; dep. fed. SC 1927-1929; sen. SC 1935-1937.

Vidal José de Oliveira Ramos Júnior nasceu em Lajes (SC) no dia 24 de outubro de 1865, filho de Vidal José de Oliveira Ramos e de Júlia Batista de Sousa Ramos. Sua família dominou por muito tempo a política catarinense.

Fez os primeiros estudos com o professor Simplício dos Santos Sousa, na fazenda Guarda-Mor, pertencente a seu pai. Posteriormente, frequentou escolas públicas em Lajes e o Colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo (RS). Com a morte de sua mãe teve que retornar à cidade natal, perdendo os exames parcelados que realizava em Porto Alegre a fim de ingressar na Faculdade de Direito de São Paulo. Na mocidade colaborou ativamente na imprensa catarinense.

Ingressou na política em 1886, elegendo-se deputado à Assembleia Provincial de Santa Catarina na legenda do Partido Conservador. Apesar de sua posse ter sido contestada pelo Partido Liberal, sob o argumento de não ter ainda completado 21 anos, sua vitória foi reconhecida. Intendente de Lajes, elaborou a Lei Orgânica do Município. Foi reeleito deputado provincial em 1888 e, após a proclamação da República (15/11/1889), sempre na legenda do Partido Conservador, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte de Santa Catarina, convocada em 1891. Exerceu o mandato até o final da legislatura, em 1895, sendo em seguida reeleito. Ainda em 1895 tornou-se superintendente municipal de Lajes. Em 1897 deixou a Assembleia estadual para assumir, no ano seguinte, uma cadeira como conselheiro municipal de Lajes.

Em 1902 elegeu-se vice-governador de Santa Catarina na chapa encabeçada por Lauro Müller. Em virtude da nomeação do titular para o Ministério da Viação do governo Rodrigues Alves (1902-1906), assumiu o governo do estado, em alternância com Antônio Pereira da Silva e Oliveira, em duas ocasiões: de 11 a 22 de novembro de 1902 e de 6 de março a 30 de outubro de 1905. Como governador, realizou a primeira grande reforma do ensino no estado e estimulou os padres jesuítas a desenvolverem o ensino médio na capital. Cuidou da melhoria dos portos, especialmente do porto de Laguna, construiu estradas de rodagem, estimulou a continuidade da colonização do sul catarinense e o saneamento de

Florianópolis. Dinamizou ainda as atividades exportadoras, fazendo o estado representar-se na exposição de Saint Louis, nos EUA, e preocupou-se com a resolução dos problemas fronteiriços com o Paraná na região do Contestado, disputada pelos dois estados.

Elegendo-se deputado federal em 1905, assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados em maio de 1906. Reeleito em 1908, destacou-se como parlamentar na tentativa de resolver o problema do Contestado. Renunciou ao mandato em 1910, ao ser eleito governador de Santa Catarina, tendo como vice-governador Eugênio Luís Müller, irmão de Lauro Müller.

De volta ao governo do estado em setembro de 1910, sempre preocupado com o ensino, convidou uma comissão de professores paulistas chefiada por Orestes Guimarães para elaborar uma reforma. Desse trabalho resultou a criação dos primeiros grupos escolares em Santa Catarina. Durante sua gestão estimulou ainda a agropecuária no estado. Com o fim de seu governo em setembro de 1914, elegeu-se senador por Santa Catarina, assumindo o mandato no ano seguinte. Foi reeleito sucessivamente para o Senado em 1918 e 1922 e deixou essa casa em 1927, ao assumir novo mandato de deputado federal. Permaneceu na Câmara dos Deputados até dezembro de 1929.

Após a Revolução de 1930 foi eleito senador pela Assembleia Constituinte de Santa Catarina em 1935, na legenda do Partido Liberal Catarinense. Exerceu o mandato de maio do mesmo ano a novembro de 1937 quando o golpe do Estado Novo suprimiu todos os órgãos legislativos do país.

Intelectual de destaque em Santa Catarina, foi estudioso da história do Brasil, especialmente da história militar.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 2 de janeiro de 1954.

Era casado com Teresa Fiúza Ramos, com quem teve 13 filhos. Alguns de seus filhos e sobrinhos ocuparam importantes cargos públicos. Entre seus filhos, Nereu Ramos foi deputado federal em 1930, revolucionário de 1930, constituinte de 1934, governador e interventor em Santa Catarina respectivamente de 1935 a 1937 e de 1937 a 1945, constituinte de 1946, senador e vice-presidente da República de 1946 a 1951, novamente deputado federal de 1951 a 1955, mais uma vez senador em 1955, presidente da República de 1955 a 1956, ministro da Justiça de 1956 a 1957 e finalmente senador de 1957 a 1958; Joaquim Ramos foi deputado federal de 1947 a 1951; e Celso Ramos foi senador de 1955 a 1963 e também governador de Santa Catarina de 1961 a 1966. Entre seus sobrinhos,

tiveram atuação política Aristiliano Ramos, interventor em Santa Catarina de 1933 a 1935, Cândido de Oliveira Ramos, senador em 1935 e deputado federal de 1935 a 1937, e Saulo Ramos, deputado federal de 1951 a 1955 e senador entre 1955 e 1963.

Publicou *Notas sobre a fundação de Lajes* (1939).

FONTES: CABRAL, O. *Era*; CABRAL, O. *História*; CÂM. DEP. *Deputados*; *Diário do Congresso Nacional*; *Encic. Mirador*; *Grande encic. Delta*; *Ilustração Brasileira* (12/1922); JAMUNDÁ, T. *Catarinenses*; PIAZZA, W. *Dicionário político*; SENADO. *Anais* (22/7/1935); TIAGO, A. *História*.

RANGEL, Sílvia da Fontoura

* dep. fed. RJ 1930.

Sílvia da Fontoura Rangel foi eleito deputado estadual no Rio de Janeiro em dezembro de 1915. Foi diplomado e tomou posse no ano seguinte. Na Assembleia Legislativa integrou a Comissão de Justiça, legislação e de Instrução Pública em 1917 e em 1918. Foi reeleito deputado estadual em janeiro de 1919 para a legislatura 1919-1921. Durante o mandato, que exerceu até 1921, integrou a Comissão de Finanças e Força Pública.

Também foi vereador em Nova Friburgo, na região serrana do estado do Rio de Janeiro, onde presidiu a Câmara Municipal da cidade de 8 de janeiro de 1916 a 19 de julho de 1922 e durante esse período exerceu por três vezes o cargo de prefeito da cidade: de 8 de janeiro a 28 de agosto de 1916; de 13 de novembro de 1917 a 25 de maio de 1918; e de 2 de dezembro de 1918 a 3 de janeiro de 1919.

Em 1930 foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Tomou posse em 3 de maio desse ano, mas teve o mandato interrompido em 23 de outubro pela revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ASSEMB. LEGISL. RJ. Sessão ordinária e Constituinte de 1917, Sessão ordinária (26/7 - 30/11/1918, 17/7 - 31/10/1919, 26/7 - 2/10, 16 - 30/11/1920; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CÂM. MUN. NOVA FRIBURGO. *Ex-Presidentes*. Disponível em: <<http://www.camaranf.rj.gov.br:8180/cmnf/camara/ex-presidentes>>; PREF. NOVA FRIBURGO. Disponível em: <<http://www.pmnf.rj.gov.br/>>.

RAZÃO, A

Jornal carioca de publicação irregular, em geral semestral, fundado em 16 de dezembro de 1916 pelo comendador Luís José de Matos e extinto em dezembro de 1974.

Comerciante de origem portuguesa, enriquecido com a exportação de café no porto de Santos, a partir de 1910 Luís José de Matos retirou-se dos negócios e, abraçando a doutrina espírita, passou a se dedicar à meditação. Com o intuito de divulgar a doutrina do “racionalismo cristão”, por ele próprio elaborada a partir de suas observações “sobre a vida fora da matéria organizada e sua relação com o mundo, sobre o poder do pensamento e sua aplicação ao invisível e sobre a análise da lei de atração no campo psíquico”, fundou pouco depois *A Razão*, jornal destinado ao “estudo das coisas transcendentais da vida”.

Segundo *A Razão*, a crise por que passava o país na década de 1910 era mais de ordem moral do que econômica ou financeira. Para moralizar a sociedade corrompida, Luís José de Matos publicava editoriais sob a rubrica “Cartas”, combatendo o que considerava “ideias retrógradas” e defendendo a melhoria das condições de vida do operariado. O jornal era porém contrário à resolução dos problemas sociais através de conflitos: “Não era a rebelião que ele pregava, não fazia o panegírico da violência, mas da união sincera e fraternal dos homens de todas as raças, convencendo-os de sua origem espiritual comum.”

Quanto ao racionalismo cristão, seus objetivos eram o combate ao analfabetismo e a educação moral e cívica visando ao engrandecimento da pátria. Além de *A Razão*, esses propósitos eram divulgados através de “centros redentores” espalhados por todo o país, tendo por sede o Rio de Janeiro. Esses centros se articulavam a unidades educacionais de importância secundária.

Em 1926, Luís José de Matos faleceu. Durante o Estado Novo o jornal foi fechado, só voltando a circular em 8 de dezembro de 1948. Nessa época, a direção estava a cargo de Nunes de Oliveira. Aparecia também com destaque em suas páginas Antônio do Nascimento Cottas, genro do antigo proprietário. Anos depois passou a assinar editoriais Antônio Cristóvão Monteiro, casado possivelmente com a neta de Luís José de Matos. *A Razão* passou então a publicar matérias fazendo a apologia ora de seu fundador, ora de algum comerciante português enriquecido no comércio exportador.

Em 1974, o jornal deixou de circular.

Carlos Eduardo Leal

FONTE: CHASIN, J. *Integralismo*.

REAÇÃO REPUBLICANA

Movimento político eleitoral criado em junho de 1921 por forças de oposição, tendo à frente Nilo Peçanha, com o objetivo de disputar as eleições presidenciais previstas para 1º de março de 1922.

A sucessão presidencial de 1922 revestiu-se de um caráter peculiar, já que pela primeira vez o confronto entre os grandes estados e os estados intermediários se colocou claramente numa disputa sucessória, revelando as tensões regionais interoligárquicas e desnudando as contradições do federalismo brasileiro. Esse confronto assumiu sua forma plena através da formação da Reação Republicana, que lançou a candidatura dissidente do fluminense Nilo Peçanha em oposição à candidatura oficial do mineiro Artur Bernardes. Enquanto Bernardes contava com o apoio de Minas Gerais, São Paulo e pequenos estados, em torno da Reação Republicana uniram-se Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal, tentando construir um eixo alternativo de poder.

Evento político chave, a Reação Republicana permite captar a cultura política e o comportamento, as aspirações e demandas dos diferentes segmentos do sistema político brasileiro na Primeira República. O estabelecimento da “política dos governadores” por Campos Sales (1898-1902) havia instaurado no país uma cultura política que se consolidou, controlando a competição, neutralizando as oposições e domesticando os conflitos políticos. A Reação Republicana representou exatamente um momento de contestação desse sistema, inaugurando um ciclo de questionamento da ordem vigente.

A década de 1920 foi um período de profundas transformações na sociedade brasileira, na medida em que então se manifestaram uma crise intraoligárquica, uma demanda de maior participação dos setores urbanos e uma insatisfação dos segmentos militares. Desenvolveram-se também novas formas de pensamento e elaboração cultural. O ano de 1922, em especial, aglutinou uma sucessão de eventos que mudaram de forma significativa o panorama político e cultural do país. A Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB), o movimento tenentista, a criação do Centro Dom Vital, a

comemoração do Centenário da Independência e a própria sucessão presidencial de 1922 foram indicadores importantes dos novos ventos que sopravam, colocando em questão os padrões culturais e políticos da Primeira República.

A FORMAÇÃO E A CAMPANHA DA REAÇÃO REPUBLICANA

No dia 24 de junho de 1921, um grupo de políticos reunidos no Centro Rio-Grandense, no Rio de Janeiro, divulgou um manifesto lançando a chapa Nilo Peçanha- J. J. Seabra e criando o movimento da Reação Republicana. Os pontos básicos do documento eram a crítica ao processo adotado pelos grandes estados para a escolha do candidato à presidência, a reivindicação de maior autonomia para o Legislativo frente ao Executivo e a exigência de maior credibilidade para as forças armadas, que no governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) haviam sido afastadas da chefia das pastas militares. Do ponto de vista econômico, o manifesto defendia princípios financeiros ortodoxos e elegia o equilíbrio do orçamento federal e o equilíbrio cambial como questões centrais.

Colocadas de maneira vaga no manifesto de lançamento, essas idéias foram assumindo contornos mais nítidos ao longo da campanha eleitoral. Em seu primeiro discurso já como candidato, Nilo Peçanha definiu a Reação Republicana como um movimento “de defesa dos princípios republicanos”, organizado para que as “decisões políticas nacionais saiam do terreno das convergências regionais para horizontes mais iluminados de crítica e liberdade, e que do choque das idéias postas a serviço da emancipação política dos estados se possa caminhar para a formação de partidos que serão a alma da República”. Partindo desses pontos de vista, Nilo aprofundava as críticas ao funcionamento do regime federalista, que beneficiava os grandes estados em detrimento dos demais, chamava a atenção para a importância da institucionalização dos partidos e já anunciava suas preocupações com a situação de desprestígio que vinham enfrentando os militares.

Entretanto, dentro dos padrões políticos vigentes na Primeira República, ser candidato da oposição significava enfrentar todo tipo de dificuldade. As regras de funcionamento da “política dos governadores” garantiam a perpetuação das situações no poder, e a sorte das

candidaturas oposicionistas parecia já estar traçada antes mesmo da disputa eleitoral. Ainda assim, as forças dissidentes acreditavam dispor de um espaço considerável para neutralizar as dificuldades. O nome de Artur Bernardes encontrava ampla resistência em diversos setores e estados, e isso seria suficiente, na sua concepção, para quebrar a regra clássica de funcionamento da política oligárquica. A Reação Republicana acreditava poder equacionar esse desafio através do uso de diferentes estratégias: a cooptação de chefes políticos municipais e estaduais descontentes com as forças bernardistas, a propaganda eleitoral e a busca de apoio militar.

De acordo com a avaliação feita pela Reação Republicana em junho de 1921, tomando por base uma massa eleitoral de 500 mil eleitores, os bernardistas contavam com 300 mil votos e os nilistas com 200 mil. Apesar de todas as desvantagens que enfrentava, a Reação Republicana contava poder diminuir essa diferença não só garantindo suas posições nos estados aliados, como ampliando sua influência nos estados dominados pelos bernardistas. Para atingir essa previsão, a Reação Republicana pretendia desenvolver uma política de cooptação de lideranças estaduais e locais descontentes com as situações dominantes em suas áreas de atuação.

A correspondência relativa à Reação Republicana encontrada no arquivo de Nilo Peçanha fornece informações interessantes sobre os procedimentos adotados. É abundante o número de cartas oriundas dos mais diversos municípios do país traçando um quadro detalhado e minucioso da situação política daquelas localidades e apontando as lideranças passíveis de serem cooptadas pelos nilistas. Detectados esses aliados potenciais, eram iniciadas as negociações com vistas ao compromisso político. O envio de recursos para a abertura de comitês de propaganda e alistamento eleitoral selava o acordo. Em troca do apoio à candidatura de Nilo seriam concedidos favores e melhores posições nos estados nilistas, e privilégios futuros nos estados controlados pelas forças bernardistas.

Apesar do uso em larga escala da fraude, e das inúmeras possibilidades de manipulação do processo eleitoral, os articuladores da Reação Republicana atribuíam um papel importante à mobilização do eleitorado. Acreditando na possibilidade de reverter em seu

favor as vantagens que beneficiavam o candidato mineiro, Nilo Peçanha adotou assim uma segunda estratégia, a propaganda eleitoral, procedimento até então praticamente inédito entre as práticas políticas vigentes no país. O uso desse novo estilo de campanha tinha como objetivo promover uma mobilização política mais ampla que pudesse angariar o apoio de segmentos das oligarquias secundárias, descontentes com o funcionamento do sistema oligárquico e do federalismo, bem como das populações urbanas, ansiosas por obter o direito a uma maior participação política.

Ainda que o emprego desse tipo de procedimento tivesse suas limitações reconhecidas, e não fosse ser necessariamente traduzido em votos, em virtude do caráter formal de que se revestia o processo eleitoral, havia interesse em promover através da propaganda a mobilização da opinião pública, um trunfo capaz de tornar menos desigual a posição das forças oposicionistas. Contando com essa mobilização, a Reação Republicana passava a dispor de um cacife que poderia ser utilizado para intimidar as forças da situação no uso da fraude e da violência política, bem como para sensibilizar as forças armadas a seu favor. Em última instância, os dissidentes pensavam com isso poder dispor de um meio de pressão capaz de levar à retirada da candidatura mineira, o que chegou a ser tentado em algumas ocasiões, sem contudo atingir os resultados desejados.

O plano de propaganda eleitoral da Reação Republicana consistiu na criação de comitês eleitorais estaduais e municipais, e na organização de uma *tournée* que percorreria grande número de estados do país, dirigindo-se diretamente ao eleitorado. A Nilo caberia visitar os estados do Amazonas, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Distrito Federal e São Paulo, e a J. J. Seabra, Alagoas, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Alguns estados seriam visitados por ambos.

O programa da Reação Republicana, divulgado durante a campanha, reeditava inúmeros pontos defendidos por Nilo Peçanha desde seu primeiro governo no estado do Rio de Janeiro. Ao lado dos problemas locais enfatizados nos discursos proferidos em cada lugar, dois grandes temas foram desenvolvidos: a solução da crise econômica que o país atravessava e a regeneração dos costumes políticos brasileiros. Em relação ao primeiro, era

colocado como ponto primordial a defesa da agricultura: “A lavoura é tudo, é o eixo em torno do qual gira o mundo dos negócios, o centro de gravitação do sistema financeiro, a força que aciona a engrenagem econômica e a retarda e a acelera, conforme o movimento da força motriz”.

A partir da defesa da agricultura eram ressaltadas a importância da diversificação e a necessidade de autossuficiência na produção de alimentos. Como meio de atingir esses objetivos propunha-se a redução dos fretes de transporte, a tributação dos produtos estrangeiros similares aos de produção nacional, e a diminuição progressiva dos impostos sobre a produção em troca da implantação do imposto territorial. No tocante à agricultura de exportação, embora reconhecesse que “o café era a espinha dorsal da economia”, Nilo Peçanha chamava a atenção para a necessidade de serem amparadas as demais culturas como o cacau, a borracha, o açúcar etc. No plano financeiro, como adepto da ortodoxia, Nilo manifestava-se contra a inflação e a favor da conversibilidade da moeda e dos orçamentos equilibrados. Apesar de seu compromisso oligárquico, criticava igualmente a estrutura administrativa marcada pelo empreguismo e pelo clientelismo.

Na esfera política, as questões abordadas referiam-se às “distorções do federalismo” e ao “imperialismo dos grandes estados”. A esse respeito Nilo declarava: “Às poderosas unidades da Federação já não basta o privilégio odioso da eleição do presidente da República, elas influem até na constituição das bancadas dos estados mais fracos, ora fazendo incluir representantes seus, ora escolhendo entre os eleitos e constantes, os delegados de sua política de avassalamento e distorção”.

Além das propostas voltadas para os grupos oligárquicos dissidentes, a Reação Republicana estava interessada em mobilizar as massas urbanas. Para atender a esse objetivo, a campanha se revestiu de um apelo popular, pregando a urgência “de arrancar a República das mãos de alguns para as mãos de todos”. Nesse sentido, Nilo Peçanha declarava: “O mundo não pode ser mais o domínio egoístico dos ricos, e (...) só teremos paz de verdade, e uma de justiça, quando nas nossas propriedades (...) e nas nossas consciências, sobretudo, forem tão legítimos os direitos do trabalho como os do capital. Não é mais possível a

nenhum governo brasileiro deixar de respeitar, dentro da ordem, a liberdade, a liberdade operária, o pensamento operário”. O destaque dado a essa questão estava ligado à intensa agitação operária que marcou os últimos anos da década de 1910 e colocou em evidência o debate acerca da questão social. Nilo advogava igualmente a extensão da instrução pública para acabar com o analfabetismo e como alternativa para ampliar a participação política dos segmentos desprivilegiados. Apesar desse discurso progressista, nenhuma proposta concreta que propiciasse uma maior democratização foi entretanto apresentada. O voto secreto, por exemplo, já reivindicado por expressivos segmentos urbanos, não era objeto de discussão.

Ainda que com uma plataforma tão limitada em termos de propostas concretas para os interesses das populações urbanas, Nilo conseguiu obter uma considerável penetração nesse contingente eleitoral, em especial no Distrito Federal. O noticiário dos jornais nilistas insistia na penetração do candidato da Reação Republicana no seio do eleitorado urbano, e até mesmo as forças oposicionistas reconheciam temerosas esse fato.

Era inegável, naquele momento, a penetração do nome de Nilo junto às camadas urbanas do Distrito Federal. Isto pode ser explicado não só em função de suas características pessoais, pois era um excelente orador, com grande capacidade de comunicação, mas também pelas próprias características e anseios dos grupos urbanos. Numa sociedade em que esses segmentos se achavam marginalizados de participação política, o simples fato de o discurso nilista considerá-los como interlocutores dignos de atenção já era em si uma iniciativa mobilizadora.

Porém, se no Distrito Federal Nilo conseguia encantar as massas urbanas, fazendo de seu comício de outubro de 1921 um grande acontecimento popular, como admitiu um correligionário de Bernardes, as populações das cidades fluminenses mostravam-se resistentes ao fascínio nilista. Com exceção de Campos, terra natal de Nilo, os principais centros urbanos do estado do Rio, Niterói, Petrópolis e Nova Friburgo, eram áreas onde as posições fluminenses movimentavam-se com mais desenvoltura e onde a política nilista tinha maiores dificuldades de exercer seu controle. Na verdade, enquanto no Distrito

Federal e em outras capitais do país Nilo apresentava um discurso mais progressista, em seu estado natal, onde residiam suas principais bases, seu papel era o de oligarca típico, que promovia perseguições políticas, fraudava eleições, enfim, lançava mão de todas as práticas características do coronelismo.

A despeito das diferentes práticas adotadas visando a ampliar as possibilidades de vitória da chapa da Reação Republicana, o desenrolar da campanha sucessória e a aproximação de pleito evidenciavam os limites dessas estratégias. A cooptação dos elementos dissidentes não era fácil de ser efetivada, e muitas adesões esperadas não se concretizaram. As práticas políticas vigentes na República Velha, baseadas no compromisso coronelista, implicavam uma postura de reciprocidade em que cada parte tinha algo a oferecer. No caso da Reação Republicana, poucos eram os trunfos que podiam ser usados para obter o apoio eleitoral dos oligarcas e coronéis do interior, já que a máquina federal não podia ser usada na distribuição de privilégios e favores. Por outro lado, a campanha eleitoral, por mais sucesso que obtivesse, não era capaz de definir o pleito. Ainda que sem abrir mão dessas iniciativas, tornava-se fundamental contar com alternativas mais eficazes: era preciso encontrar um novo parceiro político capaz de antepor-se às oligarquias dominantes. Os militares eram o segmento ideal.

Os conflitos entre os militares e o governo federal já haviam marcado vários momentos da política republicana. A posse de Epitácio Pessoa e a posterior escolha de civis para ocupar as pastas militares durante seu governo só fizeram acirrar as dificuldades. O retorno de Hermes da Fonseca da Europa em novembro de 1920 recrudesceu os antagonismos, e sua eleição para presidente do Clube Militar em 1921 abriu novas articulações em torno de seu nome, que chegou a ser cogitado para a sucessão presidencial. A não concretização de sua candidatura veio aumentar ainda mais a insatisfação dos militares, o que os tornava aliados em potencial das oligarquias dissidentes. De fato, desde o lançamento do manifesto da Reação Republicana no Rio de Janeiro ficaram claras as preocupações em obter uma aproximação com os militares, através da crítica à posição secundária que lhes vinha sendo atribuída pelo governo federal. Também nos estados a campanha eleitoral procurou a

adesão e a simpatia dos elementos militares distribuídos pelas várias regiões.

O arquivo de Nilo Peçanha traz informações significativas acerca de suas ligações com os militares ao longo de todo o segundo semestre de 1921. São inúmeras as cartas de militares provenientes de diferentes estados do país declarando seu apoio a Nilo e relatando suas iniciativas para a criação de comitês eleitorais. A imprensa nilista também fazia questão de enfatizar o apoio dos militares ao candidato opositor, como demonstra a notícia publicada em novembro de 1921 por *O Imparcial*: “Nilo Peçanha desce de bordo do *Iris* nos braços de um general e de um almirante – o Exército e a Armada se confraternizam com o povo para glorificar o grande líder democrático.”

O ponto culminante desse processo de aproximação se deu com o episódio das chamadas “cartas falsas”, supostamente enviadas por Bernardes a Raul Soares, contendo referências desrespeitosas aos militares. A publicação desses documentos pelo *Correio da Manhã* visava claramente a incompatibilizar o candidato situacionista com os militares e envolver estes últimos definitivamente na causa dissidente.

A ELEIÇÃO DE ARTUR BERNARDES E A CRISE POLÍTICO-MILITAR

A despeito do clima de intensa agitação política que marcou os primeiros meses de 1922, as eleições presidenciais realizaram-se na data prevista, em 1º de março. Os resultados eleitorais, controlados pela máquina oficial, deram a vitória a Bernardes, com 446 mil votos, contra 317 mil de Nilo Peçanha. Mais uma vez o esquema eleitoral vigente na Primeira República funcionou para garantir a posição do candidato oficial. Diferentemente dos pleitos anteriores, porém, não houve uma aceitação dos resultados eleitorais pela oposição. A Reação Republicana não reconheceu a derrota e, além de reivindicar a criação de um Tribunal de Honra que arbitrasse o processo eleitoral, desencadeou uma campanha visando, de um lado, a manter a mobilização popular, e de outro, a aprofundar o processo de acirramento dos ânimos militares.

Ao longo de todo o primeiro semestre de 1922, e em especial após as eleições, a imprensa pró-Nilo assumiu uma postura panfletária, denunciando diariamente as punições e

transferências sofridas pelos tenentes antibernardistas. Além de denunciar as perseguições feitas pelos bernardistas aos militares, as lideranças da Reação Republicana radicalizavam suas posições, abrindo espaço para a possibilidade de intervenção armada na decisão do conflito político. A esse respeito J. J. Seabra declarava: “Se não for aceita essa solução patriótica e honrosa do Tribunal de Arbitramento, teremos a luta e a sangueira”. Nesse clima de intensa agitação política, os militares começaram a passar do protesto à rebeldia e a intervir de fato em disputas políticas locais em favor de seus aliados civis, como aconteceu no Maranhão. Paralelamente, começavam a aparecer os primeiros sinais de tentativas de levantes no Distrito Federal e em Niterói.

As lideranças políticas de Minas e São Paulo não se deixaram entretanto intimidar diante das declarações alarmistas dos militares sobre a ameaça de revolta das tropas, e nem a idéia do Tribunal de Honra, nem a proposta conciliadora de Eptácio foram consideradas. Às advertências militares, segundo *O Estado*, Raul Soares teria respondido: “Se as classes armadas se acham no direito de fazer a revolução, nós nos achamos no dever de debelá-la”. Carlos de Campos, líder da bancada paulista na Câmara dos Deputados, assumia posição semelhante ao declarar: “Não cogitamos de acordo, nem é possível aceitá-lo. A atitude de São Paulo é definida e definitiva”.

Em conformidade com essa orientação, ao ser realizada em maio de 1922 a eleição para a mesa da Câmara e para as diversas comissões parlamentares, foram excluídos todos os deputados dissidentes. A disposição clara das forças bernardistas de não fazer nenhum tipo de negociação conduziu a uma radicalização maior das correntes oposicionistas. Com o afastamento de seus partidários de todas as comissões da Câmara e dos trabalhos de reconhecimento eleitoral, Nilo Peçanha e J. J. Seabra lançaram um manifesto que declarava: “A dissidência retira-se do Congresso e só a este caberá a responsabilidade do que acontecer de hoje em diante”. Totalmente marginalizadas no cenário político nacional e sem nenhuma possibilidade de acordo, as forças dissidentes não tinham outra alternativa senão o aprofundamento das relações com os militares.

As possibilidades de subversão da ordem e de intervenção militar tornavam-se por sua vez

cada vez mais concretas. Ainda em meados de maio, Dantas Barreto, já suspeitando da crise que iria eclodir em Pernambuco, telegrafou a Nilo declarando: “Tribunal de Honra ou revolução”.

A rebelião eclodiu finalmente em 5 de julho de 1922 e contou com a participação das guarnições de Campo Grande (MT), Niterói e Distrito Federal.

A tentativa de revolta fracassou desde o começo, sendo logo sufocada pelas forças federais. O movimento não obteve a adesão de segmentos militares expressivos, e as oligarquias dissidentes, que tanto haviam contribuído para acirrar os ânimos militares, não se dispuseram a um engajamento mais efetivo. Eptácio pediu imediatamente a decretação do estado de sítio no estado do Rio e no Distrito Federal, e grande número de deputados dissidentes do Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco votaram a favor da medida, demonstrando um recuo das oligarquias e a desarticulação completa da Reação Republicana.

Nos meses seguintes, a repressão desencadeada pelo governo fortalecido de Eptácio determinou inúmeras prisões e instaurou vários processos. Embora arrolado no inquérito policial como envolvido na revolta, Nilo Peçanha não teve as acusações comprovadas. Entretanto, inúmeros políticos fluminenses e jornalistas foram presos e processados.

Por ocasião da posse de Bernardes, em novembro de 1922, Nilo Peçanha voltaria a se pronunciar publicamente lançando um manifesto à nação. Esse documento, além de resumir os pontos básicos do programa da Reação Republicana, defendia a regeneração da República. Nilo não só retomava idéias centrais defendidas desde o começo de sua carreira política – como a diversificação da agricultura e uma política econômico-financeira ortodoxa – mas também se engajava na defesa de novos pontos como a reforma constitucional e o voto secreto para todos os cidadãos alfabetizados. Finalmente, criticava com vigor as distorções do federalismo, advogando uma representação mais igualitária dos estados no Congresso, que atenuasse a preponderância que a antiga divisão das províncias do Império havia determinado em favor das grandes unidades, e que tornava cada dia mais precário o equilíbrio da Federação.

Contudo, qualquer que fosse sua posição naquele momento, Nilo Peçanha não iria alterar sua sorte política. A Reação Republicana já estava completamente diluída, e as oligarquias dissidentes tentavam se rearticular com a situação dominante de forma a evitar as intervenções federais. Se a posição do Rio Grande do Sul garantiu o controle do estado para o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) de Borges de Medeiros, a Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro sofreram alterações significativas nas suas políticas internas, com a troca dos grupos dominantes. Especialmente no estado do Rio, esse processo de revezamento de grupos no controle do estado assumiria um caráter radical.

Pode-se dizer, portanto, que a Reação Republicana não foi resultado direto das divergências em torno da terceira política de valorização do café, nem da disputa pela vice-presidência da República, nem da insatisfação das camadas urbanas cariocas. A Reação Republicana resultou da insatisfação das oligarquias de segunda grandeza diante da dominação do eixo Minas-São Paulo. A resistência dos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e do Distrito Federal não era um fenômeno novo, pois em várias ocasiões pode-se destacar a busca de articulação entre essas oligarquias estaduais com o objetivo de aumentar seu poder de negociação frente aos estados dominantes. A Reação Republicana foi um momento expressivo dessa luta. Não devem ser esquecidas, entretanto, as formas de articulação buscadas pelos integrantes da Reação Republicana com os setores urbanos, em especial do Distrito Federal, e os militares.

Marieta de Moraes Ferreira

FONTES: APULCRO, X. *Verdade*; CARVALHO, J. *Construção*; CASTRO, S. *República*; CONNIFF, M. *Urban*; FAUSTO, B. *Brasil*; FAUSTO, B. *Expansão*; FERREIRA, M. *República*; FONSECA FILHO, H. *Marechal Hermes*; FORJAZ, M. *Tenentismo*; FRANCO, A. *Um estadista*; FREIRE, A. *Bancada*; FRITSCH, W. *Aspectos*; GABAGLIA, L. *Epitácio Pessoa*; LAGO, M. *Convenção*;

MAGALHÃES, B. *Artur*; MENDONÇA, S. *Ruralismo*; PEÇANHA, C. *Nilo Peçanha*; PEÇANHA, C. *Nilo Peçanha*; TOLENTINO, J. *Nilo Peçanha*.

REARMAMENTO NAVAL (1910)

No início do século XX, era opinião geral no Brasil que o país necessitava recompor sua Marinha de Guerra. De presença marcante na América do Sul no século anterior, estava ela reduzida, tanto nos seus efetivos quanto no número de navios, em razão das convulsões políticas do início da República, sobretudo a Revolta da Armada, contra o presidente Floriano Peixoto (1891-1894). O descaso do Poder Executivo também contribuía para o sucateamento da Marinha. O prestígio e a segurança nacional eram invocados por aqueles que pediam seu reforço, por temerem eventuais agressões de nações extracontinentais ou afrontas ao amor próprio nacional oriundas do contexto sul-americano. As violações de soberania do imperialismo europeu contra nações asiáticas e africanas provocavam temor entre os brasileiros, que, por isso, sempre enfatizaram o caráter defensivo do rearmamento, justificado pela necessidade de resguardar o extenso litoral do país.

José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco, diplomata e opinião de peso nos assuntos internacionais, preocupara-se com o estado de defesa do Brasil antes mesmo de assumir o Ministério das Relações Exteriores (1902-1912). Homem de seu tempo e identificado com a opinião nacional, estimulou o desenvolvimento do projeto de rearmamento naval, bem como a conscrição militar. O caráter pacífico da nacionalidade não implicava, no seu entender, manter o país em estado de fraqueza militar, pois conflitos militares independiam da vontade nacional. O litoral, a vastidão do território e sua posição no continente, bem como o rearmamento de nações vizinhas, obrigavam o Brasil a dotar-se dos necessários elementos de defesa. Na condição de chanceler, defendeu o aumento rápido da armada, não porque alimentasse propósitos bélicos, mas para resguardar o país de eventual e premeditado insulto.

Na campanha a favor do rearmamento empenhou-se, também, Rui Barbosa, tribuno e jurista dos mais respeitados à época. Em sintonia com o que havia de mais atual na literatura sobre o tema, já nas *Cartas de Inglaterra* (a primeira edição é de 1896), invocando exemplos europeus e da história norte-americana extraídos da Guerra de Secessão, e apoiado em autores que valorizavam o papel da armada na defesa nacional (como Stenzel, Wilkinson, Alfred T. Mahan), Rui chamava a atenção, nomeadamente em “Lição do Extremo Oriente”, para o estado deplorável em que se encontrava a defesa do

país após o aniquilamento da Marinha de Guerra em decorrência de sua revolta (6/9/1893-13/3/1894) contra Floriano Peixoto. Reportava-se, ainda, aos recursos financeiros que a Argentina destinava ao desenvolvimento de sua Marinha, e, embora não atribuindo a ela propósitos agressivos em relação ao Brasil, ressaltava que a força militar convertia-se em tentação contra vizinhos militarmente despreparados.

O DEBATE NO LEGISLATIVO

O almirante Júlio César de Noronha, ministro da Marinha do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), influenciado pelos conceitos de supremacia do poder naval do almirante Alfred T. Mahan, elaborou um programa de rearmamento, no qual se previam navios cujos modelos eram os das melhores esquadras de então. No Legislativo, a discussão decorrente da apreciação da proposta de reequipar a Marinha não foi sobre a necessidade, mas sobre a forma e os meios mais adequados de implantá-la. Em consonância com a opinião geral, os homens públicos entendiam que a armada nacional necessitava ser refeita pelo fato de estar obsoleta, pois sob a República houvera retrocesso no que dizia respeito à defesa nacional. Não mais havia, verdadeiramente, Exército nem Esquadra. O estímulo para o aumento da tonelagem dos navios provinha também do Prata, onde a imprensa discutia o plano brasileiro de reorganização naval. Na Câmara, o deputado Laurindo Pita foi defensor do programa naval aprovado em 1904 (Decreto nº 1.296, de 14 de julho).

Logo após aprovado, o programa foi alvo de campanha, sobretudo na imprensa e no Congresso, que visava à sua modificação, sob o fundamento de que estaria superado. O debate, na legislatura que teve início em abril de 1906, incorporava os novos conceitos de guerra naval que surgiram em razão dos estudos sobre a então recente derrota da Rússia para o Japão; por conta disso, defendia-se a inclusão na armada nacional de encouraçados de grande porte. Nessa linha pronunciou-se Antônio Nogueira, relator do projeto que fixava a força naval para 1907. O cruzador-encouraçado estaria superado, e, assim, era favorável à aquisição de unidades com poder de fogo superior ao *dreadnought* inglês. O discurso do deputado entrava em cheio naquilo que se caracteriza como corrida armamentista, pois propunha a compra de unidades superiores às aquelas que o eventual contendor pudesse ter e levava o assunto para o terreno da hegemonia marítima no sul do continente. José Carlos de Carvalho, deputado e ex-oficial da Marinha, posicionou-se também pela revisão do

programa naval já votado, levando em conta os ensinamentos da guerra citada e, portanto, defendendo a incorporação de encouraçados de 18 mil toneladas no lugar daqueles de 13 mil.

Na defesa do programa naval já aprovado pela legislatura anterior, manifestou-se o deputado Jesuíno Cardoso, no entendimento de que não se podia pretender elevar a armada nacional ao patamar em que se encontravam as das nações navais de primeira ordem mundial. Era preciso ter em conta a situação geográfica e a posição política do país. O deputado defendeu a execução do plano naval anterior e assim mesmo “parceladamente, em prazo mais ou menos dilatado, e com recursos normais e ordinários, mediante verbas anualmente consignadas” (sessão de 17 de junho de 1906). Na mesma linha contrária a alteração do plano naval já votado, estava Tomás Cavalcanti, que não concebia que a esquadra a se construir ficasse reduzida a encouraçados de combate.

No Senado, o parecer de 19 de agosto de 1906 da Comissão de Marinha e Guerra, assinado por Júlio Frota, Alexandrino de Alencar e Pires Ferreira, ao realçar o estado precário em que se encontrava a administração naval do país, refletiu a opinião da Casa. No plenário, destacaram-se Joaquim Catunda, como veemente defensor do aumento da armada, sob o argumento de que era do mar que poderia vir o perigo para a soberania do país, e Lauro Sodré, que não confiava nas promessas de paz, harmonia e fraternidade entre as nações.

Não obstante o alarmismo com que muitas vezes o assunto era tratado, sobretudo na imprensa, havia senadores que não vislumbravam perigo nas nações limítrofes e falavam a linguagem da paz, pedindo a discussão do assunto sem açonamento. Assim o fez, por exemplo, Pires Ferreira, que reiterava o caráter defensivo do rearmamento, o resguardo do litoral extenso e o intuito de ver o país se fazer respeitar. Embora o ponto de comparação fosse sempre a Argentina, havia integrantes do Senado que reafirmavam a desambição territorial do Brasil e descartavam qualquer intenção de hegemonia no Atlântico ou, mais precisamente, na área do Prata. Havia senadores que tanto insistiam no caráter pacífico dos armamentos que pareciam pedir desculpas aos vizinhos.

A ESQUADRA DE 1910

A campanha levada a efeito no Legislativo e na imprensa foi eficaz. Sete dias após a posse do almirante Alexandrino Faria de Alencar como ministro da Marinha, na

inauguração do governo Afonso Pena em 15 de novembro de 1906, o programa naval de 1904 foi substituído pelo constante do Decreto nº 1.567. Autorizado pelo Congresso Nacional, o Executivo elaborou novo programa, pelo qual se aumentava o deslocamento dos três encouraçados (de 14 mil para 19.280 toneladas) e caça-torpedeiras (*destroyers*). Substituíam-se os cruzadores encouraçados por exploradores rápidos, e o navio carvoeiro e o navio escola por um navio mineiro e um pequeno navio para o serviço de hidrografia e de exploração da costa. Os encouraçados estariam entre os mais possantes e modernos do mundo.

Existe a versão, como mostram Martins e Cozza, de que o programa naval de 1906 teria sido inspirado nas idéias de sir Hugh Tennyson d'Eyncourt, que representaria os interesses da firma inglesa Vickers Armstrong, que, com efeito, recebeu a encomenda de três encouraçados (o *Minas Gerais*, o *São Paulo* e o *Rio de Janeiro*) de grande porte, tipo *dreadnought*. O Brasil não chegou a receber o *Rio de Janeiro*, pois o vendeu à Turquia, o que levou ao cancelamento da construção das unidades que lhe dariam apoio; assim, o Programa Alexandrino ficou reduzido a dois *dreadnoughts*, dois *scouts* e dez *destroyers*. Logo depois da incorporação das novas unidades à Marinha nacional, e sete dias depois da posse de Hermes da Fonseca na presidência da República em 15 de novembro de 19, ocorreu a Revolta dos Marinheiros (conhecida também com a Revolta da Chibata, 22 a 25/11/1910), que envolveu o antigo encouraçado *Deodoro*, mas teve seu núcleo exatamente nas três mais poderosas unidades, os citados *Minas Gerais* e *São Paulo* e o *scout Bahia*. Adquiridas com esforço financeiro, as novas unidades navais correram o risco de serem postas a pique por ordem do novo ministro da Marinha, Joaquim Marques Batista de Leão, só não o sendo em razão da anistia aos revoltosos aprovada pelo Legislativo. Segundo Martins, o próprio barão do Rio Branco chegou a fazer gestões no sentido de se preservar os novos navios, no entendimento de que eram necessários ao equilíbrio naval sul-americano.

Apesar da carência de manutenção e de pessoal adequado para guarnecer as modernas unidades adquiridas, com os dois *dreadnoughts* o Brasil passou a ter dois dos maiores e mais modernos navios de combate do mundo. No exterior, formou-se a idéia de que os dois navios estariam acima da posição do Brasil no concerto mundial, pois a Inglaterra, tradicional potência naval, só tinha, em 1910, encomendado um *dreadnought*.

Mesmo assim, internamente, o programa naval foi considerado abaixo das necessidades do país, em razão do número de seus portos, da extensão do seu litoral e da vastidão territorial. Além disso, os *dreadnoughts* estavam impossibilitados de atuar no rio da Prata por causa das suas dimensões. De qualquer forma, a esquadra de 1910 não tardou a ficar obsoleta em face das inovações desenvolvidas pelas potências beligerantes no decorrer da Primeira Guerra.

A REAÇÃO ARGENTINA

Brasil e Argentina eram países satisfeitos em termos territoriais, com grandes vazios. O intercâmbio comercial era de proporção tal que fazia da Argentina um dos primeiros exportadores para o Brasil. A única questão séria de limites entre os dois países fora solucionada por meio de arbitramento em 1895. No entanto, contrariando tudo isso, os dois países chegaram a se entregar a uma corrida pelos armamentos, da qual os principais ganhadores foram os emprestadores de dinheiro e os fabricantes de navios.

O auge da disputa naval foi 1907. Fiéis ao espírito de época, as nações sul-americanas não escaparam da influência dos escritos do almirante norte-americano Alfred T. Mahan, defensor da política de expansão naval e de grandes frotas. Apesar do argumento brasileiro de que o rearmamento destinava-se apenas à proteção do litoral, a Argentina o encarou como um desafio, pois se via como a primeira potência da região. A altivez e a preocupação em não permitir o mínimo arranhão no prestígio nacional foram constantes na atuação de Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores. Não seria diferente no tocante aos armamentos. Evitou polemizar com certo jornalismo portenho e em momento algum aceitou sequer falar em redução do plano naval sob pressão argentina.

Depois de intenso debate interno, refletido na imprensa de Buenos Aires e acompanhado com atenção pela diplomacia brasileira, a Argentina, em 1908, decidiu-se pela compra de dois *dreadnoughts*. A disputa naval amainou-se com a ascensão de Roque Sáenz Peña à presidência da Argentina (12/10/1910), o que propiciou o acordo de cavalheiros entre os dois governos, que, assim, prometeram desistir, mutuamente, do terceiro *dreadnought*. Em 1915, a Argentina incorporou à sua armada o *Rivadavia* e o *Moreno*, encouraçados de 27.500 toneladas cada um, que haviam sido encomendados, recuperando assim a supremacia naval na região em razão da tonelagem superior aos

adquiridos pelo Brasil.

Clodoaldo Bueno

FONTES: ANCIZAR, R. *Brasil*; ARQ. HIST. ITAMARAT. Despachos e Ofícios-Buenos Aires (Washington; Arquivo particular do barão do Rio Branco); BACKEUSER, E. *Rio Branc* (p.5-25, 1945); BARBOSA, R. *Cartas*; BARBOSA, R. *Obras*; BUENO, C. *Política*; CALÓGERAS, J. *Idéias*; CÂM. DEP. *Anais* (1902, 1906, 1910); CERVO, A.; BUENO, C. *História* ; ETCHEPAREBORDA, R. *Historia*; FERRARI, G. ; GALLO, E. *Argentina*; FERRARI, G. *Esquema*; FRAGA, R.; CORRÊA, L. *Argentina*; FRAGA, R. *Roca*; GOROSTIAGA, M. *Argentina-Brasil*; *História naval* ; LINS, A. *Rio-Branco*; LOPES, M. *Rui Barbosa*; MAGALHÃES, J. *Evolução*; MAHAN, A. *Influence*; MARTINS, H.; COZZA, D. *Poderes*; MARTINS, H. *Panorama*; MARTINS, H. *Revolta*; MORÉL, E. *Revolta*; NERY, F. *Rui Barbosa*; *O Paiz* (Rio de Janeiro, 26-28 ago. 1907). “Extravagante e curioso”; “Solidariedade honrosa”; “Diplomacia remodelada”; *Relações exteriores do Brazil*; RIO BRANCO, J. *Obras*; ROMERO, J. *Sobre*; ROMERO, L. *Breve*; SENADO. *Anais* (1905, 1906);TULCHIN, J. *Argentina*.

REBELO, Castro

*dep. fed. BA 1918-1923.

Afonso de Castro Rebelo nasceu em Salvador no dia 16 de agosto de 1865, filho de João Batista de Castro Rebelo e de Carlota Adelaide Moreira de Macedo. Seu pai foi deputado provincial (1886-1887). Já na República, seu irmão Joaquim Macedo de Castro Rebelo foi deputado federal (1897-1905); outro irmão, Frederico de Castro Rebelo, foi professor catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia de 1887 a 1914.

Bacharelou-se em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife no dia 27 de março de 1886. De volta a Salvador, iniciou carreira profissional na magistratura como adjunto de promotor, subprocurador e procurador geral do estado. Com a fundação da Faculdade Livre de Direito da Bahia, integrou a primeira congregação de professores ao lado de Leovigildo Filgueiras, Inácio Tosta, Tomás Garcez Paranhos Montenegro e Severino Vieira, entre outros nomes ilustres da Bahia. Em 13 de abril de 1892 foi nomeado substituto da primeira seção da faculdade e em maio seguinte foi designado para a cadeira de Filosofia e história do direito, em substituição ao professor Leovigildo Filgueiras. Em 29 de março de 1894 foi nomeado catedrático da primeira cadeira da segunda série do Curso de Notariado, que transmitia noções sucintas de direito pátrio processual. Onze meses depois, transferiu-se para a terceira cadeira da quarta série de Ciências Jurídicas, curso de noções de economia política e direito administrativo. Seis anos depois, regeu a cadeira de Ciências da administração e direito administrativo.

Quando Arlindo Fragoso fundou a Academia de Letras da Bahia, em março de 1917, destinou-lhe a cadeira de nº 36. Como fundador da cadeira, escolheu para patrono Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha. Seus irmãos João Batista Rebelo Júnior e Frederico de Castro Rebelo foram, respectivamente, patrono da cadeira nº 37 e fundador da nº 27.

Foi eleito deputado federal pela Bahia para duas legislaturas seguidas: 1918-1920 e 1921-1923. No dia 4 de março de 1927 foi eleito diretor da Faculdade de Direito, sendo reeleito no dia 5 de março do ano seguinte. Aposentou-se como procurador geral do estado.

Faleceu em Salvador no dia 25 de fevereiro de 1939.

Casou-se com Teresa Pedreira de Cerqueira Rebelo, com quem teve um filho.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (263, p. 55-86); CASTRO, R. *Fundadores* (p. 69/80/81); *Diário Oficial do Estado da Bahia* (p. 360, 488); GIDI, A. *Anotações* (p. 38); *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Homenagem aos sócios falecidos.(n.84, p. 154-157, 1968/1971).

REBELO, Joaquim de Castro

*dep. fed. BA 1897-1905.

Joaquim Macedo de Castro Rebelo nasceu em Salvador no dia 27 de março de 1857, filho de João Batista de Castro Rebelo e de Carlota Adelaide Moreira de Macedo. Seu pai foi deputado provincial (1886-1887). Seu irmão Afonso de Castro Rebelo foi professor e diretor da Faculdade Livre de Direito da Bahia e deputado federal (1918-1923). Outro irmão, Frederico de Castro Rebelo, foi professor catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia de 1887 a 1914.

Cursou a Faculdade de Medicina da Bahia, recebendo o grau de bacharel em 1879.

Iniciou a carreira política elegendo-se para a Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, na legislatura 1897-1899. Terminado esse primeiro período, conseguiu a renovação do mandato para as legislaturas 1900-1902 e 1903-1905. Depois disso resolveu retirar-se definitivamente da política.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 18 de outubro de 1937.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (263(1964): 55-86); CASTRO, R. *Fundadores* (p. 69/80/81); Diário Oficial do Estado da Bahia. 1923 (p. 360, p. 481- 493); GIDI, A. *Anotações* (p. 38); MELLO, A. *Cartilha*; SAMPAIO, C. *Partidos.Tarde*. Faleceu o Dr. J. M. Castro Rebelo (19/10/1937).

REBELO, JOSÉ PIRES

*dep. fed. PI 1918-1923; sen. PI 1923 e 1935-1937.

José Pires Rebelo nasceu em Piripiri (PI) no dia 12 de setembro de 1877, filho de Tomás Rebelo e de Lina Cassiano Pires Rebelo.

Fez os primeiros estudos na Bahia, em Recife, em Fortaleza e em Teresina. Em 1900 formou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, no então Distrito Federal.

Começou a exercer a profissão como construtor de estradas em Pernambuco. Filiado ao Partido Liberal (PL), participou da Campanha Civilista, movimento de caráter antimilitarista que promoveu entre 1909 e 1910 a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República, em oposição à do marechal Hermes da Fonseca, vitorioso no pleito de março de 1910. Em dezembro de 1909, quando da sucessão do governador de seu estado, Anísio de Abreu, juntou-se ao grupo oposicionista ao lado de Antônio Ribeiro Gonçalves e Matias Olímpio. Esse grupo, no entanto, foi derrotado na eleição de março de 1910.

Viajou então para o Rio de Janeiro, seguindo posteriormente para o Maranhão. Nesse estado voltou a exercer sua profissão, construindo uma estrada de ferro ao longo do rio Itapicuruí. Alguns anos depois voltou à política no Piauí, participando da campanha eleitoral de Eurípedes de Aguiar, candidato oposicionista ao governo do estado, eleito no pleito de 1916.

Prefeito de Teresina e diretor de Obras Públicas do Piauí, em 1918 elegeu-se deputado federal por esse estado. Assumindo sua cadeira em maio desse ano e reeleito em 1921, permaneceu na Câmara até 1923, quando passou a ocupar no Senado a vaga de Félix Pacheco, nomeado ministro das Relações Exteriores. Nesse mesmo ano deixou o Senado. Em 1929-1930 participou da campanha da Aliança Liberal em torno da candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República.

Em maio de 1933, após a Revolução de 1930, candidatou-se à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Republicano do Piauí, oposicionista, obtendo apenas uma suplência. Em seguida foi eleito senador pela Assembleia Constituinte do Piauí, assumindo sua cadeira em maio de 1935. Segundo-secretário do Senado, permaneceu nessa casa até 10 de novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo (1937-1945)

dissolveu os órgãos legislativos do país.

Em fevereiro de 1945, já doente, lançou um manifesto ao povo piauiense conclamando-o a combater o regime do Estado Novo, que seria derrubado em outubro desse mesmo ano.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 1º de dezembro de 1947.

FONTES: ARQ. OSVALDO ARANHA; *Boletim Min. Trab.*; *Diário do Congresso Nacional*; *Grande encic. Delta*; *Ilustração Brasileira* (12/1922); LIRA, A. *Senado*; SENADO. *Anais* (2/5/1935); SENADO. *Dados biográficos dos senadores*.

RECONHECIMENTO DO REGIME REPUBLICANO

O reconhecimento internacional do regime republicano, instituído no Brasil por golpe militar de 15 de novembro de 1889, foi relativamente rápido e fácil. Menos de três meses depois, os principais países americanos já tinham estabelecido relações formais com o novo regime. Até dezembro de 1890, todas as potências europeias, à exceção da Grã-Bretanha e da Rússia, fizeram o mesmo. Não foram necessárias missões diplomáticas especiais para alcançar este objetivo, nem se recorreu à intermediação de outros países.

Na América do Sul, o primeiro país a reconhecer a República brasileira foi o Uruguai, em 20 de novembro de 1889; na Europa, San Marino, em 22 de fevereiro de 1890. Na África, o pioneirismo coube ao Marrocos, em 1º de fevereiro de 1890; e, no Oriente Médio, à Pérsia, em 3 de março de 1890. A tabela **anexa** apresenta, em ordem cronológica, as datas do reconhecimento *formal* do regime republicano pelos principais países americanos e europeus, intercaladas com as datas de eventos do início da história republicana do Brasil que ajudam a elucidar a cronologia.

RECONHECIMENTO FORMAL / EVENTO	PAÍS / EVENTO RELEVANTE NO BRASIL
18 e 19/11/1889	<i>Governo Provisório comunica respeito aos compromissos assumidos</i>
03/12/1889	Argentina
05/12/1889	Uruguai
13/12/1889	Chile
14/12/1889	<i>Governo Provisório decreta a “grande naturalização”</i>
20/12/1889	Paraguai
27/12/1889	Peru
03/01/1890	Bolívia
07/01/1890	Venezuela
27/01/1890	México
29/01/1890	Estados Unidos da América e Equador
22/02/1890	Sereníssima República de San Marino
20/06/1890	França
15/09/1890	<i>Eleição do primeiro Congresso Nacional como Assembléia Constituinte</i>
18/09/1890	Portugal
26/09/1890	Suíça
23/10/1890	Santa Sé
26/10/1890	Itália
29/11/1890	Império Alemão e Reino da Suécia e Noruega
06/12/1890	Reino da Bélgica

24/02/1891	<i>Promulgação da primeira Constituição da República</i>
04/05/1891	Grã-Bretanha
05/12/1891	<i>Morte de d. Pedro II</i>
26/05/1892	Rússia

(Fontes: BRANCATO, 1989; CARVALHO, 1998)

HISTÓRICO E ANTECEDENTES

A Independência brasileira, oficializada em 7 de setembro de 1822, só obteve o reconhecimento português em 29 de agosto de 1825, quase três anos depois de anunciada. O tratado que oficializou tal medida, negociado sob mediação britânica, impunha ao Brasil várias obrigações, como o pagamento de indenização de dois milhões de libras e a renúncia a propostas de união com outros territórios coloniais de Portugal.

Só depois disso, e de mais negociações, os principais países da Europa fizeram o mesmo. A França reconheceu a Independência brasileira em 25 de outubro de 1825; a Rússia, em 14 de janeiro de 1826. A Grã-Bretanha, maior potência mundial na época, só se considerou plenamente satisfeita em 17 de agosto de 1827, após negociar Tratado de Amizade, Navegação e Comércio em que renovava, por um prazo de mais 15 anos, os privilégios de que gozara até então.

Por contraste, a transição do regime monárquico para a República, quase sete décadas depois, ocorreu em condições mais favoráveis, em termos relativos. Se a instalação da República se deu de forma pacífica, o 7 de setembro desencadeara guerras de independência que duraram quase um ano. Mas, por outro lado, o reconhecimento do regime republicano, principalmente na Europa, não foi automático, já que alguns fatores pesavam contra as pretensões de reconhecimento da República recém-instalada.

Em primeiro lugar, a Monarquia tinha mais prestígio na Europa do que teria a República: enquanto o antigo regime era reputado como exceção na América, a instalação do novo regime multiplicou apreensões quanto à possibilidade de o Brasil repetir a trajetória conturbada de seus vizinhos, que no Velho Mundo tinham fama de “republichetas”. Em segundo lugar, a República brasileira poderia ser considerada ilegítima

por resultar de golpe militar contra dinastia que tinha vínculos familiares na Europa. E em terceiro lugar, mas não menos importante, o pior obstáculo: naquele contexto de acirradas disputas imperialistas, instabilidade política ou insolvência financeira em países periféricos poderiam motivar intervenções estrangeiras, como acontecia não muito longe das **fronteiras brasileiras**.

Considerado esse cenário, é possível afirmar que a diplomacia brasileira da jovem República agiu com sucesso relativamente notável, contornando as dificuldades com uma desenvoltura que faria inveja aos diplomatas do Primeiro Reinado. Havia, por exemplo, carência de quadros qualificados para a diplomacia no novo regime, agravada pela demissão ou aposentadoria de importantes diplomatas que se consideraram incompatibilizados com a República por terem servido à Monarquia. Foram os casos, por exemplo, do conde de Villeneuve, que representava o Brasil na Bélgica; de Correia de Araújo, no Chile; de Andrade Figueira, no Uruguai; e do barão de Penedo, que recusou convite para servir sob o Governo Provisório após quase quatro décadas como representante do Império em Washington e Londres. Para contornar o problema, a República nascente não hesitou em preservar no corpo diplomático funcionários sabidamente monarquistas, como Aguiar de Andrada (ministro brasileiro em Portugal), o cônsul Múcio Teixeira ou mesmo José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco.

Além disso, um decreto do Governo Provisório, em 14 de dezembro de 1889 (depois incorporado à Constituição de 1891), instituiu a “grande naturalização”: todos os estrangeiros residentes no Brasil em 15 de novembro teriam automaticamente concedida a cidadania brasileira, a não ser que manifestassem desejo em contrário no prazo máximo de seis meses. Isso gerou protestos de vários governos, principalmente europeus, que demonstraram contrariedade quanto ao que consideraram o caráter compulsório da naturalização. O governo brasileiro contornou tal obstáculo ao reconhecimento do novo regime com o argumento de que respeitava os direitos de todos os estrangeiros, o que foi comprovado por meio das listas de pessoas que tinham, com sucesso, procurado as

autoridades brasileiras para solicitar a conservação de suas nacionalidades.

Mas a questão mais premente era mesmo econômica. Segundo Rodrigues e Seitenfus, o Tesouro brasileiro recebeu de herança, em 15 de novembro, uma dívida que já alcançava cifra maior que um bilhão de contos. Quanto a isso, o Governo Provisório não hesitou: no mesmo dia em que foi instalado – antes mesmo da promulgação de uma nova Constituição, portanto –, emitiu resolução declarando respeitar todos os compromissos internacionais já assumidos. O novo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros (que viria a ser denominado ministro das Relações Exteriores a partir de 30 de outubro de 1891) era o jornalista carioca Quintino Bocaiúva (15/11/1889 a 17/01/1891), que solicitou o reconhecimento das novas instituições ao comunicar aquela resolução às legações instaladas no país entre os dias 18 e 19 de novembro. Isso implicou reconhecer, preservar e executar todos os tratados internacionais ainda válidos, a dívida pública interna e externa contraída no regime monárquico, os contratos em vigor e todas as demais obrigações legalmente constituídas.

Respeitados, assim, os contratos assumidos no Império, e preservados os interesses de estrangeiros no país, não demorou muito mais o reconhecimento da República no exterior. Afinal, ainda que tivesse sido fruto de um golpe militar, o novo regime fora instituído de forma pacífica.

REPERCUSSÃO NAS AMÉRICAS

É quase consensual, na escassa literatura sobre a história da política externa brasileira, que a instalação da República no Brasil significou a “republicanização” e a “americanização” (mas não “norte-americanização”) das estratégias de inserção internacional do país. Por isso, teria predominado, na infância do novo regime, uma perspectiva idealista das relações exteriores, que redundou numa percepção equivocada de suposta irmandade e confraternização com os países americanos.

A repercussão positiva da notícia da instalação do regime republicano entre as repúblicas vizinhas teria reforçado aquela orientação. Como já tinha apontado o Manifesto

Republicano de 1870, a Monarquia brasileira era vista com desconfiança no continente, onde predominava a opinião de que constituía uma anomalia aquilo que na Europa era tido como sinal de estabilidade e prestígio. O 15 de novembro pareceu, no curto prazo, debelar prevenções que os países vizinhos tivessem contra o histórico de intervenções militares do Império brasileiro, principalmente na bacia do Prata.

Por isso, a República foi saudada na Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai com manifestações de entusiasmo e simpatia, tendo obtido reconhecimento desses países ainda em 1889. A exceção parece ter sido a Venezuela: ao receber a notícia da queda da Monarquia, o presidente Rojas Paul teria lamentado o fim da “única República que existia na América”. Mas isso não impediu que o país reconhecesse o novo regime ainda em janeiro de 1890.

Nos Estados Unidos da América, contudo, o reconhecimento formal teve que esperar pouco mais de três meses pela aprovação do Congresso – embora o presidente Harrison tivesse ordenado, já no dia 20 de novembro, que seu representante no Rio de Janeiro, Robert Adams, mantivesse relações com o Governo Provisório. O próprio secretário de Estado do país, James Blaine, comunicou tal decisão a Salvador de Mendonça, chefe da nova delegação brasileira na I Conferência Internacional Americana, ocorrida em Washington entre outubro de 1889 e abril de 1890. Mendonça é considerado o responsável pelo estreitamento da aproximação entre Brasil e EUA naquele conclave, já que foi o executor da ruptura que a chancelaria brasileira recomendara em relação às orientações recebidas do governo imperial pelo seu antecessor, Lafaiete Rodrigues Pereira.

Há indícios de que Mendonça buscou, com sucesso, agilizar a formalização do reconhecimento da República pelos EUA. Alertado pelo barão de Itajubá, o chefe da delegação brasileira sabia que os países europeus negavam-se a preceder a maior república do continente no estabelecimento de relações formais com o Governo Provisório. Na prática, isto pareceu evidenciar o reconhecimento europeu da Doutrina Monroe e da emergente influência ianque nas Américas.

Por isso, Mendonça procurou os delegados norte-americanos no conclave (Charles Flint, Thomas Jefferson Coolidge e Andrew Carnegie), que parecem ter exercido alguma influência sobre a decisão do secretário de Estado Blaine. Mas o reconhecimento formal da República pelos EUA ainda tardaria: em 2 dezembro de 1889, mensagem do presidente Harrison ao Congresso comunicava a decisão de 20 de novembro; à iniciativa do Executivo seguiu-se a polêmica no Legislativo, que arrastou até 29 de janeiro de 1890 a recepção solene dos representantes brasileiros, Amaral Valente e Salvador de Mendonça, pelo “grande irmão do Norte”. É digno de nota que pesou favoravelmente ao Brasil a argumentação de alguns senadores norte-americanos que alertaram para a ameaça de intervenção européia em favor da Monarquia a pretexto de defender interesses econômicos, invocando a urgência de reconhecer a República brasileira como forma de salvaguardá-la, e à América, debaixo da proteção da Doutrina Monroe.

NEGOCIAÇÕES NA EUROPA

Se os países americanos reconheceram a República brasileira em menos de três meses, na Europa a tarefa foi mais demorada, tendo demandado mais esforços, diplomatas experientes e negociações hábeis. Nenhum país europeu reconheceu o novo regime brasileiro antes de 29 de janeiro. Depois que os EUA o fizeram, a maioria das potências européias seguiu o exemplo ao longo do ano de 1890, mas apenas após a eleição do primeiro Congresso Nacional, investido de poderes constituintes. Exceções relevantes foram a França, que não esperou a eleição; a Grã-Bretanha, que só formalizou o reconhecimento após a promulgação de uma Constituição; e a Rússia czarista, que o faria apenas seis meses depois da morte do imperador deposto.

A França reconheceu a República três meses antes de qualquer outra potência, como fruto de cinco meses de negociações conduzidas pelo barão de Itajubá. Durante esse período, os representantes da III República parisiense tentaram barganhar o reconhecimento em troca da resolução de pendências de seu interesse. Em maio, o governo francês prometeu reconhecer a República em troca de compromisso brasileiro com o princípio do

arbitramento na questão da Guiana Francesa. Satisfeita tal condição, o presidente Carnot recebeu as credenciais de Itajubá em 20 de junho de 1890, quase três meses antes da primeira eleição republicana.

Em 15 de setembro de 1890, realizou-se o pleito que formaria o primeiro Congresso Nacional brasileiro. Nos dois meses seguintes, reconheceram formalmente a República brasileira os governos de Portugal, Suíça, Santa Sé e Itália. O II Reich alemão foi um pouco mais lento: afinal, desde o início do ano desenrolava-se uma queda de braço entre o imperador Guilherme II e o chanceler Bismarck pelo comando da política externa da potência militar.

Mesmo depois da demissão do “chanceler de Ferro”, em março, informações contraditórias da chancelaria alemã e de seu representante no Rio de Janeiro continuaram a retardar o reconhecimento. Enquanto isso, a representação brasileira em Berlim mudava ao sabor das aposentadorias: na legação de Berlim o barão de Jauru, César Sauvann de Lima, foi substituído pelo secretário Henrique de Miranda; em julho, o novo ministro brasileiro, Toledo Pisa e Almeida, foi recebido oficiosamente pelo governo alemão, mas seria substituído pelo barão Itajubá em agosto. Finalmente, em 29 de novembro de 1890, ele foi o primeiro representante da República a apresentar oficialmente suas credenciais ao governo de Berlim – onde morreu, em novembro de 1897, após anos de experiência diplomática como ministro brasileiro em Washington, Madri e Paris.

A Bélgica tinha prometido ao representante brasileiro, conde de Villeneuve, reconhecer a República depois que a Grã-Bretanha ou a Alemanha tivessem criado o precedente. Mas, mesmo após satisfeita esta condição, a representação brasileira teve que resolver reclamação dos acionistas da Companhia Belga do Gás do Rio de Janeiro antes de obter o reconhecimento formal do novo regime pelo governo de Bruxelas.

A Grã-Bretanha, por sua vez, formalizaria seu reconhecimento depois da promulgação da primeira Constituição republicana, em fevereiro de 1891. Tacitamente, a chancelaria de Lord Salisbury mantinha relações oficiosas com o Governo Provisório desde que o visconde de Arinos foi substituído pelo conselheiro Sousa Correia como ministro do

Brasil em Londres, em junho de 1890. De acordo com Bueno, o governo britânico aceitou a República como fato consumado logo após o 15 de novembro, pois o seu representante no Rio de Janeiro, Windham, informou ao Foreign Office que a situação no país era calma e não ameaçava os interesses ingleses, de modo que o envio de um navio de guerra pelo almirantado era desnecessário. Ademais, no primeiro aniversário da República (15/11/1890), quando se iniciaram os trabalhos da Constituinte, Salisbury determinou, na prática, o reconhecimento do novo regime por meio da saudação de navios de guerra britânicos à bandeira brasileira. Mas o reconhecimento oficial do Foreign Office, relativamente tardio, veio apenas em 4 de maio de 1891. Foi acompanhado, contudo, de recomendação para que Sousa Correia fosse considerado acreditado, retroativamente, desde que fora recebido em caráter oficioso em Londres, em junho do ano anterior – sugestivamente, o mesmo mês em que a França tinha estabelecido relações oficiais com a República brasileira.

Luigi Bonafé

FONTES: BRANCATO, S. *Arquivo* (v.1); BUENO, C. *República*; CARVALHO, C. *História* (v. 13); RODRIGUES, J.; SEITENFUS, R. *Uma história*.

REFORMA DA CONSTITUIÇÃO DE 1891

A reforma da Constituição de 1891, que alterou os artigos 6º, 34, 37, 59, 60 e 72 da Carta republicana, foi aprovada pelo Congresso Nacional e entrou em vigor como Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926.

A própria Constituição de 1891 previu a possibilidade de ser emendada. Em seu artigo 90 dispôs sobre as circunstâncias em que tal reforma poderia se dar, instituindo, assim, as regras de atuação do poder constituinte derivado. Segundo aquele artigo, qualquer emenda ao texto constitucional só poderia ocorrer por iniciativa do “Congresso Nacional ou das Assembleias dos Estados”, seguindo-se as exigências relativas ao quorum para o encaminhamento do projeto de reforma e sua posterior aprovação. O artigo também definia os limites do poder reformador, afirmando a impossibilidade de serem objeto de deliberação “projetos tendentes a abolir a forma republicana federativa ou a igualdade de representação dos Estados no Senado”.

DO DEBATE À REFORMA

Pode-se dizer que a idéia de uma revisão constitucional esteve sempre presente no horizonte político da Primeira República, e que o artigo 90 da Constituição de 1891 talvez tenha sido objeto dos mais ardorosos debates, não só entre os juristas, como também entre todos os habitantes do campo político. Cabe lembrar que, em 1904, Lauro Sodré fundou o Partido Revisionista, pelo qual levantou a bandeira de uma profunda revisão da Carta, com o alargamento do poder constituinte derivado, de modo que fosse capaz até, no interesse da nação, de promover a revisão da forma republicana e federativa de governo; que Rui Barbosa e o Partido Civilista tinham como uma de suas principais plataformas uma ampla reforma constitucional; e que alguns artigos sobre a necessidade da revisão constitucional foram publicados por Oliveira Viana, Alberto Torres e Epiácio Pessoa, entre outros.

A despeito dos acirrados debates, e ainda que constatada a necessidade de adaptar a Constituição às peculiaridades de seu tempo (para juristas como Castro Nunes, a Carta de

1891 fora promulgada já em desacordo com a realidade institucional brasileira), somente em 1924 o Congresso Nacional apresentou o primeiro projeto de reforma. E a circunstância não poderia ter sido mais desfavorável, mesmo depois de 30 anos de discussão.

Esse primeiro projeto de emenda constitucional veio à luz durante o governo Artur Bernardes. E, de fato, o governo Bernardes não começara bem. Na campanha eleitoral, o candidato do Partido Republicano Mineiro (PRM) viu-se envolvido no escândalo das “cartas falsas”, quando lhe foi atribuída a autoria de cartas que dirigiam insultos ao marechal Hermes da Fonseca, espécie de baluarte inatacável da tradição militar brasileira. Eleito, Bernardes precisou enfrentar a força dos movimentos operários, que se organizavam em sindicatos, de notória inspiração comunista, e os tenentes insatisfeitos com seu governo, tido pela baixa oficialidade como servidor dos interesses oligárquicos. Viu-se, também, às voltas com a crise do sistema em que se baseavam a política dos governadores e o equilíbrio político do governo federal. Assim, restava ao presidente Bernardes conduzir seu governo entre sucessivas decretações de estado de sítio, na forma que lhe autorizava o artigo 80 da Constituição de 1891.

A primeira objeção enfrentada pelo projeto de reforma constitucional veio do fato de ter sido orquestrado pelo Executivo e levado à bancada governista na Câmara, que o apresentou como de sua autoria. A oposição levantou a hipótese da nulidade do projeto, visto que desrespeitava preceito contido no art. 90. Depois, a reforma foi atacada em razão de seu conteúdo, o qual, para muitos, representava o fim do modelo federalista, com a ampliação das possibilidades de intervenção nos estados e a supremacia do Poder Executivo sobre os outros poderes, principalmente no tocante ao estado de sítio, “uma formidável aberração”, no dizer do deputado Azevedo de Lima.

Dessa forma, a reforma, de inspiração casuística, surgia como tentativa do Executivo de obter instrumentos de coerção que pudessem fazê-lo resistir tanto às ameaças vindas do conflito entre os setores oligárquicos, quanto àquelas surgidas da atuação dos movimentos sociais, em especial dos trabalhadores e da baixa oficialidade do Exército.

Após tramitar nas duas casas do Congresso Nacional, o projeto teve extirpados os capítulos

que punham em risco o pacto federativo e as liberdades individuais e diminuía o alcance das medidas concernentes ao estado de sítio. No entanto, muitos dispositivos foram mantidos e entraram no texto na última hora como emendas substitutivas.

Uma dessas emendas merece ser transcrita: trata-se do parágrafo 5º do artigo 60, que, ainda que fora de lugar, pois o artigo dizia respeito à organização da Justiça federal, dispunha que “nenhum recurso judiciário é permitido, para a Justiça federal ou local, contra a intervenção nos estados, a declaração do estado de sítio, e a verificação de poderes (...) assim como, na vigência do estado de sítio, não poderão os tribunais conhecer dos atos praticados em virtude dele pelo Poder Legislativo ou Executivo”.

Em certa medida, tal disposição vinha ao encontro da perspectiva do governo federal de fortalecer-se. De caráter genérico, o parágrafo permitia que se deixassem fora do âmbito do controle judicial os atos praticados pelos Poderes Executivo e Legislativo durante o estado de sítio – o que significava impedir a concessão de *habeas corpus* nos casos de prisões realizadas quando da decretação daquela medida de exceção.

Eduardo Junqueira

FONTES: BRASIL. *Coleção de leis* (1889-2000); CAMPANHOLE. *Constituições*; CARONE, E. *República*; PIVATTO, P. *Discursos*.

REFORMA DO SERVIÇO DIPLOMÁTICO (1895)

A passagem do Império para a República no Brasil provocou alterações no corpo diplomático, com a substituição de parte dos seus integrantes de modo a torná-lo “republicano”, perfil desejado pelos novos donos do poder para o serviço das relações exteriores. A imagem deteriorada do país, sobretudo na Europa, em decorrência da crise política e econômica subsequente à instituição do novo regime, forneceu argumentos para os críticos dos diplomatas vindos do Império, que, por incompetência ou desinteresse, não se estariam empenhando em neutralizar a corrente de opinião adversa à República. Esses diplomatas, juntamente com o corpo consular, foram tratados com desdém pelos censores mais severos, que os acusavam até de, em alguns casos, não conhecerem seu próprio país e, no extremo, dele se envergonharem.

Segundo vozes de integrantes do Congresso Nacional, o silêncio diante dos ataques da imprensa européia ao novo regime acarretava desprestígio e descrédito para o Brasil perante os países do Velho Mundo. Estas e outras acusações foram usadas para justificar a intenção de substituir os diplomatas herdados do velho regime por republicanos. Apesar de as restrições ao corpo diplomático não terem sido unânimes, pois havia defensores tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado, muitos parlamentares o viam, bem como o corpo consular, como uma casta de privilegiados, distantes do país, apadrinhados do velho regime. Notava-se a existência de verdadeiras dinastias. Conforme acusações que aparecem nos anais do Legislativo, filhos de diplomatas nascidos e criados no exterior, quando se tornavam também diplomatas, entravam no serviço mal falando o português. Não se pode, todavia, deixar de registrar que os recém-chegados ao poder tinham seus próprios apadrinhados a serem agasalhados no serviço público.

Tais críticas apareceram em meio à discussão sobre a reorganização do corpo diplomático travada Legislativo. O projeto de 1894 da Câmara dos Deputados tinha por objetivo reduzir despesas com a representação do país e ampliar a liberdade do governo na escolha dos seus ministros no exterior. Esse aspecto deu origem ao que instituía o artigo 1º, objeto de amplo

debate, pois fazia desaparecer a carreira ao estabelecer que os enviados extraordinários e ministros plenipotenciários formariam uma só classe.

As controvérsias tiveram lugar já no seio das próprias comissões que examinaram o projeto. Houve representantes contrários à extinção da carreira, como Lauro Müller e Augusto Montenegro, que denunciou a prevenção que existia contra os integrantes do corpo diplomático, pois a carreira não era impedimento para o Senado apreciar a escolha dos ministros plenipotenciários e enviados extraordinários, conforme determinava a Constituição. A decisão do Executivo não era tolhida pela carreira, uma vez que, excluída a promoção por antiguidade, era-lhe facultado (como já dizia a legislação) nomear ministros de primeira classe pessoas não pertencentes ao quadro diplomático. O fato é que por trás do artigo 1º estava o desejo de atropelar o pessoal antigo em favor daquele identificado com o novo regime.

Os favoráveis à extinção da carreira alegavam que constitucionalmente era o Senado que aprovava as nomeações de ministro plenipotenciário e, sendo a nomeação feita sob o princípio da confiança, este excluía a ideia de carreira. A esse argumento, Augusto Montenegro contrapunha que os ministros plenipotenciários não poderiam ser escolhidos na restrita área da confiança do ministro das Relações Exteriores; outros critérios, que não o da opinião política, deveriam nortear as nomeações. Segundo o deputado, a República tinha provocado modificações profundas na composição do quadro diplomático, pois quase todas as legações de primeira classe estavam providas por pessoas nomeadas pela nova situação.

Em 8 de novembro de 1895, o presidente Prudente de Moraes sancionou o decreto legislativo (Lei nº 322) que deu nova organização ao corpo diplomático e criou novos consulados. Além da aprovação do artigo 1º destacado, a reforma fixou outras disposições, das quais merece referência o parágrafo 6º, que criava a obrigação de exame de habilitação para a primeira nomeação na função de segundo secretário, mas dispensava dessa prova os bacharéis em direito. O privilégio reservado a estes fazia parte do âmago da questão e por isso teve defensores e opositores acérrimos, o que ilustra a vigência, à época, em parte da opinião, da associação entre diplomacia e direito e mostra o caráter jurisdicista que se

atribuía à função diplomática. A dispensa de exame de ingresso para aqueles graduados, em um país de bacharéis, e a extinção da carreira na forma preconizada no artigo 1º deram mais autonomia ao Executivo na composição do quadro de seus ministros plenipotenciários.

A reformulação da carreira **diplomática incluiu também** uma ampla discussão referente à distribuição das legações e consulados no exterior. Na redação final do projeto de 1894, chama a **atenção** o artigo 8º, referente à distribuição do pessoal de cada legação (o Brasil teria sua primeira embaixada só em 1905, em Washington). O artigo mostra a importância que se atribuía a cada uma delas, indicando, portanto, a visão do Legislativo sobre as relações do Brasil com o exterior, e permitindo inclusive perceber que áreas lhe mereciam atenção prioritária. Assim, as legações da Inglaterra e França teriam, além do ministro, um primeiro e dois segundos secretários. Estados Unidos, Argentina, Uruguai, Equador, Colômbia, Portugal, Alemanha e Itália, um primeiro e um segundo secretário. As demais nações da América, um primeiro, e as demais da Europa, um segundo secretário, concedendo-se ligeira importância às representações situadas na América. Pelo artigo 2º criaram-se legações na Colômbia e Equador, com sede em uma das capitais desses países, a ser definida. Suprimiu-se a legação do México. Os consulados do Brasil em Baltimore, Nova Orleans, Rosário, Frankfurt, Bremen e Vigo foram reduzidos a vice-consulados. Em contrapartida, criaram-se consulados em Cardiff, Estocolmo, Georgetown, Vera Cruz e Posadas, e vice-consulados em São Tomé e Libres. Em consulados importantes para as relações comerciais não houve qualquer alteração. Censurou-se o fato de as legações da América possuírem um primeiro secretário, ao que se explicou que aquelas eram pouco procuradas pelos diplomatas e, uma vez sem o respectivo ministro, o secretário respondia por todo o serviço.

A “republicanização” das relações internacionais do Brasil equivalia, também, na linguagem dos seus defensores, à sua regionalização, isto é, à ênfase ao contexto americano, como se pode observar nos pronunciamentos de Francisco Glicério, a quem não interessava a constelação do poder europeu. Parte dos deputados, evitados de jacobinismo,

tinha preconceito contra os países europeus em geral e, sobretudo, contra as monarquias, mesmo em prejuízo de interesses nacionais. Havia confusão entre ineficiência de serviço e sua desnecessidade. No tocante à América do Sul geralmente invocava-se, na defesa da permanência ou da criação de legações, razões comerciais, questões de limites pendentes e eventuais. Onde ainda eram poucos os interesses comerciais, a manutenção e a criação de legações eram defendidas por sentimento republicano. Se havia deputados imbuídos de romantismo quando discorriam sobre assuntos relativos à política externa, havia também os que, sob o argumento do corte de despesas, pediam a supressão da verba destinada a acorrer às despesas de determinados postos, o que acarretava sua extinção, visando, sobretudo, funcionários vindos da Monarquia.

De qualquer modo, a geração de diplomatas da República não deslocou todos os funcionários já existentes: só se afastaram ou foram afastados definitivamente os que não aceitaram as novas instituições. Desde praticamente o reconhecimento da República pelos Estados Unidos (29/1/1890), o velho republicano Salvador de Mendonça, cônsul-geral do Brasil em Nova Iorque desde 1875, exerceu a função de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil junto ao governo daquele país, até 1898. As outras legações do Brasil que também integravam o rol das mais importantes, como as situadas em Buenos Aires, Paris, Roma e Santiago, foram providas, logo após o advento da República, por pessoas que, se não ingressaram no quadro diplomático após o 15 de Novembro, eram identificadas com o novo regime: respectivamente, Assis Brasil, Gabriel de Piza, Xavier da Cunha e Ciro de Azevedo. João Artur de Sousa Correia, que ocupou a importante legação em Londres (onde chegou em julho de 1890), era diplomata vindo do Império. Da mesma forma, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, cônsul-geral do Brasil em Liverpool desde 1876, monarquista que aceitou a República, atuou sob o novo regime como advogado do Brasil nos litígios de fronteiras com a Argentina (questão das Missões ou Palmas) e a França (questão do Amapá), e tornou-se ministro plenipotenciário do Brasil em Berlim (1900). Passado o período de euforia republicana e refluído o jacobinismo, prevaleceu a conciliação. Monarquistas aderiram à nova ordem. Em 1902, Francisco de

Paula Rodrigues Alves, que fora conselheiro do Império, assumiu a presidência da República, conduzindo o barão do Rio Branco, diplomata formado no antigo regime, para a chefia do Ministério das Relações Exteriores, onde ficou até falecer, em fevereiro de 1912. Joaquim Nabuco, monarquista convicto, que deixara a vida pública por coerência política após o advento da República, voltou a servir ao país como seu advogado na questão com a Grã-Bretanha pela definição dos limites com a Guiana. Em 1905 assumiu a chefia da primeira embaixada criada pelo Brasil, em Washington, função que exerceu até sua morte em 1910.

A República, contudo, inaugurou uma fase de mudanças. Tanto é assim que o Senado, já em dezembro de 1898 (início do governo Campos Sales), aprovava emenda à proposição da Câmara relativa ao orçamento do Ministério das Relações Exteriores para 1899, autorizando o governo, *ad referendum* do Congresso, a reformar a Secretaria das Relações Exteriores e reorganizar os serviços diplomático e consular. Mas, apesar de mudanças posteriores, a forma de provimento de missões diplomáticas de caráter permanente estabelecida nos anos iniciais da República prevalece até os dias atuais: pertence ao Poder Executivo, com a prévia autorização do Senado Federal, a atribuição de escolher seus chefes, independentemente de pertencerem ou não à carreira diplomática.

Clodoaldo Bueno

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 1); ALMEIDA, P. *Estrutura* (v.12, p.53-69); ARQ. NAC.; BUENO, C. *República*; CÂM. DEP. *Anais* (1891-93, 1895, 1897); Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24/2/1891); MIN. REL EXT. *Relatório* (1902-03, anexo 2); SENADO. *Anais* (1892-93, 1895, 1897)

REFORMAS EDUCACIONAIS

As quatro décadas que a historiografia convencionou chamar de Primeira República no Brasil – as de 1890, 1900, 1910 e 1920 – testemunharam uma movimentação importante no campo educacional. Nas três primeiras, colocaram-se os ingredientes que iriam temperar a retórica de uma intervenção política que na última delas teve a chance de se manifestar de forma mais organizada, e em âmbito nacional. Entre esses ingredientes figurava a associação entre educação e trabalho, que se apresentou com uma dupla face: a necessidade de educar o indivíduo para uma sociedade livre, não escravista, e de alterar a feição negativa de que se revestia a atividade laboral.

O Brasil da Primeira República era um país com uma população em crescimento que somava 17 milhões de habitantes em 1900 e aumentaria cerca de dez vezes até o ano 2000. O que mais contribuiu para o crescimento acelerado da população brasileira até meados do século XX foram fatores externos: o tráfico de escravos africanos até 1850, e a forte imigração entre 1870 e 1960. Portugueses, italianos, espanhóis, alemães e japoneses foram os grupos mais numerosos, que, atraídos pela lavoura cafeeira do Sudeste, e pelas áreas de colonização do Sul do país, viram na terra brasileira a possibilidade de reconstrução de suas vidas.

O Brasil do início da República era um país eminentemente rural (60% da população), recém-saído de um longo período de escravidão (mais de três séculos até a abolição da escravatura em 1888), com taxas de analfabetismo da ordem de 75% da população. O cenário de analfabetismo era homogêneo, com índices muito próximos do Norte ao Sul do país, excetuando-se a cidade do Rio de Janeiro, onde a taxa rondava os 45%. Embora fosse majoritariamente rural, o Brasil já tomava contato com a aceleração urbana e, simultaneamente, com a precariedade do investimento escolar. Demandava-se qualificação para o trabalho industrial e urbano, mas também para os que iriam para a lavoura. Era preciso definir como se realizaria o trabalho no mundo rural, até então associado ao escravo, mas agora tarefa de trabalhadores livres. Estes foram os pontos fortes que

justificaram as propostas de reforma e de investimento em educação na Primeira República.

Em todo o país surgiram na época educadores que, com seus experimentos empíricos, constituíram um verdadeiro laboratório de reformas, ideias e projetos, inspirados em sua grande maioria em modelos estrangeiros. Mobilizaram-se então “os cientistas da pedagogia”, empunhando a bandeira da educação como meio de superar os obstáculos que impediam o país de avançar. As questões da educação e da saúde foram identificadas como cruciais, e prova disso foi o ministério criado ao final do período, em 1930, para enfrentá-las: o Ministério dos Negócios Interiores da Educação e Saúde.

Alguns dos efeitos da avaliação sobre o despreparo da população para a convivência em sociedade livre foram traduzidos em iniciativas de educação moral, orientação de higiene e saneamento. Fazia parte do projeto de valorizar a atividade produtiva a ideia de que era preciso educar os indivíduos moralmente, preparando-os para a disciplina do trabalho e modelando seu comportamento para o respeito às leis e aos códigos de conduta. Trabalho e moralidade, moralidade pelo trabalho, higiene corporal e mental, disciplina e respeito à hierarquia compuseram o ideal de construção da nação republicana a ser perseguido. A distância entre o ideal e as manifestações de despreparo e aglutinamento da população em espaços inadequados, desprotegidos, inóspitos, serviu de combustível a propostas de reformas educativas movidas pelo sentido de urgência, nem sempre a melhor companhia do desempenho educacional.

Os que habitavam o mais baixo degrau da hierarquia eram exatamente os menos protegidos de toda sorte de preconceitos, atendimento ou atenção do poder público. O Brasil entrou no século XX como uma sociedade altamente estratificada, governada por uma pequena elite, em sua maioria branca. As ideias de que o trabalho conformaria mentalidades ordeiras e mais disciplinadas, e de que a fixação no solo evitaria convulsões urbanas, sustentaram o ideal republicano que transpareceu nos programas de reformas então propostos.

A atmosfera forjada nas décadas de 1890 e 1900 deu origem a iniciativas de cunho político

organizacional – as reformas educacionais que se espalharam pelo país nas décadas de 1910 e 1920 –, e a um projeto de natureza cívica – de que foi exemplo a Associação Brasileira de Educação (ABE), criada no Rio de Janeiro em 1924. A expressão cunhada por Jorge Nagle, “entusiasmo pela educação”, traduz a adesão coletiva à bandeira da educação então empunhada. Já a expressão “otimismo pedagógico” se refere ao poder da educação especializada, moldada segundo avanços científicos do campo pedagógico e voltada para a formação de um homem novo para uma sociedade nova. O caráter cívico prevaleceria neste tipo de abordagem.

O conjunto de reformas educacionais promovidas em muitos dos estados da Federação, assim como a disseminação dos ideais propagados pela ABE, fortaleceu a crença de que a Primeira República protagonizou uma revolução no campo da educação pública no país. Os movimentos de reforma, iniciados em 1890, alguns de âmbito federal, outros de âmbito estadual, ajudam a compreender a intensa mobilização então ocorrida.

AS DÉCADAS DE 1890 E 1900

Reforma Benjamin Constant (1890) – Militar e político, Benjamin Constant foi professor de matemática, fundador da República e o primeiro ministro da Guerra do regime inaugurado em 15 de novembro de 1889. Ao ser criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, em 19 de abril de 1890, coube-lhe chefiá-la. Promover a instrução e viabilizar a comunicação no recente território republicano eram os desafios da nova pasta. Como republicano convicto, Benjamin Constant defendia o ensino leigo e livre em todos os graus, sendo o primário, gratuito. O ensino primário não deveria ser apenas preparatório, mas uma ponte para a ascensão ao ensino superior. Pelo projeto da reforma que pretendia executar, maior atenção deveria ser dada ao ensino científico em contraponto à orientação literária, que, em sua avaliação, prevalecia na rede de ensino impedindo o avanço da educação no país. Os estados brasileiros eram desiguais educacionalmente. Prevalecia a desregulamentação educacional iniciada na Constituição de 1823. As escolas públicas existentes nas cidades eram frequentadas pelos filhos das

famílias de classe média. Os ricos não enviavam os filhos às escolas públicas, valendo-se ora de preceptores, geralmente estrangeiros, ora de escolas privadas.

A Reforma Benjamin Constant, instituída pelo Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, teve como particularidade a montagem de uma diretriz educacional que abrangia todos os níveis de ensino. O nível secundário foi o mais atingido, e o Ginásio Nacional – até 1889 Imperial Colégio de Pedro II, e a partir de 1911 novamente Colégio Pedro II – foi o mais afetado pelas alterações previstas pelo novo arranjo. Durante o Império, qualquer estudante que pretendesse o certificado de conclusão do ensino secundário, condição necessária ao ingresso no ensino superior, deveria requerê-lo ao Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Restavam às províncias os exames parcelados preparatórios, que eram feitos em geral nas próprias faculdades de ensino superior. Antes mesmo da promulgação da Constituição de 1891, Benjamin Constant estabeleceu o Ginásio Nacional como modelo e padrão do ensino secundário a ser ministrado em todo o país e instituiu a obrigatoriedade dos exames de madureza, que ofereceriam aos alunos o certificado de conclusão do ensino secundário, permitindo-lhes candidatarem-se ao ensino superior. Segundo o decreto, quando os estados tivessem organizado estabelecimentos de ensino secundário segundo o plano do Ginásio Nacional, seus exames de madureza dariam o mesmo direito à matrícula nos cursos superiores. A reforma é lembrada também por ter estabelecido o processo educativo sob o modelo seriado e por ter ampliado o currículo das escolas brasileiras, incentivando o enciclopedismo. Inspirado pelo positivismo de Augusto Comte, Benjamin Constant se bateu pela substituição do ensino acadêmico por um conjunto mais amplo de ensinamentos, com a inclusão de disciplinas científicas, rompendo drasticamente com a tradição do currículo clássico jesuítico. A reforma, submetida ao Congresso Nacional, ficou por nove anos sujeita aos adiamentos e alterações que modificaram substancialmente o plano original.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891) – O texto constitucional, em oposição à tradição do ensino religioso, determinava que “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos” (Art. 72, §6º).

Reforma Epiácio Pessoa (1901) – Ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo Campos Sales – pasta que a partir de 1892 passou a abranger os serviços de educação e saúde pública –, Epiácio Pessoa promoveu em 1901 uma reforma do ensino que propiciaria a concretização do idealismo de Benjamin Constant, corrigindo e adaptando a reforma deste às realidades regionais. A educação nacional deveria priorizar a formação secundária, visando a consolidar a estrutura seriada do modelo educacional. Até aquele momento, o ensino era desvinculado da frequência obrigatória, prevalecendo na prática os exames preparatórios, que davam aos alunos a oportunidade de acesso ao conhecimento pela via seriada ou através de estudos individualizados e orientados fora das escolas. Tal proposição criava uma contraditória possibilidade de aquisição de conhecimento, com ou sem escola, o que acabou enfraquecendo o próprio espírito reformador proposto, ora afirmando o valor da instituição escolar, ora negando-o pelo mesmo princípio. Epiácio Pessoa reinstituiu o exame de madureza por considerar inócua a Reforma Benjamin Constant, de tão modificada que foi pelo Congresso Nacional. Estendeu também o privilégio da equiparação ao Ginásio Nacional não mais apenas aos liceus, mas a qualquer instituição de ensino secundário, estadual, municipal ou particular. O exame de madureza foi mantido sob o argumento de elevar a qualidade de ensino.

A DÉCADA DE 1910

Reforma Rivadávia Correia (1911) – Ministro da Justiça do governo Hermes da Fonseca, Rivadávia Correia foi o responsável pela Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental, aprovada pelo Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911, que revogou formalmente a reforma anterior, de Epiácio Pessoa. A nova lei eliminou o exame de madureza e a equiparação dos estabelecimentos de ensino secundário ao Colégio Pedro II. Por ela, o Estado retirou toda e qualquer interferência no setor educacional. Ficou estabelecido um ensino completamente livre, e foi abolido o reconhecimento oficial de certificados dos cursos secundários das escolas equiparadas. Foram também abolidos os certificados de conclusão do Colégio Pedro II, expedidos por quase um século, e extintos

os exames preparatórios parcelados feitos junto às faculdades, que de certa maneira atestavam os estudos secundários. Dali em diante, não seria mais preciso comprovar estudos secundários. As faculdades interessadas em receber alunos promoveriam o exame de admissão. A Reforma Rivadávia Correia ficou marcada na historiografia da educação como aquela que resultou em desregulamentação excessiva, propiciando o caos na educação nacional com a omissão completa do Estado em sua condução.

Reforma Carlos Maximiliano (1915) – Ministro da Justiça do governo Venceslau Brás, Carlos Maximiliano promoveu em 1915 mais uma reforma educacional que voltou atrás em decisões tomadas pela Reforma Rivadávia Correia e estabeleceu outros tantos encaminhamentos. Os pontos mais importantes desta reforma podem ser assim sintetizados: a) foram restaurados os certificados de conclusão do curso secundário expedidos pelo Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, reconhecidos pelo governo federal; b) foi reinstituída a possível equiparação de outros estabelecimentos de ensino ao Colégio Pedro II, desde que fossem estabelecimentos públicos estaduais; c) foram reinstituídos os exames preparatórios parcelados, pelos quais os estudantes não matriculados em escolas oficiais poderiam obter certificados de estudos secundários reconhecidos pela União; d) foi mantida da reforma anterior apenas a eliminação dos privilégios escolares. Além de possuir um certificado de conclusão reconhecido pela União ou um certificado de aprovação nos exames preparatórios, para entrar no curso superior o aluno teria que prestar também um exame vestibular. A Reforma Carlos Maximiliano, portanto, reoficializou o ensino, restabelecendo a interferência do Estado eliminada pela reforma anterior.

A DÉCADA DE 1920

Reforma Sampaio Dória em São Paulo (1920) – Antônio Sampaio Dória assumiu a Diretoria da Instrução Pública do Estado de São Paulo em 1920. A situação do ensino primário era então extremamente deficitária, quadro que se agravava ano a ano com o aumento da população em idade escolar. O atendimento mínimo de uma demanda crescente implicava que se duplicasse a rede de escolas existentes. Não havia qualquer

chance de financiamento em tamanha proporção. Como realizar os princípios democráticos com um índice de analfabetismo e ignorância na extensão do que se apresentava no estado? De que forma consolidar a participação política com um povo que não sabe ler, nem escrever, não conhece as operações aritméticas mais simples? As perguntas que se fazia Sampaio Dória inspiraram uma reforma que passou à historiografia da educação como um desastre pedagógico. A reforma consistia na reorganização do ensino primário de forma que a obrigatoriedade escolar não mais começasse aos sete anos, e sim aos nove. Em sua concepção, concentrado em um período curto, o ensino poderia se estender a todos e ser assim democratizado. O dilema formulado situava-se entre manutenção do privilégio de alguns com a situação anterior, e a ampliação para todos do direito ao mínimo. O projeto consistia em reconduzir a educação segundo novos métodos de ensino: alfabetizar em massa as crianças do estado em um curso primário reduzido a dois anos de duração e a duas horas e meia de aulas diárias. Com tais medidas acreditava-se no aumento do número de vagas e na aceleração do processo de alfabetização e de escolarização pública.

Reforma Carneiro Leão no Rio de Janeiro (1922-1926) – Antônio Arruda Carneiro Leão, intelectual e autor de vários livros no campo da educação, conduziu duas experiências de reforma educacional, uma no Rio de Janeiro e outra em Pernambuco. Desde a primeira delas, a dualidade do sistema educacional – uma escola básica fraca, destinada às classes populares e sob a responsabilidade dos municípios e dos estados, e um ensino secundário e superior destinado às elites, patrocinado pelo governo federal – foi um dos alvos de sua crítica. Assim também, a orientação literária e teórica do ensino. A sociedade urbano-industrial exigia novo tipo de formação não bacharelesca, mais voltada para o processo de industrialização e de urbanização que se acelerava no início do século XX. Educação moral e cívica, educação profissionalizante e orientação sob critérios científicos formavam o tripé sobre o qual a educação deveria ser conduzida. Educação para o trabalho em suas distintas dimensões: trabalho agrícola, comercial e industrial. Era preciso organizar a educação popular, com foco na educação física, em trabalhos manuais e na formação dos professores.

Reforma Lourenço Filho no Ceará (1922) – Por solicitação do presidente do Ceará Justiniano Serpa, e por indicação do governo de São Paulo, onde respondia pela cátedra de psicologia e pedagogia na Escola Normal de Piracicaba, o educador paulista Lourenço Filho chegou ao Ceará em 1922 para assumir o cargo não comissionado de diretor de Instrução Pública. Sua missão era reformar o ensino estadual, que então se encontrava em situação de extrema precariedade, com professores semianalfabetos, falta de escolas e uma taxa de analfabetismo na casa dos 80%. Seu primeiro esforço foi levar a educação ao meio rural. Selecionou cem escolas e aplicou nelas o método das escolas das cidades. Promoveu a reforma do curso normal com vistas à formação de professores e adotou procedimentos como a inspeção escolar, o recenseamento escolar e a aplicação de métodos de avaliação com testes de inteligência. Uma de suas maiores preocupações era que os alunos tivessem oportunidades iguais em todos os pontos do país. Para tanto, era preciso unificar métodos de ensino e de avaliação, e não pessoas. Era fundamental o aprimoramento técnico com princípios racionais e científicos. A psicologia fundamentaria o desenvolvimento dos métodos de ensino. O movimento dos testes – medida, escala métrica, inteligência –, com provas breves e objetivas, aplicação de questionários, recursos de psicotécnica para orientação profissional, foi a estratégia utilizada. Os testes ABC – verificação da maturidade necessária para a aprendizagem da escrita e da leitura – ficaram sempre associados ao educador na historiografia da educação. Pedagogia com técnica resume bem o sentido impresso nas iniciativas de Lourenço Filho. Os críticos da reforma levantam a tese de que, embora impactante pelas inovações propostas, a reforma realizada no Ceará em pouco tempo foi perdendo força por não estar em sintonia com demandas da própria comunidade escolar, e por ser fruto de uma decisão política sem o envolvimento da sociedade.

Reforma Rocha Vaz (1925) – O professor Rocha Vaz, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, deu nome a uma reforma educacional que foi levada a efeito na gestão de João Luís Alves no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, no governo Artur Bernardes. Esta foi a última reforma a afetar o ensino secundário na Primeira República. Suas marcas

foram, além da criação da disciplina de educação moral e cívica, a continuidade do Colégio Pedro II e sua equiparação apenas aos estabelecimentos de ensino secundário estaduais. A reforma instituiu juntas examinadoras nos colégios particulares para exames de validade igual aos do Colégio Pedro II ou de estabelecimentos equiparados. Foram abolidos os exames preparatórios parcelados. Em seu lugar, seria instituída a obrigatoriedade de um curso ginasial de seis anos de duração, seriado, e de frequência obrigatória. O intuito do ministro era promover uma seriação mais racional das matérias e organizar o ensino com programas e horários mais convenientes. A frequência a uma série dependeria da aprovação na série anterior. A intenção era realçar o aspecto formativo do ensino secundário, o que foi neutralizado por um conjunto de medidas tomadas pelo Congresso Nacional. Consequentemente, a reforma não foi totalmente aplicada. Em 1929 ainda existiam escolas com exames preparatórios, sem currículo definido. Seu efeito mais forte foi a moralização do ensino.

Reforma Góis Calmon na Bahia (1925) – Francisco Marques de Góis Calmon foi governador da Bahia entre 1924 e 1928. Fez um governo considerado inovador e incorporou à sua administração jovens com formação acadêmica. Anísio Teixeira ocupou o cargo de diretor geral do Ensino, e Nestor Duarte, o de diretor da Administração. A reforma que promoveu foi definida pela Lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925, que dispunha com detalhes sobre os princípios da gratuidade e da obrigatoriedade do ensino e deixava claro que o ensino no estado da Bahia teria como objetivo a educação física, intelectual e moral do indivíduo de modo a formar homens aptos para a vida em sociedade.

Inquérito sobre Educação Pública em São Paulo (1926) – De autoria de Fernando de Azevedo, o Inquérito sobre Educação Pública em São Paulo resultou em uma avaliação dos problemas fundamentais do ensino de todos os graus e tipos, e serviu de base para uma campanha nacional em favor de uma nova política de educação e da criação de universidades no país. Três seções compunham o relatório. A primeira era dedicada ao ensino primário e normal; a segunda, ao ensino técnico e profissional, e a última, ao ensino secundário e superior. Cada uma das seções tratava conjugadamente dos níveis ali

contemplados. O inquérito, encomendado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, revelou um quadro sombrio da educação brasileira. A ausência de diretrizes culturais, sociológicas ou científicas no ensino primário e normal, a inexistência de articulação entre a prática educacional e as modernas teorias educacionais, a inércia ou resistência a mudanças do corpo docente diante de renovações necessárias, pedagógicas e metodológicas, foram os pontos de maior destaque na publicação que resultou do inquérito, *A educação na encruzilhada*. A tradição uniformizadora predominante na condução educacional foi considerada pivô da crise que se abatia sobre o campo educacional brasileiro. O relatório salientava a urgência de uma reforma no ensino normal, em geral mais afeito a formalidades do que a conteúdos. O ponto considerado alto na investigação foi a percepção de uma expectativa generalizada de que algo mais profundo deveria ser feito pela renovação educacional no país. Muitos especialistas consideram o inquérito um passo essencial para o que se configurou como Movimento dos Pioneiros da Educação Nova, que teve no Manifesto de 1932 sua expressão documental mais famosa.

Reforma Francisco Campos e Mário Casassanta em Minas Gerais (1927) – No governo estadual de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Francisco Campos assumiu em 1926 a Secretaria de Interior. Data de sua gestão a mais importante reforma educacional do estado, que contou com o inspetor geral de Instrução Pública Mário Casassanta. A reforma realizada em 1927 avançou muitos pontos em relação à anterior, de 1925. Francisco Campos orientou e concentrou esforços no ensino público, particularmente na formação e na qualificação de professores e na reestruturação do Curso Normal. Foram pontos de destaque a vinda de professores estrangeiros, a ida de professores mineiros ao estrangeiro, a criação de cursos de aperfeiçoamento e a utilização intensa da *Revista do Ensino*, que teve sua edição fortalecida, como instrumento de orientação e canal de comunicação com os professores de toda a rede de escolas públicas dos municípios. Recém-empossado na Direção de Instrução Pública, em outubro de 1926 Francisco Campos convocou os professores a participar de um congresso onde seria sistematizada a visão dos professores do estado a respeito da educação, e onde o secretário procuraria cooptar o corpo docente

para a condução das alterações que pretendia com a reforma de 1927. A reforma tratou de todos os itens essenciais à reestruturação do ensino primário, desde o estabelecimento de disciplinas, definição de horários, preparação dos professores, até orientações de cumprimento disciplinar e de formação moral e cívica.

Reforma do Distrito Federal (1928) – A reforma educacional do Distrito Federal conduzida por Fernando de Azevedo foi considerada uma das mais radicais levadas a cabo no Brasil. Incluiu um grande plano de construções escolares, entre as quais a dos edifícios na rua Mariz e Barros destinados à antiga Escola Normal, depois Instituto de Educação. O Decreto nº 328, de 23 de janeiro de 1928, previa instituição do ensino técnico profissional, do ensino primário e do ensino normal. O objetivo preconizado por Azevedo era preparar gerações para a vida social de seu tempo. Previa-se também a criação de conselhos escolares com ligação com o mundo da produção.

Reforma Carneiro Leão em Pernambuco (1928-1930) – A segunda reforma conduzida por Carneiro Leão foi feita quando assumiu a Secretaria do Interior, Justiça e Educação de Pernambuco, no governo de Estácio Coimbra. A reforma estava sintonizada com os princípios defendidos pela Associação Brasileira de Educação. Carneiro Leão criou a Diretoria Técnica de Educação, órgão incumbido de dirigir e orientar a política educacional do estado. A crise de 1929, a deposição de Washington Luís e, conseqüentemente, de Estácio Coimbra em 1930 provocaram, contudo, sua exoneração e a interrupção da reforma.

A Revolução de 1930 iria redesenhar a política nacional. Data desse ano a criação do Ministério da Educação e Saúde, cujo primeiro titular foi Francisco Campos. As perspectivas continuavam, porém, preocupantes: em 1930, a taxa de matrícula nas escolas correspondia a 30% da população em idade escolar.

Helena Bomeny

FONTES: BOMENY, H. *Novos*; CARVALHO, M. *Escola*; CARVALHO, M. *Reformas* (p. 225-251); GOMES, A. *Invenção*; GOMES, A. *República*; NAGLE, J. *Educação*; STEPAN, N. *Hora* (p.46).

REGIS, Gustavo Lebon

* militar; dep. fed. SC 1915-1917.

Gustavo Lebon Regis nasceu na cidade de Parati, atual Araquari (SC), no dia 18 de fevereiro de 1874, filho de Alexandre Justino Regis e de Luísa Lebon Regis.

Fez os estudos primários em Joinville (SC), transferindo-se posteriormente para Campo Alegre (SC), onde se empregou no comércio. Em 1891, a convite de Lauro Müller, fixou-se em Desterro, atual Florianópolis, e começou a cursar o ginário. No ano seguinte matriculou-se na Escola Militar. Em 1894, como alferes-aluno da Escola Militar, tomou parte no combate à Revolução Federalista na cidade de Lapa (PR). Manejando um canhão *Krupp*, acabou saindo de combate gravemente ferido. Em 1902 formou-se, obtendo os diplomas de engenheiro militar e de bacharel em matemática.

Iniciou a carreira política como deputado estadual em Santa Catarina na legislatura 1902-1903. Reeleito para quatro mandatos consecutivos, em 1910 participou da Assembleia Constituinte de Santa Catarina e em 1912 foi presidente da Assembleia. Entre os anos de 1911 e 1912 ocupou interinamente o cargo de prefeito de Florianópolis em três ocasiões: de 31 de outubro de 1911 a 1º de fevereiro de 1912; de 10 de fevereiro a 3 de março de 1912; e de 19 a 22 de abril de 1912. Foi também secretário da Fazenda, Viação e Obras Públicas e Agricultura do Estado de Santa Catarina de janeiro de 1913 a outubro de 1914.

Em 1915 foi eleito deputado federal por Santa Catarina. Durante sua passagem pela Câmara dos Deputados, de 1915 a 1917, integrou a Comissão Demarcadora de Limites entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, formada após a Guerra de Contestado (1912-1916). Como militar, foi sucessivamente promovido, de alferes comissionado, em 1894, até obter a patente de coronel efetivo, em 1923.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 19 de abril de 1930.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; HOERNER JUNIOR, V. *Maragatos*;
PIAZZA, W. *Dicionário*.

REGO, Antônio Máximo da Cunha

*gov. AL 1905-1906.

Antônio Máximo da Cunha Rego nasceu em São Miguel dos Campos (AL).

Fez parte da Guarda Nacional, tendo recebido a patente de tenente-coronel. Foi deputado estadual em Alagoas de 1891 a 1892 e de 1897 a 1900, e senador estadual de 1903 a 1904 e de 1909 a 1910. Vice-governador do estado no governo de Joaquim Paulo Vieira Malta, quando este se licenciou em 31 de março de 1905 assumiu seu lugar, nele permanecendo até o final do período, em 12 de junho de 1906. Transmitiu então o governo a Euclides Vieira Malta, irmão do antecessor.

Reynaldo de Barros

FONTE: BARROS, F. *A B C das Alagoas*.

REGO, Firmino Lopes

*militar; gov. SC 1891.

Firmino Lopes Rego nasceu na cidade de São Paulo no dia 7 de fevereiro de 1847, filho do capitão Firmino da Cunha Rego e de Francisca de Paula Lopes Rego.

Cursou a Escola Militar, participou dos eventos relacionados à proclamação da República em 1889 e no mesmo ano foi nomeado chefe de polícia de Santa Catarina. Designado em 1891 comandante da Guarnição Militar de Desterro, atual Florianópolis, governou interinamente o estado por um dia, de 28 a 29 de dezembro de 1891, em substituição a Lauro Müller, que renunciou ao cargo de governador. Entregou em seguida o governo a uma junta governativa provisória, composta por Cristóvão Nunes Pires, o coronel Luís dos Reis Falcão e Artur Deocleciano de Oliveira. Em 1º de março de 1892 foi nomeado interventor no estado Manuel Joaquim Machado, que em 15 de setembro seria eleito governador.

Foi deputado estadual em Santa Catarina de 1898 a 1900, e vice-presidente da Assembleia Legislativa em 1898. Alcançou o posto de marechal do Exército brasileiro. Faleceu em 15 de setembro de 1913.

Casou três vezes: a primeira com Maria Luzia da Luz Rego, a segunda com Cecília Alves Eloy do Rego e a terceira com Virgínia Eloy de Medeiros do Rego, irmã da antecessora. Teve filhos nos três casamentos.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; PIAZZA, W. *Dicionário*; STOETERAU, L. *Trajetória*; Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Walter_Piazza>.

REGO, Francisco Melo

*militar; pres. MT 1877; dep. fed. MT 1897-1899.

Francisco Rafael de Melo Rego nasceu em Pernambuco. Sentou praça no Exército no dia 8 de agosto de 1842, passou a alferes em 23 de julho 1844 e recebeu posteriormente os diplomas de engenheiro militar e bacharel em matemática e ciências físicas. Seguiu carreira até alcançar a patente marechal de campo em fevereiro de 1890.

Em 1877, ainda no Império, presidiu a província de Mato Grosso. Já na República, foi eleito deputado federal por Mato Grosso para a legislatura 1897-1899. Durante a crise política de 1899 em Mato Grosso proferiu vários discursos na Câmara dos Deputados contra o ministro da Fazenda Joaquim Murtinho e o presidente da República Campos Sales (1898-1902), acusando-os de responsáveis pela derrota do candidato apoiado pelo então senador Generoso Ponce ao governo do estado.

Faleceu em julho de 1904.

João Edson Fanaia

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FANAIA, J. *Elites*.

REGO, PEDRO DA COSTA

*jornalista; dep. fed. AL 1915-1923; gov. AL 1924-1928; dep. fed. AL 1928; sen. AL 1929-1930 e 1935-1937.

Pedro da Costa Rego nasceu em Pilar (AL) no dia 12 de março de 1889, filho de Pedro da Costa Rego e de Rosa de Oliveira Costa Rego. Seu irmão, dom Rosalevo Costa Rego, foi bispo auxiliar do Rio de Janeiro. Escreveu sob o pseudônimo de Bárbara Heliodora.

Em 1900 transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde cursou o ginásio no Colégio São Bento, no mosteiro homônimo. Concluiu o curso em 1906 e no ano seguinte iniciou-se na carreira jornalística como colaborador da *Gazeta de Notícias* e do *Correio da Manhã*, ambos no Rio de Janeiro, trabalhando como revisor e depois como repórter.

Em 1912 participou do movimento revolucionário que levou Clodoaldo da Fonseca ao governo de Alagoas, tornando-se nesse mesmo ano secretário de Agricultura do estado. Elegeram-se deputado federal por Alagoas na legenda do Partido Democrático em 1915 e 1918. Após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), viajou em 1919 para Paris como representante do *Correio da Manhã* a fim de acompanhar os trabalhos da Conferência da Paz. Durante o governo do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) representou o estado de Alagoas na Conferência de Fixação de Limites entre os Estados, convocada pelo próprio presidente da República. Reeleito deputado federal em 1921, integrou a Comissão de Instrução Pública da Câmara e foi segundo-secretário da mesa, bem como líder da bancada de seu partido. Em 1923 tornou-se redator-chefe do *Correio da Manhã*, função que exerceria pelo resto da vida com algumas interrupções.

Deixando a Câmara dos Deputados em dezembro de 1923, elegeu-se em 1924 governador de Alagoas em substituição a José Fernando de Barros Lima. Exerceu o cargo até 1928, quando foi substituído por Álvaro Correia Pais. Ainda nesse ano ocupou de outubro a dezembro uma cadeira na Câmara dos Deputados, e no ano seguinte elegeu-se senador por Alagoas. Entretanto, teve o mandato interrompido após a Revolução de 1930, que dissolveu os órgãos legislativos do país.

Participou em dezembro de 1932 da fundação do Partido Economista Democrático de

Alagoas, cuja comissão diretora integrou. Estruturada a partir da reorganização do Partido Democrata desse estado com o objetivo de concorrer às eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, a agremiação não logrou eleger sequer um único deputado. Nessa ocasião, Pedro da Costa Rego criou uma coluna no *Correio da Manhã*, na qual defendia o federalismo e criticava o governo revolucionário. Dividida em duas partes, a segunda recebeu o título de “Juízo dos feitos da Fazenda revolucionária”. Aí eram denunciados gastos indevidos feitos em diversos pontos do país, numa crítica evidente à atuação de Osvaldo Aranha à frente do Ministério da Fazenda. A censura passou a vigiar Costa Rego, que, em tom irônico, insinuava satisfação pelo fato de ter o censor como leitor assíduo, pedindo a Getúlio Vargas que mantivesse essa situação.

Em 1935 reelegeu-se senador com os votos dos deputados constituintes alagoanos na legenda do Partido Progressista de Alagoas. Em maio de 1937 representou seu partido na convenção para o lançamento da candidatura situacionista de José Américo de Almeida à sucessão presidencial prevista para o ano seguinte. Teve o mandato interrompido pela instalação do Estado Novo em novembro de 1937. No ano seguinte integrou a delegação brasileira à Conferência Pan-Americana de Lima, no Peru.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) integrou o conselho consultivo da Coordenação da Mobilização Econômica, órgão criado em setembro de 1942 com o objetivo de orientar a economia de guerra, e extinto em dezembro de 1945. Em dezembro de 1944 integrou a delegação brasileira à VIII Conferência Pan-Americana, realizada em Lima.

Iniciado o processo de desagregação do Estado Novo, participou em abril de 1945 da primeira reunião do diretório nacional da União Democrática Nacional (UDN), na qual foram nomeadas as comissões para a elaboração do projeto dos estatutos do partido. Foi designado na ocasião para integrar a comissão de estudos administrativos e financeiros. Em 1951 atuou como delegado brasileiro à Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque.

Colaborou em *O Século*, jornal carioca, tendo sido também diretor do Banco de Crédito e Comércio de Minas Gerais. Sócio da Associação Brasileira de Imprensa, pertenceu ainda à Câmara de Reajustamento Econômico.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 1954.

Casou-se com Alzira Costa Rego, com quem teve quatro filhas.

Publicou *Águas passadas* (crônicas e ensaio).

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; CARONE, E. *Estado*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; COUTINHO, A. *Brasil; Diário de Notícias*, Rio (26/5/1937); *Diário do Congresso Nacional*; *Grande encic. portuguesa*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos; Ilustração Brasileira* (11/1922); LIRA, A. *Senado*; MENESES, R. *Dicionário*; NABUCO, C. *Vida*; PESQ. F. BARBOSA; SENADO. *Anais* (12/6/1935); SILVA, H. 1938.

REGO, Tomás de Moraes

*religioso; junta gov. PI 1889.

Tomás de Moraes Rego nasceu em 1845 na cidade de Oeiras (PI).

Religioso de formação, esteve à frente de paróquias das cidades maranhenses de Caxias e São José dos Matões, Oeiras e Teresina, entre 1871 e 1883. Paralelamente, desenvolveu intensa atividade política, elegendo-se deputado à Assembleia Provincial do Maranhão, a qual veio a presidir. Também foi deputado provincial no Piauí nos biênios de 1870-1871 e de 1888-1889.

Em 18 de novembro de 1889, três dias após a Proclamação da República, passou a integrar a junta governamental que assumira o poder no Piauí no dia 16, formada pelo capitães Reginaldo Nemésio de Sá e Nelson Pereira do Nascimento e pelo alferes João de Deus Moreira de Carvalho. A nova formação da junta incluiu ainda mais três membros: o tenente-coronel Joaquim Dias de Santana, Teodoro Alves Pacheco e João da Cruz e Santos, o barão de Uruçuí. A junta foi substituída, em 26 de novembro de 1889, por Gregório Taumaturgo de Azevedo, designado pelo presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca para assumir o governo do Piauí.

Colaborou nos jornais *O Piauí* e *O Semanário*, foi professor em Oeiras e diretor do Estabelecimento de Educando Artífices.

Faleceu em Teresina em 1890.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BASTOS, C. *Dicionário*; GONÇALVES, W. *Grande*; REGO NETO, H. *Fatos*.

REIS NETO, MALVINO

*militar; rev. 1922.

Malvino Reis Neto nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 30 de abril de 1904, filho de Malvino da Silva Reis Júnior e de Rita de Cássia Castro Reis.

Ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, em junho de 1922 e já no mês seguinte participou da revolta deflagrada no Rio e em Mato Grosso em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e as punições impostas aos militares pelo governo de Epitácio Pessoa. Com a derrota do movimento, foi afastado da Escola Militar.

Após a vitória da Revolução de 1930, foi anistiado em novembro e reincorporado ao Exército como primeiro-tenente comissionado. Designado no mês seguinte para servir junto ao 2º Batalhão de Caçadores (2º BC), no Rio de Janeiro, em março de 1931 matriculou-se no curso da Escola Militar Provisória. Foi membro do Clube 3 de Outubro, organização criada em maio de 1931 congregando as correntes tenentistas partidárias da manutenção e do aprofundamento das reformas instituídas pela Revolução de 1930. Durante a Revolução Constitucionalista, deflagrada em julho de 1932 em São Paulo, permaneceu à disposição do coronel Cristóvão Barcelos na Brigada Fonseca, em operação contra os constitucionalistas a partir de 2 de agosto daquele ano. O movimento foi debelado em outubro seguinte. Em abril de 1934 passou a primeiro-tenente, transferindo-se em junho do mesmo ano para o 24º BC, sediado em Socorro (PE). Promovido a capitão em outubro de 1934, tornou-se no mês seguinte comandante de companhia no 29º BC.

Colocado em julho de 1935 à disposição do governo de Pernambuco, chefiado por Carlos de Lima Cavalcanti (1930-1937), foi nomeado secretário de Segurança e chefe de polícia. No exercício dessas funções participou da repressão à greve dos funcionários da Rede Ferroviária do Nordeste, que paralisou todos os estados da região. A greve foi organizada pelo comando revolucionário da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente política com um programa nacionalista e antifascista que, nesse período, se achava na ilegalidade, preparando um movimento de insurreição armada. Segundo o líder comunista Gregório Bezerra em suas *Memórias*, durante uma tentativa dos grevistas em Socorro para impedir, deitando-se nos trilhos, que os trens circulassem conduzidos por “fura-greves”, Malvino

Reis ordenou que a locomotiva prosseguisse, sendo impedido por seus próprios soldados, que se revoltaram. Já segundo Hélio Silva, sua presença em Socorro relacionava-se à possibilidade de entendimentos com os grevistas.

Em 24 de novembro daquele ano iniciou-se em Natal o levante armado promovido pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), em nome da ANL, logo seguido pela eclosão do movimento em Pernambuco, com a rebelião do 29º BC. Como secretário de Segurança, Malvino Reis coordenou a repressão ao movimento insurrecional juntamente com o comando da 7ª Região Militar (7ª RM), com a qual ficou em contato. O 20º BC, de Maceió, e o 22º BC, da Paraíba, foram deslocados para sufocar o levante em Pernambuco. Após o desbaratamento das forças sublevadas que se encontravam na região de Afogados e a fuga destas para o sertão, a Secretaria de Segurança autorizou a volta dos contingentes policiais que estavam em busca dos cangaceiros e que prenderam pelas estradas os revoltosos em retirada. Malvino Reis mobilizou então toda a Guarda Civil, os inspetores de trânsito e cerca de 60 operários que se apresentaram como voluntários, para, juntamente com a Brigada Militar e as forças legalistas do Exército, atacar as posições dos rebeldes em Recife e Olinda, que foram ocupadas após quatro dias de luta. Durante o levante, o secretário de Segurança ordenou a prisão do secretário de Justiça, acusado de envolvimento, e em seguida do secretário de Fazenda, que se recusava a liberar verbas enquanto seu colega estivesse preso.

Nos depoimentos prestados após o levante na 7ª RM foram denunciados fuzilamentos sumários dos revoltosos, sendo Malvino Reis apontado como um dos principais responsáveis. Ainda segundo Gregório Bezerra, a partir da prisão de Luís Carlos Prestes, líder do PCB e presidente de honra da ANL, em fevereiro de 1936 no Rio de Janeiro, a situação dos presos políticos no Recife começou a deteriorar. O próprio Gregório foi torturado durante interrogatório na Secretaria de Segurança, com a participação e a supervisão de Malvino Reis, o que se repetiu em outras ocasiões no mês de março. Gregório afirma também que Malvino Reis foi exonerado da Secretaria de Segurança por haver-se desentendido com o comandante da 7ª RM, general Milton Cavalcanti de Albuquerque, sendo ali substituído pelo capitão Jurandir Mamede.

Transferido para o Rio de Janeiro, foi lotado no Departamento de Pessoal do Exército em maio de 1936, e a partir de outubro permaneceu como adido ao 7º Regimento de Infantaria

(7º RI). Em novembro seguinte foi designado para servir junto à 5ª Brigada de Infantaria, também no Rio de Janeiro, da qual foi removido para a Diretoria de Aviação em 21 de dezembro de 1937, aí servindo como adjunto de gabinete. Em abril do ano seguinte assumiu o comando da Companhia Independente de Guarda e, em abril de 1939, passou a exercer cumulativamente com essa função a de ajudante do 2º Batalhão do 14º RI, em São Gonçalo (RJ).

Matriculado no curso de infantaria da Escola de Armas em março de 1941, a partir de novembro desse ano serviu como oficial adjunto do estado-maior da 8ª RM. Em 9 de fevereiro de 1942, durante a interventoria de José Carneiro da Gama Malcher (1937-1943), foi nomeado instrutor da Força Policial do Estado do Pará. Em janeiro do ano seguinte tornou-se comandante de companhia do 3º RI, atuando como adjunto da 3ª Divisão da Diretoria de Armas a partir de junho.

Com a decisão do governo brasileiro de intervir na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) contra as potências do Eixo, viajou aos EUA ainda em 1943 para estagiar no exército daquele país. Em janeiro do ano seguinte passou a servir como adjunto na 2ª seção do quartel-general da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, que ficou conhecida como Força Expedicionária Brasileira (FEB), criada para combater na Europa junto aos exércitos aliados. Em junho de 1944 embarcou para a Itália, onde, a partir de 17 de julho do mesmo ano, atuou como oficial de ligação da 2ª seção do estado-maior do quartel-general da FEB. Promovido a major em outubro de 1944, retornou ao Rio de Janeiro após o término do conflito, em julho do ano seguinte. Desligado do estado-maior do quartel-general da 1ª Divisão de Infantaria, foi transferido para a reserva por decreto de 2 de julho de 1946.

Industrial, ocupou também o cargo de diretor superintendente geral da Companhia Telefônica Brasileira em Minas Gerais.

Casou-se com Isaura Medeiros Reis, com quem teve uma filha.

FONTES: ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ARQ. GETÚLIO VARGAS; BEZERRA, G. *Memórias*; CARNEIRO, G. *História*; DULLES, J. *Anarquistas*; LEVINE, R. *Vargas*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1944); MONTEIRO, F. *Discurso*; *Movimento de 5*; *Quem é quem no Brasil*; SILVA, H. 1935.

REIS, Aarão

*dep. fed. PA 1911 e 1927-1930.

Aarão Leal de Carvalho Reis nasceu em Belém no dia 6 de maio de 1853, filho de Fábio Alexandrino de Carvalho Reis e de Ana Rosa Leal de Carvalho.

Em 1869 começou a trabalhar como professor no Colégio Perseverança, de propriedade de seu pai, no Rio de Janeiro, então capital do Império. Também no Rio de Janeiro cursou a Escola Central e aí se formou engenheiro geógrafo em 1872, bacharelou-se em ciências físicas e matemáticas em 1873 e em engenharia civil em 1874. Nesse mesmo ano casou-se com Mariana Furtado, filha do conselheiro Francisco José Furtado, que foi presidente do Conselho de Ministros do Império de 1864 a 1865. Em 1875 publicou o livro *A instrução superior no Império*, com artigos a respeito de educação.

Entre 1886 e 1889, trabalhou nas áreas de transporte, saneamento, energia e construção civil, como diretor das obras civis e hidráulicas do Ministério da Marinha. Em 1889 participou da construção da Estrada de Ferro de Pernambuco. Em 1890 ocupou o cargo de diretor geral da Secretaria de Estado da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas, do qual pediu exoneração em setembro. Em 1891 tornou-se engenheiro-chefe dos serviços de eletricidade da Estrada de Ferro da Tijuca, destacando-se pela introdução pioneira dos bondes elétricos no Brasil. Trabalhou também como consultor técnico no Ministério da Agricultura e das Relações Exteriores, entre 1891 e 1892.

Nesse último ano foi convidado pelo então presidente do estado de Minas Gerais, Afonso Pena, para dirigir a Comissão de Estudos das Localidades Indicadas para a Nova Capital, e em seguida, para conduzir a Comissão Construtora da Nova Capital, entre os anos de 1894 e 1895. Entre 1893 e 1895 foram divulgados trabalhos seus dedicados ao assunto. Foi diretor dos Correios da República, em 1895, do Banco do Brasil, entre 1895 e 1897, da Estrada de Ferro Central do Brasil, entre 1906 e 1910, e do Lloyd Brasileiro, em 1910. Entre 1913 e 1918 foi inspetor-geral de obras contra a seca e em 1918 tornou-se consultor do ministro de Viação e Obras Públicas. No âmbito da iniciativa privada, foi fundador e presidente da Empresa Industrial Serra do Mar, entre 1899 e 1906.

Estreou na política em 1896, quando tentou sem êxito ser eleito senador pelo estado do Maranhão. Em 1911 foi eleito pelo Partido Republicano, por unanimidade, para assumir a cadeira de deputado federal pelo estado do Pará no lugar de Deoclécio de Campos, que renunciou após ter sido nomeado cônsul do Brasil em Southampton, na Inglaterra. Exerceu o mandato de junho a dezembro de 1911, quando se encerrou a legislatura. Voltou a ser eleito deputado federal pelo Pará para as legislaturas 1927-1929 e 1930-1932, mas teve o mandato interrompido em outubro de 1930 em virtude da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu os órgãos legislativos do país.

Entre os anos de 1905 e 1914 deu aulas no curso técnico da Escola Politécnica, no Rio de Janeiro, e de 1914 a 1925 tornou-se responsável pela cadeira de Economia política, finanças, Direito constitucional e administrativo e Estatística. Autor de vários manuais, relatórios, pareceres técnicos e livros, em 1918 publicou sua principal obra, *Economia política, finanças e contabilidade*, destinada ao ensino da disciplina na Escola Politécnica.

Foi membro do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, da Sociedade de Geografia e do Centro Industrial do Rio de Janeiro, sócio honorário da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, diretor da Liga do Ensino do Brasil e presidente do Automóvel Clube do Brasil.

Faleceu no Rio de Janeiro em 1936.

De seu casamento com Mariana Furtado, nasceram sete filhos.

Adrianna Setemy

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; LOPES, H. *Aarão*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009; FONSECA, C. *Professor* (n. 201, p. 196-198); SILVA, M. *Professor*.

REIS, Américo Vespúcio dos

*pres. MA 1909-1910.

Américo Vespúcio dos Reis era deputado estadual no Maranhão quando, em 25 de maio de 1908, o presidente do estado Benedito Pereira Leite embarcou para a Europa para tratar de problemas de saúde. Artur Quadros Colares Moreira, segundo vice-presidente, assumiu então o governo do estado e o exerceu até 25 de fevereiro de 1909, quando viajou para a Paraíba e para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, para tratar de assuntos particulares e políticos, visando às próximas eleições estaduais. Como o primeiro vice-presidente, Antônio Teixeira Belfort Roxo, também estava no Rio de Janeiro, e o terceiro vice, Raimundo Nogueira da Cruz e Castro, havia falecido poucos meses antes, Mariano Martins Lisboa Neto foi chamado, como presidente do Legislativo estadual, a assumir o governo. Pouco depois, em 6 de março 1909, Benedito Leite viria a falecer na Europa.

Quando da volta de Artur Quadros Colares Moreira ao Maranhão, em 12 junho de 1909, Mariano Martins Lisboa Neto recusou-se a entregar-lhe o governo, afirmando que havia perdido o mandato quando saíra do estado sem autorização do Poder Legislativo local. A contenda só foi resolvida com a intervenção de políticos importantes no cenário nacional, como Nilo Peçanha e Pinheiro Machado. Ficou decidido então que Mariano Martins Lisboa Neto renunciaria à presidência do Congresso estadual e Artur Quadros Colares Moreira à vice-presidência do estado, passando o governo em 29 de junho de 1909 ao novo chefe do Legislativo estadual, Américo Vespúcio dos Reis.

Durante toda essa disputa, o deputado federal Luís Antônio Domingues da Silva teve papel relevante, articulando no Rio de Janeiro e no Maranhão o fim das tensões. Assim, nas eleições seguintes foi eleito como candidato único presidente do estado para o quadriênio de 1910 a 1914. Em 5 de fevereiro de 1910, Américo Vespúcio transmitiu o governo a Frederico de Sá Filgueiras, que por sua vez o entregou a Domingues da Silva em 1º de março seguinte.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: MARQUES, C. *Dicionário*; MEIRELES, M. *História*.

REIS, Fidélis

* dep. fed. MG 1921-1930.

Fidélis Reis nasceu no município de Uberaba (MG) em 1880.

Ingressou na política ao ser eleito deputado federal para a legislatura 1921-1923. Releito para as três legislaturas seguintes, permaneceu na Câmara dos Deputados até 23 de outubro de 1930, quando teve o mandato interrompido pela revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos do legislativo do país. Durante sua passagem pela Câmara, apresentou em 1922 projeto de lei que criava o ensino profissionalizante obrigatório, em tempo integral, sob a égide do Liceu de Artes e Ofícios, com o objetivo de preparar as futuras gerações para a sociedade industrial e tecnológica cujo avanço começava a chegar ao país. Aprovada após cinco anos de difícil tramitação, a lei deixou de ser aplicada por falta de recursos orçamentários. Serviria de embrião para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), que, embora socialmente relevante, nunca teve a dimensão do projeto original. Além disso, foi um dos mais entusiasmados defensores do “branqueamento da raça” no Congresso. Como relator do substitutivo que autorizava o governo a estimular a colonização de famílias de agricultores europeus, propôs um rigoroso controle sobre a imigração destinada ao Brasil com o fim de impedir a entrada de todo e qualquer elemento julgado “nocivo” à formação étnica, moral e psíquica da nacionalidade. Também foi engenheiro agrônomo, jornalista e líder empresarial.

Faleceu em Minas Gerais em 1962.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 7/8/2010; BARBOSA, W. *História*; Biografia de Fidélis Reis. Disponível em: <<http://destaquein.sacrahome.net/node/285>>. Acesso em 10/8/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CAMPOS JUNIOR, D. *Sem*; COSTA, J. *Toponímia*; MATOS, R. *Aruanda*; SILVA, M. *Sem educação*; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.

REIS, MANUEL

*dep. fed. RJ 1919-1923 e 1934-1935.

Manuel Reis nasceu em Nova Iguaçu (RJ) no dia 24 de dezembro de 1876, filho de José Inácio dos Reis.

Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais e, de 1910 a 1912, durante o governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), foi secretário do ministro da Viação, José Joaquim Seabra, de quem foi grande amigo. Foi ainda deputado à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, vereador e presidente, a partir de janeiro de 1916, da Câmara Municipal de sua cidade natal.

Estando em curso a legislatura 1918-1920, foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro e assumiu o mandato em junho de 1919. Reeleito no início de 1921, ocupou uma cadeira na Câmara de maio desse ano a dezembro de 1923.

No pleito de maio de 1933 tentou eleger-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte por seu estado na legenda do Partido Popular Radical (PPR), mas obteve apenas uma suplência. Assumiu uma cadeira em julho de 1934, já após a promulgação da nova Carta (16/7/1934), e, com a prorrogação da legislatura, exerceu o mandato até maio do ano seguinte.

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; CÂM. DEP. *Deputados*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Diário do Congresso Nacional*; *Ilustração Brasileira* (10/1922).

REIS, Pereira

*dep. fed. RN 1900-1908.

Manuel Pereira Reis nasceu em Salvador no dia 12 de novembro de 1837, filho do livreiro português Joaquim Pereira Reis.

Após a morte do pai, mudou-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, em 1856. Completou os estudos secundários no mosteiro de São Bento e em 1857 matriculou-se no Imperial Liceu de Artes e Ofícios, período em que se dedicou à pintura e se tornou amigo de Pedro Américo. Nomeado adjunto do professor de desenho da Escola Naval em 1858, anos depois, em 1867 foi designado professor de topografia e desenho topográfico da mesma escola.

Engenheiro e bacharel em ciências físicas e matemáticas pela Escola Central, depois Escola Politécnica, em 1872, no ano seguinte foi agraciado com a Ordem da Rosa, por ter inventado um instrumento para medir frações de segundo. Em 1874 recusou convite para integrar a Comissão de Limites com a Bolívia, por estar realizando, como praticante do Imperial Observatório, medições geográficas no Rio Grande do Sul. Dois anos depois, foi nomeado astrônomo do Imperial Observatório, tornando-se responsável pela direção da instituição em caso de impedimento do diretor, o francês Emmanuel Liais. Ainda em 1876, participou da elaboração da Carta Geral do Império junto ao Ministério da Agricultura. Na qualidade de chefe da Comissão Astronômica do Ministério da Agricultura, em 1877 determinou a diferença de latitudes e longitudes entre o Imperial Observatório e Barra do Piraí, utilizando para tal fim, pela primeira vez no Brasil, o telégrafo.

Em 1878 envolveu-se numa polêmica com Emmanuel Liais e depois com o sucessor deste, o belga Luiz Cruls. A polêmica, que se iniciou com as denúncias de Pereira Reis de favorecimentos pessoais no Observatório, culminou na sua saída voluntária daquela instituição. Contudo, a troca de acusações perduraria mais de 30 anos, alcançando as páginas dos jornais e a tribuna da Câmara dos Deputados, e desdobrando-se, de parte a parte, na imputação de incompetência técnica. Muito provavelmente, a polêmica tinha raízes mais profundas, derivando do sentimento de insatisfação contra o desligamento do Observatório do âmbito da Escola Central, exigência feita em 1870 por Liais.

Sintomaticamente, Pereira Reis ingressou na Escola Politécnica já em 1879, passando a

lente da cadeira de astronomia em 1881, com o título de doutor em matemática. Nesse mesmo ano, fundou o Observatório Astronômico da Escola Politécnica (hoje o Observatório do Valongo, pertencente à Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ), do qual se tornou o primeiro diretor. Ainda em 1881, foi encarregado de examinar a planta cadastral da cidade do Rio de Janeiro levantada pelo engenheiro João Rocha Fragoso. Em 1883, juntamente com Conrado Jacob de Niemeyer, executou o plano de linha e o cadastro de Copacabana, e assumiu o cargo de chefe da Comissão da Carta Cadastral do Rio de Janeiro.

Convidado por Raimundo Teixeira Mendes, presidente do Apostolado Positivista do Brasil e seu contemporâneo na Escola Central, foi um dos responsáveis pela elaboração do novo pavilhão nacional após a proclamação da República (15/11/1889), cabendo-lhe organizar a posição das estrelas no dístico da bandeira.

Em 1900, deixou a chefia da Comissão da Carta Cadastral – que foi responsável pela organização da carta cadastral e topográfica do Distrito Federal, a principal fonte de que se serviu o prefeito Francisco Pereira Passos para sua reforma urbanística – e foi convidado para chefiar a Comissão de Limites com a Bolívia. Contudo, não aceitou o cargo por ter sido eleito deputado federal pelo Rio Grande do Norte, na legenda do Partido Republicano Federal. Fora indicado pelo líder político daquele estado, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, para concorrer à eleição como candidato extra-oficial, e foi eleito, ainda que não fosse conhecido no Rio Grande do Norte. Sua ligação com o grupo que controlava a política no Rio Grande do Norte datava da década de 1880, quando Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, irmão de Pedro Velho, frequentou seu curso na Escola Politécnica. Quando Augusto Severo concebeu em 1893 o balão “Bartolomeu de Gusmão”, seu projeto recebeu a aprovação de Pereira Reis. Anos depois, Pereira Reis envolveu-se pessoalmente com outro projeto de Augusto Severo, o do balão dirigível *Pax* (Severo morreu na explosão do *Pax*, ocorrida em Paris em maio de 1902).

Empossado na legislatura 1900-1902 e reeleito para as duas legislaturas seguintes (1903-1905 e 1906-1908), Pereira Reis centrou sua atuação na Câmara na busca de recursos destinados a combater os efeitos da seca no Rio Grande do Norte, conseguindo, em 1904, constituir junto ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, a chamada Comissão de Perfuração de Poços, da qual foi nomeado diretor. Sediada em Natal, a comissão

funcionou até 1906, direcionando parte das verbas destinadas às obras contra as secas para o estado. Por conta de sua posição, visitou os Estados Unidos em busca de novos métodos de prospecção, importando máquinas e trazendo técnicos daquele país. Envolveu-se ainda na chamada “questão de Grossos”, que opôs Rio Grande do Norte e Ceará na disputa de uma área fronteira. Operou no levantamento da área disputada, de modo a subsidiar os esforços empreendidos na defesa das pretensões do Rio Grande do Norte.

Abandonando a carreira política e retirando-se também do magistério, voltou a dedicar-se à pintura.

Faleceu em Barbacena (MG) em 24 de junho de 1922.

Era casado com Adelaide Margarida de Azevedo Reis, com que teve um filho.

Publicou *Teoria completa dos cometas* (1881); *Determinação das diferenças de latitude e de longitude entre o Imperial Observatório Astronômico do Rio de Janeiro e a Barra do Piraí* (1877); *O céu na latitude de 23° sul - mapa circular rotatório* (1887); *Planta da cidade do Rio de Janeiro* (1894).

Renato Amado Peixoto

FONTES: AZEVEDO, F. *Ciências*; BARATA, M. *Escola*; CASCUDO, L. *Vida*; FERNANDES, A. *Pioneiro*; OLIVEIRA, J.; VIDEIRA, A. *Polêmicas* (p. 42-52); RUBENS, C. *Pequena*; SOUZA, I.; MEDEIROS FILHO, J. *Seca*.

RESENDE FILHO, Joaquim Leonel de

*const. 1891; dep. fed. MG 1891-1905; min. TCU 1918-1932.

Joaquim Leonel de Resende Filho nasceu em Campanha (MG) em 31 de maio de 1860, filho do jurista Joaquim Leonel de Resende Alvim e de Maria Vitalina de Novais de Resende.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1883. Depois de formado, passou a advogar no município de São Gonçalo do Sapucaí (MG), onde permaneceu até 1888. Nesse ano foi eleito deputado provincial em Minas Gerais e exerceu o mandato até a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Foi também um dos fundadores, junto com Américo Werneck, Astolfo Pio, Francisco Sales e Francisco Bressane, do Partido Republicano do 13º Distrito de Minas Gerais.

Já na República, foi eleito deputado ao Congresso Nacional Constituinte em 15 de setembro de 1890, como representante do estado de Minas Gerais. Tomou posse em 15 de novembro e participou dos trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do Brasil, tendo sido um dos signatários da Emenda Lauro Müller, que propunha a demarcação de uma zona no Planalto Central destinada à construção da futura capital federal. Promulgada a nova Carta em 24 de fevereiro de 1891, assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados em maio seguinte, quando teve início a legislatura ordinária. Reeleito para as quatro legislaturas seguintes, permaneceu na Câmara até dezembro de 1905 e participou ativamente dos debates sobre a regulamentação do estado de sítio, tendo apresentado projeto de lei disciplinador da matéria.

Após o término de seu mandato de deputado federal, permaneceu na cidade do Rio de Janeiro advogando. Em 1909 tornou-se consultor jurídico do Ministério da Agricultura e de 1915 a 1918 foi representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU). Em 9 de novembro de 1918 tomou posse como ministro do TCU e permaneceu no cargo até 1932, quando faleceu no Rio de Janeiro.

Foi casado com Ana Matilde Brandão.

DHBB/ Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: Acesso seguro. *Ministros eméritos do Tribunal de Contas da União*. Disponível em: <
https://acessoseguro.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/institucional/autoridades/ministros_emeritos>. Acesso em: 17/9/2010; ANDRADE, M. *Elites*; ANDRADE, M. *Família*; ANDRADE, M. *Meios*; ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <
<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 7/8/2010; ARRUDA, M. *Mitologia*; BARBOSA, W. *História*; CÂM. DEP. *Constituição de 1891*. Disponível em: <
<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 19/4/2010; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; Doc. Brasília. *Emenda Lauro Muller*. Disponível em: <
<http://doc.brasilia.jor.br/HistDocs/Congresso/18901215emendaLauroMuller.htm>>. Acesso em: 14/8/2010; Genealogia Brasileira. Disponível em: <
http://www.genealogiabrasileira.com/titulosperdidos/cantagalo_ptbetim.htm>. Acesso em: 13/6/2010; HORTA, C. *Famílias* (p.111-142); *Ministros do Tribunal de Contas*; MONTEIRO, N. *Dicionário*; Portal 2. *Bio. Joaquim Leonel de Rezende Filho*. Disponível em:
<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/683649/revista_tcu.PDF>. Acesso em: 17/9/2010; Portal 2. *Ministro Joaquim Leonel de Rezende Filho*. Disponível em:
< <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/1186628.PDF>>. Acesso em: 17/9/2010; NOGUEIRA, G. *Genealogias*; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*; VISCARDI, C. *Elites*.

RESENDE, Antônio de Pádua Assis

* dep. fed. MG 1897-1905.

Antônio de Pádua Assis Resende nasceu no distrito de Nossa Senhora da Saúde das Águas de Caldas, então pertencente ao município de Caldas (MG). Atualmente o distrito é o município de Poços de Caldas.

Foi eleito deputado federal por Minas Gerais na legislatura que se estendeu de maio de 1897 a dezembro de 1899. Foi reeleito em 1900 e 1903 e permaneceu na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até dezembro de 1905, quando se encerraram o seu mandato e a legislatura.

Participou do projeto do Hotel Empresa de Poços de Caldas (MG) e foi gerente da Empresa Balneária responsável pela ativação do Balneário dos Macacos no mesmo município.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Bib. IBGE. *Poços de Calda*. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov>>. Acesso em: 7/5/2010; Poços na rede. Disponível em: <<http://www.pocosnarede.com>>. Acesso em: 7/5/2010; VEIGA, J. *Revista*.

RESENDE, Emílio Jardim de

* dep. fed. MG 1919-1929.

Emílio Jardim de Resende nasceu em Paracatu (MG) em 22 de janeiro de 1874, filho de João Emílio de Resende e de Virgínia de Oliveira Jardim. Seu pai foi juiz municipal em Paracatu, juiz de direito nessa cidade e ainda em Montes Claros e Juiz de Fora, e desembargador da Relação de Minas em 1891.

Professor, jurista e coronel da Guarda Nacional na cidade de Viçosa (MG), foi membro atuante do Partido Republicano Mineiro (PRM). Foi eleito deputado estadual e exerceu o mandato de 1911 a 1918. Nesse período foi também presidente da Câmara de Vereadores de Viçosa (MG) durante os anos de 1911 e 1912, função similar à de prefeito. Na ocasião, procurou melhorar a qualidade da infraestrutura dos serviços públicos de Viçosa firmando, em 5 de novembro de 1912, contrato com a Casa Vivaldi para fornecimento de energia elétrica para o município. Já enquanto deputado estadual, em um entendimento com a madre superiora das Carmelitas, conseguiu transferir o colégio da ordem de Cataguases (MG) para Viçosa. Assim, em 2 de março de 1917 as irmãs Carmelitas assumiram a direção do educandário que passou a ser denominado Escola Normal Nossa Senhora do Carmo, sendo sua primeira diretora a irmã Maria de Santa Face.

Em 1919 foi eleito deputado federal por Minas Gerais. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse mesmo ano, foi reeleito para as três legislaturas seguintes. Permaneceu no Legislativo federal até 31 de dezembro de 1929, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Faleceu em Minas Gerais.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 4/5/2010; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; CÂM. VIÇOSA. Disponível em: <<http://www.camaravicosamg.gov.br/nav/9/historico.html>>. Acesso em: 20/7/2010; COL. CARMO VIÇOSA MG. *Escola Normal Nossa senhora do Carmo*. Disponível em: < <http://www.carmovicosamg.com.br/interna.php?p=historico>>. Acesso em:

20/7/2010; Dep. Info. *Município de Viçosa*. Disponível em: <<http://www.dpi.ufv.br/function/altino/vicosa.htm>>. Acesso em: 20/7/2010; Geneaminas. *Genealogia mineira*. Disponível em: <<http://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/pessoa.asp?>>. Acesso em: 20/7/2010; HORTA, C. *Famílias*; José Mário da Silva Rangel. *Emílio Jardim de Rezende*. Disponível em: < <http://opassadocompassadodevicosa.blogspot.com/>>. Acesso em: 20/7/2010; José Mario da Silva Rangel. *Progresso com energia*. Disponível em: <<http://opassadocompassadodevicosa.blogspot.com/2007/05/foras-luzes-e-comunicaes.html>>. Acesso em: 20/7/2010; Pontenet. *Padre Ademir destituído, assume Carlos Jardim*. Disponível em: < <http://www.pontenet.com.br/pontenova/politica30.html>>. Acesso em: 20/7/2010; PREF. VIÇOSA. *Presidentes da Câmara e prefeitos Nomeados durante o regime Republicano*. Disponível em: <<http://www.vicosa.mg.gov.br/?area=conteudo&secao=14>>. Acesso em: 20/7/2010; SCOLFORO, J. *Hierarquias*; Scrib. *Prefeitos de Viçosa*. Disponível em: < <http://www.scrib.com/doc/32413489/retrato-social-de-vicosa-3>>. Acesso em: 20/7/2010.

RESENDE, Ferreira de

*magistrado; min. STF 1892-1893.

Francisco de Paula Ferreira de Resende nasceu na localidade de Campanha, na província de Minas Gerais, no dia 18 de fevereiro de 1832, filho de Valério Ribeiro de Resende e de Francisca de Paula Ferreira de Resende.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde recebeu o grau de bacharel em novembro de 1855. Iniciou a carreira na magistratura em 1856, ao ser nomeado juiz municipal e de órfãos do termo de Queluz, na província de Minas Gerais. Esteve na judicatura até 1864, quando foi eleito deputado à Assembleia provincial mineira para o biênio 1864-1865. Paralelamente à atividade no parlamento local e na magistratura, exerceu a advocacia e foi fazendeiro no município de Leopoldina.

Após a proclamação da República, integrou a comissão encarregada de elaborar a Constituição do estado de Minas Gerais, integrada também pelos juristas Joaquim Felício dos Santos e Pedro Lessa. Em maio de 1892, o governo Floriano Peixoto (1891-1893), visando a atender a solicitação de nomes ligados a Minas Gerais de que um jurista do estado fosse indicado para o Supremo Tribunal Federal (STF), nomeou-o ministro dessa corte. Ainda no mesmo ano, foi designado procurador-geral da República. Atuou também ativamente no jornalismo, escrevendo sobre política, direito e teologia, tema no qual era versado.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 26 de outubro de 1893, no exercício de suas funções.

Publicou *O Brasil e o acaso* e *O julgamento de Pilatos ou Jesus perante a razão e os Evangelhos*. Postumamente teve publicados *Minhas recordações e comentários bíblicos: o mosaísmo perante a razão* e *A transformação da teocracia hebraica*.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*;
RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.

RESENDE, José Augusto Pereira de

* dep. fed. SP 1927-1929.

José Augusto Pereira de Resende nasceu em Santa Cruz (ES) no dia 21 de dezembro de 1872.

Fez os primeiros estudos no Espírito Santo, em 29 de dezembro de 1890 prestou os exames preparatórios no então Distrito Federal e a seguir matriculou-se na Faculdade de Medicina e de Farmácia do Rio de Janeiro. Fez sua residência médica no Hospital da Brigada Policial e prestou os exames finais em dezembro de 1897, sendo aprovado em obstetrícia e ginecologia formando-se no ano seguinte. No dia 17 de janeiro de 1898, defendeu tese e foi também aprovado.

Transferindo-se para São Paulo, foi residir na cidade de São Manuel e aí passou a clinicar. Também nessa cidade conheceu sua esposa, descendente da família Barros, de grande prestígio na região. Devido a seu trabalho como médico, recebeu apoio e simpatia da população, que em 1905 o elegeu vereador à Câmara Municipal. Eleito presidente da casa, exerceu também o cargo de prefeito de São Manuel e tornou-se chefe do Partido Republicano Paulista (PRP) no município.

Em 1922, seu nome foi indicado pelo PRP para concorrer a deputado estadual como representante do 5º Distrito. Eleito, foi escolhido membro da Comissão de Redação e da Comissão de Obras Públicas, Viação e Aviação da Câmara Estadual. Foi reeleito em 1925, mas renunciou poucos meses depois, quando, em 29 de novembro e foi eleito, com 103.680 votos, senador estadual. Assumiu sua cadeira em 13 de julho de 1926 na vaga de Washington Luís, que havia sido eleito para o Senado Federal, e passou a integrar a Comissão de Higiene Pública. Mais uma vez renunciou ao mandato, ao ser eleito deputado federal em 24 de fevereiro de 1927. Tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então capital federal, no dia 3 de maio, com mandato até dezembro de 1929, enquanto sua cadeira no Senado paulista era ocupada por Américo de Campos. Foi novamente eleito senador estadual em 30 de maio de 1930, substituindo José Alves Guimarães Júnior, que havia falecido, mas em outubro seguinte, com a vitória das forças revolucionárias chefiadas por Getúlio Vargas, teve o mandato interrompido. Retornou então a São Manoel, passando a se dedicar à medicina e à sua propriedade agrícola.

Após a Revolução Constitucionalista de 1932, lançou seu sobrinho Ademar de Barros na política. Ademar havia passado dois anos no exílio por sua participação no movimento armado contra Vargas, quando atuou como capitão médico na região do Túnel, no vale do Paraíba, sob o comando do coronel Euclides Figueiredo. Quando voltou ao Brasil foi convidado por seu tio, chefe do PRP na região de Botucatu, para concorrer às eleições de outubro 1934. Acabou eleito deputado constituinte estadual, iniciando assim longa carreira política, que o levaria a ser interventor federal em São Paulo (1938-1941), governador (1947-1951 e 1963-1966), prefeito da capital paulista, (1957-1961) e duas vezes candidato à presidência da República, em 1955 e 1960.

Pereira de Resende foi acionista e membro do conselho fiscal da Sociedade Anônima Fábrica de Tecidos Nossa Senhora Mãe dos Homens, sediada na cidade de Porto Feliz e presidida por seu cunhado Antônio Emídio de Barros. Durante vários anos fez parte do corpo de jurados do Tribunal do Júri da comarca da capital de São Paulo.

Faleceu em São Paulo em 27 de junho de 1961.

Foi casado com Romana de Barros Resende, com quem teve dois filhos.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: CALIMAN, A. *Legislativo; Diário Oficial da União; Folha de S. Paulo* (28/6/1961); FONSECA, A.; FONTES JUNIOR, A. *Câmara*; RIBEIRO, A. *Poder*.

RESENDE, JOSÉ CARNEIRO DE

*dep. fed. MG 1900-1914 e 1927-1930; const. 1934; dep. fed. MG 1935-1937.

José Carneiro de Resende nasceu em Cristina (MG) no dia 30 de junho de 1872, filho de José dos Reis Silva Resende e de Maria Cândida Carneiro Santiago.

Transferiu-se aos cinco anos de idade para a cidade de São Paulo, onde estudou nos colégios Nossa Senhora do Carmo, Moretzshon e Ivair. Em 1890 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, mas concluiu o curso na Faculdade de Direito de Ouro Preto (MG), em novembro de 1894. Ainda estudante, foi nomeado promotor de Justiça em Santa Rita de Sapucaí (MG) em outubro em 1893. Exerceu as mesmas funções em Itajubá (MG) de janeiro de 1894 a setembro do ano seguinte. Durante o período de 1895 a 1900 foi professor e mais tarde diretor da Escola Normal de Itajubá.

Ingressou na política em 1896 ao se eleger deputado estadual na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Em novembro de 1897 elegeu-se também vereador e presidente da Câmara Municipal de Itajubá. Em 1900 foi eleito deputado federal por Minas Gerais e renunciou ao mandato estadual. Empossado em maio desse ano, foi sucessivamente reeleito até 1912, concluindo seu último mandato em dezembro de 1914. Integrou em 1912 a comissão especial para estudar o projeto do Código de Águas, ocasião em que lavrou parecer sobre a classificação das águas.

Entre 1921 e 1922 conduziu os negócios da encampação da Rede Sul-Mineira e seu arrendamento pela União ao estado de Minas Gerais, somente retornando à Câmara dos Deputados em maio de 1927. Reeleito em março de 1930, exerceu o mandato até setembro desse ano, quando foi nomeado secretário de Finanças do governo Olegário Maciel (1930-1933) em Minas Gerais. Com o advento da Revolução de outubro de 1930, perdeu o mandato parlamentar em virtude da dissolução de todos os órgãos legislativos do país, e em novembro seguinte renunciou ao cargo de secretário estadual.

Em maio de 1933 elegeu-se primeiro suplente de deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do PRM. Como um de seus correligionários não chegou a tomar posse, assumiu o mandato em novembro do mesmo ano, participando desde o início dos trabalhos constituintes, durante os quais atuou na oposição à maioria. Com a promulgação da nova Carta em 16 de julho de 1934 e a eleição do presidente da República no dia

seguinte, teve, juntamente com os demais constituintes, seu mandato prorrogado até maio do ano seguinte. Em outubro de 1934 reelegeu-se deputado federal, permanecendo na Câmara até 10 de novembro de 1937, quando, com a instauração do Estado Novo, foram mais uma vez suprimidos todos os órgãos legislativos do país.

Deixando a política, fixou-se em Belo Horizonte, onde foi durante muitos anos fiscal do estado junto ao Banco Hipotecário Agrícola de Minas Gerais. Industrial e comerciante, foi sócio das firmas Carneiro de Resende e Cia., Rache Resende e Cia., Fábrica de Calçados Belo Horizonte e Companhia Industrial Sul Mineira, atuando ainda como presidente da Previdência dos Servidores de Minas Gerais que ajudou a organizar.

Casou-se com Maria de Magalhães, com quem teve cinco filhos.

Foi autor de vários trabalhos parlamentares e colaborou em diversas revistas e jornais.

FONTES: ABRANCHES, J. *Governo*; ANDRADE, F. *Relação*; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm. Dep. seus componentes*; CONSULT. MAGALHÃES B.; CONSULT. RAMOS, P.; *Cronologia da Assembléia*; *Diário do Congresso Nacional*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Personalidades*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/1976).

RETIRADA DO BRASIL DA LIGA DAS NAÇÕES

O Brasil foi um dos membros fundadores da Liga das Nações, organização internacional criada em 1919, ao final da Primeira Guerra Mundial. Em 1926, porém, durante o governo Artur Bernardes (1922-1926), retirou-se da organização depois de ver recusado seu pleito por um assento permanente no Conselho. A atitude brasileira em todo o episódio foi motivo de críticas tanto interna quanto externamente.

As origens da questão remontam à Conferência da Paz de Paris, que levou à assinatura do Tratado de Versalhes. O chefe da delegação brasileira, o então senador pela Paraíba Epitácio Pessoa, participou da comissão encarregada de redigir o texto do Pacto da Liga, aprovado por decisão unânime da Conferência. Com o apoio decisivo do presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, o Brasil foi designado pelo artigo 4 do Pacto como um dos membros não permanentes do Conselho, juntamente com Bélgica, Espanha e Grécia, aos quais deveriam somar-se as principais potências aliadas e associadas (EUA, Grã-Bretanha, França, Itália e Japão) como membros permanentes.

Como os Estados Unidos ao final não aderiram à Liga, o Brasil foi por um tempo o único país americano com assento no Conselho e procurou assumir a condição de porta-voz do continente e continuador da obra do presidente Wilson (tese do “mandato implícito”). Beneficiado pela ausência de regras definidas para a ocupação dos assentos temporários, o Brasil passou a ser anualmente reeleito para o Conselho, a despeito da recomendação da Assembleia de que se aplicasse um sistema de rodízio nas cadeiras não permanentes. Assim, durante o governo Epitácio Pessoa (1919-1922), caracterizado por uma linha de contentamento e de baixo perfil na política externa, o Brasil se encontrava plenamente satisfeito com a posição que havia alcançado em Genebra, e não havia ainda uma política estabelecida no sentido de obter um lugar permanente naquele órgão.

O governo Artur Bernardes fez da campanha do assento permanente a sua meta diplomática fundamental, conscientemente perseguida desde 1923 por seu ministro das Relações Exteriores, José Félix Alves Pacheco. O objetivo principal era assegurar a continuidade da

presença brasileira no órgão máximo da Liga, ameaçada pela pressão crescente de outros países que buscavam uma vaga no Conselho pelo voto da Assembleia. Em 1924, foi criada a Delegação Permanente do Brasil em Genebra, para a qual foi nomeado como embaixador Afrânio de Melo Franco, deputado por Minas Gerais.

A tese central era a da representação “americana” no quadro permanente do Conselho: na ausência dos Estados Unidos, o Brasil seria o candidato da América Latina com as melhores credenciais, dadas as dimensões de sua população e território, entre outros fatores. Várias fórmulas foram aventadas, como a hipótese de que o Brasil e a Espanha (cuja promoção a membro permanente o Brasil vetara em 1921) ocupassem provisoriamente os lugares reservados aos EUA e à Alemanha. O Brasil também chegou a postular sozinho a interinidade no posto que, em tese, deveria pertencer aos EUA. Ao longo dos anos, a candidatura se tornou um fim em si mesmo. Embora o governo brasileiro avaliasse que a Liga tratava de assuntos de pouco interesse direto para o Brasil, a saída do Conselho foi antevista como um *capitis deminutio* que afetaria negativamente o prestígio internacional do país.

Nesse ínterim, foram concluídos, em outubro de 1925, os acordos de Locarno, que buscavam reintegrar a Alemanha no conjunto europeu e, ao mesmo tempo, fortalecer o sistema da Liga das Nações com o ingresso alemão no Conselho como membro permanente. A aquiescência da Liga era requerida e, para esse fim, foi convocada uma sessão extraordinária da Assembleia, em março de 1926. Entretanto, o espírito de reconciliação foi abalado com o anúncio da candidatura da Polônia (aliada da França) a um assento permanente, o que levou diversos países a igualmente reivindicar um lugar no Conselho. Criou-se um impasse, com graves repercussões na política interna dos países europeus.

De modo incisivo, o Brasil também renovou sua candidatura, como se desafiasse a noção arraigada de que somente “grandes potências” poderiam ser membros permanentes. O presidente Bernardes, colocando a questão em termos de dignidade nacional, definiu que a delegação brasileira deveria votar contra qualquer aumento do número de cadeiras

permanentes caso o Brasil não fosse contemplado (“vencer ou não perder”). Promessas anteriores de apoio, todavia, não resistiram às exigências impostas pela crise. Os países latino-americanos, com os quais eram mantidas relações algo distantes, se dissociaram à última hora da posição brasileira. Rigorosamente adstrito às instruções presidenciais, Melo Franco comunicou aos demais membros do Conselho, em 17 de março, que vetaria a admissão da Alemanha, gesto que forçou o adiamento da Assembleia por falta de acordo.

País periférico de peso econômico e militar pouco expressivo na época, excluído das negociações secretas, o Brasil não foi o único a mostrar pouca flexibilidade durante a crise de março. Contudo, ao escolher o caminho da confrontação aberta, o país foi acusado de intransigência e serviu como bode expiatório para desviar o foco dos desentendimentos entre as potências locarnistas. Referindo-se à obstrução brasileira, o representante francês considerou “inadmissível” o fato de que Liga se defrontasse com tais “paralisias humilhantes”. O fracasso da Assembleia extraordinária, resultante sobretudo de questões não resolvidas da política europeia, foi imputado quase que exclusivamente à postura assumida pelo Brasil no tema da composição do Conselho.

Uma comissão formada em seguida para estudar o assunto propôs o aumento do número de membros não permanentes, que seriam eleitos o mais cedo possível para assumir imediatamente suas funções. Tal artifício permitiria remover o Brasil do Conselho, se necessário, a tempo de garantir a unanimidade para a entrada da Alemanha em setembro. Diante disso, o governo brasileiro informou ao Secretariado, em 12 de junho, sua decisão de retirar-se da Liga, sob a alegação de que a organização, controlada pelas grandes potências europeias, havia abandonado os ideais americanos que inspiraram sua criação.

Sem um projeto claro sobre qual deveria ser a estratégia global de inserção externa do país, a maior motivação do governo brasileiro para continuar na Liga sempre havia sido a presença no Conselho. Quando esta se tornou inviável, visto que a perda do assento não permanente era dada como certa em 1926, diminuiu consideravelmente o interesse do Rio de Janeiro em participar da organização. Ao afastar-se dos assuntos europeus que dominavam a agenda em Genebra, o Brasil indicou que pretendia estreitar suas relações

com as repúblicas americanas, em particular com Washington. O Brasil em verdade não possuía interesses vitais em jogo na Liga, e os Estados Unidos, seu principal aliado político e parceiro comercial, tampouco pertenciam àquela organização multilateral. Seguiu-se um período de deseuropeização da política externa brasileira e retorno à esfera pan-americana (isolacionismo hemisférico), reforçado com a confirmação definitiva da retirada do Brasil da Liga em 1928, já no governo Washington Luís (1926-1930).

Apesar de desligado da organização, o governo brasileiro não obstante continuou a prestar o que chamou de “colaboração desinteressada” à Liga, participando de algumas conferências internacionais e trabalhos em áreas técnicas. O Brasil, por exemplo, permaneceu na Organização Internacional do Trabalho (OIT) e manteve Eptácio Pessoa como juiz da Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI) até 1930.

Eugênio Vargas Garcia

FONTES: CERVO, A.; BUENO, C. *História*; GARCIA, E. *Entre*; LEUCHARS, C. *Brazil* (v.12, p. 123-142); RODRIGUES, J.; SEITENFUS, R. *Uma história*; SANTOS, N. *Brésil*; SOARES, J. *Brasil*.

RETUMBA, João da Silva

*const. 1891; dep. fed. PB 1891-1893.

João da Silva Retumba nasceu no dia 1º de novembro de 1857.

Ingressando na Escola Naval, em março de 1875 tornou-se aspirante a guarda-marinha, em novembro de 1879 foi efetivado guarda-marinha e em dezembro de 1881 foi promovido a segundo-tenente. Defensor da causa republicana, apoiou o movimento de 15 de novembro de 1889, e em 21 de novembro seguinte foi promovido a primeiro-tenente.

Em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado federal constituinte pela Paraíba e em 15 de novembro, quando foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, assumiu sua cadeira. Promulgada a nova Carta constitucional em 24 de fevereiro de 1891, em junho passou a cumprir o mandato ordinário, até 1893.

Ainda em 1893, por ser partidário do ex-presidente marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891), tomou parte na Revolta da Armada, contra o presidente Floriano Peixoto. A insurreição, que teve início em setembro daquele ano sob a chefia do almirante Custódio de Melo e mais tarde do almirante Luís Filipe Saldanha da Gama, envolveu a esquadra fundeada na baía de Guanabara e se encerrou em março de 1894 com o asilo dos revoltosos em embarcações portuguesas. Depois das punições sofridas pelo envolvimento nessa revolta, em 1895 foi reintegrado à Marinha e tornou-se imediato no cruzador *Benjamin Constant*.

Foi condecorado com a Medalha de Primeira Classe por serviços humanitários marítimos.

Faleceu no dia 13 de julho de 1899.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; ODILON, M. *Pequeno*.

REVISTA DA SEMANA

Periódico ilustrado de variedades fundado por Álvaro de Tefé no Rio de Janeiro em 1900 e extinto em 1959.

A *Revista da Semana* surgiu no início do século XX no contexto da modernização da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. Com a ajuda de Medeiros e Albuquerque e de Raul Pederneiras, Álvaro de Tefé fundou o periódico, editado pela Companhia Editorial Americana. Em seu primeiro número, lançado em 20 de maio de 1900, a revista anunciou ter como principal objetivo oferecer ao público notas interessantes e ilustrações, trazendo também reportagens fotográficas sobre as festas do IV Centenário do Descobrimento do Brasil. Logo em seguida a revista foi comprada pelo *Jornal do Brasil*, que passou a encartá-la como suplemento literário.

Desde seu primeiro número, a *Revista da Semana* contou com colaboradores de peso. As ilustrações ficaram a cargo, entre outros, de Raul Pederneiras, Luís Peixoto, Bambino, Amaro do Amaral, Julião e Correia Dimas. Intelectuais como Olavo Bilac, Escragnole Doria, João do Rio, Pedro Lessa, Félix Pacheco, Angel Guerra e Menotti Del Picchia também foram assíduos em suas páginas ao longo do tempo.

Periódico de variedades, voltado para conteúdos relativos à arte e à cultura, a *Revista da Semana* concedeu espaço à literatura, à crítica, à moda, ao comportamento, a concursos, às notícias do cotidiano, ao colunismo social, às crônicas políticas e policiais, às competições esportivas, às campanhas políticas e às grandes foto-reportagens. Em 1904, a revista destacou-se por ter sido o único periódico a publicar fotos da Revolta da Vacina. A ampla utilização de reportagens fotográficas foi um elemento inovador na época. O periódico trazia, inclusive, seções de fotos em estúdio simulando cenas de crimes, e desde seu lançamento utilizava métodos fotoquímicos pioneiros, como o fotozincó e a fotogravura. Os recursos que utilizava lhe renderam um público amplo e fiel, além da medalha de ouro na Exposição de Turim em 1911.

Mesmo tendendo a um perfil eclético, com o objetivo de conquistar leitores de todas as tendências, a *Revista da Semana* também tomou partido no contexto político de sua época. Em 1909, por exemplo, na disputa presidencial entre Rui Barbosa e Hermes da Fonseca, posicionou-se a favor do segundo.

Em 1915, o *Jornal do Brasil* vendeu a *Revista da Semana* a Carlos Malheiro Dias, Aureliano Machado e Artur Brandão. A partir de então, percebe-se que a revista passou a ter um espaço especificamente dedicado ao público feminino, mudando sensivelmente seu perfil editorial. Em 1917, a revista tinha uma coluna intitulada “Jornal das Famílias”, que abordava temas mais estritamente ligados ao que era comumente considerado na época o universo feminino: bordados, costura, receitas, higiene, beleza, educação das crianças etc. Já a seção “Consultório da Mulher” era um espaço reservado às respostas às cartas das leitoras e à difusão de conselhos. Mesmo com esse projeto editorial voltado para o público feminino, a *Revista da Semana* não deixou de abordar temas relativos à política nacional. Durante a Primeira Guerra Mundial, por exemplo, combinou temas amenos, como o veraneio elegante em Petrópolis, com a realidade da guerra em seu aspecto mais duro.

Ao longo das décadas de 1930 e 1940, a *Revista da Semana* resistiu às mudanças pelas quais passou a imprensa brasileira, ditadas por um acentuado processo de concentração, como indicou Nelson Werneck Sodré. A partir dos anos de 1940, a revista *O Cruzeiro* inaugurou no Brasil uma nova tendência editorial: o foto-jornalismo. Diante de tais mudanças, periódicos tradicionais, como a *Revista da Semana*, buscaram adaptar-se aos novos padrões. Foi tentando adaptar-se a esse novo contexto que em 1950 a *Revista da Semana* mudou o seu projeto editorial, tornando-se o que se pode chamar de sensacionalista.

Em 1959, a revista deixou de circular.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: MARTINS, A. *Revistas*; MAUAD, A. *Olho*; PEIXOTO, N. *Crônicas*; SODRÉ, N. *História*.

REVISTA DE ANTROPOFAGIA

Revista criada em maio de 1928 na capital paulista com o objetivo de divulgar as ideias dos modernistas lançadas na Semana de Arte Moderna de 1922. Seu último número circulou em agosto de 1929.

A origem da revista foi o quadro de Tarsila do Amaral intitulado *Abaporu*, que em tupi-guarani significa “antropófago”. O quadro, que representa um homem com pés enormes cercado por um misterioso cactus verde, foi oferecido por Tarsila a Oswald de Andrade, com quem era casada, como presente de aniversário em 11 de janeiro de 1928. Ao vê-lo, Raul Bopp sugeriu a Oswald criar um movimento em torno do quadro. Fundaram então o Clube de Antropofagia, juntamente com a *Revista de Antropofagia*, em que foi publicado o Manifesto Antropófago, escrito por Oswald de Andrade. O antropofagismo foi caracterizado como a assimilação (“deglutição”) crítica das vanguardas e culturas europeias, com o fim de recriá-las, tendo em vista o redescobrimento do Brasil em sua autenticidade primitiva. Os intelectuais que criaram a *Revista de Antropofagia* pretendiam produzir uma arte e uma literatura modernas “autenticamente nacionais”.

A revista teve duas fases, ou duas “dentições”. A primeira se estendeu de maio de 1928 a março de 1929, quando foram publicados dez números. Nessa primeira fase a publicação teve como diretor Antônio Alcântara Machado e como gerente Raul Bopp e, além destes, contou com a participação, entre outros, de Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade. No segundo número foi publicado um capítulo de *Macunaíma*, de Mário de Andrade; o terceiro trazia o poema *No meio do caminho*, de Drummond, desenhos de Tarsila, textos de Alcântara Machado, Manuel Bandeira, Mário e Oswald de Andrade. Trazia também contribuições de representantes do Grupo da Anta: artigo de Plínio Salgado em defesa da língua tupi, poesias de Guilherme de Almeida e texto de Cassiano Ricardo. O grupo era praticante de um nacionalismo ufanista que, como no caso de Plínio Salgado, evoluiria na década

seguinte para o integralismo.

Para rebater as críticas de Tristão de Ataíde, a revista publicou um artigo de Oswald de Andrade defendendo os propósitos da antropofagia. Oswald declarava que o Brasil representava “um grilo de seis milhões de quilômetros, talhados em Tordesilhas”, e sugeria que se criassem condições para a retomada do que pertencia aos indígenas, de modo a fazer valer uma nova ordem. Queria instituir a “pedra do direito antropofágico”, e acrescentava, em letras maiúsculas, a frase: “A Posse contra a Propriedade”.

A segunda fase, ou segunda “dentição”, da revista teve início em 17 de março de 1929, quando passou a ocupar semanalmente uma página do jornal *Diário de São Paulo*, de propriedade de Assis Chateaubriand, tendo Raul Bopp e Jaime Adour da Câmara como diretores e Geraldo Ferraz como secretário. Nessa fase foram publicados 16 números. Neles foram estampados desenhos de Tarsila do Amaral, Pagu, Di Cavalcanti e Cícero Dias, e publicados trechos de *Cobra Norato*, de Raul Bopp, e poemas como *Canção do exílio*, de Murilo Mendes.

Essa segunda fase foi marcada pelo acirramento ideológico e pelo rompimento com colaboradores como Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade. A revista também se colocou em oposição à perspectiva nacionalista do Grupo da Anta, cujo manifesto foi publicado em 17 de maio de 1929. As disputas se estenderam à própria direção do jornal, motivadas principalmente por questões de religião e política. Os ataques à Igreja Católica e as irreverentes polêmicas começaram a incomodar os leitores do *Diário de São Paulo*. O jornal, que cedia espaço à revista, viu seus exemplares serem devolvidos. Rubens do Amaral, responsável pelo *Diário*, exigiu então a extinção da página. O último número da *Revista de Antropofagia* saiu em 1º de agosto de 1929.

Alzira Alves de Abreu

FONTES: FONSECA, M. *Oswald de Andrade*; Graciliano Ramos. Disponível em: <<http://www.gracilianoramos.hpg.ig.com.br/revistas.htm>>. Acesso em:

9/12/2010; Itaú Cultural. Disponível em:
<http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/ondex.cfm?fuseaction=ter>. Acesso em: 9/12/2010.

REVISTA DO BRASIL

Revista mensal fundada em 1916 e idealizada por Júlio de Mesquita, proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, como órgão de propaganda nacionalista. Posteriormente foi adquirida por Monteiro Lobato, e depois por Assis Chateaubriand. Deixou de circular em 1990.

A Primeira Guerra Mundial produziu modificações não só no cenário internacional como no Brasil, influenciando na maneira de pensar o país diante da crise de valores então originada. Alguns intelectuais brasileiros passaram a se defrontar com problemas como a amplidão do território, o vazio demográfico e os quistos de imigrantes, que deixavam evidente a fragilidade de nossa situação no panorama internacional. Esses intelectuais passaram então a pregar a necessidade de uma campanha cívica destinada a criar a “nação brasileira”. Para eles era urgente encaminhar o processo de organização e de descoberta de uma identidade nacional específica.

A *Revista do Brasil*, lançada em São Paulo no ano de 1916, era um periódico mensal estritamente literário que refletia esse debate, propondo-se realizar um reexame da identidade nacional e constituir-se enquanto núcleo da propaganda nacionalista. O conteúdo publicado pela revista adequava-se à ideia corrente de que o intelectual deveria direcionar suas reflexões para os destinos do país, pois o momento era de luta e engajamento em defesa da nação e não admitia mais o escapismo e o intimismo. O intelectual deveria deixar de falar de si mesmo para falar da nação brasileira, cabendo-lhe, portanto, o dever cívico de assumir integralmente a defesa e a construção do patriotismo. Ao lado do diário *O Estado de S. Paulo*, a *Revista do Brasil* foi um dos principais meios de veiculação das ideias, atividades, campanhas, documentos e textos dos membros da Liga Nacionalista de São Paulo.

A ideia do lançamento da revista foi de Júlio de Mesquita, que a partir de 1917 filiou-se à Liga Nacionalista, a que a publicação esteve ligada até maio de 1918. Apesar de manter um alto padrão editorial e de ter adquirido reputação excepcional, a *Revista do Brasil* não era

um sucesso comercial e, por essa razão, seus proprietários foram facilmente persuadidos a vendê-la a Monteiro Lobato, que em 1918 tornou-se seu único proprietário. Lobato manteve a revista nos sete anos seguintes, até a falência de seus negócios em 1925. A revista foi então adquirida por Assis Chateaubriand, que a relançou em três oportunidades: de 1926 a 1927, período considerado sua segunda fase, na qual foram publicados nove números; de 1938 a 1943, terceira fase, em que foram publicados 56 números; e em 1944, quarta fase, na qual foram lançados três números. Acrescente-se, ainda, o ressurgimento proposto por Darci Ribeiro entre os anos de 1984 e 1990, a quinta fase, na qual foram publicados 12 números.

Adrianna Setemy

FONTES: DE LUCA, T. *Revista*; HALWELL, L. *Livro*; SODRÉ, N. *História*; VELLOSO, M. *Brasilidade* (v. 6, p. 89-112).

REVISTA ILUSTRADA

Folha literária, artística e, principalmente, política, criada em 1876 no Rio de Janeiro por Angelo Agostini (1843-1910). Deixou de circular em 1898.

Natural de Farcelle, na província de Piemonte, sul da Itália, antes de vir para o Brasil Agostini morou grande parte de sua vida em Paris, com a avó materna Ana Agostini. Chegou ao Brasil em 1859 para encontrar-se com a mãe, a cantora lírica Rachel Agostini, que, após viajar por diversas partes da Europa, se casara com o jornalista português Antônio Pedro Marques de Almeida e se radicara no país. Por aqui, Agostini se instalou primeiramente em São Paulo, onde fez contatos com advogados e jornalistas abolicionistas e criou o *Diabo Coxo* (1864-1865), nome inspirado no periódico italiano *Diavolo Zoppo*. Em 1866, fundou *O Cabrião*, cuja existência, igualmente curta (1866-1867), seria caracterizada pela oposição à situação política provincial.

Em setembro de 1867 Agostini transferiu-se para o Rio de Janeiro. Na Corte, trabalhou em *O Arlequim* (1867-1868), que pouco tempo depois viraria *A Vida Fluminense*, e em *O Mosquito* (1872-1875). Em 1º de janeiro de 1876 fundou a *Revista Ilustrada*, que funcionou inicialmente na rua da Assembleia nº 44, onde também foi instalada a Oficina Litográfica a Vapor da Revista Ilustrada. A publicação era composta de oito páginas, no formato 36,4 x 27,7 cm. As páginas número um, quatro, cinco e oito eram ilustradas através da técnica litográfica, enquanto as restantes foram inicialmente ocupadas somente por textos, passando, posteriormente, a fazer uso da xilografia na sua composição.

Durante toda a sua existência, a forma de organização da revista, entre textos e charges, foi flexível, ainda que obedecesse a uma regra mínima no sentido de manter alguma uniformidade. Tendo acumulado 739 números, total que não inclui as edições complementares, que não eram numeradas, a *Revista Ilustrada* trazia sempre na primeira página, além da ilustração que abria cada número, um cabeçalho cuidadosamente desenhado a bico de pena. Logo abaixo, com letras litografadas que imitavam o formato tipográfico, apresentavam-se o endereço do periódico e o preço das assinaturas e do exemplar avulso. A capa da *Revista* era, geralmente, ocupada por uma matéria referente a algum acontecimento da semana anterior. Era comum que, através do retrato ou *portrait-*

charge – gênero de caricatura que se mantinha fiel aos traços fisionômicos do retratado, exceto pela desproporção entre a cabeça e o corpo –, fossem homenageados artistas, políticos, militares e outras pessoas de destaque. Da mesma forma, constantemente a capa veiculava críticas a figuras públicas, que iam do delegado de polícia local a personalidades internacionais, nunca, porém, trazendo textos. No miolo da revista, especificamente nas páginas quatro e cinco, figurava a segunda ilustração do periódico. Com maior liberdade de espaço, a folha trazia uma síntese dos acontecimentos políticos da semana, em geral desenvolvendo o tema da capa, mas também envolvendo outros assuntos. Era a parte mais rica em termos de comentários. A última página trazia a derradeira ilustração. Em geral, esse espaço era reservado a trabalhos artísticos – retratos, paisagens, *portrait-charges* – que podiam ser uma continuação do assunto da capa.

A composição da *Revista Ilustrada* permaneceu a mesma durante toda a sua existência, com algumas alterações apenas pela inclusão de suplementos ilustrados em alguns números, os quais não modificavam a apresentação do restante do exemplar. Alguns obedeciam ao formato padrão da revista, com o número de páginas podendo alternar entre quatro e cinco. Outros, entretanto, tinham forma de cartaz, com dimensões variáveis. Tais suplementos podiam ter caráter tanto noticioso quanto político. Porém o retrato foi sua forma de ilustração predominante. Através dele, foram exaltados políticos e militares de renome, como Saldanha Marinho, Osório, Benjamin Constant, Rio Branco, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

A parte escrita da folha dividia-se entre as seções permanentes, que podiam variar de autoria, e as esporádicas. As seções fixas não figuravam necessariamente em todas as edições. Algumas, como o editorial, funcionaram quase que sem falhas. Nele encontravam-se os textos doutrinários. Até o ano de 1885, a maioria dos editoriais foi assinada por José Ribeiro Dantas Júnior, sob os pseudônimos “A. Gil” e “Júnior”. No início da publicação, o próprio Agostini chegou a assinar alguns textos com os pseudônimos “A.A” e “X”. Os editoriais abriam a parte escrita da *Revista*, aparecendo sempre na segunda página. Mantendo todas as características de um editorial de jornal, tendiam a tratar de temas políticos, continuando o assunto de capa.

Na Corte, a assinatura anual da *Revista Ilustrada* custava 16 mil-réis, a semestral nove mil-réis e a trimestral cinco mil-réis. Nas províncias somente era possível fazer assinaturas semestrais ou anuais, a 11 mil-réis e 20 mil-réis, respectivamente. Pelo exemplar avulso pagavam-se quinhentos réis. Embora não estivesse explicitado, o preço para Niterói provavelmente era o mesmo da Corte, como era de costume entre os outros periódicos ilustrados da época.

Enquanto Agostini esteve à sua frente, a *Revista Ilustrada* não publicou anúncios, mantendo-se independente de interesses comerciais. Seu lema “Liberdade, Igualdade e Imparcialidade”, inspirado na máxima da Revolução Francesa, sugeria que a *Revista* não se vinculava a setores sociais que pudessem influenciar em sua orientação editorial. A revista buscava sustentar-se com a venda direta para a população, o que mostra que as condições sociais já haviam atingido um nível aceitável para a manutenção da imprensa. A distribuição do periódico aos assinantes era feita no Rio de Janeiro, e, provavelmente, também em Niterói, através de entregadores contratados. A edição mais recente era vendida nas ruas. Nas províncias, depois estados, a *Revista Ilustrada* era enviada pelo correio mediante a postagem antecipada do pagamento através de carta registrada, com valor declarado. Era possível ter acesso a números avulsos na redação da revista, e na prestigiosa livraria B. L. Garnier, localizada na rua dos Ourives – atual rua Miguel Couto – nº 107.

Embora não fosse ainda um jornal com estrutura financeira sólida, a folha dispunha de uma infraestrutura funcional para o desenvolvimento do seu trabalho. Além dos entregadores regulares, tinha administração, corpo de redatores fixos, técnicos de impressão e representantes em outras localidades. Fritz Harling, também conhecido como Frederico Harling, era quem administrava o jornal. Antigo companheiro de jornalismo de Agostini, em 1888 tornou-se sócio da empresa que publicava a *Revista*, a Angelo Agostini & Cia.

Em 15 de novembro de 1881 a sede da *Revista Ilustrada* transferiu-se para a rua Gonçalves Dias, nº 65. Até o ano seguinte, manteve-se como hebdomadário, atravessando os anos de 1883 e 1884 com falhas e atrasos nas tiragens. Ainda em 1884, mudou novamente de endereço, passando para o nº 50 da mesma rua.

Em 1885 a *Revista* tornou-se semanal, passando o preço do exemplar para um mil-réis. Nesse ano, Luís de Andrade começou a assinar a maioria dos editoriais da *Revista*, sob o

pseudônimo de “Júlio Verim”, passando, em janeiro de 1887, a publicar regularmente artigos assinados. Em meados do mesmo ano, a tiragem do periódico mais uma vez sofreu alterações, passando a chegar aos leitores até duas vezes por mês. No ano de 1888, o título da *Revista* sofreu uma alteração em seu desenho. Porém essa seria a menor das mudanças sofrida pelo periódico nesse período.

Nessa época, paralelamente às atividades da revista, Angelo Agostini mantinha um ateliê onde dava aulas de pintura, durante as quais envolveu-se amorosamente com Abigail de Andrade, jovem de família tradicional de Vassouras (RJ). A relação entre ele – que estava separado de Maria José Palha – e uma mulher muito mais jovem provavelmente causou espécie na sociedade da Corte, e o casal partiu para a França, afastando-se Agostini da *Revista Ilustrada*. Fixaram residência em Paris com seus dois filhos – Angelina, nascida ainda no Brasil, e Ângelo, que nasceu já na capital francesa, e que viria a falecer ainda novo, da mesma forma que a mãe, de tuberculose. Agostini, que retornaria ao Brasil em 1894, não participaria mais da *Revista Ilustrada*.

Durante o período em que Agostini comandou a folha, era comum a contribuição de artistas que não tinham vínculo com a *Revista Ilustrada*, como Eduardo de Martino, Augusto Off, George Manders e Antônio Parreiras, que se tornaria, na década de 1920, um dos mais populares pintores do país. Também colaboraram com a folha figuras expressivas do meio literário, como Coelho Neto, Osório Duque Estrada, Olavo Bilac, Cruz e Sousa, Raimundo Correia, Silva Ramos, Valentim Magalhães e Emílio de Meneses.

Ainda em 1888, Pereira Neto ingressou na *Revista*, substituindo Agostini e assumindo a edição e a parte artística da folha, que, sob sua direção, passou a aceitar anúncios. Em 5 de janeiro de 1889 a propaganda começou a ser distribuída dentro de uma capa de anúncios, que também apresentava folhetins.

Com o advento da República em novembro de 1889, Luís de Andrade afastou-se temporariamente da revista para eleger-se, em 1890, deputado por Pernambuco à Assembleia Constituinte que daria origem, no ano seguinte, à primeira Constituição do novo regime. Ainda no mesmo ano, Hilarião Teixeira ingressou na revista, substituindo Pereira Neto durante o período em que este viajou ao rio da Prata para cobrir a assinatura do Tratado das Missões entre Brasil e Argentina. Após o retorno de Pereira Neto, Hilarião Teixeira permaneceu como colaborador da folha. Durante o afastamento de Luís Andrade,

Artur de Miranda Ribeiro tornou-se o principal redator da *Revista*. Sob o pseudônimo de “Farfarelo”, assinou a maioria dos editoriais até 1894, fazendo propaganda das ideias republicanas. Quando Luís de Andrade retornou como redator principal, a *Revista Ilustrada* perdeu muito da combatividade que havia feito dela a síntese de uma época da imprensa no Brasil. De órgão independente, assumiu uma posição apologética em relação ao poder.

Ainda em 1890, a tiragem da *Revista* tornou-se irregular, permanecendo assim até 1893. Em outubro desse ano sofreu a sua primeira interrupção, durante a fase de turbulência política provocada segunda Revolta da Armada (1893-1894), ocasião em que outras folhas também deixaram de circular. A *Revista* voltou à atividade em novembro de 1894 – quando, terminado seu mandato parlamentar, Luís de Andrade retornou à revista e se tornou seu proprietário –, tentando retomar sua feição de hebdomadário, o que conseguiu, com algumas falhas, ao longo de 1895.

Em 1897, apenas oito números foram publicados. Nesse ano, o preço das assinaturas subiu para 25 mil réis e sua sede retornou à rua da Assembleia, agora no número 61. Em 1898, contudo, circularam apenas cinco edições da *Revista Ilustrada*, que encerrou suas atividades.

A trajetória da *Revista Ilustrada* foi contextualizada por um Brasil em que a atividade política era restrita às classes proprietárias e marcada pela alternância de dois partidos no poder – Liberal e Conservador –, regulados pelo imperador no exercício do Poder Moderador. O reaparecimento do movimento republicano em 1870 contribuiu para que o debate político fosse lançado à esfera pública. Também nessa época, o recrudescimento do abolicionismo erodiu, progressivamente, a organização escravista do trabalho, base material, política e econômica do Império. As crises que marcaram a sociedade brasileira nas duas últimas décadas da monarquia foram a matéria sobre a qual a *Revista Ilustrada* moldou seu caráter combativo.

Logo em sua estréia, concentrou-se nas relações entre o Estado e a Igreja católica, ainda abaladas pela chamada Questão Religiosa (1872-1875). A questão social do Brasil, que também incluía o problema da escravidão, foi tratada de maneira vasta pela *Revista*, que abordou temas como a fome no Nordeste, a imigração e a justiça social. A cidade do Rio de Janeiro, sede do governo e da revista, não podia deixar de ser objeto de atenção especial, não faltando sátiras à frequente situação calamitosa da saúde pública, em especial a

indefectível visita da febra amarela durante os verões. Seu cotidiano, sua vida social e os problemas da administração pública eram assuntos sempre presentes nas páginas da *Revista*, inclusive n' *As Aventuras de Zé Caipora*, uma das séries de histórias que publicou com grande sucesso.

Na década de 1880, a *Revista* cobriu amplamente sucessivos episódios que opuseram o governo imperial e setores militares, conhecidos como Questão Militar. Agostini publicou vários desenhos sobre os eventos, mas a *Revista* interveio também através de textos publicados por seus redatores, procurando desvalorizar a imagem dos gabinetes envolvidos nos embates. Sua veia crítica esteve voltada, também, para o clero católico, sempre relacionando suas regalias junto ao Estado imperial ao atraso social e político do país.

Durante toda a atuação de Agostini no comando da *Revista Ilustrada*, a política foi, sem dúvida, setor de destaque. Entretanto, a *Revista* nunca atuou como porta-voz de qualquer partido ou organização política.

Carla Silva do Nascimento

FONTES: BALABAN, M. *Poeta*; LIMA, H. *História* (v.2); NASCIMENTO, C. *Angelo*; RIBEIRO, M. *Revista*; SODRÉ, N. *História*.

REVOLTA DA ARMADA

Rebelião em unidades da Marinha ocorrida entre setembro de 1893 e março de 1894. Começou no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e chegou ao sul do Brasil, onde a Revolução Federalista acontecia simultaneamente. Sem apoio popular ou do Exército, o movimento foi sufocado pelo presidente Floriano Peixoto, a quem pretendia depor.

HISTÓRICO

Iniciada em 1893, a Revolta da Armada teve seus antecedentes dois anos antes, em 3 de novembro de 1891, quando o primeiro presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca, sem conseguir negociar com as bancadas dos estados, especialmente os produtores de café (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), fechou o Congresso Nacional. Unidades da Marinha se sublevaram e, sob a liderança do almirante Custódio José de Melo, ameaçaram bombardear o Rio de Janeiro. Para evitar uma guerra civil, em 23 de novembro Deodoro renunciou. O vice-presidente, marechal Floriano Peixoto, assumiu seu lugar e não convocou eleições presidenciais, conforme previa o artigo nº 42 da Constituição para o caso de vacância do cargo em menos de dois anos após a posse do presidente. Sua alegação era que tal norma valia para presidentes eleitos por voto direto, e tanto Deodoro como ele próprio haviam sido eleitos indiretamente, pelo Congresso Constituinte. Mesmo assim, foi acusado de ocupar a presidência ilegalmente, e o primeiro movimento de oposição veio em março de 1892, quando 13 oficiais-generais divulgaram um manifesto em que exigiam a convocação de novas eleições. O manifesto acusava Floriano Peixoto de armar “brasileiros contra brasileiros” e denunciava desvio das “arcas do erário público a uma política de suborno e corrupção”. O movimento foi sufocado, e seus líderes, presos. Parte deles foi mandada para a cidade de Tabatinga, no interior do estado do Amazonas.

Em 6 de setembro de 1893, um grupo de oficiais da Marinha voltou à carga. Eram liderados pelo almirante Custódio de Melo, que ocupara os ministérios da Marinha e da

Guerra no governo de Floriano e pretendia candidatar-se a presidente da República. No grupo estava também o almirante Eduardo Wandenkolk, ministro da Marinha no governo de Deodoro e senador pelo Distrito Federal, que fora preso e reformado por ter assinado o manifesto dos 13 generais um ano antes. No dia 7 de setembro, o diretor da Escola Naval, almirante Luís Filipe Saldanha da Gama, aderiu publicamente ao movimento, declarando-se favorável à volta da monarquia. Além das denúncias contra a política florianista, que não pacificava as rivalidades regionais, os oficiais da Marinha sentiam-se desprestigiados diante do Exército, força de origem dos dois primeiros presidentes, Deodoro e Floriano.

No dia 13 de setembro começaram assim os bombardeios aos fortes do litoral fluminense em poder do Exército. A frota era formada por 16 embarcações da Marinha de Guerra e 14 navios civis confiscados de empresas brasileiras e estrangeiras para dar apoio às forças rebeldes. Devido ao bombardeio dos sete fortes de Niterói, capital do estado do Rio de Janeiro, a sede do governo foi transferida para a cidade de Petrópolis, na serra, fora do alcance dos canhões da Marinha. A capital só voltaria para o litoral em 1903.

Embora fossem maioria na Marinha, os revoltosos não tinham apoio popular e enfrentaram forte oposição no Exército, com a adesão de milhares de jovens a batalhões de apoio ao presidente na capital federal e nos estados. Esses soldados eram nacionalistas, republicanos e não refutavam a violência na defesa de Floriano Peixoto, especialmente contra estrangeiros, a quem atribuíam conspirações contra a República. Inspirados na Revolução Francesa, diziam-se jacobinos e promoviam manifestações ruidosas em teatros e praças públicas. As elites estaduais também apoiavam o presidente, especialmente em São Paulo, onde era forte o Partido Republicano Paulista (PRP). Diante da impossibilidade de tomar a capital federal, os revoltosos foram para o Sul do país, onde estava em curso a Revolução Federalista.

A luta no Sul foi uma típica disputa entre elites dos anos iniciais da República, pois o presidente do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e um dos poucos que tinham a seu lado a bancada de seu estado no Congresso, apoiara o marechal Deodoro da Fonseca em 1891. Floriano Peixoto, ao assumir

a presidência, destituíra todos os presidentes e governadores estaduais ligados a seu antecessor, atingindo Júlio de Castilhos. Logo se instalou a luta pelo poder entre os partidários de Castilhos e os aliados de Gaspar Silveira Martins, que formaram o Partido Federalista. Defensores do parlamentarismo e da revogação da Constituição estadual positivista, os federalistas e os dissidentes do PRR não se conformaram com a reconciliação entre Floriano e Castilhos e, com a volta deste ao governo estadual em janeiro de 1893, e optaram pelo confronto armado.

Em seu deslocamento rumo ao Sul, parte da frota dos revoltosos da Armada chegou até a cidade do Desterro, capital de Santa Catarina. Custódio de Melo ensaiou uma aliança com os federalistas, mas o acordo não avançou. Enquanto isso, o governo federal comprou, às pressas, novos navios de guerra, que foram apelidados de “frota de papel”. Em março de 1894, a Revolta da Armada havia sido sufocada. O marechal Floriano Peixoto tornou-se o homem forte da República e baluarte de seus ideais. Governou até novembro de 1894 e passou o cargo a Prudente de Moraes, que se tornou o primeiro presidente civil do Brasil, eleito pelo PRP.

Apesar de ter sido uma entre tantas rebeliões da última década do século XIX, a Revolta da Armada evidenciou as cisões da jovem República brasileira. As rivalidades entre os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto ficaram evidentes, assim como o dissenso entre as instituições que deveriam sustentar o regime, como a Marinha e o Exército, os governos e as bancadas estaduais etc. As batalhas da Revolta da Armada foram registradas pelo fotógrafo espanhol Juan Gutierrez, e hoje esse material, 77 imagens da destruição causada nos fortes do Rio de Janeiro e de Niterói, está no acervo do Museu Histórico Nacional.

Beatriz Coelho Silva

FONTES: Escola Brasil (26/05/2009). SOUZA, Rainer. Revolta da Armada;
GOMES, A. *Jacobinos*; SOUZA, R. *Revolta*; UOL Educação (26/05/2009).
ÂNGELO, Vitor A. *Revolta da Armada*

REVOLTA DA CHIBATA

Rebelião ocorrida na Marinha brasileira entre 22 e 27 de novembro de 1910, em protesto contra os castigos físicos que os militares de baixa patente recebiam. Os amotinados, liderados pelo marinheiro João Cândido Felisberto, apelidado pela imprensa da época de “Almirante Negro”, tiveram suas reivindicações atendidas – a punição com chibatadas foi extinta –, mas uma semana depois quase todos foram presos, mortos ou mandados para seringais na Amazônia.

Desde o Império, os marinheiros brasileiros eram quase todos negros ou mulatos recrutados pela polícia e comandados por oficiais brancos. De acordo com seu código disciplinar, não podiam se casar, e as faltas graves eram punidas com “vinte e cinco chibatadas, no mínimo”. Com a Proclamação da República em 1989 a punição foi extinta, mas foi reabilitada um ano depois, embora fosse considerada degradante porque toda a tripulação deveria assistir ao castigo, reunida no convés dos navios.

Na primeira década do século XX, os marinheiros passaram a ter contato com as armadas de outros países que haviam suprimido tais castigos. Em 1909, um grupo esteve na Inglaterra e soube das lutas dos marujos britânicos por seus direitos e também da revolta ocorrida no encouraçado *Potemkin*, da Marinha russa, em 1904. João Cândido, que se alistara em 1895, aos 14 anos, estava entre esses marinheiros e, de volta, criou um comitê clandestino para organizar uma revolta. A idéia era formar comitês nos outros navios e realizar o motim em 25 de novembro de 1910, dez dias após a posse do presidente Hermes da Fonseca.

A punição no dia 16 de novembro ao marinheiro Marcelino Rodrigues Meneses no encouraçado *Minas Gerais* adiantou os acontecimentos. Marcelino recebeu 250 chibatadas por levar cachaça a bordo e ferir um cabo a navalha. Desmaiou, mas o castigo prosseguiu, o que revoltou a tripulação. Na noite de 22 de novembro, quando chegaram à baía de Guanabara, os marinheiros do *Minas Gerais* mataram seis oficiais, entre eles o comandante Batista das Neves, que voltava de um jantar no navio francês *Duguay-Trouin*. Um sétimo

oficial, o segundo-tenente Álvaro Alberto, embora ferido, escapou para o encouraçado *São Paulo* e avisou os outros oficiais, que fugiram para terra firme. Ainda naquela noite, o motim se estendeu aos encouraçados *São Paulo* e *Deodoro*, ao cruzador *Bahia* e a quatro embarcações menores.

No dia seguinte, um ultimato foi enviado ao governo, redigido pelo marinheiro Francisco Dias Martins, que se autodenominava Mão Negra, mas atribuído a João Cândido. Os marinheiros exigiam anistia para os revoltosos e o fim das chibatadas, ameaçando, caso não fossem atendidos, com o bombardeio do então Distrito Federal em 12 horas. Como a subversão da hierarquia era um dos principais crimes para as forças armadas, a Marinha, o Congresso e o governo divergiram quanto à resposta a ser dada aos rebelados.

A incapacidade de derrotar o motim ficou patente no dia 24 de novembro, quando duas embarcações foram rechaçadas pelos amotinados, que também bombardearam as instalações da Marinha na ilha das Cobras e dispararam contra o palácio do Catete, sede do governo federal. Parte da população da cidade fugiu para longe da orla, e outra parte foi ver os navios amotinados. A tentativa do deputado e capitão de mar e guerra José Carlos de Carvalho de negociar com os marinheiros foi infrutífera, e no dia seguinte, 25 de novembro, o ministro da Marinha, almirante Joaquim Marques Batista Leão, determinou que os navios rebelados deveriam ser postos “a pique, sem medir sacrifícios”.

O governo e o Congresso, no entanto, não concordavam. Rui Barbosa, deputado e candidato à presidência da República derrotado por Hermes da Fonseca, considerava os castigos corporais abusivos após a abolição da escravidão e defendia a anistia dos rebelados. Esta veio no dia 26 de novembro, quando o presidente Hermes da Fonseca declarou que os castigos físicos estavam abolidos e que os revoltosos que se entregassem seriam anistiados. As armas foram depostas, e as embarcações devolvidas no dia 27, terminando assim a rebelião. No entanto, no dia seguinte, alguns marinheiros foram expulsos da corporação, acusados de indisciplina.

Uma semana mais tarde, em 4 de dezembro, quando quatro marinheiros foram presos, os fuzileiros navais da ilha das Cobras se sublevaram, mas foram bombardeados

durante todo o dia, mesmo tendo se rendido. Havia seiscentos revoltosos dos quais pouco mais de cem sobreviveram e foram detidos na fortaleza de São José, na mesma ilha. Entre eles, 18 foram recolhidos numa cela escavada na rocha viva. No dia seguinte, havia apenas dois vivos, João Cândido e o soldado conhecido como Pau de Lira. Outros marinheiros foram levados à força para seringais na Amazônia, e parte foi fuzilada no caminho.

Ao ser solto, João Cândido tentou reunir novamente o comitê de marinheiros, tentou ser recebido por Rui Barbosa e Severino Vieira, outro deputado favorável ao atendimento das reivindicações dos rebelados, negou ser contra a manifestação, mas foi expulso da Marinha. Seis meses depois, em abril de 1911, foi detido no Hospital dos Alienados como louco. Solto e absolvido em 1912, tornou-se estivador e vendedor de peixes no mercado da Praça XV, em frente ao porto. Sua ficha na Marinha informava que, em 15 anos, havia sido castigado nove vezes, preso em celas solitárias e rebaixado duas vezes de cabo a soldado. Continha ainda dez elogios por bom comportamento, o último em agosto de 1910, três meses antes da revolta. João Cândido morreu em 1969, aos 89 anos, esquecido, mas não sem antes registrar seu depoimento no Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro. Não se tem notícia de seus companheiros de rebelião.

Na década de 1970, ainda durante o regime militar, a Revolta da Chibata voltou à baila com *Mestre-sala dos mares*, música de João Bosco e Aldir Blanc no estilo de samba-enredo, que homenageava João Cândido. A menção, na letra, a seu apelido Almirante Negro foi censurada e substituída por “navegante negro”. Em 22 de novembro de 2007 uma estátua sua foi inaugurada nos jardins do Museu da República, no palácio do Catete, e em 24 de julho de 2008 o *Diário Oficial da União* publicou a Lei nº 11.756, que lhe concedeu anistia, mas vetou sua reintegração à Marinha.

Para os historiadores, a Revolta da Chibata foi uma das muitas revoltas ocorridas na Primeira República, embora sem projeto de mudança social ou econômica. Os rebelados pretendiam apenas extinguir os castigos corporais e melhorar as condições de vida nas embarcações da Marinha brasileira.

Beatriz Coelho Silva

FONTES: ROLAND, M. *Revolta*; SILVA, M. *João Cândido*.

REVOLTA DA VACINA

Revolta também conhecida como *Quebra-Lampiões*, irrompida no Rio de Janeiro, então capital federal, em novembro de 1904, em protesto contra a obrigatoriedade então decretada da vacinação contra a varíola.

Durante o governo do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), o Rio de Janeiro passou por uma profunda remodelação urbana, destinada a tornar a cidade o reflexo do Brasil republicano moderno. Além da desapropriação e da demolição de cortiços para a abertura de novos espaços, intervenções conhecidas como “o Bota-Abaixo”, foram tomadas importantes medidas de higienização. O prefeito Pereira Passos, que teria seu nome historicamente associado à reforma, era engenheiro e liderou uma série de obras públicas na área portuária da cidade. Outra comissão, liderada pelo também engenheiro Paulo de Frontin, comandou as obras de abertura da avenida Central (atual Rio Branco), da avenida do Cais (atual Rodrigues Alves) e do canal do Mangue.

Para auxiliá-lo em seu projeto modernizador, em 1903 Pereira Passos nomeou Oswaldo Cruz, sanitarista renomado que trazia no currículo passagem pelo Instituto Pasteur, na França, diretor geral de Saúde Pública. Oswaldo Cruz tinha problemas graves a enfrentar: a febre amarela, a peste bubônica e a varíola. Para combater essas doenças, agiu no sentido de exterminar seus vetores, o mosquito, no caso da febre amarela, e os ratos, no caso da peste. Para o combate ao mosquito transmissor da febre, foram postos em ação guardas “mata-mosquitos” que visitavam as casas em várias regiões da cidade, muitas vezes acompanhados por soldados da polícia. O combate aos ratos foi associado à intensificação da limpeza pública. Para o controle da varíola, foi aprovada uma lei que, visando à vacinação em massa da população, tornou a vacina obrigatória.

O PROJETO DE LEI

Em 29 de junho de 1904 o governo enviou ao Senado um anteprojeto de lei que estabelecia a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola para todas as pessoas. A vacina,

desenvolvida pelo médico e naturalista francês Edward Jenner no século XVIII, já existia no Brasil desde o início do século XIX. Entusiasta do novo processo, dom João VI mandara vacinar seus filhos e criara a Junta da Instituição Vacínica em abril de 1811. O Código de Posturas do Município do Rio de Janeiro, datado de 1832, já estabelecia a obrigatoriedade da vacinação de crianças de “qualquer cor” e previa a aplicação de uma multa em caso de desobediência. Ainda assim, a medida preventiva não se popularizou.

O projeto enviado ao Congresso em 1904 foi aprovado no Senado em 20 de julho e na Câmara no fim de outubro, tornando-se lei no dia 31 desse mês. Enfrentou a oposição liderada por Lauro Sodré no Senado e pelos deputados Barbosa Lima e Alfredo Varela na Câmara. O Apostolado Positivista do Brasil também se opôs ao projeto de lei.

A REVOLTA POPULAR E A REVOLTA MILITAR

A lei da vacinação foi na verdade usada como pretexto pela oposição para se rebelar contra o presidente Rodrigues Alves. O motivo real da rebeldia eram disputas políticas anteriores que envolviam o Partido Republicano Federal (PRF) e o Partido Conservador (PC). Lauro Sodré, figura-chave na incitação ao movimento, tanto no âmbito popular quanto no militar, era também líder do PRF, que reunia as oposições de todos os estados à política dos governadores mantida com apoio do PC, liderado por Pinheiro Machado.

Para combater a lei, a oposição apelou ao imaginário popular com a ameaça representada pela entrada de pessoas estranhas nos lares para desinfecção e limpeza dos ambientes, bem como para tocar nas esposas e filhas das famílias, no caso da vacinação. Somado a isso, jornais e políticos incitavam a oposição à lei, vista como despótica. Foi o caso, por exemplo, do jornal *O Comércio do Brasil*, de propriedade de Alfredo Varela, deputado federal pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que publicava uma coluna diária intitulada “Direito à resistência”. Para Varela a lei era inconstitucional, ilegal, e feria os princípios da liberdade e da propriedade privada. Contestava-se também a exigência do atestado de vacina em várias situações, como busca de emprego, matrícula em escolas,

casamento etc.

No dia 5 de novembro de 1904, houve um encontro no Centro das Classes Operárias, próximo à praça Tiradentes, presidido pelo senador Lauro Sodré, no qual foi fundada a Liga Contra a Vacina Obrigatória. Nos dias 10 e 11, no largo de São Francisco, houve reuniões de grupos contrários à lei, em sua maioria formados por estudantes. Houve embates com a polícia, distúrbios urbanos e prisões. O mesmo se repetiu nos dias 12 e 13, com ocorrência de manifestações na praça Tiradentes e proximidades. No dia 13, o povo aguardava os resultados de uma reunião que examinaria a lei, quando o conflito se espalhou pelas proximidades e avançou noite adentro. Mais de 20 bondes da Companhia Carris Urbanos e muitos lampiões da iluminação pública foram destruídos, o que explica o apelido “Quebra-Lampiões” atribuído à revolta.

Diante do clima de intensificação das manifestações, foi reforçada a guarda do palácio do Catete. No próprio dia 13 de novembro tornaram-se mais violentos os conflitos diretos entre manifestantes e polícia, espalhando-se para Botafogo, Laranjeiras e bairros da Zona Norte, Praça 11, Tijuca, Gamboa, Rio Comprido e Engenho Novo. No dia 14, as manifestações continuaram também na Cidade Nova e Vila Isabel, chegando até mesmo a Copacabana. No bairro da Saúde, onde as manifestações se estenderam por todo o dia, foram montadas grandes barricadas que receberam o apelido de “Porto Artur”, em alusão à violenta batalha ocorrida na guerra russo-japonesa (1904-1905). Naquela área, Horácio José da Silva, apelidado de Prata Preta, teve forte atuação e ficou conhecido como uma das maiores lideranças da revolta popular. Representantes das forças armadas, alguns deslocados de outras cidades para o Rio de Janeiro, eram remanejados na tentativa de controlar os focos de tensão espalhados pela cidade, que foi repartida em três zonas de policiamento.

Paralelamente à revolta popular, aconteceu um movimento militar que tinha por objetivo derrubar o governo. No dia 17 de outubro – portanto ainda antes da promulgação da lei –, alguns oficiais e muitos alunos da Escola Militar do Brasil, localizada na Praia Vermelha, fizeram uma homenagem ao senador (e também militar) Lauro Sodré, por ocasião de seu

aniversário, em sua casa. O levante começou então a ser articulado, com previsão para eclodir no dia 15 de novembro, quando um desfile militar comemoraria o aniversário da Proclamação da República. A situação caótica da cidade fez com que o desfile fosse cancelado. No dia 14, houve uma reunião no Clube Militar da qual participaram os generais Silvestre Travassos e Olímpio da Silveira, Lauro Sodré, Barbosa Lima, o major Gomes de Castro e o capitão Augusto Mendes de Moraes, todos descontentes com as medidas adotadas pelo governo. Os dois últimos foram responsáveis por uma fracassada tentativa de levante na Escola de Tática do Realengo no mesmo dia, sufocada pelo então diretor da instituição, general Hermes da Fonseca. Encarregado de sublevar a Escola Militar do Realengo, o general Travassos destituiu o comandante, general Alípio Costallat, e liderou, durante a noite, a marcha dos alunos em direção ao palácio do Catete com o objetivo de depor o presidente da República.

Ao saber da revolta da Escola Militar, no início da noite o presidente Rodrigues Alves se reuniu com os ministros da Guerra, Francisco de Paula Argollo, da Marinha, Júlio César de Noronha, da Justiça, José Joaquim Seabra, da Fazenda, José Leopoldo de Bulhões Jardim e da Viação, Lauro Severiano Müller. Muitos senadores também estiveram no palácio durante a noite. O Exército, a Marinha, a polícia e os bombeiros foram acionados para fortalecer a segurança do palácio. O general de brigada Francisco Marcelino de Sousa Aguiar marchou até o largo do Machado com os soldados da guarda do palácio. Chegou-se a sugerir que Rodrigues Alves se pusesse a bordo de um navio de guerra, onde lhe poderia ser garantida maior segurança, o que o presidente recusou.

Quando os revoltosos liderados pelo general Travassos chegaram à rua da Passagem, em Botafogo, se chocaram com uma brigada de ataque enviada pelo governo. Em meio à escuridão, houve um tiroteio desorganizado que durou cerca de meia hora, no qual morreram um aluno da Escola Militar, Silvestre Cavalcanti, e um sargento da tropa legalista, chamado Camargo. Ambas as partes recuaram após o tiroteio, cada qual imaginando-se derrotada. O general Travassos, gravemente ferido por tiro, viria a falecer oito dias depois. Lauro Sodré, levemente ferido no tiroteio, fugiu.

Aos poucos a notícia da retirada das tropas sublevadas chegou ao palácio do governo. A Escola Militar foi bombardeada durante a noite por navios de guerra posicionados na boca da barra da baía de Guanabara e, na manhã do dia 15, foi ocupada, sem resistência dos alunos, pelo general Argollo e pelo ministro Lauro Müller. Os alunos foram presos, expulsos da Escola, embarcados em navios e levados para portos da região Sul do país.

Se no dia 15 a revolta da Escola Militar já havia sido controlada, continuava a revolta popular. No dia 16 de novembro foi decretado o estado de sítio e revogada a obrigatoriedade da vacinação. Com isso, o movimento popular também começou a se desarticular. Houve alguns mortos e centenas de presos, que foram enviados para a ilha das Cobras. Muitos foram deportados para o Norte do país, mas a maior parte não passou por processos formais.

Juliana Gagliardi/Celso Castro

FONTES: CARVALHO, J. *Bestializados*; CASTRO, S. *República*; CHALHOUB, S. *Cidade*; Fiocruz. *A trajetória de Oswaldo Cruz e sua luta como médico sanitário no século 19*. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1084&sid=194>>. Acesso em: 28/9/2010, às 22h; FRANCO, A. *Rodrigues Alves* (v.1); LOBATO FILHO, G. *Última*; PEREIRA, S.; AGOSTINO, G. *Epidemia*; SEVCENKO, N. *Literatura*.

REVOLTA DE 5 DE JULHO DE 1922

Marco inicial das revoltas tenentistas que se estenderiam por toda a década de 1920 e culminariam na Revolução de 1930, o movimento foi um protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República em março de 1922, contra punições de militares e contra o fechamento do Clube Militar. No Rio de Janeiro, o levante irrompeu na Vila Militar e na Escola Militar do Realengo, e também no forte de Copacabana, cuja ocupação terminou na marcha dos 18 do Forte. A revolta envolveu também o contingente do Exército em Mato Grosso.

A CAMPANHA ELEITORAL E AS “CARTAS FALSAS”

A Revolta de 1922 ocorreu em uma conjuntura caracterizada por uma grande instabilidade política, quando apareceram de forma mais nítida as disputas e conflitos entre as oligarquias e o descontentamento dos militares e dos setores urbanos com a forma como era feito o encaminhamento das questões políticas. A cisão política que marcou a sucessão de Epitácio Pessoa na presidência da República em 1922 foi influenciada, em parte, pela disputa entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, grandes produtores de café, e os estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, além do Distrito Federal, que não estavam diretamente ligados à cafeicultura e se sentiam prejudicados pela política de desvalorização cambial e de endividamento externo destinada a garantir a valorização do preço do café.

Os anos 1920 assistiram também ao início de um processo de industrialização e urbanização importante, que teve como consequência a pressão das camadas urbanas para garantir uma participação política correspondente à sua posição social, o que as levou muitas vezes a se aliar a facções oligárquicas. Por outro lado, as primeiras manifestações políticas das massas urbanas também colocaram para as elites o problema das relações de dominação nas cidades.

A campanha sucessória, naquela fase da vida brasileira, era o acontecimento político mais

importante. A rebeldia oligárquica e a rebeldia militar combinaram-se então de modo evidente. Do lado militar, a luta foi travada em defesa da dignidade e da honra das forças armadas, ofendidas pelo civilismo de Epitácio Pessoa, que em seu governo nomeara civis para as pastas militares e recusara o aumento dos soldos, e principalmente pela publicação das chamadas “cartas falsas”. Do lado oligárquico, os setores não ligados ao café manifestavam o desejo de maior participação nas decisões e acesso ao poder. A campanha se desenvolveu dentro de um clima de grande disputa e violência.

A candidatura oficial, do mineiro Artur Bernardes, teve o apoio do Partido Republicano Mineiro (PRM) e do Partido Republicano Paulista (PRP). Contra a candidatura Bernardes levantou-se o Rio Grande do Sul, com Borges de Medeiros, denunciando o arranjo político como uma forma de garantir recursos para os esquemas de valorização do café, quando o país necessitava de finanças equilibradas. Borges de Medeiros decidiu apoiar a candidatura do fluminense Nilo Peçanha à presidência e do baiano José Joaquim Seabra à vice-presidência. Formou-se assim, em junho de 1921, o movimento da Reação Republicana. Um mês antes, em maio de 1921, o marechal Hermes da Fonseca fora escolhido presidente do Clube Militar. Havia também uma tentativa de lançar o nome de um militar para a presidência da República – que seria o próprio marechal Hermes. Foi com o objetivo de incompatibilizar a candidatura de Bernardes com a oficialidade que estourou o escândalo das “cartas falsas”.

Em outubro de 1921, apareceu estampada em *fac-simile*, no jornal carioca *Correio da Manhã*, a primeira carta, datada de 3 de junho. Com a suposta assinatura de Bernardes, e dirigida ao senador Raul Soares, a carta se referia ao marechal Hermes da Fonseca como “esse sargentão sem compostura”, e ao banquete em que sua candidatura à presidência fora lançada por oficiais como uma “orgia”. Sempre se referindo aos militares, dizia o texto que “essa canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina” e prosseguia: “Veja se o Epitácio mostra sua apregoadada energia, punindo severamente esses ousados, prendendo os que saíram da disciplina e removendo para bem longe esses generais anarquizadores. Se o Epitácio com medo não atender, use de diplomacia, que depois do meu reconhecimento

ajustaremos contas. A situação não admite contemporizações, os que forem venais, que é quase a totalidade, compre-os com todos os seus bordados e galões”. No dia seguinte, mais uma carta foi publicada pelo *Correio da Manhã*, datada de 6 de junho, referindo-se a uma prorrogação da Convenção, “porque ela devia ter sido realizada antes da chegada do Nilo, pois como V. disse, esse ‘moleque é capaz de tudo’. Remova toda dificuldade como bem entender, não olhando despesas, o que já fiz ver ao João Luís”.

Em torno das cartas passou a girar todo o noticiário da imprensa, e em todo o país foi desencadeada enorme agitação política. O escândalo que elas provocaram expressava a desaprovação de setores da sociedade à política praticada pelo governo. Bernardes negou veementemente a autoria das cartas. Nos dias seguintes à publicação, o Clube Militar se reuniu e declarou falsa a primeira carta, que dizia respeito à corporação. O próprio Hermes da Fonseca manifestou essa opinião. Mas a publicação das cartas desencadeou uma forte reação dentro dos quartéis. Os oficiais, principalmente jovens – chamados de modo geral de “tenentes” –, tornaram-se favoráveis a um golpe, caso Bernardes fosse eleito. Em 3 de fevereiro de 1922, Oldemar Lacerda, em carta aos diretores do Clube Militar, confessou a falsificação da assinatura de Bernardes nas cartas. Essa confissão não foi divulgada pelo Clube Militar.

Apesar das “cartas falsas”, e de toda a celeuma que elas provocaram, as máquinas dos partidos republicanos funcionaram bem na eleição de 1º de março de 1922, dando a vitória a Bernardes. Dois meses depois, em maio, a interferência do governo federal na eleição do presidente de Pernambuco, utilizando tropas do Exército para favorecer o candidato apoiado por familiares de Epitácio Pessoa, provocou um telegrama de protesto do marechal Hermes da Fonseca. A prisão domiciliar do marechal e o fechamento do Clube Militar, decretados no início de julho, aumentaram a agitação nos meios oposicionistas, particularmente entre os militares, e foram o estopim para o levante de 5 de julho.

A REVOLTA

A insurreição teve início na Vila Militar, na noite de 4 para 5 de julho de 1922. Concomitantemente, eclodiu na Escola Militar do Realengo, no forte do Vigia, situado no bairro do Leme, e no forte de Copacabana. Aí contou com a participação, entre outros, do capitão Euclides Hermes da Fonseca, filho do marechal Hermes da Fonseca, dos tenentes Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Newton Prado e Mário Carpenter. O total de revoltosos chegou a 301. Os rebeldes bombardearam vários objetivos militares, entre eles o Quartel-General e o Arsenal de Marinha, forçando a transferência do comando militar e do Ministério da Guerra. Entretanto, após breves combates, as forças do governo dominaram a sublevação, controlando todos os focos da rebelião, com exceção do forte de Copacabana. Diante desse quadro, o capitão Euclides Hermes da Fonseca franqueou a saída aos combatentes que desejassem abandonar o forte, o que foi feito por cerca de 270 homens.

No dia 6 os combates prosseguiram e, quando Euclides deixou o forte para parlamentar com o ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, foi preso por ordem de Epiácio Pessoa. Prevendo essa possibilidade, Euclides havia instruído seu substituto no comando do forte, o tenente Siqueira Campos, no sentido de que bombardeasse a cidade caso ele não voltasse em duas horas. O próprio Euclides, uma vez preso, fez gestões junto a Siqueira Campos no sentido de que a ameaça não fosse cumprida, mas quando Siqueira foi informado de que Epiácio Pessoa exigia a rendição incondicional, rompeu as negociações. Epiácio ordenou então que o forte fosse cercado por terra, mar e ar.

Contrapondo-se à sugestão de Siqueira Campos de que fosse explodido o paiol de pólvora do forte, Eduardo Gomes propôs a saída dos rebeldes para a rua e o combate corpo a corpo com as forças do governo, o que foi feito. Siqueira Campos dividiu então em 18 pedaços a bandeira nacional, entregou um a cada revoltoso remanescente e guardou consigo o destinado a Euclides. Munidos de fuzis e revólveres, os rebeldes marcharam pela praia de Copacabana, recebendo no caminho a adesão de um civil, Otávio Correia, a quem foi entregue armamento e o pedaço da bandeira separado para Euclides. Liderado pelos tenentes Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Mário Carpenter e Newton Prado, o grupo enfrentou as tropas do 2º Batalhão do 3º Regimento de Infantaria durante aproximadamente

uma hora e 15 minutos. Desse combate resultou a morte dos rebeldes Mário Carpenter, Newton Prado, José Pinto de Oliveira, Pedro Ferreira de Melo e do civil Otávio Correia. Saíram feridos, entre outros, Siqueira Campos e Eduardo Gomes.

O episódio passou para a história com o nome de “Os 18 do Forte”. O número de combatentes que participaram da marcha teria sido na verdade 11 e não 18. Eduardo Gomes, anos mais tarde, afirmaria haverem sido 13 os combatentes.

O tenentismo, que então ganhou impulso, foi um dos principais agentes históricos responsáveis pelo colapso da Primeira República.

Alzira Alves de Abreu

FONTES: ABREU, A. *Dicionário*; FAUSTO, B. *Trabalho*; FERREIRA, M. *Reação* (v. 6, p.9-23); FERREIRA, M. *República*; FORJAZ, M. *Tenentismo*; FORJAZ, M. *Tenentismo e política*; FRITSCH, W. 1922; MARTINS, L. *Pouvoir*; SILVA, H.; CARNEIRO, M. *Primeiro*; VISCARDI, C. *Teatro*.

REVOLTA DE 5 DE JULHO DE 1924

Movimento também chamado de *Segundo 5 de julho*, irrompido em Sergipe, Amazonas e São Paulo. Foi dominado com rapidez nos dois primeiros estados, mas em São Paulo os rebeldes controlaram a capital por três semanas e só então se deslocaram para o interior, onde, aliados a revolucionários gaúchos, viriam a formar a Coluna Prestes.

ANTECEDENTES

Do ponto de vista político, o início dos anos 1920 foi tumultuado. A campanha para a sucessão do presidente Epitácio Pessoa prevista para 1922, em meio a uma séria crise econômica, opôs a candidatura de Nilo Peçanha, que gozava da simpatia dos militares, à do mineiro Artur Bernardes, candidato oficial. A campanha foi violenta, agravada pelo episódio que ficou conhecido como as “cartas falsas”, nas quais o candidato governista teria ofendido o marechal Hermes da Fonseca. O falsário foi descoberto. Artur Bernardes venceu a eleição, mas teve de enfrentar violenta oposição. Em final de mandato, o presidente Epitácio Pessoa enfrentou a insurreição militar de 1922, primeira revolta tenentista, que teve início na Vila Militar e na qual tomaram parte efetivos da Escola Militar do Realengo e do forte de Copacabana. O movimento, desencadeado no dia 5 de julho, foi debelado, seus líderes foram presos, e o estado de sítio foi decretado. Empossado em novembro, Artur Bernardes iria governar quase que em permanente estado de sítio.

No decorrer do ano de 1923, militares insatisfeitos decidiram articular uma conspiração, organizando “centros cívicos” em vários estados para através deles difundir o plano de uma insurreição que tinha como objetivo derrubar o presidente Artur Bernardes e implantar um mal definido programa revolucionário. O movimento era liderado pelo general reformado do Exército Isidoro Dias Lopes e pelos capitães Joaquim e Juarez Távora. A articulação contava com o apoio de Nilo Peçanha. Um agravante da insatisfação dos militares decorreu da decisão de dezembro de 1923, enquadrando oficiais envolvidos no levante de 1922 no artigo nº 107 Código Penal, que previa perda de patente e expulsão do Exército.

Motivos táticos levaram à escolha de São Paulo para o início do movimento, que deveria também irromper nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso. A data escolhida foi o 5 de julho, mesmo dia da insurreição do forte de Copacabana em 1922. O elemento surpresa fazia parte do plano, que teria início com a ocupação de ruas de São Paulo, a abertura de trincheiras, asublevação dos quartéis, a ocupação do palácio do governo e organização de uma marcha revolucionária para depor o presidente Bernardes no Rio de Janeiro.

A REVOLTA

Na madrugada do dia 5 de julho de 1924, a população da cidade de São Paulo foi surpreendida pelo troar de canhões. Bombas eram dirigidas à Estação da Luz e ao bairro dos Campos Elísios, onde se situava o palácio do governo. Iniciava-se o levante de uma ala do Exército sob o comando do General Isidoro Dias Lopes.

Os bombardeios atingiram não apenas os Campos Elísios, mas também outros bairros, as comunicações telefônicas foram interrompidas e o fornecimento de energia elétrica sofreu cortes. Os quartéis da 2^a Região Militar e da Força Pública foram ocupados, e seus comandantes, respectivamente general Abílio Noronha e coronel Domingos Querino Ferreira, foram presos. O comando revolucionário foi instalado no quartel-general da Força Pública.

Já no dia 6, o presidente Artur Bernardes solicitou ao Congresso Nacional a decretação do estado de sítio e enviou para Santos os *destroyers Bahia* e *Alagoas*, bem como o encouraçado *Minas Gerais*, com um efetivo de mais de três mil homens. Carlos de Campos, presidente do estado de São Paulo, deixou o palácio dos Campos Elísios e transferiu a sede do governo para Guaiaúna, na Zona Leste da cidade, próximo ao bairro da Penha. Os revoltosos formaram uma junta militar presidida pelo general Isidoro Dias Lopes, da qual participavam o general Augusto Ximeno de Villeroy, o marechal Odílio Bacelar Randolpho, os majores Bertoldo Klinger e Miguel Costa. Pretendiam entregar o governo de São Paulo ao conselheiro Antônio Prado, mantendo Firmiano Pinto no cargo de prefeito da cidade. No

dia 9, tomaram conta do palácio do governo.

Os bombardeios continuavam, e os moradores dos bairros mais atingidos – Luz, Campos Elísios, Bom Retiro, São Caetano, Santana e imediações dos quartéis – deixavam apressadamente suas casas e buscavam abrigo com parentes e amigos em bairros periféricos. Víveres começavam a escassear. Saques ocorriam com a conivência dos revoltosos, que pretendiam com isso obter apoio da população. Pessoas de mais recursos fechavam as casas e partiam para o interior. Combates sangrentos se travavam em vários pontos da cidade. Feridos eram levados à Santa Casa de Misericórdia, onde voluntários colaboravam no atendimento. A Cruz Vermelha apelava à população, e automóveis particulares foram cedidos para a remoção dos feridos. Foram muitos os mortos. No dia 10, os revoltosos pareciam senhores da situação. A manchete do *Jornal do Comércio* informava: “Levante militar. As forças sublevadas triunfaram ocupando a capital”.

A estratégia do governador Carlos de Campos, instalado em Guaiaúna, consistia em promover o cerco da cidade impedindo a saída dos revoltosos para Santos ou para o Rio de Janeiro, assim como a chegada de reforços por mar ou por terra. No vale do Paraíba, tropas legalistas comandadas pelo general Sócrates impediriam a passagem de tropas mineiras. O cerco se completava com a ocupação do ramal da São Paulo Railway a leste e com o reforço das posições do governo no ramal de Itararé, ao sul. Combates sangrentos prosseguiram entre legalistas e revoltosos. Governo e opositores recorriam a aviões para avaliar as forças adversárias e até mesmo para lançar panfletos. O comando revolucionário buscava a adesão da população oferecendo vantagens materiais aos que aderissem.

Uma comissão de pessoas de projeção foi formada para solicitar ao presidente Bernardes a cessação dos bombardeios sobre a cidade. Era constituída pelo prefeito da capital, Firmiano Pinto; pelo arcebispo metropolitano, dom Duarte Leopoldo e Silva; pelo presidente da Associação Comercial de São Paulo, José Carlos de Macedo Soares, e pelo presidente da Liga Nacionalista, Frederico Vergueiro Steidel. O governo federal refutou todas as tentativas de diálogo, propondo o fim de sua ação. O comandante da 2ª Região Militar, general Abílio Noronha, aprisionado pelos rebeldes, buscou intermediar uma proposta de

entendimento que fracassou, pois Isidoro impunha como condição para o diálogo a deposição de Artur Bernardes.

Carlos de Campos, perante uma comissão presidida pelo arcebispo de São Paulo, também manifestou o propósito de não ceder. Os bombardeios recrudesciam e as consequências para a cidade eram desastrosas. Isolados e sem perspectivas de vitória, os revoltosos admitiram a inutilidade dos esforços e decidiram deixar a cidade, partindo em comboios nos dias 27 e 28 de julho.

No dia da partida, 28 de julho, o general Isidoro, através de uma proclamação publicada na imprensa, agradeceu à população paulista e declarou que a semente do espírito revolucionário estava lançada. As tropas revolucionárias perseguidas embrenharam-se pelo interior do estado dirigindo-se ao Paraná e aí se juntaram às tropas rebeldes que vinham do Rio Grande do Sul chefiadas por Luís Carlos Prestes. Formaram a Coluna Prestes, que durante dois anos percorreu o país pregando a revolução social em uma guerra de movimento.

No dia 29, com a vitória das forças legalistas, o presidente Carlos de Campos retornou ao palácio dos Campos Elísios. A vida da cidade buscava o retorno à normalidade.

Alice Beatriz da Silva Gordo Lang

FONTES: BELOCH, I.; ABREU, A. *Dicionário*; CARONE, E. *Revoluções*; COHEN, I. *Bombas*; CORREA, A. *Rebelião*; LANG, A. *Um fato*; LOVE, J. *Locomotiva*.

REVOLUÇÃO DE 1930

Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano.

As mudanças políticas, sociais e econômicas que tiveram lugar na sociedade brasileira no pós-1930 fizeram com que esse movimento revolucionário fosse considerado o marco inicial da Segunda República no Brasil.

AS ORIGENS

As motivações, idéias e objetivos que levaram ao movimento armado de 1930 devem ser buscados na década de 1920, quando apareceram mais claramente os efeitos políticos do processo de urbanização e de industrialização e quando novas forças sociais, principalmente as camadas médias e as massas urbanas, começaram a exigir uma participação política que até então lhes fora vedada. As reivindicações e pressões dessas novas forças levaram à contestação do Estado oligárquico, na medida em que este era incapaz de absorver suas demandas. Essa contestação ao Estado oligárquico não contou porém com a participação dos setores industriais emergentes e tampouco foi o resultado de uma contradição, no nível da produção, entre o setor agrário e o setor industrial.

Politicamente, essa fase da vida brasileira se caracterizava pelo domínio das oligarquias agrárias, sob a hegemonia dos cafeicultores. Em nível local, o poder era exercido por chefes de famílias — os “coronéis” —, que controlavam os votos de seus parentes, amigos e subordinados e normalmente ocupavam e monopolizavam todos os cargos estaduais. Eram eles a via para a escolha não só dos representantes no Congresso como dos candidatos a presidente e vice-presidente da República. Esses chefes políticos pertenciam quase sempre aos partidos republicanos, que tinham caráter estadual.

Como observa Bóris Fausto, “a democracia política tinha um conteúdo apenas formal: a soberania popular significava a ratificação das decisões palacianas e a possibilidade de

representação de correntes democratizantes era anulada pelo voto a descoberto, a falsificação eleitoral, o voto por distrito e o chamado terceiro escrutínio, pelo qual os deputados ou senadores cujos mandatos fossem contestados submetiam-se ao reconhecimento de poderes por parte da respectiva casa do Congresso. Progressivamente, São Paulo e Minas apropriam-se do poder central utilizando-se deste mecanismo e comandam, assim, a vida política do país”.

A oposição da jovem oficialidade do Exército — os “tenentes” — ao sistema político manifestou-se também na década de 1920. Nas revoltas dos 18 do Forte, de 1922, de São Paulo e Rio Grande do Sul, de 1924, e na Coluna Prestes, de 1925 a 1927, os “tenentes” expressavam, embora de forma vaga, idéias de regeneração do sistema jurídico-político, atacavam as oligarquias, defendiam o equilíbrio entre os três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, e pleiteavam um vago nacionalismo econômico, bem como a modernização da sociedade. O tenentismo pode ser entendido como uma tentativa de quebra da rígida estratificação hierárquica e de luta pela participação no sistema de poder.

Mas dentro da própria oligarquia iriam surgir contestações ao sistema político excludente, que privilegiava as oligarquias paulistas e mineiras. Os grupos oligárquicos dos demais estados não tinham acesso aos centros de decisão e aceitavam participar como sócios menores da divisão de poder. Na década de 1920, o questionamento da forma de dominação se expressava no surgimento de novos partidos políticos com propostas de ampliação da participação política. Embora os “tenentes” e as oligarquias dissidentes contestassem o sistema político vigente, havia divergências entre suas posições: para os “tenentes”, a revolução deveria ser feita a partir dos quartéis, enquanto para as oligarquias dissidentes a tomada do poder deveria ser tentada através de eleições.

A ALIANÇA LIBERAL

As origens imediatas do movimento de 1930 se encontram no encaminhamento da escolha dos candidatos à presidência da República para o quadriênio 1930-1934, quando ocorreu uma cisão entre os estados de Minas Gerais e São Paulo.

Quebrando uma das regras da política então em vigor, segundo a qual Minas e São Paulo se revezavam no governo da República, a partir de 1928 o presidente Washington Luís, ligado ao Partido Republicano Paulista (PRP), passou a apoiar ostensivamente a candidatura de

outro perrepista, o então presidente de São Paulo, Júlio Prestes, à sua sucessão. Com essa indicação o presidente pretendia assegurar a continuidade de sua política econômico-financeira de austeridade e de contenção de recursos para a cafeicultura, mas desprezava os interesses de Minas Gerais.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente desse estado, aproximou-se então do Rio Grande do Sul, a fim de se opor aos planos de Washington Luís. Dessa aproximação resultou um acordo, conhecido como Pacto do Hotel Glória, firmado em junho de 1929, segundo o qual Minas e Rio Grande vetavam a candidatura de Júlio Prestes e abria-se a possibilidade de o Rio Grande indicar um candidato. Pouco depois, em julho, o Partido Republicano Mineiro (PRM) lançou as candidaturas de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul, e João Pessoa, presidente da Paraíba, respectivamente à presidência e à vice-presidência da República. Os dois partidos gaúchos — o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e o Partido Libertador (PL) —, unidos na Frente Única Gaúcha (FUG), declararam, a seguir, seu apoio à chapa de oposição.

No início de agosto de 1929, para tornar sua ação mais concreta, a oposição formou a Aliança Liberal. Em 12 de setembro, uma convenção de delegados dos partidos dominantes de 17 estados, liderados por São Paulo, homologou as candidaturas de Júlio Prestes e Vital Soares à presidência e vice-presidência da República. Pouco depois, em 20 de setembro, em convenção realizada no Rio de Janeiro, a Aliança Liberal aprovou a chapa Vargas-João Pessoa e sua plataforma eleitoral, redigida pelo republicano gaúcho Lindolfo Collor. Iniciou-se então oficialmente a campanha aliancista, marcada por posições desde as mais conciliadoras até as mais radicais.

Ainda em 1929, a corrente mais radical da Aliança Liberal, formada por políticos jovens como João Neves da Fontoura, Osvaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco, passou a admitir a hipótese de desencadear um movimento armado em caso de derrota nas urnas. Como primeiro passo, buscou-se a colaboração dos “tenentes”, tendo em vista seu passado revolucionário, sua experiência militar e seu prestígio no interior do Exército. Essa aproximação já estava em curso desde o início do debate sucessório, mas os contatos desenvolviam-se com grande dificuldade devido a desconfianças recíprocas. Na Aliança Liberal estavam alguns dos principais adversários dos “tenentes”, como Artur Bernardes, Epitácio Pessoa e João Pessoa — este último, como ministro do Superior Tribunal Militar

(STM), julgara vários militares rebeldes. Por outro lado, para os velhos dirigentes oligárquicos da Aliança, os “tenentes” personificavam a ameaça de derrubada do regime e, consequentemente, de suas próprias bases de sustentação política.

Os “tenentes” tampouco tinham uma posição homogênea. Enquanto vários oficiais revolucionários, como Juarez Távora, João Alberto Lins de Barros e Antônio de Siqueira Campos aderiram à idéia de colaborar com a Aliança Liberal, Luís Carlos Prestes, o mais prestigioso chefe do tenentismo, mostrava reservas quanto ao movimento. Exilado em Buenos Aires, nesse momento Prestes dedicava-se ao estudo do Marxismo, o que determinou uma revisão profunda em sua concepção de vida, e segundo ele próprio, levou-o a compreender que os problemas brasileiros não podiam ser resolvidos com uma simples mudança de homens na presidência da República. Contudo, ao verificar que a maioria dos seus companheiros se aproximava da Aliança Liberal, Prestes aceitou encontrar-se com Vargas em Porto Alegre. Segundo seu depoimento, o encontro ocorreu em setembro de 1929 (de acordo com Hélio Silva e John Foster Dulles, em novembro) no palácio Piratini. Clandestino no Brasil, Prestes teria sido recebido à meia-noite e teria dito que não estava ali para dar seu apoio à candidatura de Getúlio, e sim para discutir o que considerava fundamental para uma revolução anti-imperialista e agrária. Comparecera ao encontro porque seus companheiros lhe haviam dito que Vargas queria, em verdade, fazer uma revolução, ao que, ainda de acordo com seu depoimento, Getúlio teria respondido: “Fique tranquilo, você não vai se decepcionar comigo.”

Já em carta a João Neves datada de 13 de setembro de 1929, Vargas referia-se à posição de Prestes nos seguintes termos: “O Carlos Prestes declarou que, sendo para regenerar os costumes políticos do Brasil, está pronto a nos acompanhar... para a revolução. Quer apenas que lhe forneçam os meios materiais. Não acredita, porém, em eleição, em vitória das urnas, nem isso lhe interessa. Essa é a sua mentalidade; essas as suas disposições.” Continuando em sua análise sobre a posição de Prestes, Vargas declarava: “Penso que não é lícito lançarmos o país numa revolução, sacrificarmos milhares de vidas, arruinar e empobrecer o Estado, só para combater um homem, que atualmente nos desafia e que é o presidente da República. Se formos vencidos, ele ainda será glorificado, com o título de restaurador da ordem e reconsolidador do regime. Não é possível ensanguentar o Brasil, por causa desse homem.”

Essa carta pode ajudar no esclarecimento de um ponto importante das articulações da revolução, pois a bibliografia sobre o período refere-se a dois encontros entre Vargas e Prestes: o primeiro em novembro de 1929 e o segundo em fevereiro de 1930. Em depoimento publicado em 1982, Prestes afirma que os encontros tiveram lugar, na verdade, em setembro de 1929 e em janeiro de 1930. Com isso, parece claro que os jovens políticos que iriam articular mais tarde o movimento armado já discutiam essa possibilidade desde a formação da Aliança Liberal.

Em carta de 22 de novembro de 1929 a Silo Meireles e a Osvaldo Cordeiro de Farias, Prestes exprimia sua posição contrária ao apoio à candidatura de Vargas, afirmando, porém, que não tomaria nenhuma posição pública sem primeiro entregar o posto de comandante militar da revolução brasileira em Buenos Aires. Referia-se à disputa presidencial nos seguintes termos: “Dia a dia aumenta em mim a convicção de que tais liberais desejam tudo, menos a revolução.” E acrescentava: “Resta-nos um único caminho: o caminho pelo qual venho há muito me batendo e que consiste em levantarmos com toda a coragem uma bandeira de reivindicações populares, de caráter prático e positivo, capazes de estimular a vontade das amplas massas de nossa paupérrima população das cidades e do sertão.” Ao final da carta, pedia uma reunião em Buenos Aires com os principais elementos revolucionários de todo o Brasil, para tomarem uma atitude sobre a situação nacional. Essa reunião, entretanto, não se realizou.

Enquanto a campanha eleitoral prosseguia, em dezembro de 1929 Vargas, pouco seguro em relação ao futuro, estabeleceu um acordo com Washington Luís através de seu correligionário político Firmino Paim Filho, à revelia de Minas Gerais e da Paraíba. Nesse acordo ficou acertado que, caso fosse derrotado nas eleições, Vargas se conformaria com o resultado e passaria a apoiar o governo constituído. Em compensação, Washington Luís e Júlio Prestes se comprometiam a não apoiar elementos divergentes da situação no Rio Grande do Sul e a não ordenar demissões ou transferências de funcionários federais filiados ao PRR. Comprometiam-se igualmente a reconhecer os candidatos gaúchos eleitos para o Congresso Nacional. Do acordo constava, por fim, que Vargas restringiria sua participação pessoal na campanha ao Rio Grande do Sul e que, após as eleições, as relações entre o Rio Grande e o governo federal seriam restabelecidas nos termos anteriores às divergências sobre a sucessão. Vargas munia-se assim de um instrumento que lhe permitiria uma saída,

qualquer que fosse o resultado eleitoral.

A radicalização da campanha eleitoral se fez sentir entretanto na Câmara dos Deputados, onde a maioria governista decidiu não dar quórum às sessões parlamentares, impedindo assim a manifestação dos deputados aliancistas. Diante dessa situação, os aliancistas resolveram promover comícios públicos nas escadarias do palácio Tiradentes, sede da Câmara. No dia 26 de dezembro, após um desses comícios, Ildefonso Simões Lopes, vice-presidente da comissão executiva da Aliança Liberal, ao entrar na Câmara, foi violentamente interpelado pelo deputado situacionista pernambucano Manuel Francisco de Sousa Filho. Luís Simões Lopes, filho de Ildefonso, tomou a defesa do pai, atracando-se com Sousa Filho, que portava um punhal. Na luta, Ildefonso disparou dois tiros contra o deputado pernambucano, que morreu no local.

Pouco depois desse episódio, ainda no final de dezembro, Vargas rompeu em parte o acordo com Washington Luís, viajando para o Rio de Janeiro. No dia seguinte à sua chegada, porém, avistou-se com o presidente, reiterando sua disposição de respeitar o *modus vivendi* estabelecido por Paim Filho.

Em 2 de janeiro de 1930, ao lado de João Pessoa, Vargas leu sua plataforma, não em recinto fechado como fizera Júlio Prestes, mas em praça pública, para uma grande multidão que se concentrou na esplanada do Castelo. Estendeu sua viagem a São Paulo e Santos, onde foi recebido com demonstrações populares de apoio, e regressou em seguida ao Rio Grande do Sul. Ao voltar a Porto Alegre, de acordo com depoimento de Luís Carlos Prestes, Vargas avistou-se ainda em janeiro com o comandante da Coluna. Apesar das divergências sobre essa data, o que parece certo é que desse encontro não resultou nenhum acordo entre os dois, pois Prestes insistia em iniciar os preparativos revolucionários e precisava de dinheiro para a compra de armamento. Vargas, de toda forma, teria então prometido enviar-lhe os recursos para esse fim.

Também no início de 1930 foram organizadas caravanas que percorreram Minas e as principais cidades do Norte e do Nordeste sob a chefia de João Pessoa. Durante a campanha ocorreram choques violentos entre situacionistas e oposicionistas em Garanhuns (PE), Vitória e Montes Claros (MG). Nesta última cidade, um comício da Concentração Conservadora (alinhada a Júlio Prestes), nos primeiros dias de fevereiro, foi interrompido por um tiroteio que deixou vários mortos e feridos, incluindo-se entre os últimos o vice-

presidente Melo Viana, pisoteado no tumulto que se estabeleceu.

Em 28 de fevereiro, véspera das eleições, teve início um conflito na cidade de Princesa, atual Princesa Isabel, na Paraíba. A Revolta de Princesa, como ficou conhecida, era liderada por José Pereira, chefe político do município, e tinha suas raízes na política tributária posta em prática por João Pessoa ao assumir o governo do estado. O comércio do interior da Paraíba era feito com Recife normalmente por terra. João Pessoa proibiu esse intercâmbio, obrigando as mercadorias a entrarem pelo porto de Cabedelo, o que prejudicou os “coronéis” do interior e beneficiou os elementos da capital. A revolta tinha por objetivo declarar a separação de Princesa da Paraíba. O governo federal auxiliou os rebeldes e colocou obstáculos para o envio de armamento aos legalistas, mas João Pessoa recebeu auxílio do Rio Grande do Sul por intermédio de Osvaldo Aranha.

O resultado do pleito de 1º de março de 1930 deu a vitória a Júlio Prestes e Vital Soares, eleitos com 57,7% dos votos. A fraude, dominante na época, verificou-se dos dois lados, pois de outra forma não poderia ser explicado o resultado obtido por Vargas em seu estado: 298 mil votos contra 982 dados a Júlio Prestes. O Partido Comunista Brasileiro, então denominado Partido Comunista do Brasil (PCB), lançou como candidato o operário Minervino de Oliveira, pelo Bloco Operário e Camponês, obtendo uma votação ínfima.

A CONSPIRAÇÃO

Logo após a derrota nas eleições foram retomadas as articulações para um movimento revolucionário, na realidade iniciadas no período pré-eleitoral. Foram principalmente os jovens filhos da oligarquia que iniciaram os contatos para o movimento e obtiveram o apoio dos velhos chefes políticos, como Antônio Augusto Borges de Medeiros, do PRR, Artur Bernardes, Venceslau Brás, Afrânio de Melo Franco e Antônio Carlos de Andrada, todos do PRM, que acabaram por aceitar a via revolucionária e a aliança com os setores militares tenentistas. Muitos dos “tenentes” haviam retornado do exílio a partir de 1929 e atuavam clandestinamente, enquanto outros já haviam cumprido suas penas de prisão e voltavam à liberdade. A jovem oligarquia, representada por Osvaldo Aranha, João Batista Luzardo, João Neves da Fontoura, Virgílio de Melo Franco, Artur Bernardes Filho, Caio e Carlos de Lima Cavalcanti e outros, lutava por um regime democrático, pela modernização econômica do Brasil e basicamente por uma inserção na estrutura de poder

que se encontrava enfeixada nas mãos dos velhos oligarcas através de uma rígida hierarquia.

Em 19 de março de 1930, Borges de Medeiros, em entrevista publicada pelo jornal A Noite, reconheceu enfaticamente a vitória de Júlio Prestes, dando por encerrada a campanha da oposição. A entrevista provocou forte reação de Osvaldo Aranha, João Neves e Flores da Cunha, contra o que consideraram uma completa capitulação. Borges viu-se forçado a retificar suas declarações para evitar a cisão no PRR. Assim, em fins de março, admitiu o prosseguimento da luta pela ação parlamentar e a pregação doutrinária.

Enquanto isso, a partir de 20 de março, exatamente um dia após as declarações de Borges de Medeiros, um outro gaúcho, Joaquim Francisco de Assis Brasil, do PL, declarava que iria com seus aliados até as últimas consequências, ou seja, até a revolução. Ao mesmo tempo, um outro libertador, Batista Luzardo, afirmava que o Rio Grande do Sul iria até a revolução, desde que Minas e Paraíba se decidissem a acompanhá-lo. Getúlio Vargas nesse momento se mostrava muito cauteloso quanto a um possível movimento revolucionário. Se, por um lado, demonstrava estar disposto a acatar os resultados eleitorais, por outro, mantinha Osvaldo Aranha na Secretaria do Interior e Exterior, acompanhando as atividades revolucionárias de seu colaborador.

Por seu lado, Virgílio de Melo Franco decidiu iniciar as conversações para conquistar adeptos para a revolução. No dia 22 de março, junto com Batista Luzardo, foi procurar o ex-presidente da República Epitácio Pessoa, em Petrópolis (RJ), para expor a marcha dos acontecimentos e saber de sua disposição em aceitar a via revolucionária. Epitácio preferiu aguardar uma declaração de Antônio Carlos de Andrada para então se pronunciar. Ao ser procurado, Antônio Carlos declarou que aceitaria a via revolucionária desde que o Rio Grande a adotasse. Epitácio concordou com essa posição, mas afirmou que caberia a João Pessoa a decisão sobre o rumo que tomaria a Paraíba.

Voltando a Porto Alegre, Batista Luzardo comunicou o resultado de suas conversações a Osvaldo Aranha e outros companheiros. Procurou também Getúlio Vargas, que se mostrou de acordo com a decisão de Osvaldo de enviar seu irmão Luís Aranha com plenos poderes para negociar a participação de Minas, Paraíba e Rio Grande do Sul na revolução. Luís Aranha partiu, então, com a seguinte proposta: a revolução deveria contar com o apoio dos três estados. Osvaldo Aranha já providenciara a compra de armamento na Tchecoslováquia

no valor de 16 mil contos. Para o pagamento desse material, o Rio Grande do Sul daria oito mil contos e solicitava a Minas seis mil e à Paraíba dois mil. O movimento deveria eclodir ao mesmo tempo em todo o Brasil. No Sul, seria dirigido por Osvaldo Aranha, com a participação de vários chefes militares, inclusive Luís Carlos Prestes; no Norte, seria chefiado por João Pessoa e contaria com a direção militar de Juarez Távora; em Minas, a liderança caberia a Antônio Carlos, com a direção militar de Leopoldo Néri da Fonseca. O movimento teria também repercussão em São Paulo, sob a direção de Siqueira Campos, e no Distrito Federal, com o apoio de Pedro Ernesto Batista.

A exposição desse plano foi inicialmente feita a Eptácio Pessoa, depois a Artur Bernardes e em seguida a Antônio Carlos. Os três receberam com incredulidade essas informações e declararam que não confiavam em Borges de Medeiros. Foi então decidido que Francisco Campos, secretário do Interior do governo de Minas, iria ao Rio Grande em abril, entender-se pessoalmente com Borges de Medeiros. Ao retornar do Rio Grande, Francisco Campos declarou que constataria uma posição moderada em Borges de Medeiros e uma posição enigmática em Vargas. De posse dessas impressões, Antônio Carlos tomou uma atitude de prudência.

No final de abril, Vargas aprovou um documento elaborado por João Neves sobre a orientação da bancada do PRR na legislatura que se iniciaria em maio. Tratava-se de um memorando de sete itens, sancionado por Borges de Medeiros em sua estância de Irapuazinho. Conhecido como o *Heptálogo de Irapuazinho*, o documento estabelecia como pontos principais a oposição não sistemática do PRR ao governo federal, a defesa da plataforma aliancista e a apresentação de um projeto de lei de reforma eleitoral, a defesa dos candidatos aliancistas de Minas e da Paraíba não reconhecidos pelas juntas de apuração eleitoral, a assistência aos governos desses dois estados contra a intervenção federal, o fornecimento de armas a João Pessoa para a luta contra a Revolução de Princesa e a recondução de João Neves à liderança da bancada republicana gaúcha na Câmara.

Paim Filho, preocupado com a manutenção do *modus vivendi* com o governo federal, não concordou com o *Heptálogo*. Em carta a Borges, denunciou as intenções revolucionárias de João Neves, mas omitiu o acordo firmado em dezembro de 1929 com Washington Luís. Para contornar a dificuldade, Vargas e Borges autorizaram Paim Filho, eleito senador em março, a defender sua posição pessoal no Congresso.

Em 3 de maio de 1930, o Congresso iniciou seus trabalhos e a maioria governista se serviu arbitrariamente do processo de reconhecimento dos candidatos para punir as representações aliancistas de Minas e da Paraíba. A “degola”, como era denominado o processo de não reconhecimento, atingiu todos os candidatos apoiados por João Pessoa, beneficiando os partidários de José Pereira. A representação do PRM sofreu um corte de 14 deputados numa bancada de 37, sendo diplomados em seus lugares candidatos da Concentração Conservadora (entre os deputados degolados estava Afrânio de Melo Franco, pai de Virgílio). A oposição de Minas perdeu também a presidência de todas as comissões que detinha na Câmara. O Rio Grande do Sul teve sua representação toda reconhecida devido ao pacto firmado entre Vargas e Washington Luís por intermédio de Paim Filho. Em fins de maio, o novo Congresso aprovou os resultados das eleições, declarando Júlio Prestes presidente eleito.

O arbítrio do reconhecimento dos poderes constituiu mais um fator de indignação contra Washington Luís, sobretudo em Minas Gerais. Em 27 de maio, durante a reunião da comissão executiva do PRM, Antônio Carlos declarou que daria apoio a seus aliados na revolução, mas desde que houvesse unanimidade por parte dos gaúchos ou que pelo menos pudesse contar com o apoio de Borges e Vargas. Ao mesmo tempo, Vargas declarava a seus amigos que estava sentindo uma tendência à acomodação entre os mineiros, e aproveitou para garantir que o espírito revolucionário estava completamente morto.

Os preparativos revolucionários entraram então num ritmo mais lento. Entretanto, alguns fatos ocorridos em maio e início de junho contribuíram para alterar essa fase de indecisão. Entre esses fatos incluíram-se a defecção de Prestes e a morte de Siqueira Campos. Prestes havia sido convidado a assumir a chefia militar do movimento ao lado de Vargas, chefe civil. Mas os recursos financeiros prometidos tardaram e, quando Osvaldo Aranha enviou a Prestes cerca de oitocentos contos de réis para a compra de armamento, Prestes já decidira não mais participar da revolução. Essa decisão foi expressa num manifesto redigido em abril de 1930, segundo o qual “uma simples mudança de homens no poder, voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidade administrativa, de respeito à Constituição e moeda estável e outras panaceias nada resolvem, nem podem de maneira alguma interessar à grande maioria de nossa população, sem apoio da qual qualquer revolução que se faça terá o caráter de uma simples luta entre as oligarquias dominantes”.

Ao tomar conhecimento desse manifesto, Emídio Miranda entregou o documento a Siqueira Campos, que seguiu imediatamente para Buenos Aires acompanhado de João Alberto. Em Buenos Aires, Siqueira, João Alberto e Manuel Costa discutiram durante um dia inteiro com Prestes sua posição em relação à revolução. Ao final, Siqueira conseguiu convencer Prestes a retardar para depois da eclosão do movimento o lançamento público de suas posições. De acordo com o depoimento de Prestes, ficou acertado que ele aguardaria 15 dias, tempo necessário para Siqueira Campos explicar aos antigos companheiros da Coluna as idéias de Prestes sobre a revolução.

Terminada a reunião em Buenos Aires, Siqueira e João Alberto tomaram um avião na madrugada do dia 10 de maio de 1930. Por volta das 3:30h, o avião caiu nas águas do rio da Prata, morrendo Siqueira Campos e sobrevivendo João Alberto. O corpo de Siqueira foi trasladado para o cemitério central de Montevideu com grande acompanhamento, tendo Prestes à frente. Este, após a morte do companheiro, enviou seu manifesto a Juarez Távora, que se encontrava clandestino na Paraíba e que não concordou com as idéias expostas, o mesmo ocorrendo com Isidoro Dias Lopes. O Manifesto, datado de 29 de maio, foi afinal tornado público através do jornal paulista *Diário Nacional* em 30 de maio. No mês de junho de 1930, em nome do PCB, Otávio Brandão condenou o documento de Prestes, afirmando que ele pretendia algo impossível, ou seja, a substituição do proletariado pela pequena burguesia no comando da revolução. Por outro lado, a morte de Siqueira Campos significou uma grande perda para a conspiração e enfraqueceu a participação de São Paulo no movimento.

Outro fato importante desse período foi o manifesto de Vargas, datado de 1º de junho e divulgado através dos jornais, condenando as fraudes e as violências que vinham sendo praticadas pelo governo federal e pelos governos estaduais contra os aliancistas, inclusive a “degola” dos deputados mineiros e paraibanos. Após as declarações de Vargas, João Neves, Flores da Cunha e Virgílio de Melo Franco foram ouvir Antônio Carlos. Este demonstrou desconfiança quanto ao êxito do movimento revolucionário, baseado em informações de que a preparação militar era muito precária. Afirmou que o melhor seria transformar a aliança militar em aliança política entre os três estados. Em 17 de junho, enviou a Osvaldo Aranha um radiograma — principal meio de contato entre os conspiradores — considerando o movimento inteiramente sem articulação e sem probabilidade de êxito.

Ao tomar conhecimento da posição de Antônio Carlos, Osvaldo Aranha declarou que não aceitava a ação exclusivamente política, pois julgava que os três estados tinham pouca representação no Congresso, e que só via como saída para o Brasil o movimento armado. Ante a resposta violenta de Aranha, e preocupado com a repercussão de sua atitude, Antônio Carlos procurou transferir a responsabilidade da participação ou não de Minas na revolução a seu sucessor no governo do estado, Olegário Maciel, que fora eleito em março e cuja posse estava prevista para setembro.

Ao final do mês de junho, Osvaldo Aranha demitiu-se da Secretaria do Interior e Exterior do Rio Grande do Sul e confidenciou a amigos que deixava o governo porque se convencera de que Getúlio, sem Minas, não iria à luta, e ele, Osvaldo, se sentia constrangido na secretaria do governo. Em radiograma a Virgílio de Melo Franco justificou sua saída declarando: “Minha convicção você e eu vítimas de uma mistificação vergonhosa. Estou farto dessa comédia. Impossível continuar sob direção de chefe tão fraco que desanima os próprios soldados.”

Através da correspondência trocada entre os conspiradores durante o período de junho/julho, nota-se o total desânimo, tanto por parte dos gaúchos, como dos mineiros e cariocas. Entretanto, enquanto os chefes políticos recuavam, os “tenentes” continuavam os preparativos e já se encontravam em fase adiantada de organização, aguardando a decisão dos políticos para iniciar a luta.

A ACELERAÇÃO DOS PREPARATIVOS

No início de julho, alguns conspiradores começaram por conta própria os preparativos. Em Minas, Artur Bernardes apoiou sem hesitação as articulações de Virgílio de Melo Franco. A pedido de Virgílio, Bernardes escreveu a Olegário Maciel dando-lhe certeza de seu apoio ao movimento armado. Embora lhe parecesse inconveniente a revolução, Olegário cedeu diante dos argumentos de Bernardes. No final de julho, declarou a Lindolfo Collor e Maurício Cardoso que estava de acordo com o movimento, desde que ele fosse deflagrado antes de sua posse no governo de Minas.

Um fato novo veio modificar a morna situação: em 26 de julho João Pessoa foi assassinado em Recife por João Dantas, que apoiava o governo federal e era ligado a José Pereira, chefe do levante separatista de Princesa. O crime teve como móvel imediato um conflito de

caráter privado e ligava-se também a lutas regionais, mas naquele momento toda a responsabilidade foi atribuída ao governo federal. O enterro de João Pessoa foi no Rio de Janeiro, acompanhado por uma grande multidão em ambiente de enorme comoção.

O assassinato reacendeu o ânimo revolucionário entre os políticos. Os conspiradores passaram a acelerar os preparativos militares e a pressionar os principais chefes. A posição de Vargas, de aparente alheamento ao movimento e muitas vezes contrária à sua deflagração, pode ser interpretada como uma tentativa de não despertar a desconfiança do governo federal. Foi isso exatamente o que ocorreu. O Rio Grande teve condições de preparar o movimento com a quase ignorância do governo federal.

Entretanto, dois problemas precisavam urgentemente de solução: um deles era o apoio de Borges de Medeiros e outro, o consentimento de Olegário Maciel. Borges de Medeiros preparava uma entrevista onde fazia críticas à solução revolucionária. Osvaldo Aranha foi encarregado de demovê-lo da idéia, tarefa que cumpriu com sucesso. Além do mais, obteve o apoio de Borges para o movimento revolucionário, o que permitiu que os preparativos daí em diante se acelerassem. Quanto a Olegário, os conspiradores obtiveram afinal sua concordância em fazer a revolução mesmo após sua posse em setembro.

Os chefes militares começaram então a pressionar os chefes políticos para que estes se definissem em relação ao movimento. Com a renúncia de Prestes ao posto de chefe militar da revolução, Pedro Aurélio de Góis Monteiro foi convidado a assumir seu lugar. Góis comandava então o 3º Regimento de Cavalaria Independente, em São Luís Gonzaga (RS), e, ao aceitar a chefia do estado-maior das forças revolucionárias, pediu licença ao general Gil de Almeida, comandante da 3ª Região Militar (3ª RM), para assistir, em Porto Alegre, a uma intervenção cirúrgica a que sua mulher seria submetida. Obtida a licença, viajou imediatamente, instalando seu quartel-general na casa de uma irmã de Osvaldo Aranha. Seus dois subchefes seriam João Alberto e Newton Estillac Leal, antigos componentes da Coluna Prestes, enquanto Virgílio de Melo Franco atuaria como seu secretário, e o comandante Hercúlio Cascardo, da Marinha, igualmente revolucionário de 1924, como oficial de informações.

O comandante militar do Norte-Nordeste, Juarez Távora, vivendo clandestinamente, ultimava os preparativos com Juraci Magalhães, Agildo Barata e Jurandir Mamede. A primeira data para a eclosão do movimento, 25 de agosto, foi desmarcada por falta de

preparo, e uma nova data, 7 de setembro, foi por sua vez adiada para 20 do mesmo mês. A partir do mês de setembro, Távora, através de telegramas a Osvaldo Aranha, mostrava-se apreensivo com o retardamento do início do movimento revolucionário e pedia que fosse apressada a tomada de decisão final, a fim de evitar um levante isolado e sem possibilidade de êxito deflagrado por elementos exaltados da Paraíba.

Os recuos constantes, se por um lado levavam os conspiradores ao quase desespero, por outro facilitavam suas ações, já que o governo federal, informado desses recuos, não acreditava na possibilidade de sucesso do movimento, relaxando a vigilância e as providências para impedir os preparativos dos revolucionários. A 11 de setembro, Osvaldo Aranha, juntamente com Góis Monteiro e João Alberto, deu por encerrados os preparativos, enquanto entregava a Vargas a responsabilidade de fixar a data em que a revolução rebentaria em todo o Brasil. Vargas pediu então que um emissário fosse enviado ao Rio de Janeiro para se entender com os generais Augusto Tasso Fragoso, Alfredo Malan D'Angrogne e Francisco Ramos de Andrade Neves, simpáticos à Aliança Liberal, e deles obter a promessa de que, caso o movimento fosse vitorioso e o governo de Washington Luís abandonasse o poder antes da chegada de Vargas à capital da República, eles impediriam que o governo caísse nas mãos de outros que não os revolucionários. Caso os generais não aceitassem essa proposta, Vargas confiava que, sendo eles homens de honra, nada revelariam sobre esse acordo. Lindolfo Collor foi enviado ao Rio de Janeiro para se entender com os generais, que concordaram com a proposta de Vargas.

Ainda durante o mês de setembro, Vargas procurou dissimular seu envolvimento na conspiração, buscando sobretudo despistar o senador Paim Filho e o general Gil de Almeida, ambos fortemente leais a Washington Luís. Paim Filho foi induzido a transmitir informações tranquilizadoras ao presidente, negando a participação de Vargas na trama revolucionária. Enquanto isso, Vargas entendia-se com o general, confidenciando-lhe certos detalhes inconsequentes da revolução. Mas Gil de Almeida percebeu a artimanha: em 15 de setembro alertou o ministro da Guerra, general Nestor Sezefredo dos Passos, sobre as reais intenções de Vargas. Apesar de todas as advertências, Washington Luís não ordenou nenhuma medida preventiva para deter a revolução, sendo surpreendido pelos acontecimentos.

Em 25 de setembro, Vargas e Aranha decidiram desencadear a revolução no dia 3 de

outubro. Segundo o plano adotado, o movimento deveria irromper simultaneamente no Rio Grande do Sul, Minas e estados do Nordeste. A ação deveria ter início, por escolha de Osvaldo Aranha, às 17:30h, no fim do expediente nos quartéis, o que facilitaria a ação militar e a prisão dos oficiais em suas casas.

A REVOLUÇÃO EM MARCHA

A revolução eclodiu às 17:30h do dia 3 de outubro no Rio Grande do Sul, com três ataques a posições militares de Porto Alegre. Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e o capitão Agenor Barcelos Feio atacaram o quartel-general da 3ª RM. No morro do Menino Deus, onde havia grandes depósitos de armamentos e munições, o ataque comandado por João Alberto foi detido inicialmente por um regimento de cavalaria. A morte de seu comandante, no entanto, quebrou o ânimo da oficialidade, que acabou se rendendo. No quartel-general do 7º Batalhão de Caçadores (7º BC), comandado pelo coronel Benedito Marques da Silva Acauan, a determinação de resistir surpreendeu todas as expectativas. Cercado por todos os lados, implacavelmente castigado pela artilharia de Alcides Etchegoyen e quase devorado pelo fogo dos lança-chamas acionados por ordem de Góis Monteiro, o 7º BC só se entregou depois que seu comandante se certificou de que todas as demais unidades federais de Porto Alegre haviam sido subjugadas.

Na madrugada de 4 de outubro, todas as unidades militares de Porto Alegre já se encontravam sob o controle dos revolucionários. No interior do estado quase não houve luta. Vargas divulgou, no próprio dia 4, um manifesto conclamando o povo gaúcho às armas: “Estamos diante de uma contrarrevolução para readquirir a liberdade, para restaurar a pureza do regime republicano.” Concluía dizendo: “Rio Grande, de pé, pelo Brasil! Não poderás falhar ao teu destino heróico.” Os gaúchos atenderam ao apelo com entusiasmo e em poucos dias cerca de 50 mil voluntários alistaram-se para lutar na insurreição. As reações esboçadas em Rio Grande, São Borja, Bajé, São Gabriel, Alegrete, Itaqui e Passo Fundo foram prontamente controladas. Góis Monteiro decidiu que os prisioneiros fossem encaminhados para dois navios ancorados no litoral, próximo de Porto Alegre, onde permaneceriam até que a revolução decidisse sobre seu destino. Encontravam-se, entre os oficiais superiores aprisionados, o general Gil de Almeida e o coronel Euclides de Oliveira Figueiredo, comandante da 2ª Divisão de Cavalaria aquartelada em Livramento.

No dia 5 de outubro, todo o estado havia aderido à revolução. Formaram-se então diversas colunas que partiram para o norte: a primeira, comandada por Alcides Etchegoyen e João Alberto, rumou para Santa Catarina e Paraná; a segunda, sob o comando do general Valdomiro Lima, tinha o mesmo destino, mas logo foi convocada a retornar ao Rio Grande do Sul; a terceira, conhecida como Divisão do Litoral, avançou ao longo da costa com o objetivo de tomar Florianópolis, sob o comando de Ptolomeu de Assis Brasil, e a quarta, chefiada por Miguel Costa, partiu na direção de São Paulo, estacionando na cidade paranaense de Sengés.

Em Belo Horizonte, a revolução eclodiu no mesmo dia e na mesma hora em que as forças gaúchas tomaram o quartel-general de Porto Alegre. Os mineiros revolucionários iniciaram o movimento prendendo em sua residência o tenente-coronel José Joaquim de Andrade, comandante do 12º Regimento de Infantaria (12º RI) e comandante interino da 8ª Brigada de Infantaria. O chefe militar da revolução em Minas era o tenente-coronel Aristarco Pessoa (irmão de João Pessoa), em cujo estado-maior se incluíam Leopoldo Néri da Fonseca e Osvaldo Cordeiro de Farias. O governo mineiro, já presidido por Olegário Maciel, estava comprometido com o movimento, e o órgão oficial do estado, *O Minas Gerais*, publicou, no próprio dia 3 de outubro, um manifesto em que conclamava o povo a apoiar os revolucionários.

Com exceção do 12º RI, que resistiu durante cinco dias e acabou capitulando devido à falta de água e alimentos, as unidades militares da capital mineira não chegaram a ameaçar o sucesso dos revoltosos. Belo Horizonte foi ocupada e boa parte de sua população aderiu aos batalhões de voluntários que logo se formaram. Prevendo resistência no setor da Mantiqueira e na região de Juiz de Fora, o comando do movimento bloqueou as estradas de ferro, isolando o 12º RI e impedindo a circulação de tropas, equipamentos e informações. Em seguida, deslocou seu quartel-general para Barbacena, ao mesmo tempo em que determinava o ataque ao 10º BC, sediado em Ouro Preto. Ao primeiro combate, essa unidade se dispersou, e parte de seu contingente se deslocou para São João del Rei, onde se juntou às tropas do 11º RI, sediado naquela cidade.

O 4º Regimento de Cavalaria Divisionária, de Três Corações, também ofereceu resistência. Na luta travada em torno dessa cidade, morreu Djalma Dutra, veterano da Coluna Prestes, vitimado por uma bala de suas próprias forças. As tropas governistas reunidas em São João

del Rei capitularam no dia 15 de outubro, enquanto em Juiz de Fora resistiram até o dia 23. Alguns dias antes, quando a vitória da revolução já estava praticamente assegurada em Minas, uma coluna de forças revolucionárias partiu em direção ao Espírito Santo, ocupando Vitória no dia 19 de outubro.

O Norte e o Nordeste do país tiveram a Paraíba como sede do movimento revolucionário, Juarez Távora como comandante militar e José Américo de Almeida como chefe civil da revolução. Mas o movimento não eclodiu na Paraíba no dia 3 de outubro, porque houve um erro de entendimento entre Juarez e Osvaldo Aranha. Todas as quinzenas, Juarez mandava para o quartel-general de Porto Alegre, em código, as datas mais convenientes para o início da revolução. Os dias coincidiam exatamente com aqueles em que estava de prontidão a companhia comandada por Juraci Magalhães, a única unidade dentro do 22º BC onde havia uma organização verdadeiramente revolucionária comandada pelo próprio Juraci, por Jurandir Mamede, Agildo Barata e Paulo Cordeiro. Juarez recebera do Sul um telegrama comunicando que a revolução eclodiria no dia 3 de outubro. O comunicado dizia que nesse momento todos os companheiros deveriam cumprir sua tarefa. Juarez respondeu a esse telegrama, sem querer usar as palavras movimento ou revolução, dizendo apenas que estava de acordo e pedindo licença para iniciar “a marcha para o Sul” na madrugada de 3 para 4 de outubro. Juarez pretendia iniciar o movimento às duas horas da madrugada do dia 4. Quando os conspiradores no Sul receberam o telegrama, entenderam que Juarez também deflagraria a revolução às 17:30h do dia 3 e iniciaria a marcha em direção a Recife na madrugada do dia seguinte. Esse engano foi quase fatal.

Embora a companhia de Juraci estivesse de serviço no dia 3, Agildo Barata era o oficial de dia e interceptou os telegramas que anunciavam o início da revolução no Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Desse modo, ante a mobilização das tropas governistas, o levante na Paraíba foi antecipado. Aos 30 minutos da madrugada do dia 4 de outubro, iniciou-se a revolução no estado com o ataque ao 22º BC, onde se encontrava o general Alberto Lavenère Wanderley, comandante do 7º RM. O general morreu durante as primeiras ações, juntamente com o tenente Paulo Lobo e seus dois ajudantes de ordens. Logo em seguida, sublevaram-se a companhia do 25º BC de Teresina, comandada pelo capitão Joaquim de Lemos Cunha; uma outra do 24º BC, de São Luís, comandada por Anacleto Tavares; uma companhia do 29º BC, de Natal, comandada por Aluísio Moura, que estava em Campina

Grande; a Escola de Aprendizes-Marinheiros e a Capitania dos Portos. Em Sousa, no interior do estado da Paraíba, o 23º BC, deslocado de Fortaleza, rebelou-se sob o comando do tenente Carlos Cordeiro. Nos combates, foi morto o comandante do batalhão, coronel Pedro Ângelo Correia. O destacamento de Princesa só aderiu à revolução um pouco mais tarde.

Em Recife, nas duas primeiras horas da madrugada do dia 4 de outubro, quando teve início o levante revolucionário, o comando das tropas do governo já estava alertado, o que permitiu forte resistência. Quando Juarez Távora chegou a Recife vindo da Paraíba, percebeu que seria inútil insistir na tomada do quartel do 21º BC. Foi então ao encontro dos jovens do 33º Tiro de Guerra, dirigido pelos sargentos Eli Coutinho e Néelson, que serviam no 21º BC, e pediu-lhes ajuda. Junto com Afonso de Albuquerque Lima, procurou em seguida o capitão de polícia Muniz Faria e ordenou-lhe que seguisse para o quartel da Soledade para reforçar o grupo de jovens revolucionários que naquele momento estava atacando o 21º BC. Ordenou-lhe também que lá resistisse até a chegada de reforços da Paraíba. Retornou depois a João Pessoa e deu ordens para que fosse iniciada a descida para Recife. O batalhão de Agildo Barata partiu imediatamente, seguido de Juraci Magalhães e Paulo Cordeiro.

O movimento em Pernambuco contou com ampla participação popular. Após o levante do Tiro de Guerra e o assalto ao 21º BC, os revolucionários comandados pelo capitão Muniz Faria atacaram o paiol do quartel da Soledade, distribuindo armas e munições aos populares que aderiram à revolução. No dia 5 de outubro pela manhã, ao chegarem os reforços da Paraíba, a capital pernambucana já se encontrava sob completo controle das forças revolucionárias.

A resistência em Recife durou, de toda forma, até o dia 6 de outubro, quando Estácio Coimbra, presidente do estado, abandonou o governo. As tropas revolucionárias marcharam então em direção a Alagoas, de onde, após a derrubada do governo, dirigiram-se para a Bahia passando por Aracaju. Não houve resistência em Sergipe, pois o 28º BC aderiu à revolução. As tropas legais estabeleceram na Bahia o quartel-general das Forças em Operação no Norte da República (FONR), sob o comando do general Antenor de Santa Cruz Pereira de Abreu. Após mobilizar a polícia do estado, o general Santa Cruz se deslocou rumo à divisa com Sergipe, a fim de impedir o avanço da coluna revolucionária

em direção à capital federal.

A marcha das colunas revolucionárias gaúchas continuava em direção a São Paulo. O destacamento principal deslocava-se por via férrea, sob as ordens de Miguel Costa, que, sem maiores obstáculos, chegou a Ponta Grossa. Enviado a Curitiba para coordenar a ação das tropas que estavam sendo transportadas do Rio Grande do Sul, João Alberto não encontrou dificuldades para avançar até Capela da Ribeira, a leste de Itararé, além da divisa do Paraná com São Paulo. Em Santa Catarina, a Divisão do Litoral enfrentou forte bombardeio nas proximidades de Florianópolis, onde o Exército se manteve fiel a Washington Luís, e resistiu enquanto aguardava reforços.

A 10 de outubro, acompanhados de todo o estado-maior civil e militar da revolução, Getúlio Vargas e Góis Monteiro seguiram de trem com destino ao norte do Paraná, prevendo choques violentos com as tropas legalistas comandadas pelo general José Pais de Andrade. O comboio revolucionário, no qual viajavam também Flores da Cunha, João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso, Virgílio de Melo Franco e numerosos oficiais, estacionou em Ponta Grossa.

Vargas e sua comitiva permaneceram em um dos vagões da composição ferroviária, enquanto Góis montou seu quartel-general numa das dependências do grupo escolar da cidade. Ali, planejou o ataque geral que, tomando como base a frente de Itararé, seria desfechado sobre São Paulo no dia 25 de outubro. Ainda em Ponta Grossa, porém, Góis foi informado pelo seu ajudante de ordens das ocorrências no Rio de Janeiro que culminariam com a deposição do presidente Washington Luís. Um grupo de oficiais generais, liderados por Augusto Tasso Fragoso, exigiu a renúncia do presidente através de um documento encaminhado por intermédio de dom Sebastião Leme, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro. Ante a negativa de Washington Luís, no dia 24 de outubro os militares determinaram o cerco do palácio Guanabara e sua prisão.

Washington Luís foi substituído por uma junta governativa provisória, composta pelo general Tasso Fragoso, seu chefe, o general João de Deus Mena Barreto e o almirante Isaías de Noronha. Ainda no dia 24, a junta organizou um novo ministério, do qual faziam parte, entre outros, o general José Fernandes Leite de Castro (Guerra), Isaías de Noronha (Marinha) e Afrânio de Melo Franco (Relações Exteriores). Com a situação na capital sob controle, a junta enviou o primeiro de uma série de telegramas a Vargas, propondo a

suspensão total das hostilidades em todo o país, mas nada adiantando sobre a transferência do poder aos chefes da revolução. As verdadeiras intenções da junta não eram claras. A nomeação do ministério e a adoção de medidas legislativas indicavam sua disposição de permanecer no poder como um fato consumado. A situação tornou-se ainda mais dúbia com a designação do general Hastínfilo de Moura, comandante legalista da 2ª RM, para o cargo de interventor em São Paulo, e com as declarações do novo chefe de polícia do Rio, coronel Bertoldo Klinger, prometendo reprimir as manifestações públicas na capital em favor dos revolucionários. De Ponta Grossa, Vargas comunicou imediatamente à junta que prosseguiria a luta se não fosse reconhecido como chefe de um governo provisório. Ao mesmo tempo, ordenou às forças revolucionárias que prosseguissem seu avanço em direção à capital do país. Em 28 de outubro, o impasse foi finalmente superado, após entendimento firmado por Aranha e Collor, emissários de Vargas, e o general Tasso Fragoso. Em proclamação ao país, a junta comunicou a decisão de transmitir o poder a Vargas.

A caminho do Rio, em trem militar, Vargas entrou em São Paulo. A cada parada que o trem fazia em território paulista, juntavam-se à caravana revolucionária próceres do Partido Democrático (PD) de São Paulo, que desejavam substituir o PRP na chefia do governo do estado. Esta, porém, era igualmente a meta de um grupo de “tenentes” influenciado por Miguel Costa. Os líderes das tropas revolucionárias, os “tenentes” e seus aliados civis consideravam que os democráticos paulistas haviam tido uma fraca atuação, tanto durante as eleições quanto na fase preparatória da revolução, e por isso se opunham a entrega do poder estadual a Francisco Morato, líder do PD, ou a qualquer outro político paulista. Chegando à capital paulista em 29 de outubro, Vargas optou pela formação de um secretariado democrático, que deveria atuar em colaboração com João Alberto, designado delegado militar da revolução em São Paulo, com o compromisso de ser mantido no posto apenas enquanto durassem as tarefas de supervisão do escoamento das tropas.

Em 31 de outubro, precedido por três mil soldados gaúchos, Vargas desembarcou no Rio, de uniforme militar e com grande chapéu gaúcho, e foi recebido com uma manifestação de apoio apoteótica. Finalmente, em 3 de novembro de 1930, Vargas tomou posse como chefe do governo provisório.

O primeiro ministério do governo provisório mostrava a heterogeneidade do grupo que apoiou a revolução e refletia os compromissos dos revolucionários. Foram mantidos os três

ministros nomeados pela junta militar em 24 de outubro, a saber: Leite de Castro (Guerra), Isaías de Noronha (Marinha) e Afrânio de Melo Franco (Relações Exteriores). Osvaldo Aranha, o principal articulador da revolução, ficou com o Ministério da Justiça; Juarez Távora foi escolhido, como representante dos “tenentes”, para a pasta da Viação e Obras Públicas; José Maria Whitaker, banqueiro paulista do café, ligado ao PD, ficou com o Ministério da Fazenda; Assis Brasil, líder do PL gaúcho, assumiu o Ministério da Agricultura. Para os dois novos ministérios criados logo após a vitória da revolução, o da Educação e Saúde Pública e o do Trabalho, Indústria e Comércio, foram nomeados respectivamente o mineiro Francisco Campos e o gaúcho Lindolfo Collor.

O governo provisório foi reconhecido logo na primeira semana pelas principais potências estrangeiras, e a vitória da revolução completou-se com o exílio de Washington Luís, de Júlio Prestes e de outras personalidades ligadas à situação deposta.

Alzira Alves de Abreu

FONTES: BRANDI, P. *Vargas*; FAUSTO, B. *Revolução*.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Guerra civil entre federalistas partidários de Gaspar Silveira Martins, os chamados “maragatos”, e republicanos partidários de Júlio de Castilhos, os “pica-paus”, que conflagrou o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná entre fevereiro de 1893 e agosto de 1895. O conflito envolveu amplas forças militares locais e ainda remanescentes da Revolta da Armada, aliados dos federalistas, e se encerrou com a vitória dos republicanos.

ANTECEDENTES

Embora não tenham tido participação direta na proclamação da República em 15 de novembro de 1889, os republicanos gaúchos, reunidos no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e liderados por Júlio de Castilhos, tiveram papel destacado na Assembleia Nacional Constituinte instalada em 15 de novembro de 1890. Promulgada a Constituição de 24 de fevereiro de 1891, e realizada no dia seguinte a eleição do presidente da República, manifestaram-se os primeiros sinais de ruptura na liderança de Castilhos: embora o PRR tivesse apoiado o marechal Deodoro da Fonseca, que foi eleito, quatro dos 16 membros da bancada gaúcha, entre eles Joaquim Francisco de Assis Brasil, votaram em Prudente de Moraes.

O passo seguinte seria a eleição para o Congresso Constituinte gaúcho, marcada para 5 de maio de 1891. Desde o ano anterior havia sido designada uma comissão, formada por Assis Brasil, Júlio de Castilhos e Ramiro Barcelos, para elaborar o projeto da Constituição estadual. Segundo Assis Brasil, Castilhos protelou a elaboração do projeto e, às vésperas da expiração do prazo, apresentou à comissão um texto de sua autoria. Em 14 de julho de 1891 a Constituinte estadual aprovou o projeto de Castilhos e elegeu-o presidente do Rio Grande do Sul. No dia seguinte, o presidente eleito tomou posse.

Em 3 de novembro de 1891, diante das dificuldades políticas que enfrentava, o marechal Deodoro da Fonseca decidiu fechar o Congresso Nacional, gesto que provocou protestos

em vários pontos do país. Júlio de Castilhos de início não se manifestou, mas no dia 12 de novembro acabou por declarar-se a favor de Deodoro. No dia seguinte foi obrigado a renunciar, entregando o poder a uma junta governativa formada por Assis Brasil, João de Barros Cassal e o general Domingos Barreto Leite. Cinco dias depois, Assis Brasil renunciou, passando Barreto Leite e Barros Cassal a se revezar no comando do estado. Em 23 de novembro, diante da ameaça de oficiais da Marinha de bombardear o Rio de Janeiro, o próprio presidente da República renunciou, sendo substituído pelo vice-presidente marechal Floriano Peixoto.

Em fevereiro de 1892, outra figura importante voltou a atuar no instável cenário político gaúcho: Gaspar Silveira Martins, antigo líder do Partido Liberal no Império, ex-deputado geral, senador, ministro da Fazenda e presidente da província. Exilado na Europa desde a queda da monarquia, o agora defensor de uma República parlamentarista regressou a Porto Alegre. Em 31 de março, no encontro que ficou conhecido como Convenção de Bajé, foi aclamado chefe do Partido Federalista ou Partido Republicano Federal, então criado para fazer frente ao PRR de Júlio de Castilhos. Enquanto o PRR, de inspiração positivista, defendia o presidencialismo e resguardava a autonomia estadual, o Partido Federalista defendia o sistema parlamentar de governo e a revisão das constituições estaduais, com a centralização política e o fortalecimento da União Federativa; a eleição do presidente por quatro anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte; a eleição da Câmara também por quatro anos por distritos eleitorais; a autonomia municipal; o Poder Judiciário dos estados; a liberdade de imprensa.

A instabilidade no Rio Grande do Sul prosseguiu durante todo o ano de 1892. Em 8 de junho Barros Cassal foi substituído no governo por José Antônio Correia da Câmara, o visconde de Pelotas, que por sua vez foi derrubado nove dias depois por um movimento articulado por Júlio de Castilhos, o qual entregou o poder a Carneiro Monteiro. Em 27 de setembro este foi substituído por Fernando Abbott, que deixou a Câmara dos Deputados para exercer interinamente o governo gaúcho e conduzir as eleições que mais uma vez levariam Júlio de Castilhos ao poder. Em 25 de janeiro de 1893 Abbott transmitiu o

governo a Castilhos. Contra a situação, ergueram-se não só os federalistas de Silveira Martins, mas também monarquistas descontentes e mesmo republicanos. Os federalistas exigiam a saída de Castilhos por considerar que sua eleição fora manipulada. Pediam um plebiscito em que o povo pudesse escolher a forma de governo. Por sua vez, Floriano Peixoto apoiou Castilhos, embora este tivesse endossado o golpe deodorista em 1891.

Uma semana depois da posse, em 2 de fevereiro, Gumerindo Saraiva entrou no Rio Grande do Sul vindo do Uruguai, à frente de um grupo de cavaleiros, e juntou-se aos homens do general João Nunes da Silva Tavares, conhecido como Joca Tavares, o barão de Itaqui. Era o início da Revolução Federalista.

A GUERRA CIVIL

O exército de Joca Tavares, chefe militar dos revoltosos, era formado por brasileiros e muitos uruguaios. As tropas eram compostas de civis, e a maioria dos comandantes eram coronéis latifundiários, isto é, chefes locais. O armamento utilizado era precário: os homens lutavam montados a cavalo, portando lanças e esporadicamente armas de fogo. A tática empregada eram as marchas rápidas e fulminantes, ataques de surpresa. Os federalistas tiveram o apoio da província de Corrientes, na Argentina, e também do Uruguai, durante todo o movimento. Receberam armas através da fronteira e se refugiaram nos países vizinhos em vários momentos, durante a perseguição das tropas legalistas.

Do lado dos republicanos, havia igualmente chefes locais que contavam com o apoio de forças e armamento do Exército. Foi imposto o recrutamento forçado, pago com recursos do governo. A revolução ameaçou não só a estabilidade do governo rio-grandense como o próprio regime republicano. Diante disso, Floriano Peixoto enviou tropas federais sob o comando do general Hipólito Ribeiro para garantir o governo de Castilhos. Foram organizadas três divisões, chamadas de legalistas: a do norte, a da capital e a do centro. Além dessas forças, foi convocada a polícia estadual com todo o seu contingente para enfrentar o inimigo. Além do apoio federal, Júlio de Castilhos contou também com o

auxílio material do estado de São Paulo.

Em 23 de fevereiro de 1893, Joca Tavares e Gumercindo Saraiva, juntos, ocuparam Dom Pedrito e em seguida Alegrete, de onde desfecharam vários ataques. Os revoltosos rumaram a seguir para o norte, e em novembro atingiram Santa Catarina. Também nesse mês, o almirante Custódio de Melo, que chefiara no Rio de Janeiro a Revolta da Armada contra Floriano Peixoto, rumou para o Sul a fim de unir-se aos federalistas. Os revoltosos ocuparam Desterro, atual Florianópolis, e avançaram em direção ao Paraná. Em janeiro de 1894 foram detidos diante da cidade da Lapa, a 60 quilômetros a sudoeste de Curitiba, no episódio que ficou conhecido como Cerco da Lapa. A resistência da Lapa impediu o avanço dos revolucionários, que se retiraram para o Rio Grande do Sul, enquanto Floriano Peixoto enviava para Santa Catarina, com poderes discricionários, o tenente-coronel Antônio Moreira César, chamado de “Corta-cabeças”.

A revolução federalista foi derrotada em 24 de junho de 1895 no combate de Campo Osório, nas proximidades de Santana do Livramento, quando o almirante Saldanha da Gama morreu diante das tropas do general Hipólito Ribeiro. A paz foi assinada em Pelotas no dia 23 de agosto de 1895. O presidente da República já era então Prudente de Moraes.

A guerra civil deixou dez mil vítimas, das quais mais de mil morreram degoladas. A prática da degola dos prisioneiros foi utilizada por ambos os lados, e era justificada pela incapacidade das forças em combate de fazer prisioneiros, mantê-los encarcerados e alimentá-los, pois as tropas lutavam em situação de grande penúria. Também teria por objetivo poupar munição. Muitos federalistas – calcula-se que em torno de 2.500 – emigraram para Montevidéu, enquanto outros foram para Buenos Aires. A luta entre federalistas e republicanos dividiu a sociedade por muitos anos: uns usavam a cor vermelha, dos federalistas, e outros a cor branca, dos republicanos.

AS ANÁLISES

Inúmeras razões são apresentadas pelos estudiosos da história do período para explicar a Revolução Federalista. Ledir de Paula Pereira fez o levantamento desses autores

e de suas análises. Para Sérgio da Costa Franco, por exemplo, a luta entre castilhistas e gasparistas teria origem nos perfis de Gaspar Silveira Martins e de Júlio de Castilhos, cujo objetivo era liquidar um ao outro. Isso teria motivado ressentimentos e ódios entre as facções políticas gaúchas em luta pelo poder no Rio Grande do Sul após a proclamação da República. O autor reconhece que existiam diferenças doutrinárias entre as duas facções, mas não as considera fator determinante ou relevante para a eclosão do conflito.

Para Joseph Love, a revolução teria sido motivada, entre outras razões, pelo perfil autoritário de Júlio de Castilhos, que, para manter a ordem e o progresso no estado, era capaz de utilizar o terror. Robert Levine explica o acontecimento pelas perseguições movidas pelos republicanos contra os federalistas e pela reação destes na mesma medida. Segundo Levine, a revolução teria sido motivada pelo ódio e o ressentimento entre as facções políticas gaúchas, oriundos da luta pelo poder no estado, materializado no regime castilhista positivista, cuja característica era a centralização política, o autoritarismo e a autocracia. Teria pesado igualmente a diferença entre orientações ideológicas consubstanciadas em sistemas de governo: parlamentarismo *versus* presidencialismo.

Hélgio Trindade, ao analisar o período e o sistema partidário republicano rio-grandense, destacou “a persistência de uma clivagem ideológica entre duas famílias políticas que se confrontam, ao longo do período, inserindo-se em diferentes movimentos e estruturas partidárias: os conservadores-liberais *versus* os conservadores autoritários”. Nesse processo, de acordo com Trindade, teria ocorrido uma progressiva legitimação da oposição, que lutou tanto pela via revolucionária como pela via parlamentar. A luta teria sido direcionada também contra o exclusivismo do exercício do poder no estado pelos republicanos. A isso, somar-se-ia o esgotamento da coesão partidária castilhista causado por um permanente processo de dissidência republicana, motivado também pela ausência de rotatividade no comando político do estado. A luta entre oposição e governo teria persistido durante todo o período da Primeira República.

Maria Antonieta Antonacci analisa o conflito como uma luta entre frações da classe dominante gaúcha, ou seja, da oligarquia local. Com o fim da Revolução Federalista teria

ocorrido a convergência entre as facções, o que teria levado à concórdia e possibilitado a formação da Frente Única, em 1929, e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930.

Para Sandra Pesavento, o conflito teria ocorrido entre a classe dominante rural, desalojada do poder em 1889, e, de outro lado, outra fração da classe dominante agregada no PRR e outros segmentos sociais. A autora indica que “a luta que se seguiu de 1893 a 1895 entre federalistas e republicanos pode ser interpretada como um conflito intraclasses, pela posse do aparato estatal”, o que permitiria “exercer a dominação política sobre o Rio Grande do Sul”.

Outras análises chamam a atenção para o uso inadequado da palavra “revolução”, já que os *revolucionários*, principalmente os líderes civis e militares do movimento, não lutavam por uma mudança estrutural profunda, e sim por mudanças específicas, como a de alguns dispositivos constitucionais. O que de fato ocorreu teria sido uma guerra civil e não uma revolução.

Alzira Alves de Abreu

FONTES: CARONE, E. *República Velha*; FAUSTO, B. *Brasil*; FLORES, E. *Consolidação*; PEREIRA, L. *Positivismo*; PESAVENTO, S. *Revolução*; SILVA, M. *Notas*; TRINDADE, H. *Aspectos*.

REVOLUÇÃO GAÚCHA DE 1923

Movimento revolucionário deflagrado no Rio Grande de Sul em janeiro de 1923, sob a liderança de Joaquim Francisco de Assis Brasil, em reação à reeleição de Antônio Augusto Borges de Medeiros para o quinto mandato como presidente do estado. A guerra civil prolongou-se até dezembro do mesmo ano, quando se encerrou com a derrota dos rebeldes e a assinatura do Pacto de Pedras Altas.

FEDERALISTAS E REPUBLICANOS

Na Primeira República, embora o Rio Grande do Sul tenha sido governado desde o início e de modo ininterrupto pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), criado em 1882, ainda no Império, a política estadual caracterizou-se pela polarização partidária. De um lado, postavam-se os republicanos liderados por Júlio de Castilhos – “castilhistas” ou “pica-paus” –, inspirados no positivismo, presidencialistas e defensores da autonomia estadual, e, de outro, os adeptos do Partido Federalista do Rio Grande do Sul, criado em 1892 por Gaspar Silveira Martins – “gasparistas” ou “maragatos” –, de raízes monarquistas, defensores do parlamentarismo como forma de governo e da revisão da Constituição. A forte tensão daí resultante se inseria no panorama de graves crises que pontilharam os governos de Deodoro da Fonseca (1889-1891) e de Floriano Peixoto (1891-1894), e que devem ser entendidas, segundo Antônio Mendes Jr. e Ricardo Maranhão, no quadro político geral de consolidação das novas instituições republicanas.

Júlio de Castilhos assumiu pela primeira vez o governo do estado em 15 de julho de 1891, mas já em 13 de novembro foi obrigado a renunciar, por ter declarado apoio ao presidente Deodoro da Fonseca, que dez dias antes havia fechado o Congresso Nacional e em função disso acabou por ser, ele também, obrigado a deixar a presidência. O acordo de Castilhos com o sucessor Floriano Peixoto – que queria evitar que o poder no Rio Grande do Sul caísse nas mãos de Silveira Martins – e seu retorno ao governo do estado em 25 de janeiro de 1893 levaram a oposição gasparista a emigrar para Argentina e Uruguai, onde foi planejada a invasão do estado e a deposição do próprio Castilhos. Este foi o início da Revolução Federalista (1893-1895), conflito que ultrapassaria as fronteiras do Rio Grande do Sul, estendendo-se a Santa Catarina e Paraná, de um lado, e ao Uruguai, de outro, além

de envolver também remanescentes da Revolta da Armada (1893-1894). Ao fim de 31 meses combates marcados pela violência de ambas as partes, registravam-se mais de dez mil mortos e estava definitivamente delineado o perfil da política rio-grandense na Primeira República.

Com a vitória dos republicanos sobre os federalistas, já em pleno governo de Prudente de Moraes (1894-1895), o final do século XIX assistiu à consolidação do poder pessoal de Júlio de Castilhos, agora já não apenas no PRR, mas principalmente no estado, sempre agindo de forma autoritária e fazendo uso da máquina governamental de modo fechar o caminho aos adversários. Em 1897, ao se aproximar o fim de seu mandato, Júlio de Castilhos deu início às articulações no interior do PRR para definir seu sucessor. Sua escolha recaiu no nome de Antônio Augusto Borges de Medeiros, então o mais jovem entre os republicanos tradicionais. Segundo Sérgio da Costa Franco, os adversários de Castilhos e de Borges afirmavam que a escolha “decorrera da circunstância de ser o último mais acessível e mais dócil à continuidade da liderança do ‘patriarca’”. Além dessa versão, o autor aponta também a afinidade ideológica existente entre os dois líderes gaúchos — ambos de formação positivista — como um fator importante nessa definição.

Candidato único ao pleito de 25 de novembro de 1897, Borges de Medeiros foi eleito e tomou posse em janeiro de 1898. O controle efetivo do PRR, no entanto, continuaria nas mãos de Júlio de Castilhos até seu falecimento, em 1903, quando então foi assumido por Borges, embora não sem resistência da parte de alguns líderes republicanos. Mas já então Borges havia sido reeleito presidente do estado, em 1902, em um pleito sem qualquer adversário — os federalistas se haviam recusado a participar do que consideravam uma fraude eleitoral, e os dissidentes do PRR ainda se apresentavam fracos e desorganizados.

Se a Castilhos coube construir a nova estrutura política no estado, a Borges de Medeiros coube a tarefa de consolidá-la, além de reorganizar a administração e a economia estaduais, desorganizadas pela instabilidade política dos primeiros anos da República. Para tanto, contou com o poder que lhe era assegurado pela Constituição estadual de 1891, que garantia ao presidente do estado o poder de anular resoluções tomadas pelas autoridades locais. Na prática, portanto, o poder de Borges — assim como o fora o de Castilhos — foi estabelecido e assegurado através da intervenção direta nas eleições locais. Borges não

apenas contava com o suporte da Brigada Militar, como o fato de o voto ser a descoberto lhe garantia, segundo Alzira Abreu, o poder de intervenção direta nas localidades em que o PRR não dispunha de maioria absoluta: nesses casos, não era permitido às oposições o registro de um número de eleitores suficientes para assegurar o controle do governo local. Segundo Joseph Love, Borges procurou atingir seu objetivo através do fortalecimento do federalismo e da ortodoxia financeira. E nesse processo, de acordo com Héglio Trindade, fez uso de um grande “senso de equilíbrio político” acoplado a um rígido controle da máquina partidária. Sua atuação à frente do PRR e do estado garantiu assim um longo período de estabilidade no Rio Grande do Sul, traduzido em sua permanência à frente do governo de 1898 a 1908 e de 1913 a 1928. É verdade que as eleições de 1907 transcorreram em clima de grande agitação. Naquela ocasião, enquanto Borges, após dois períodos seguidos de governo, desistiu de se candidatar ele próprio e indicou a candidatura de Carlos Barbosa Gonçalves, a oposição apresentou o nome de Fernando Abbott, antigo chefe do PRR em São Gabriel, que contou com o apoio de Assis Brasil e de considerável facção do Partido Federalista, além da dissidência republicana. Embora o candidato de Borges tivesse saído vencedor, aquele foi o primeiro grande momento de campanha política desde a Revolução Federalista. Já nas eleições seguintes, de 1912 e 1917, Borges concorreu como candidato único, o que garantiu sua permanência no governo, praticamente incontestável, por mais dois períodos, até 1923.

AS ELEIÇÕES DE 1922

Em 1921, ao mesmo tempo em que se preparavam as eleições de março de 1922 para a presidência da República, iniciaram-se no Rio Grande do Sul as articulações para as eleições do presidente do estado a serem realizadas em novembro também de 1922. Ainda em fins de abril de 1921, consultado oficialmente pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) sobre uma possível candidatura de Artur Bernardes à sucessão de Epitácio Pessoa na presidência da República, Borges de Medeiros, ao contrário de outras ocasiões, evitou se pronunciar. Ao mesmo tempo, aproveitou a oportunidade para criticar o processo de escolha dos candidatos à chefia do governo federal, que só divulgavam seu programa de governo depois da homologação da candidatura. Reagindo à chamada “política do café-com-leite” – prática estabelecida na Primeira República pela qual mineiros e paulistas se

alternavam na presidência da República –, passou a defender a prévia divulgação do programa de cada candidato, de modo a propiciar a escolha do melhor nome pelos convencionais, sem beneficiar necessariamente os representantes de Minas Gerais ou São Paulo. Segundo Joseph Love, politicamente, Borges temia que Artur Bernardes tentasse realizar alguma reforma constitucional de modo a fortalecer o governo federal, o que implicaria diretamente a redução da autonomia estadual e da força das correntes políticas dominantes em cada região. Por seu lado, a oposição gaúcha apoiou a indicação de Artur Bernardes, o que acabou dando, no estado, uma nova dimensão à campanha presidencial.

A escolha do político maranhense Urbano Santos como candidato a vice-presidente na chapa de Bernardes veio adicionar novos ingredientes à disputa eleitoral, ao provocar a ruptura entre o governo federal e os estados da Bahia e de Pernambuco – os mais importantes do Nordeste –, que se sentiram marginalizados. As forças dominantes nesses dois estados aderiram assim às do Rio Grande do Sul e do estado Rio de Janeiro, aglutinando-se em torno dos nomes do fluminense Nilo Peçanha – indicado por Borges de Medeiros – e do baiano José Joaquim Seabra, e formando o movimento da Reação Republicana. A reação desses estados, no entanto, não conseguiu se sobrepôr à força política de Minas Gerais e São Paulo: nas eleições realizadas a 1º de março de 1922, Artur Bernardes foi eleito presidente do Brasil, muito embora tenha saído derrotado por larga margem no Rio Grande do Sul, onde recebeu 11.632 votos contra os 96.051 dados aos candidatos da Reação Republicana.

A disputa eleitoral no Rio Grande do Sul assumiu outra dimensão por se apresentar desde o início ligada à questão estadual, ou seja, à sucessão de Borges de Medeiros. Assim é que a vitória de Artur Bernardes acabou por garantir o apoio do governo federal às oposições gaúchas. De seu lado, Borges de Medeiros procurou retardar a questão sucessória, só se pronunciando a respeito em meados do ano, depois de pressionado pelas lideranças locais. Em agosto, criou uma comissão para avaliar as tendências dentro do PRR, cujos trabalhos tiveram seu resultado apresentado em fins de setembro através de um manifesto em que eram expostas as razões pelas quais os republicanos optavam pela reapresentação do nome de Borges como candidato à reeleição: em última instância, era o único suficientemente forte para “proteger” o Rio Grande do Sul durante o governo de Artur Bernardes.

Ainda mobilizada pela campanha da sucessão presidencial, a oposição gaúcha mostrou-se

decidida a enfrentar a candidatura de Borges de Medeiros, partindo para a escolha de um nome que se mostrasse capaz de unir suas três principais correntes: os federalistas, os antigos democratas de Assis Brasil e a dissidência republicana. Segundo Héglio Trindade, a reunificação das oposições no Rio Grande do Sul, “embora tendo origem nos descontentamentos oriundos da crise na pecuária”, decorreu “muito mais de um esgotamento do sistema político autoritário do que da incapacidade do modelo de desenvolvimento republicano de enfrentar novos desafios da crise econômica mundial”. Ainda segundo o mesmo autor, a estruturação das oposições já estava em curso desde antes da crise que atingiu a economia agromercantil gaúcha depois da Primeira Guerra Mundial. Com a retração do mercado então ocorrida, os produtores solicitaram, ainda em 1922, a intervenção do estado em sua defesa. Borges, entretanto, manteve sua orientação positivista, contrária ao protecionismo estatal e à concessão de privilégios a setores específicos da produção, comprometendo-se apenas a encaminhar as reivindicações ao governo federal e à bancada do estado no Congresso.

Com interesse ou não, o fato é que a intermediação de Borges de Medeiros junto ao governo de Epitácio Pessoa mostrou-se totalmente ineficaz. Esse insucesso, mais as notícias de execuções de títulos de fazendeiros endividados, alimentou o descontentamento entre os criadores gaúchos, favorecendo assim a atuação das oposições, que já contavam com o apoio de significativos setores urbanos. Segundo Maria Antonieta Antonacci, a arregimentação política realizada então pela oposição foi grandemente facilitada por esse desconforto que se estabeleceu entre os setores ligados à pecuária e o governo borgista.

Em meados de outubro de 1922, pouco menos de um mês após a confirmação do nome de Borges de Medeiros pelos republicanos, as oposições gaúchas lançaram um manifesto apresentando o nome de Assis Brasil. O pleito, realizado novembro – mesmo mês em que Artur Bernardes tomou posse –, foi precedido de boatos sobre a iminência de um levante contra o governo estadual, e seguido por acusações de fraudes, partidas de ambos os lados. A apuração foi conduzida por uma comissão de três deputados (Getúlio Vargas, Ariosto Pinto e José de Vasconcelos Pinto), que a 17 de janeiro de 1923 declarou a vitória de Borges com 106.360 votos, contra 32.216 de Assis Brasil.

Com maioria na Assembleia Legislativa, os republicanos rapidamente proclamaram a reeleição de seu líder. Oficialmente, segundo a apuração da comissão, Assis Brasil só

obtivera maioria no município de São José, muito embora tivesse recebido votação expressiva na região da campanha gaúcha (onde os federalistas sempre haviam sido fortes) e na capital (onde a fraude era mais difícil, segundo Joseph Love).

A REVOLUÇÃO

A reeleição de Borges de Medeiros foi contestada pela oposição gaúcha, que denunciou a existência de fraude, procurando assim provocar a intervenção federal no estado. Logo após a divulgação dos resultados, Assis Brasil ainda tentou a criação de um tribunal arbitral, a ser constituído por quatro deputados estaduais, um federal e um senador de cada facção, sob a presidência de Artur Bernardes. Borges de Medeiros condicionou sua aceitação a que o arbitramento tivesse apenas um desempatador, Artur Bernardes. A recusa do presidente da República foi definitiva, por considerar seu envolvimento incompatível com o exercício do cargo. Sua negativa foi determinante para que Assis Brasil e seus partidários optassem pela via das armas, com a intenção de provocar a intervenção federal no Rio Grande do Sul.

No dia marcado para a posse de Borges de Medeiros, 25 de janeiro de 1923, teve início mais um movimento revolucionário no estado voltado para a deposição do novo governo. A correlação de forças, no entanto, se mostrou desde o início desfavorável aos rebeldes: enquanto Borges conseguiu mobilizar cerca de 12 mil homens junto aos efetivos da Brigada Militar e dos corpos provisórios – tropas irregulares, legalistas, compostas por civis –, os rebeldes só conseguiram arregimentar a metade desse número. Para fazer frente a essa desproporção, os rebeldes foram obrigados a adotar uma estratégia específica, fragmentando as tropas e comandos. Assim, por meio de uma série de levantes regionais, as oposições procuravam garantir o afastamento dos republicanos de todos os cargos e a anulação da Constituição estadual castilhistas. Segundo Artur Ferreira Filho, “a Revolução de 1923 não obedeceu ao critério de um comando geral, como sucedeu em [18]35 e [18]93. Nas diversas ocasiões, os caudilhos organizaram colunas ligeiras, independentes umas das outras”.

Na frente política, em face dessa desproporção, Assis Brasil decidiu ir ao Rio de Janeiro em busca do apoio dos governos federal, paulista e mineiro. Seu esforço se mostrou, todavia, em vão. Se, de um lado, os dirigentes de Minas Gerais e São Paulo se recusaram

terminantemente a intervir diretamente na política interna de outra unidade da Federação, de outro, o presidente da República manteve-se evasivo. Bernardes, na realidade, via-se pressionado pelas divergências que havia nos altos escalões militares quanto à situação no Rio Grande do Sul, e por sua própria situação junto à oficialidade, abalada desde a campanha eleitoral com o episódio das “cartas falsas”, o que não lhe permitia arriscar em questões como a que se apresentava.

Assim isolados, os rebeldes – pejorativamente chamados pelos republicanos de “maragatos”, em alusão direta à Revolução Federalista de 1893-1895 – adotaram a guerra de movimentos, evitando embates diretos, com a intenção de sustentar a luta até que o governo Bernardes decretasse a intervenção no estado. Nesses combates, destacaram-se alguns caudilhos como Estácio Azambuja, Zeca Neto – este principalmente pela extrema mobilidade da cavalaria sob seu comando –, Leonel Rocha e Filipe Portinho, mas principalmente Honório Lemes, o maior e mais popular deles, cuja tropa foi responsável pela derrota dos mercenários comandados por Nepomuceno Saraiva, contratados por Borges de Medeiros. Do lado legalista, podem ser identificados alguns oficiais como Valzumiro Dutra, Firmino Paim Filho, Claudino Nunes Pereira, entre outros. Começaram a se destacar também nomes que alcançariam maior projeção na política nacional a partir da Revolução de 1930, como João Batista Luzardo, Francisco Antunes Maciel Filho (que, como deputado federal, teve atuação decisiva na mediação do tratado de paz) e Aníbal Barros Cassal, do lado dos rebeldes, e José Antônio Flores da Cunha e Osvaldo Aranha, entre os republicanos.

Uma primeira tentativa de pacificação foi feita pelo governo federal ainda em abril de 1923, por intermédio de Augusto Tavares de Lira, então ministro do Tribunal de Contas. Ao chegar a Porto Alegre no início de maio, Tavares de Lira trazia consigo um plano de pacificação acertado em comum acordo com o presidente Artur Bernardes e com o ministro da Justiça, João Luís Alves. Sua linha básica se resumia a três pontos: a não discussão da legitimidade do novo governo de Borges de Medeiros; a concessão de ampla anistia aos rebeldes; e a reforma da Constituição gaúcha, de modo a, entre outros aspectos, ficar vedada a reeleição do presidente do estado. Com base nesses três pontos, Tavares de Lira, em sua missão, buscou inicialmente o entendimento com Borges de Medeiros. Além disso, procurou ampliar as informações a serem passadas ao presidente da República,

entrevistando-se também com o arcebispo de Porto Alegre, dom João Becker, com o comandante da Região Militar, e, por fim, com uma comissão de oficiais do Exército. Por seu lado, Artur Bernardes assumiu a responsabilidade de se entender com Assis Brasil, Antunes Maciel e representantes republicanos da bancada federal gaúcha.

Os esforços federais, no entanto, somente encontrariam maior eco junto aos rebeldes a partir do momento em que estes tiveram a certeza de que se haviam esgotado todos os esforços para a obtenção de apoio junto a Minas e São Paulo, e de que não poderiam contar com a intervenção federal no estado. Somente então, frente à derrota militar que se mostrava inevitável, os rebeldes passaram a buscar uma paz honrosa para o conflito.

Em fins de outubro de 1923, o general Fernando Setembrino de Carvalho, então ministro da Guerra, foi nomeado pelo presidente Artur Bernardes para substituir o ministro Tavares de Lira na função de mediar a pacificação no Rio Grande do Sul. Gaúcho de nascimento – embora afastado havia mais de 20 anos das lutas partidárias de seu estado –, Setembrino de Carvalho procurou inicialmente estabelecer contato com Assis Brasil, que ainda se encontrava na capital federal, dele ouvindo a principal exigência apresentada em nome das oposições coligadas: o afastamento de Borges de Medeiros da chefia do governo estadual. A ele, o ministro da Guerra fez ver, contudo, a impossibilidade de Bernardes endossar tal reivindicação, uma vez que já havia reconhecido a legitimidade das eleições; por essa razão, o presidente da República se via obrigado a sustentar a permanência de Borges no governo gaúcho. Também na capital federal, antes de embarcar para o Rio Grande do Sul, Setembrino encontrou-se com os deputados republicanos Nabuco de Gouveia e João Simplício de Carvalho, que já vinham interferindo oficiosamente no desenvolvimento da situação, de modo a ajudar o governo federal em seus esforços para promover um entendimento entre as partes.

Depois desses contatos iniciais, o general Setembrino de Carvalho viajou para o Rio Grande do Sul, aí constatando, junto aos chefes em armas, a dose de insegurança a respeito da vitória provocada pelas derrotas consecutivas que haviam desarticulado por completo as forças rebeldes – estas, ao se verem sem liberdade de ação, se embrenharam desordenadamente pelas matas.

No início de novembro, Setembrino teve oportunidade também de conferenciar com Borges de Medeiros. O primeiro encontro deu-se no dia 2, no palácio Piratini, sede do governo

gaúcho, e nele o ministro da Guerra deixou clara para o líder republicano a posição do presidente da República, no sentido de manter o reconhecimento da legitimidade de sua eleição. Desse modo, o militar procurava a eliminar qualquer desconfiança por parte de Borges e facilitar o estabelecimento de um armistício entre as partes, que conseguiu fazer vigorar a partir do dia 7.

Nas conferências realizadas após o armistício, um mesmo ponto se colocava como maior entrave à definição do acordo: a forma de escolha do vice-presidente do estado. Com base na Constituição estadual vigente, Borges de Medeiros insistia sempre que essa escolha deveria ser feita diretamente pelo presidente: temia que a realização de eleições para preencher o cargo pudesse não apenas provocar a derrocada da Carta estadual, como resultar em maiores poderes para a Câmara dos Deputados, e, conseqüentemente, na redução dos poderes do presidente do estado.

As negociações chegaram a novo impasse nos primeiros dias de dezembro, quando o general Setembrino de Carvalho apelou para o deputado Francisco Antunes Maciel Júnior, que, embora partidário de Assis Brasil, se mostrava favorável a um acordo que mantivesse Borges de Medeiros à frente do governo gaúcho. Sua atuação, segundo Hélio Silva, foi decisiva para que fossem efetivamente removidos os últimos obstáculos, por parte dos rebeldes, à definição do acordo de paz. Assim, aceitando Assis Brasil a nova proposta apresentada pelo governo federal, em 14 de dezembro de 1923 foi assinado o Tratado de Pedras Altas, ratificado no dia seguinte por Borges de Medeiros. De todas as exigências apresentadas pelos rebeldes, o Tratado de Pedras Altas só não contemplou a deposição imediata do presidente gaúcho, a quem, no entanto, ficaram vedadas novas reeleições. Ficavam aceitas também exigências como o fim do voto às claras e a nomeação dos vice-presidentes e vice-intendentes municipais.

Segundo Hégio Trindade, a Revolução Gaúcha de 1923 foi responsável pela institucionalização da oposição liberal, que até então ocupava um espaço marginal em relação ao sistema político dominante. Já em janeiro de 1924, as Oposições Coligadas – representadas por federalistas, democratas e republicanos dissidentes, e tendo como principais líderes João Batista Luzardo, Plínio Casado, Augusto Simões Lopes Filho e Raul Pilla – se uniram formalmente na Aliança Libertadora, sob a liderança de Assis Brasil, para lutar pela liberdade política, baseada no princípio representativo, e dar combate à

situação dominante no Rio Grande do Sul.

Por outro lado, o Pacto de Pedras Altas não chegou a promover a total pacificação no estado: sentindo-se ainda perseguidos por Borges de Medeiros, muitos dos elementos oposicionistas passaram a ingressar no Exército ou a estabelecer ligações com a jovem oficialidade revolucionária, isto é, o grupo dos “tenentes”. Essas insatisfações acabariam confluindo com as rebeliões tenentistas que grassavam o país desde 1922.

Regina da Luz Moreira

FONTES: ABREU, A. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Partido Republicano Rio-grandense (verbetes temáticos); CARONE, E. *República Velha*; FERREIRA FILHO, A. *História*; FERREIRA FILHO, A. *Revoluções*; FRANCO, S. *Júlio*; LOVE, J. *Regionalismo*; MENDES JÚNIOR, A.; MARANHÃO, R. *República* (v.2,3); MOREIRA, R. *Assis Brasil* ; MOREIRA, R. *Borges de Medeiros*; PECHMAN, R. *Setembrino*; PESAVENTO, S. *Política* (n. 6, p. 273-295); PESAVENTO, S. *República* (p. 193-228); SILVA, H. 1922. TRINDADE, H. *Aspectos*.

RIBAS, Gumerindo Taborda

*dep. fed. RS 1912-1923.

Gumerindo Taborda Ribas nasceu em Tatuí (SP), filho do coronel Engrancio Ortiz Taborda Ribas e de Maria Eulália Amaral Ribas.

Fez os estudos preparatórios no Colégio dos Padres Jesuítas, em São Leopoldo (RS), e no Instituto Brasileiro, em Porto Alegre. Ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, mas abandonou o curso. Mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, bacharelando-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro em 1898. Depois de formado, foi nomeado juiz de direito no Rio Grande do Sul, cargo que exerceu por 14 anos, licenciando-se para assumir seu mandato como deputado federal.

Ingressou na política filiando-se ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), então liderado por Borges de Medeiros, ex-presidente do estado (1898-1908) em cuja legenda foi eleito, em janeiro de 1912, deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro em maio desse ano e foi reeleito em 1915, 1918 e 1921 para mais três mandatos seguintes, permanecendo na Câmara dos Deputados até dezembro de 1923, quando se encerraram o seu último mandato e a legislatura. Durante esse período abriu banca de advogado na cidade do Rio de Janeiro.

Colaborou em diversos jornais no Rio Grande do Sul, principalmente em *A Federação*, órgão oficial do PRR, e publicou vários trabalhos na *Revista de Direito do Rio de Janeiro*. Era casado com Rosa Pradel.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AITA, C.; AXT, G.; ARAÚJO, V. *Parlamentares*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; *Registro de casamento da Catedral* (l.11, p. 43).

RIBEIRO JÚNIOR, ALFREDO AUGUSTO

*militar; rev. 1924; dep. fed. AM 1935-1937.

Alfredo Augusto Ribeiro Júnior nasceu no dia 29 de abril de 1889, filho de Alfredo Augusto Ribeiro.

Cursou a Escola de Guerra de Porto Alegre, onde sentou praça em março de 1908. Aspirante a oficial em janeiro de 1911, foi promovido a segundo-tenente em outubro de 1915 e a primeiro-tenente em abril de 1920, quando fazia os cursos de infantaria e cavalaria. Em março de 1924 foi transferido para o 27º Batalhão de Caçadores, sediado em Manaus.

Liderou, em 23 de julho de 1924, uma rebelião no Amazonas em apoio à revolta tenentista deflagrada 18 dias antes em São Paulo e depois em Sergipe em oposição ao governo do presidente Artur Bernardes. Ao lado de seus companheiros, sublevou a guarnição local do Exército e depôs o governador interino Turiano Meira, substituto de César do Rego Monteiro, que se encontrava no exterior. Os rebeldes instituíram então um governo militar — cuja chefia foi entregue a Ribeiro Júnior —, nomearam novos membros para os postos de administração e lançaram um manifesto ao povo amazonense explicando os motivos da revolta e os atos do novo governo, documento que foi publicado no dia seguinte no *Jornal do Povo*, o porta-voz do levante. Editaram ainda o jornal *A Liberdade*. Baixaram também um decreto criando o Imposto de Redenção, que consistia em levantar do Banco do Brasil parte dos depósitos pertencentes aos “decaídos”, que eram quantos tivessem contribuído para a manutenção da ordem anterior. Expropriaram por fim o mercado e o matadouro da firma inglesa Manaus Market, postos sob a responsabilidade do novo governo de Manaus.

Em 28 de agosto o general João de Deus Mena Barreto chegou à capital amazonense comandando uma expedição federal. Ao desembarcar, dirigiu-se ao palácio Rio Negro e mandou prender Ribeiro Júnior, que não ofereceu maior resistência. Assumiu o governo militar o coronel Raimundo Barbosa em 31 de agosto de 1924, pondo fim à revolta. Ribeiro Júnior foi condenado a três anos e nove meses de prisão pelo conselho da Justiça Militar da 8ª Região Militar (8ª RM), sediada em Belém. Transferido em 1926 para a prisão militar da ilha Grande, no litoral do Rio de Janeiro, foi solto em fevereiro de 1927 e, em julho seguinte, foi reincorporado ao 27º Batalhão de Caçadores. Anistiado após a vitória da

Revolução de 1930, obteve sua promoção a capitão com validade retroativa a janeiro de 1926.

Em maio de 1933 candidatou-se a deputado pelo Amazonas à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da coligação entre os partidos Trabalhista e Liberal, obtendo uma suplência. Conseguiu eleger-se em outubro de 1934 deputado federal pelo Amazonas, ainda na legenda da Aliança Trabalhista Liberal. O Partido Liberal do Amazonas, ao qual pertencia, era uma tradicional organização oposicionista no estado, defensora do federalismo e do voto proporcional e preocupada com os problemas de colonização de terras devolutas. Seu órgão oficial era o jornal *A Nação*. Exerceu o mandato de maio de 1935 a novembro de 1937, quando, com a instauração do Estado Novo, os órgãos legislativos do país foram suprimidos. Retornou então ao serviço ativo do Exército, sendo classificado na 7ª RM, sediada em Recife. Em maio de 1938 foi transferido para o 6º Batalhão de Caçadores, em Itapemiri (GO).

Faleceu em 29 de junho de 1938.

FONTES: ASSEMBL. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); BITTENCOURT, A. *Dicionário*.; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; *Diário do Congresso Nacional*.

RIBEIRO, Antônio José da Costa

*dep. fed. PE 1912-1917 e 1921-1930.

Antônio José da Costa Ribeiro nasceu em Pernambuco no dia 10 de junho de 1863, filho de Antônio José da Costa Ribeiro. Seu pai e homônimo foi advogado e político em Pernambuco durante o Império.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife no ano de 1884. Depois de formado, foi nomeado promotor em Pernambuco, onde também advogou. Durante o Império, defendeu a causa republicana. Depois que o marechal Deodoro da Fonseca, sustentado por setores do Exército e por civis, depôs o gabinete de ministros do Império chefiado pelo visconde de Ouro Preto e instalou o regime republicano em 15 de novembro de 1889, passou a militar no Partido Republicano Pernambucano, ao lado de José Isidoro Martins Júnior.

Em 1911 colaborou intensamente na campanha que culminou com a eleição de Emídio Dantas Barreto para a presidência do estado de Pernambuco (1911-1915). Nesse contexto, foi eleito deputado federal em 1912 e reeleito em 1915. Durante o segundo mandato, foi primeiro secretário da mesa diretora e também fez parte das comissões de Instrução Pública, Obras e Viação e Finanças da Câmara dos Deputados. Concluiu o mandato em dezembro de 1917.

Voltou a ocupar uma cadeira na Câmara em 1921, quando foi novamente eleito deputado federal por Pernambuco. Sucessivamente reeleito até 1930, teve o mandato interrompido em outubro desse ano com a vitória da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

RIBEIRO, Aquino

*dep. fed. MT 1903-1905.

João de Aquino Ribeiro nasceu em Alagoas.

Bacharelou-se em direito pela Faculdade do Recife e exerceu a magistratura em Mato Grosso.

Ingressando na política, foi eleito deputado federal por Mato Grosso em 1903. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, e exerceu seu mandato até dezembro de 1905, quando se encerrou a legislatura.

Casou-se com uma das filhas de Antônio Pais de Barros, conhecido como Totó Pais, que foi presidente de Mato Grosso, assassinado em 1906.

João Edson Fanaia

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; CÂM. DEP. Deputados brasileiros.*

RIBEIRO, Artur

* magistrado; min. STF 1923-1936.

Artur Ribeiro de Oliveira nasceu na província de Minas Gerais no dia 12 de junho de 1866, filho de Joaquim Ribeiro de Oliveira e de Adelina Ribeiro de Oliveira.

Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1888, no ano seguinte iniciou a carreira na magistratura como promotor público da comarca de Entre Rios, na província do Rio de Janeiro. Em março de 1892, transferiu-se para Caeté, em Minas Gerais, tornando-se o primeiro juiz de direito da comarca. Em junho de 1895 foi removido mais uma vez para a comarca de Entre Rios, agora no posto de juiz de direito.

Em 1903 foi nomeado pelo presidente de Minas Gerais, Francisco Antônio de Sales, procurador-geral do estado. Em 1907 deixou essa função para tomar assento, como desembargador, no Tribunal da Relação – corte de segunda instância que, em Minas Gerais, não modificou sua denominação vinda do tempo do Império. Foi presidente desse tribunal entre 1919 e 1923. Em julho desse ano foi nomeado pelo presidente Venceslau Brás ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), preenchendo vaga surgida com falecimento de Alfredo Pinto, nome também ligado ao estado de Minas Gerais. Foi, ainda, lente da cadeira de direito penal da Faculdade de Direito de Belo Horizonte.

Faleceu no exercício de suas funções em 24 de março de 1936, na cidade do Rio de Janeiro. Foi casado com Maria Eugênia Ribeiro de Oliveira.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>

RIBEIRO, Bento

* militar; pref. DF 1910-1914.

Bento Manuel Ribeiro Carneiro Monteiro nasceu em Jaguarão (RS) em 1856.

Seguiu a carreira militar, chegando a general. Quando da posse do marechal Hermes da Fonseca na presidência da República, em 15 de novembro de 1910, foi nomeado prefeito do Distrito Federal, sucedendo a Serzedelo Correia.

Ao tomar posse na prefeitura, implantou um programa rigoroso de contenção de despesas, na tentativa de estabilizar as finanças municipais. Conseguiu autorização da Intendência Municipal para unificar e consolidar a dívida flutuante, deu continuidade às obras iniciadas e desenvolveu algumas, tentando respeitar as limitações financeiras com se deparou. No entanto, com o passar do tempo, suavizou o programa de redução de despesas e gerou gastos, deixando para o sucessor um déficit igual ao que encontrara.

A instrução pública no Distrito Federal era na época bastante deficiente. De acordo com levantamento realizado em 1906, durante o mandato do prefeito Pereira Passos, 52,46% das crianças da capital federal eram analfabetas. Com 37.899 alunos matriculados em 1906, o Rio de Janeiro deveria contar com cerca de 1.263 escolas, porém havia somente 282. De 1906 até 1910 a população em idade escolar cresceu, e com ela o problema da instrução pública primária da cidade. Apesar de todos esses fatores, Bento Ribeiro não deu especial ênfase à questão da instrução. Deu porém grande contribuição à cultura, concedendo à Biblioteca Municipal autonomia administrativa. Com a transferência da Escola Normal para um novo edifício construído no Estácio, sua antiga sede foi restaurada para que a Biblioteca Municipal fosse ali instalada, podendo voltar-se para as suas finalidades e organizar seus serviços e livros.

Sensível à má remuneração do funcionalismo municipal, Bento Ribeiro defendeu junto ao Legislativo o aumento dos vencimentos dos funcionários. Também reduziu a jornada de trabalho dos empregados no comércio e regularizou a venda avulsa de jornais, revistas e periódicos; foi um dos primeiros políticos brasileiros a tratar de questões referentes às condições de trabalho.

Tentou concretizar um projeto não realizado de Pereira Passos, a criação de um Parque Zoológico, mas não dispunha de terreno apropriado. O parque da Quinta da Boa Vista, após

ter sido remodelado e incorporado ao patrimônio da prefeitura, foi cotado para abrigar o Zoológico. Entretanto, tal projeto somente seria realizado anos mais tarde, na gestão do prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945). No setor de jardins, a sua administração foi especialmente eficiente, conservando e repondo árvores em locais públicos.

Deu continuidade às obras de viação iniciadas na administração anterior, bem como à conservação e melhoramento de alguns logradouros públicos, com a pavimentação de ruas, conservação de estradas e caminhos, construção de muralhas de sustentação, obras contra inundações, canalizações de rios, construção de galerias de águas pluviais, bueiros, pontes etc. Em março de 1913, a ressaca do mar causou sérios prejuízos à cidade. Coube ao prefeito realizar as obras de reparo, principalmente na avenida Beira-Mar, no Flamengo, na praia de Botafogo e na antiga praia da Saudade, faceando a avenida Pasteur. Em 1914, urbanizou a área do forte de Copacabana, no promontório em que se situava a Igrejinha de Copacabana, posteriormente demolida. Firmou com a Companhia Mercado Municipal o contrato de exploração do Mercado da rua Dom Manuel e a utilização da respectiva doca, e autorizou a Companhia Jardim Botânico a prolongar as linhas de bondes de Ipanema até o Leblon.

Durante todo o período em que esteve à frente da prefeitura, lançou um empréstimo interno de 20 milhões de cruzeiros, destinado a custear as obras que provavelmente seriam iniciadas e a impedir as inundações da cidade.

Ao final do governo Hermes da Fonseca, em 15 de novembro de 1914, deixou a prefeitura, sendo substituído por Rivadávia Correia.

Faleceu no Rio de Janeiro em 28 de agosto de 1921.

Cláudia Mesquitta

FONTES: BERGER, P. *Dicionário*; REIS, J. *Rio de Janeiro*; TEIXEIRA, A. *Estrutura*.

RIBEIRO, Cândido Barata

* pref. DF 1892-1893; min. STF 1893-1894; sen. DF 1900-1909.

Cândido Barata Ribeiro nasceu na cidade de Salvador, capital da província da Bahia, no dia 11 de março de 1843, filho de José Maria Cândido Ribeiro e de Veridiana Barata Ribeiro.

Em 1853 transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império. Após a conclusão dos estudos preparatórios, matriculou-se na Faculdade de Medicina, onde se formou em ciências médicas e cirúrgicas em dezembro de 1867. No início da carreira clinicou na cidade de Campinas (SP), onde dirigiu o Serviço Médico e Cirúrgico do Hospital de Caridade e fundou uma escola para crianças pobres. Ainda na província de São Paulo, exerceu o cargo de comissário vacinador. De volta à capital do Império, tornou-se professor da Faculdade de Medicina e atuou na campanha abolicionista e na propaganda republicana.

Com a proclamação da República (15/11/1889), iniciou sua trajetória política no Conselho de Intendência Municipal, órgão legislativo da cidade do Rio de Janeiro criado pelo Decreto nº 50 A, de 7 de dezembro de 1889 no lugar da Câmara de Vereadores, então extinta. Nomeado intendente pelo então presidente da República, marechal Floriano Peixoto, assumiu a presidência do Conselho Municipal no dia 12 de abril de 1892. Mantendo estreita ligação com o governo federal, teve uma atuação marcada por incidentes que o incompatibilizaram com os intendentess e por atos que, contrariando interesses econômicos de comerciantes e empresários da cidade, geraram críticas desses setores. Apesar da oposição enfrentada, após a promulgação da Lei Orgânica do Distrito Federal, nº 85, de 20 de setembro de 1892, foi nomeado em dezembro seguinte primeiro prefeito do Distrito Federal.

À frente da prefeitura, elegeu como prioridade o desenvolvimento de políticas voltadas para as questões da higiene e saúde, combatendo estalagens e cortiços da cidade considerados insalubres. As relações com os novos legisladores locais, eleitos com início da vigência da Lei Orgânica do Distrito Federal, também foram tumultuadas, em função da

tendência à absorção de prerrogativas do Legislativo pelo Executivo. Em sua gestão, surgiram ainda protestos de proprietários e arrendatários de prédios contra as medidas adotadas visando ao aumento das receitas municipais.

Sua permanência na prefeitura da cidade do Rio de Janeiro durou apenas cinco meses. Em 22 de maio de 1893, seu nome foi rejeitado pelo Senado, instituição responsável pela sanção da escolha presidencial. O parecer da Câmara Alta apontou a incompatibilidade de exercício do cargo, prevista no artigo 22 da Lei Orgânica do Distrito Federal, já que Barata Ribeiro havia exercido anteriormente a presidência do Conselho Municipal.

Fora da prefeitura, em outubro de 1893 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e em 25 de novembro seguinte tomou posse. Submetida sua nomeação ao Senado, em sessão secreta de 24 de setembro de 1894, a exemplo do ocorrido anteriormente, a Câmara Alta negou sua aprovação, dessa vez com base em parecer da Comissão de Justiça e Legislação, que considerou desatendido o requisito de “notável saber jurídico.” Ao deixar o STF, retomou suas atividades profissionais na cidade, sem abandonar as atividades políticas. À frente do Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF), e ao lado do senador carioca Augusto de Vasconcelos, comandou a política no Distrito Federal até o início da primeira década do século XX. Essa ascendência sobre a política municipal foi garantida com a conquista de uma cadeira no Senado em eleição realizada em 30 de dezembro de 1899.

Reconhecido senador em maio de 1900, permaneceria no Senado até 1909. Embora não tenha feito parte de nenhuma comissão permanente no período, sua atuação foi destacada em algumas conjunturas. Empenhou-se na defesa de bandeiras como a autonomia do Distrito Federal, a garantia de direitos civis e políticos dos cidadãos, e o incentivo ao desenvolvimento de políticas públicas de proteção à indústria nacional e à infância desvalida. Durante o governo de Campos Sales (1898-1902), utilizou com frequência a tribuna para criticar o governo e as práticas do presidente relativas à política municipal. Em 1901, chegaria a afirmar que o Distrito Federal era o pior dos “burgos podres” e, no ano seguinte, que Brasil não era uma nação, pois estava submetido ao que chamava de “regime

da senzala”, ou seja, à vontade do presidente. Ainda em 1901, nas discussões sobre tarifas alfandegárias a serem praticadas pelo governo brasileiro, defendeu a proteção do Estado à indústria nacional como meio de baixar o preço final de determinados produtos ao consumidor. Na ocasião ressaltou as desiguais condições de produção dos industriais brasileiros em relação aos estrangeiros, sobretudo no tocante ao valor do capital e do trabalho.

Em 1902, criticou a criação do Gabinete Bromatológico na cidade do Rio, usando como argumento os gastos da iniciativa num contexto marcado pelo atraso no pagamento do funcionalismo municipal. Posicionou-se contra também a proposta de passagem dos serviços de higiene da esfera municipal para a federal, por entender que a ação comprometia a autonomia do Distrito Federal em matéria de saúde pública. No ano seguinte, denunciou ocorrências na política do Distrito Federal, como o adiamento das eleições. Na discussão do projeto do Senado nº 14, que estabelecia a obrigatoriedade da identificação antropométrica par todos os cidadãos que dessem entrada na Casa de Detenção, defendeu os direitos civis e políticos e as garantias individuais. Apresentando projeto de lei alternativo sobre a matéria, propôs a identificação apenas de réus condenados, após a sentença estabelecida, independentemente de sexo, cor, raça ou condição social. Seu projeto proibia ainda a exibição de retratos dos condenados.

Em 1904, durante a tramitação do projeto que tornava obrigatória a vacinação e revacinação contra a varíola em todo o país, censurou a proposição. Além de questionar a infalibilidade da vacina, argumentou que ela constituía uma investida contra os direitos e liberdades individuais. Na ocasião, aprofundando a crítica, acusou o prefeito Pereira Passos de ser um empregado do presidente da República que administrava o Distrito Federal de acordo com seus caprichos. Defenderia, mais adiante, a revogação da vacina, para o restabelecimento da ordem social, e a abertura de créditos destinados à criação de institutos para a vacinação das pessoas que assim o desejassem.

Em 1905, nos debates sobre o projeto de lei que estabelecia a taxaço de prédios de instituições de caridade e beneficência, questionou a proposta, destacando a importância de

instituições dessa natureza no trabalho prestado à população e a inexistência de assistência pública no país. Na ocasião ressaltou que, ao mesmo tempo em que se tentava privar tais instituições de recursos para seu funcionamento, era construído na cidade um Teatro Municipal, destinado ao entretenimento de poucos. Denunciou ainda o estado sanitário do município e a existência do impaludismo.

Foi também autor do projeto de lei que aumentava os vencimentos dos agentes do Correio, em 1906, e do projeto que autorizava o governo, em 1907, a prestar à clínica pediátrica do Hospital de Misericórdia do Distrito Federal o mesmo auxílio concedido à clínica da Faculdade de Medicina. O objetivo era criar condições para a ampliação da prática discente e, ao mesmo tempo, dotar o hospital, que atendia à população pobre, de modernas condições de funcionamento. Ainda em 1907, criticou os mecanismos de valorização do café, defendendo sua substituição por medidas de estímulo à produção de gêneros de primeira necessidade para o barateamento do custo dessas mercadorias. Nos dois últimos anos de seu mandato no Senado, continuaria a defender a autonomia do Distrito Federal e a combater a subtração das prerrogativas do Legislativo local.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 10 de fevereiro de 1910.

Era casado com Ana Borges Barata Ribeiro.

Publicou: *Das causas e tratamento da retenção de urina; Quais as medidas sanitárias para impedir o desenvolvimento e a propagação da febre amarela no Rio de Janeiro* (tese do concurso para docente da Faculdade de Medicina); *Relatório sobre a questão médico-legal Castro-Malta* (1885); *Discursos na Faculdade de Medicina* (1867 e 1887); *Segredo do lar* (drama em quatro atos, 1881); *Mulheres que morrem, O soldado brasileiro, A mucama, O divórcio; Propaganda abolicionista; Ofício dirigido ao ministro do Interior sobre o projeto da conferência para levantamento da planta da catedral do Distrito Federal* (1892); *Exposição de motivos sobre a suspensão do ato do Conselho Municipal acerca do concurso para escolas municipais; Discursos no Senado Federal* (1900 a 1908).

Surama Conde Sá Pinto

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; Assistência pública*; BARATA, A. *Vida* (p. 24-25); BARATA, C.; BUENO, A. *Dicionário*; BASTOS, A. *Conselho*; BLAKE, A. *Diccionario*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; REIS, J. *Rio de Janeiro*; SANTOS, N. *Esboço*; SENADO. *Anais* (1900-1909); WEID, E. *Prefeito*.

RIBEIRO, Cardoso

* magistrado; min. STF 1927-1932.

Francisco Cardoso Ribeiro nasceu em Cachoeira, na província de São Paulo, no dia 17 de maio de 1876.

Em 1895, tornou-se bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Iniciou a carreira na magistratura no ano seguinte, ao ser nomeado promotor público de Pindamonhangaba. Nomeado juiz de direito em 1896, atuou nas comarcas de Campos Novos de Paranapanema, Santa Cruz do Rio Pardo, Taubaté, Atibaia e Campinas. Em 1920, sob o governo de Washington Luís em São Paulo, foi nomeado secretário da Justiça e Segurança Pública. Promoveu a reforma judiciária do estado em 1921, introduzindo o concurso para ingresso na magistratura, além de outras medidas de caráter progressista como a supressão das custas e a abolição dos despachos remunerados. Terminado o governo de Washington Luís, deixou a secretaria. Entre 1924 e 1927 atuou como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, assumiu a vara de menores da capital paulista e a seguir foi nomeado ministro do Tribunal de Justiça. Nessa corte, atuou na Câmara Criminal.

Em abril de 1927 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) por Washington Luís, então presidente da República, na vaga proveniente da aposentadoria de Guimarães Natal. No exercício de suas funções no STF, faleceu em 16 de maio de 1932, na cidade do Rio de Janeiro.

Foi casado com Eponina Cardoso Ribeiro.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.

RIBEIRO, Carlos Leite

*dep. fed. DF 1900-1902; pref. DF 1902; dep. fed. DF 1905.

Carlos Leite Ribeiro nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 5 de abril de 1858.

Em 1897, recebeu a patente de tenente-coronel da Guarda Nacional. No ano seguinte foi nomeado delegado da 7ª Circunscrição Policial do Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, e de 1899 a 1902 foi intendente do Conselho Municipal. Em 1900, foi eleito deputado federal. Exerceu seu mandato na Câmara dos Deputados de 22 de junho de 1900 a setembro de 1902, quando foi nomeado prefeito do Distrito Federal pelo então presidente da República Campos Sales (1898-1902), substituindo Joaquim Xavier da Silveira Júnior.

Ao assumir a prefeitura em 27 de setembro de 1902, alterou algumas leis municipais relativas às questões de higiene e segurança pública e executou melhoramentos na cidade, como a reforma do calçamento da rua do Ouvidor. O Rio de Janeiro era então o centro político, econômico e social do país e, no contexto da *belle époque*, o *glamour* carioca estava concentrado na pequena rua, ponto de encontro da elite, por onde desfilavam os elegantes, cultos e ricos. Fechando a longa lista de prefeitos dos anos iniciais da República, encerrou sua gestão em 29 de dezembro de 1902. No dia seguinte, nomeado pelo novo presidente da República, Rodrigues Alves (1902-1906), que tomara posse em novembro, o engenheiro Francisco Pereira Passos iniciou sua administração, inaugurando nova fase na história da cidade.

Em 1905, foi novamente eleito deputado federal pelo Distrito Federal, ocupando uma cadeira na Câmara de 12 de maio a 31 de dezembro, quando se encerrou a legislatura de 1905.

O Decreto de nº 2.875, de 16 de junho de 1926, criou a rua Leite Ribeiro, no bairro do Méier, em sua homenagem.

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 14 de fevereiro de 1945, em sua residência na rua Bento Lisboa.

Izabel Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ARQ. NAC. Disponível em: <www.arquivonacional.gov.br>; ASSEMB. LEGISL. RJ. *Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense*: Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/memoria/historia>>; BLAKE, A. *Diccionario* (v. 2); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* CÂM. DEP. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>>; CASTRO, J. *Milícia*; *Grande. encic. Delta Larousse*; REIS, J. *Rio de Janeiro*; SOUSA, J. *Índice*.

RIBEIRO, Demétrio

*min. Agric. 1889-1890; const. 1891; dep. fed. RS 1891-1893.

Demétrio Nunes Ribeiro nasceu em Rio Grande (RS) no dia 4 de junho de 1855. Em muitos de seus textos jornalísticos, usou o pseudônimo de *Gaúcho Velho*.

Fez seus primeiros estudos no Rio Grande do Sul e formou-se pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde foi aluno de André Rebouças, Paula Freitas e Saldanha da Gama, e colega de Antônio de Faria e Paulo de Frontin. Enquanto estudante, trabalhou como professor. Depois de formado, foi nomeado engenheiro auxiliar do barão de Capanema, encarregado geral das linhas telegráficas do Rio Grande do Sul, e trabalhou também na estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguaiana.

Participou da fundação do Clube Republicano de Porto Alegre, organizando a agremiação em todo o Rio Grande do Sul, juntamente com Assis Brasil, Barros Cassal, Venâncio Aires, Júlio de Castilhos, A. Osório, Eduardo Lima, Alcides Mendonça Lima, Homero Batista e outros. Do clube saiu a circular de convocação para a Convenção Republicana marcada para 1882. Assinaram a circular, além dele, Felicíssimo Manuel de Azevedo, Apolinário Porto Alegre, Luís Lesseigneur e Ramiro Barcelos. Na convenção, foi fundado o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), em 23 de fevereiro de 1882, e Demétrio Ribeiro tornou-se um de seus primeiros filiados. Por suas atividades partidárias, também foi redator do jornal *A Federação*, órgão oficial do partido. Em muitos de seus textos defendeu a doutrina positivista.

Depois da proclamação da República (15/11/1889), foi convidado pelo governo provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca para assumir o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 7 de dezembro de 1889. Em 9 de dezembro, apresentou projeto de lei de separação entre a Igreja e o Estado, que foi ampliado com a secularização dos cemitérios e do casamento civil, proposta em 16 de dezembro seguinte. O intenso trabalho realizado no ministério pode ser observado na permanência da concessão da estrada de Itararé a Santa Maria, na ligação das estradas de ferro do Norte com o Sul, no

plano de viação do Brasil e na defesa da Marinha Mercante. Em 31 de janeiro de 1890 deixou o ministério, em protesto contra o decreto de 17 de janeiro, baixado pelo Ministro da Fazenda, que criava os bancos emissores estaduais. Nesse mesmo ano, tornou-se diretor do jornal *O Rio Grande*, de Porto Alegre, cargo que ocuparia pelos três anos seguintes. Ainda em 1890 foi eleito, em setembro, deputado constituinte, e assumiu sua cadeira em 15 de novembro, quando foi instalado o Congresso Nacional Constituinte no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal. Promulgada a nova Carta constitucional em 24 de fevereiro de 1891, em maio seguinte passou a exercer o mandato ordinário.

No Rio Grande do Sul, eleito pela Constituinte estadual, Júlio de Castilhos assumiu a presidência do estado em 15 de julho de 1891. Em 3 de novembro, diante das dificuldades políticas que enfrentava, o marechal Deodoro da Fonseca decidiu fechar o Congresso Nacional, provocando protestos em vários pontos do país. Júlio de Castilhos de início não se manifestou, mas no dia 12 de novembro acabou por declarar-se a favor de Deodoro. No dia seguinte foi obrigado a renunciar, entregando o poder a uma junta governativa formada por Assis Brasil, João de Barros Cassal e o general Domingos Barreto Leite. Em 23 de novembro, diante da ameaça de oficiais da Marinha de bombardear o Rio de Janeiro, o próprio Deodoro renunciou à presidência da República, sendo substituído pelo vice-presidente marechal Floriano Peixoto.

Demétrio Ribeiro, também membro do PRR, aspirava a suceder a Júlio de Castilhos. Não tendo, porém, força eleitoral para impor sua candidatura, abriu uma dissidência e, unindo-se a elementos do antigo Partido Liberal, dirigido no Império por Gaspar Silveira Martins, formou uma nova agremiação: o Partido Federalista Brasileiro, fundado em Bajé em 31 de março de 1892. Ainda em 1892, Júlio de Castilhos voltou a ser eleito presidente do Rio Grande do Sul. Tomou posse em 25 de janeiro de 1893, e no mês seguinte seus adversários iniciaram uma guerra civil, conhecida com o nome de Revolução Federalista, que só terminaria em 1895, vencida pelos aliados de Castilhos.

Em dezembro de 1893, ao concluir seu mandato de deputado federal, Demétrio Ribeiro encerrou sua carreira política e passou a viver em Paris a maior parte do tempo. Em 1897,

auxiliou a administração de Pais de Carvalho, no Pará, realizando estudos para o porto de Belém. Também participou da construção do porto de Recife, que teve as obras iniciadas em 1909 e foi inaugurado em setembro de 1918. A convite do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922), chefiou a delegação brasileira à Conferência Internacional de Comunicações e de Trânsito promovida pela Liga das Nações após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Foi também professor da Escola Normal de Porto Alegre.

Faleceu no Rio de Janeiro em 9 de dezembro de 1931.

Publicou *Curso elementar de aritmética – 1ª parte* (1881); *Curso elementar de aritmética – 2ª parte* (1882); *Pelo Rio Grande (Cartas abertas) – de 23.5 a 28.9 1923* (assinado por Gaúcho Velho) e *Convenção Republicana de 23 de fevereiro* (discursos de F. M. Azevedo, Apelles Porto Alegre, Demétrio Ribeiro, Luis L. Faria e Ramiro Barcelos, 1882).

Raimundo Helio Lopes/ Izabel Noll

FONTES: AITA, C.; AXT, G.; ARAÚJO, V. *Parlamentares*; ABRANCHES, J. *Governos*; BELOCH, I.; ABREU, A. *Dicionário*; ESTEVES, A. *Demetrio*; SACRAMENTO, B. *Diccionario*.

RIBEIRO, Eduardo Gonçalves

*militar; gov. AM 1890-1891 e 1892-1896.

Eduardo Gonçalves Ribeiro nasceu em São Luís do Maranhão em 18 de setembro de 1862.

Na juventude ligou-se ao movimento republicano em torno do jornal maranhense *O Pensador*, de orientação positivista. Em 1887 chegou a Manaus, onde serviu como tenente do Exército. Já na República, em 1890, foi convidado por Augusto Ximeno de Villeroy, que em 4 de janeiro tomou posse como governador do Amazonas, para compor a alta administração do estado como chefe de seu gabinete. Em 2 de novembro, quando Villeroy deixou o cargo e se transferiu para o Rio de Janeiro, substituiu-o no governo.

Em 13 de março de 1891 outorgou a primeira Constituição Política do Amazonas, que deveria ser submetida ao primeiro Congresso do estado. Seis meses após sua chegada ao governo, no dia 4 de abril de 1891, foi afastado, mas retornou no dia 12 seguinte, pela vontade popular expressa em manifesto assinado por 363 nomes entre os de maior influência em Manaus. Permaneceu no governo até o dia 5 de maio, quando chegou a Manaus, vindo do Rio de Janeiro, o capitão de fragata José Inácio Borges Machado, com ordem de dar posse ao vice-governador Guilherme José Moreira, barão de Juruá. Este deveria permanecer no governo apenas enquanto vinha da capital um interventor federal.

Após uma fase de instabilidade, em que se sucederam vários administradores, em 1892 Eduardo Ribeiro foi reconduzido ao posto de governador, com o apoio do então presidente da República Floriano Peixoto (1891-1894), em substituição a José Inácio Borges Machado, que por sua vez substituíra interinamente Taumaturgo de Azevedo, intimado a deixar o governo no dia 26 de fevereiro. Empossado em 11 de março, dissolveu o Congresso Legislativo e convocou novo Congresso Constituinte, que promulgou a Constituição estadual de 23 de julho de 1892, garantindo sua permanência no governo por mais quatro anos. Em fevereiro de 1893 sofreu uma tentativa de golpe por parte de um grupo de oposição liderado pelo major Tristão e apoiado pelo Partido Nacional de Constantino Nery. Após um enfrentamento armado, conseguiu manter-se no poder e enviar alguns revoltosos para Belém, embora Constantino Nery tenha permanecido em Manaus.

Em 1894 iniciou a construção do Palácio da Justiça, através de concessão à firma inglesa

Moers & Moreton. A obra ficou paralisada durante alguns meses, até que um novo contrato com José Gomes da Rocha garantiu sua inauguração em 1900, já no governo de Ramalho Júnior (1898-1900). Foi também durante seu governo que as obras do Teatro Amazonas, paradas desde 1886, foram reiniciadas e fortemente impulsionadas. A inauguração do edifício ficaria a cargo de seu sucessor Fileto Pires Ferreira (1896-1898).

A seu pedido, no dia 17 de agosto de 1895, o Congresso dos Representantes do Estado do Amazonas reformou a Constituição estadual. A última Constituição amazonense do século XIX estabeleceu a eleição de governador e vice-governador por sufrágio direto e voto aberto em todo o estado. Seu segundo governo chegou ao fim em 23 de julho de 1896.

Faleceu na cidade de Manaus em 14 de outubro de 1900.

Maria Eugenia Bertarelli

FONTES: Bib. Virtual do Amazonas. Disponível em: <<http://www.bv.am.gov.br>>. Acesso em: 21/2/2010; CASA CIVIL. GOV. AM.. Disponível em: <<http://www.casacivil.am.gov.br>>. Acesso em: 28/2/2010; REIS, A. *Historia*; SOUZA, A.; MENEZES, A.; COELHO, J. *Amazônia*; TRIB. JUST. AM. Disponível em: <<http://www.tjam.jus.br>>. Acesso em : 20/2/2010.

RIBEIRO, FRANCISCO CARDOSO

*magistrado; min. STF 1927-1932.

Francisco Cardoso Ribeiro nasceu em Cachoeira (SP) no dia 17 de maio de 1876.

Concluiu o curso preparatório no Colégio São José, em Campo Belo (MG), e matriculou-se em seguida na Faculdade de Direito de São Paulo, onde se diplomou em 1896. Logo após a formatura foi nomeado promotor público, sendo promovido a juiz de direito em 1904. Como promotor e juiz, atuou em diversas comarcas do interior do estado de São Paulo, fixando-se afinal em Taubaté (1909-1917), de onde saiu para assumir a 2ª Vara de Campinas.

Com a eleição de Washington Luís para a presidência de São Paulo, foi nomeado secretário de Justiça e Segurança Pública do estado em 1º de maio de 1920, abandonando temporariamente a magistratura. Na secretaria, promoveu a reforma judiciária de São Paulo, instituindo o concurso para o ingresso na magistratura, a substituição dos juízes togados, a supressão das custas e a abolição dos despachos remunerados. Terminado o governo de Washington Luís (1924) foi nomeado ministro do Tribunal de Contas do estado, mas deixou o cargo quando foi criada a Vara de Menores da cidade de São Paulo, que foi o primeiro a ocupar. Logo, porém, foi nomeado para uma das vagas do Supremo Tribunal de Justiça de São Paulo.

Em 1927, Washington Luís, então presidente da República, nomeou-o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Cardoso Ribeiro tomou posse no dia 25 de maio de 1927, e permaneceu no cargo até a morte.

Em meio a sérias perturbações psicológicas, suicidou-se no dia 16 de maio de 1932 em sua residência, no Rio de Janeiro, tendo sido sepultado em Taubaté.

FONTES: BALEEIRO, A. *Supremo*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Correio da Manhã* (17/5/1932); COSTA, E. *Grandes*; *Jornal do Brasil* (17/5/1932); *Jornal do Comércio*, Rio (17/5/1932); LAGO, L. *Supremo*; LEITE, A. *História*; MACEDO, R. *Efemérides*.

RIBEIRO, Humberto Martins

*pres. GO 1929-1930.

Humberto Martins Ribeiro nasceu no estado de Alagoas em 1898, filho de Francisco Ferreira Martins Ribeiro e de Maroquinha Martins Ribeiro.

Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e, transferindo-se para Goiás, aí se elegeu deputado estadual na legenda do Partido Democrata, para a legislatura de 1917 a 1920. Sempre pelo Partido Democrata, em 2 de março de 1929, enquanto Alfredo Lopes de Moraes era eleito presidente do estado, foi eleito primeiro vice-presidente. Em dezembro de 1929, assumiu o governo em virtude do afastamento do titular, até março de 1930, quando este retomou suas funções. Em agosto de 1930, diante de novo afastamento de Alfredo de Moraes, assumiu novamente a presidência do estado e permaneceu no cargo até outubro, quando, com a vitória da Revolução de 1930, todos os governantes estaduais foram substituídos por interventores.

Em 1934 candidatou-se a deputado federal pelo estado de Goiás, na Coligação Libertadora, mas não teve êxito. Em 1936 formou-se pela Faculdade de Direito de Goiás.

Faleceu em Goiás no dia 27 de abril de 1947.

Solteiro, não teve filhos.

Adrianna Setemy

FONTES: Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>; SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1611&li=33&lcab=1924-1926&lf=33>. Acesso em: 7/12/2010.

RIBEIRO, Jair Dantas

*militar; rev. 1924; comte. III Ex. 1962-1963; min. Guerra 1963-1964.

Jair Dantas Ribeiro nasceu em São José de Mipibu (RN) no dia 11 de dezembro de 1900, filho de Miguel Ribeiro e de Júlia Ribeiro.

Órfão de pai e mãe desde cedo, transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, com o desejo de ser militar. Em janeiro de 1918 sentou praça na 4ª Campanha de Estabelecimentos, matriculando-se meses depois na Escola Militar do Realengo, que o declarou aspirante-a-oficial em janeiro de 1921. Promovido a segundo-tenente em maio desse mesmo ano, ainda em 1921 serviu no 10º Regimento de Infantaria (10º RI), em Juiz de Fora (MG), e em 1922 no 1º RI, na Vila Militar do Rio de Janeiro. No final de outubro de 1922 foi promovido a primeiro-tenente, sendo designado a seguir instrutor da Escola de Sargentos de Infantaria, também no Rio.

Participou da Revolta de 5 de Julho de 1924, em São Paulo. Deflagrado em Sergipe, no Amazonas e em São Paulo, esse movimento fez parte do ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920. A rebelião foi dominada com rapidez nos dois primeiros estados, mas em São Paulo, os rebeldes, comandados pelo general Isidoro Dias Lopes, ocuparam a capital por três semanas, abandonando então a cidade e deslocando-se para o interior. Em abril de 1925, no oeste do Paraná, esse grupo fez junção com o contingente revolucionário que sublevara, em outubro de 1924, unidades militares no Rio Grande do Sul, constituindo dessa forma a Coluna Prestes. Dantas Ribeiro, apesar de haver participado do movimento de 1924, não se aliou à ala radical voltando às fileiras do Exército.

Saiu da Escola de Sargentos de Infantaria em março de 1927 para cursar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, que deixou em dezembro, classificando-se em terceiro lugar em sua arma. Entre 1928 e 1930, durante o governo de Washington Luís, foi ajudante-de-ordens do ministro da Guerra, general Nestor Sezefredo dos Passos. Com a vitória da Revolução de 1930 em outubro, ficou até dezembro seguinte sem função. Serviu no 5º RI, sediado em Lorena (SP), de fevereiro de 1931 a março de 1932, quando foi promovido a capitão. Ainda neste último ano matriculou-se na Escola de Estado-Maior, no Rio de Janeiro. Colega de turma dos capitães Humberto Castelo Branco e Artur da Costa e Silva, concluiu o curso em 1934, obtendo o segundo lugar nas provas finais.

No ano seguinte estagiou no Estado-Maior do Exército (EME), também no Rio de Janeiro, e, ainda em 1935, passou a servir em Bajé (RS). De janeiro a março de 1936 atuou como adjunto do gabinete da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional (CSN), sendo promovido a major em dezembro de 1937, um mês após o advento do Estado Novo. A partir desse ano ficou à disposição da 4ª Seção (logística) do EME e, de 1938 ao ano seguinte, serviu no 10º RI, agora sediado em Belo Horizonte, tendo aí exercido a função de subcomandante do regimento.

Entusiasta da educação disciplinar da juventude, foi incumbido de dirigir, ainda em 1939, a Parada da Mocidade, comemoração anualmente organizada pelos órgãos oficiais durante o Estado Novo (1937-1945). Entre 1939 e 1942 voltou à Escola de Estado-Maior como instrutor adjunto do curso de infantaria e instrutor-chefe de tática de infantaria. Ainda nesse período foi chefe da 3ª Seção (operações) da Secretaria do CSN, onde permaneceria até julho de 1943. Em 1942, por portaria do ministro da Educação, foi nomeado secretário-geral da Juventude Brasileira, entidade criada nos moldes do fascismo italiano para concorrer com a União Nacional dos Estudantes (UNE), mas que não chegou a funcionar.

Promovido a tenente-coronel em abril de 1943, entre esse ano e 1944, durante a Segunda Guerra Mundial, foi comandante do 30º Batalhão de Caçadores (30º BC), em Fernando de Noronha, ocupando também entre janeiro e abril de 1944 o comando do Destacamento Misto e o governo do território. Logo após, retornou à Secretaria do CSN, chefiando a 1ª e a 2ª seções desse órgão. Promovido a coronel em setembro de 1945, deixou a Secretaria do CSN em janeiro de 1946 para assumir a chefia do gabinete de instrução do Centro de Aperfeiçoamento e Especialização de Realengo (CAER), função que exerceu até dezembro seguinte. Desse mês até fevereiro de 1947 comandou a Escola de Instrução Especializada, também em Realengo.

Ao deixar essa escola tornou-se comandante do Colégio Militar do Rio de Janeiro, cujas tradições restaurou, reorganizando o Esquadrão de Cavalaria, a Bateria de Artilharia e a Banda de Música. Deixou essa instituição de ensino militar em abril de 1952, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), para assumir a chefia do gabinete do ministro da Guerra, general Ciro do Espírito Santo Cardoso. Promovido a general-de-brigada em agosto do mesmo ano, em janeiro de 1953 foi designado

comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende (RJ), onde exerceu também as funções de diretor de ensino e de diretor de instrução. Saiu da AMAN em maio de 1955 e, de abril desse ano a janeiro do ano seguinte, foi diretor de Armamentos do Exército, assumindo neste último mês o comando do Núcleo de Divisão Blindada, no Rio de Janeiro.

Em fevereiro de 1957, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), foi designado chefe do estado-maior do I Exército, sediado no Rio de Janeiro, de lá saindo em maio do ano seguinte para assumir o comando da 1ª Divisão de Infantaria (1ª DI) e da guarnição da Vila Militar. Promovido a general-de-divisão em agosto seguinte, deixou a 1ª DI em abril de 1961, já no governo de Jânio Quadros. Sob o recém-iniciado governo parlamentarista de João Goulart, Dantas Ribeiro passou a ocupar, a partir de outubro daquele ano, o comando da 1ª Região Militar (1ª RM), sediada no Rio de Janeiro. Em março de 1962, o governo federal resolveu decretar intervenção na Companhia Telefônica Brasileira (CTB) para evitar que o governador carioca Carlos Lacerda, ferrenho adversário do governo, encampasse a empresa. Na qualidade de comandante da 1ª RM, Dantas Ribeiro foi nomeado executor da medida em 31 de março, passando o cargo de interventor ao general Genaro Bontempo em junho seguinte. Ainda nesse mês foi promovido a general-de-exército e designado para assumir o comando do III Exército, com sede em Porto Alegre.

No comando do III Exército

Na qualidade de comandante do III Exército, Dantas Ribeiro passou a conviver com uma série de crises oriundas das divergências políticas existentes no governo de João Goulart. À frente da presidência da República, Goulart, desde o início de seu governo, iniciado no dia 8 de setembro de 1961 com a formação do primeiro gabinete parlamentarista, passou a defender, entre outros pontos, reajustes salariais periódicos compatíveis com os índices inflacionários, uma política externa independente, a nacionalização de algumas subsidiárias estrangeiras e a necessidade da reformulação da estrutura agrária. Essas propostas provocaram, ao longo de seu governo, grande polêmica no Congresso, na imprensa e na sociedade em geral.

Nos primeiros meses de governo parlamentarista, Goulart procurou consolidar sua

posição política. Para tanto, começou uma campanha para o retorno ao presidencialismo, argumentando com a necessidade de constituir um Executivo forte e demonstrando a inviabilidade do parlamentarismo. Em julho de 1962, com a instalação de um novo gabinete, Goulart, através de seu primeiro-ministro Francisco Brochado da Rocha, propôs a antecipação, para dezembro seguinte, do plebiscito destinado a decidir sobre a continuidade do regime parlamentarista e previsto anteriormente para o início de 1965. Além disso, o objetivo do novo gabinete era obter poderes especiais para legislar sobre as chamadas reformas de base. Essa proposta foi defendida pelo recém-formado Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), órgão não-oficial de coordenação do movimento sindical, sob ameaça de deflagrar uma greve geral.

Por outro lado, os ministros militares publicaram em agosto um manifesto apoiando o plebiscito e pedindo sua antecipação. O Congresso estabeleceu então a data-limite até 30 de abril de 1963 para a votação nacional, contrariando o desejo da bancada pessedista, que acusava o governo de estar comprometido com os comunistas e não desejava a volta ao presidencialismo.

Devido à pressão exercida pelos líderes sindicais e os setores nacionalistas das forças armadas, no dia 13 de setembro Brochado da Rocha enviou ao Congresso um novo pedido de delegação de poderes e propôs a fixação da data do plebiscito para o dia 7 de outubro de 1962. Nesse mesmo mês, Dantas Ribeiro enviou telegrama a Goulart, ao primeiro-ministro e ao ministro da Guerra, general Néelson de Melo, afirmando que caso o Congresso recusasse o pedido, não poderia manter a ordem em sua região. O general Néelson de Melo, embora firme partidário da antecipação do plebiscito, reagiu à ameaça de Dantas Ribeiro, considerando seu pronunciamento uma indisciplina militar que poderia influenciar negativamente nas deliberações sobre a antecipação do plebiscito e por acreditar que o responsável pelo ultimato de Dantas Ribeiro era o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

No dia 14 de setembro o gabinete Brochado da Rocha renunciou em virtude de desacordo quanto à estratégia do plebiscito, abrindo um confronto entre o Executivo e o Congresso. No dia seguinte, o CGT deflagrou a greve geral, contando com o apoio de militares da ala nacionalista, enquanto o Congresso aprovava por 169 votos contra 83 o projeto de lei complementar determinando a realização do plebiscito no dia 6 de janeiro de

1963.

A alteração ministerial ocasionou a saída do ministro da Guerra Nélson de Melo, figura antipatizada pelo CGT, e fortaleceu o dispositivo militar de Goulart com a entrega do Ministério da Guerra ao general Amauri Kruel, amigo pessoal do presidente. Organizado o ministério, Goulart empenhou-se na campanha pelo retorno ao presidencialismo. No dia 6 de janeiro de 1963 foi afinal realizado o plebiscito, que teve como resultado a vitória esmagadora do presidente Goulart, com a volta ao regime presidencialista.

A atitude conciliatória de Goulart despertou críticas por parte de setores da esquerda, que, temendo sua aproximação com os grupos conservadores, pressionavam seu governo por uma rápida implementação das reformas de base. Visando atenuar essas críticas, Goulart apresentou ao Congresso, em março de 1963, uma lei de reforma agrária, que foi rejeitada. A partir daí, os grupos de esquerda radical passaram a fazer uma campanha de pressão nacional contra o Congresso e a favor das reformas de base.

Tentando buscar uma nova base de entendimento com os partidos, especialmente o Partido Social Democrático (PSD), e como resposta às pressões que sobre ele se exerciam, Goulart optou mais uma vez por mudar o ministério, o quinto que constituiu em seu governo. Dantas Ribeiro deixou o comando do III Exército em 15 de junho de 1963, sendo substituído pelo general Justino Alves Bastos e, em seguida, pelo general Benjamim Rodrigues Galhardo. Ainda no mesmo dia, a convite do presidente da República, assumiu o Ministério da Guerra, onde substituiu Amauri Kruel. Foi o último ministro da Guerra do governo Goulart.

No Ministério da Guerra

Colocando-se sempre ao lado da legalidade, Dantas Ribeiro exerceu o cargo de ministro da Guerra em período especialmente crítico. Por um lado agravava-se a crise econômica, crescendo os índices inflacionários; por outro, as oposições contra o governo Goulart tornavam-se cada vez mais manifestas, principalmente por parte de oficiais graduados do Exército, que há muito criticavam seu governo. As críticas faziam-se sentir também pelo movimento sindical e pela esquerda, que pressionavam Goulart com vistas ao atendimento de suas reivindicações.

Ao se iniciar o mês de setembro, a situação do país tendia ao agravamento. No dia 12 de setembro, centenas de sargentos, fuzileiros navais e soldados da Aeronáutica e da

Marinha se sublevaram, ocupando durante a madrugada importantes centros administrativos de Brasília. O motivo alegado da revolta fora a recusa do Supremo Tribunal Federal (STF) em reconhecer a elegibilidade dos sargentos para os órgãos do Poder Legislativo, mantendo em vigor o princípio da Constituição de 1946. Como o movimento carecesse de organização, foi logo controlado. No entanto, a rebelião teve implicações de longo alcance. A posição de neutralidade de Goulart frente aos rebeldes criou, em primeiro lugar, suspeitas por parte dos parlamentares conservadores que temiam ser intenção de Goulart dar um golpe militar. Em segundo lugar, aumentaram as crescentes suspeitas existentes no seio da oficialidade, fortalecendo aqueles setores militares que não haviam concordado com a posse de Goulart e que, desde então, conspiravam contra seu governo, alegando seu compromisso com os comunistas.

No dia seguinte ao motim, o general Humberto Castelo Branco empossou-se na chefia do EME, condenando os “oportunistas” que, segundo ele, pretendiam substituir as forças armadas por “milícias populares de ideologias ambíguas”. A partir daí, a conspiração contra o governo Goulart teve sua articulação acelerada. O presidente, por sua vez, acreditava que, com o apoio popular, neutralizaria qualquer tentativa de golpe de Estado contra seu governo.

Ainda em setembro, o comandante do II Exército, general Peri Bevilacqua, divulgou uma nota nos quartéis condenando a ação dos sargentos em Brasília, a atuação do CGT e a infiltração política nos quartéis. Em vista da nota, o ministro da Guerra advertiu-o sobre o inconveniente de tal comportamento, estando até mesmo decidido a exonerá-lo do comando por haver Bevilacqua ferido o princípio segundo o qual nenhum militar deveria fazer pronunciamento de natureza política, cabendo exclusivamente ao ministro da Guerra transmitir opiniões desse tipo.

No mesmo dia em que a nota foi divulgada, a polícia do Exército invadiu um prédio no Rio de Janeiro onde funcionava a sede de um grupo denominado Ação de Vigilantes do Brasil, dirigido por Paulo de Sales Galvão, elemento ligado a Carlos Lacerda, apreendendo aí várias armas e munições. O ministro da Guerra mandou instaurar um inquérito policial-militar, pois supunha que essas armas haviam sido contrabandeadas da Bolívia ou do Paraguai, encarregando o general Idílio Sardenberg de presidi-lo. No entanto, como havia indícios de que o caso envolvia generais da reserva, o resultado das investigações foi

abafado.

Em outubro, a eclosão de uma greve de bancários e a divulgação de uma entrevista concedida pelo governador Lacerda a um jornalista norte-americano, atacando violentamente o governo brasileiro e o presidente Goulart pessoalmente, provocaram nova crise. Devido à tensão causada por esse pronunciamento e considerando a entrevista injuriosa às forças armadas e ao país, Dantas Ribeiro, juntamente com os ministros da Marinha, Sílvio Mota, e da Aeronáutica, Anísio Botelho, enviaram ao presidente da República um pedido de decretação do estado de sítio, para afastar Lacerda do governo e deter a radicalização crescente das posições políticas. Nessa ocasião, o ministro da Guerra afastou o tenente-coronel Francisco Boaventura Cavalcanti Júnior do comando de uma unidade aeroterrestre. Segundo Carlos Castelo Branco, a medida se deveu à recusa daquele oficial em participar de uma operação-atentado contra Lacerda.

Com o apoio inicial de Leonel Brizola e da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na Câmara dos Deputados, Goulart enviou ao Congresso, no dia 4 de outubro, mensagem solicitando o estado de sítio por 30 dias. Ficou demonstrado, no entanto, que o exame do projeto governamental de estado de sítio corria sério risco de ser rejeitado por entender a Câmara, em sua maioria, representar o mesmo audaciosa tentativa de implantar dispositivo ditatorial irreversível. A reação do Congresso e as pressões de esquerda que se fizeram sentir junto ao presidente Goulart determinaram modificações no comportamento do governo em relação à matéria. No dia 7 de outubro, Goulart retirou a proposta que enviara ao Congresso. Inicialmente, os ministros militares reagiram contra a atitude do presidente, chegando a pôr suas pastas à disposição, mas acabaram por aceitar o recuo. A tensão provocada por esses acontecimentos determinou uma nova crise político-militar. Muitos oficiais moderados do Exército, que até então se haviam negado a engrossar a rede de conspirações civis-militares visando à sua derrubada, passaram a aderir a seus companheiros radicais.

Empenhado em reconquistar as forças populares representadas pelos sindicatos, ligas camponesas, entidades estudantis e partidos de esquerda, como o PTB e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que no momento eram os únicos segmentos com os quais o governo podia contar, Goulart começou a se voltar mais para a esquerda. Enquanto a União Democrática Nacional (UDN), parte do PSD e outros partidos menores reclamavam o

impeachment de Goulart, várias entidades de direita tomavam posição contra seu governo.

No comício de 13 de março de 1964, realizado diante do Ministério da Guerra, no qual se tornou clara a orientação do governo para a realização das reformas de base, Dantas Ribeiro esteve ao lado de Goulart, Brizola e Miguel Arrais, governador de Pernambuco. Ao voltar ao ministério, Dantas Ribeiro sentiu-se sem autoridade perante os que eram contrários à situação. Tomou então conhecimento da conspiração dos comandantes das principais unidades do Exército, não tendo forças para exonerá-los.

Desde então, a conspiração militar tomou vulto. O comício veio a repercutir decisivamente nos meios conservadores tanto civis como militares, que diziam temer um “imminente perigo comunista”. Na Escola Superior de Guerra (ESG), na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e no EME faziam-se várias críticas à diretriz governamental.

No dia 20 de março de 1964, Castelo Branco, chefe do EME, expediu uma circular reservada alertando a oficialidade para as ameaças do comunismo. Nesse mesmo dia, Dantas Ribeiro hospitalizou-se a fim de se submeter a uma intervenção cirúrgica. Embora afastado de suas funções, o ministro da Guerra manteve-se ao lado da legalidade afirmando que a ordem seria mantida a qualquer preço.

Em virtude do agravamento da situação político-militar, Dantas Ribeiro reassumiu a pasta da Guerra promovendo alterações nos comandos militares. Entre outras mudanças, o general Benjamim Galhardo substituiria o general Castelo Branco na chefia do EME. No dia 28, a eclosão de uma revolta de marinheiros concentrados no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, não suscitou da parte de Goulart as punições previstas pela disciplina militar. Esse episódio tornou virtualmente insustentável a situação do governo. Ainda em março, Dantas Ribeiro foi novamente hospitalizado. Em virtude de seu afastamento, o general Armando de Moraes Âncora, comandante do I Exército, assumiu inteiramente o ministério.

No dia 1º de abril, Dantas Ribeiro, ouvindo pelo rádio em seu quarto do hospital a mobilização sindical e estudantil em resistência ao movimento político-militar deflagrado no dia anterior, comunicou-se com Goulart e disse estar pronto para garanti-lo na presidência desde que o CGT fosse extinto. Goulart repeliu a proposta. A partir daí, Dantas Ribeiro comunicou-lhe que não mais se considerava seu ministro da Guerra e que, portanto,

não o apoiaria.

Em virtude do movimento político-militar de 31 de março de 1964, Dantas Ribeiro teve de deixar o ministério, que foi ocupado na ocasião pelo general Artur da Costa e Silva. Teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1) em junho de 1964. Nessa mesma data, por decreto do então presidente Humberto Castelo Branco, foi transferido para a reserva e, mais tarde, reformado no posto de general-de-exército. Foi excluído da Ordem do Mérito Naval, no grau de grande oficial, do Mérito Militar, no grau de grã-cruz, e do Mérito Aeronáutico, no grau de grande oficial.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 12 de janeiro de 1969.

Era casado com Zulmira Lima Barreto.

Escreveu, juntamente com João Barbosa Leite, *Manual de instrução física* (1926).

FONTES: ARQ. DEP. PESQ. JORNAL DO BRASIL; ARQ. MIN. EXÉRC; BANDEIRA, L. *Governo*; CASTELO BRANCO, C. *Introdução*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORRESP. SECRET. GER. EXÉRC.; *Encic. Mirador*; FICHÁRIO PESQ. M. AMORIM; *Grande encic. Delta*; *Jornal do Comércio*, Rio (14/1/1969); JUREMA, A. *Juscelino*; *Ministros da Justiça*; POERNER, A. *Poder*; SILVA, H. 1964; SKIDMORE, T. *Brasil; Visão* (10/12/1973); VÍTOR, M. *Cinco*.

RIBEIRO, João Gomes

* gov. RN 1890.

João Gomes Ribeiro Júnior nasceu no Engenho Jesus, Maria, José, em Laranjeiras (SE), no dia 29 de fevereiro de 1840, filho de João Gomes Ribeiro e de Maria Miquelina Ribeiro. Seu pai foi deputado provincial em Alagoas em 1850-1851.

Recebeu o diploma de bacharel na Faculdade de Direito do Recife em 1862. No ano seguinte foi nomeado promotor público da comarca de Lagarto (SE) e em 1864 passou a curador geral dos órfãos, sendo removido a pedido para a comarca de Itabaiana (SE) em 1865. Em 1866 foi transferido, novamente a pedido, para Laranjeiras (SE). Foi nomeado juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de Pão de Açúcar e Mata Grande (AL) em 1867, mas no mesmo ano pediu exoneração. Fixando-se em Maceió, foi nomeado Tesoureiro da Alfândega e, em 6 de agosto de 1868, procurador fiscal interino da Fazenda Geral. Ainda em 1868 foi nomeado juiz de direito e também lente substituto de aritmética e geometria no Liceu Alagoano, onde seria catedrático de filosofia em 1881 e 1882.

Durante esse período participou ativamente do movimento abolicionista em Alagoas, sendo nomeado procurador fiscal da Tesouraria Provincial Abolicionista em 1871. Fez parte também da Sociedade Libertadora Alagoana. Tornou-se republicano por volta de 1872, participando do Clube Republicano Radical e do Centro Republicano Federal de Alagoas. Nesse mesmo ano fundou em Maceió o primeiro jornal de apoio à causa republicana, denominado *A República*, do qual foi redator principal. Foi um dos organizadores e membros do primeiro corpo editorial da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*, também em 1872, foi redator do jornal *O Século*, fundado em 1877, e colaborou na *Gazeta de Alagoas* e em *O Guttenberg*, que se tornou órgão do Centro Republicano Federal de Alagoas. Quando da queda da monarquia, representou o Centro nas negociações para que o presidente da província, Pedro Moreira Ribeiro, nomeado ainda no Império e empossado no próprio dia 15 de novembro de 1889, abandonasse o governo, permitindo assim que o Centro Republicano organizasse uma junta governativa para substituí-lo.

Em 11 de outubro de 1890 foi nomeado governador do Rio Grande do Norte pelo

governo provisório chefiado por Deodoro da Fonseca. Menos de um mês antes, em 15 de setembro, haviam sido realizadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, vencidas no estado pela chapa organizada por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, líder do Partido Republicano do Rio Grande do Norte. O próprio Pedro Velho havia assumido o governo do estado em 19 de setembro. Ao substituí-lo em 8 de novembro, João Gomes Ribeiro aproximou-se de seus opositores e nomeou alguns para cargos públicos, entendendo que tinham sido perseguidos pelas administrações anteriores. Criticou abertamente a intolerância e o autoritarismo dos “pedrovelhistas”, por acreditar que o dinheiro público tinha sido desviado para ajudar a eleger Pedro Velho deputado constituinte. Entretanto, durante seu governo foi deflagrada uma campanha em prol da volta de Pedro Velho ao governo, apoiada por várias municipalidades e pelos jornais *O Povo* e *A República*, este último de propriedade do próprio Pedro Velho. Afinal, em 7 de dezembro de 1890 foi afastado do governo do Rio Grande do Norte por influência direta de Pedro Velho junto a Cesário Alvim, ministro do Interior. Pedro Velho fez nomear governador seu correligionário Manuel do Nascimento Castro e Silva, então chefe de Polícia.

De volta à atividade de jornalista, foi redator chefe de *O Nacional*, surgido em 1892. Era sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Faleceu em Maceió no dia 27 de outubro de 1897.

Casou-se com Carolina Augusta Ramalho Gomes Ribeiro, com quem teve pelo menos um filho, João Gomes (João Gomes Ribeiro Filho, nas anotações pessoais João Gomes Ribeiro Neto), que foi comandante da 1ª Região Militar em 1934-1935 e ministro da Guerra em 1935-1936, durante o governo de Getúlio Vargas.

Publicou o *Novo Regimento de Custas Judiciárias, com notas, apêndices, jurisprudência dos tribunais e opiniões de jurisconsultos*, e Discurso do orador: discorre sobre a necessidade da construção de uma nova e verdadeira história, e aponta trabalhos de caráter histórico importantes de autoria de alagoanos, na *Revista do IHGA* (1874).

Renato Amado Peixoto

FONTES: BARROS, F. *ABC das Alagoas* (v. 1, 2); BUENO, A. *Visões*; CASCUDO, L. *Governo*; CASCUDO, L. *História*; *Revista do Instituto Histórico de Alagoas* (v.25-26).

RIBEIRO, Manuel Gomes

*pres. AL 1885 e 1889; gov. AL 1891-1892 e 1894-1897; sen. AL 1900-1902 e 1912-1918.

Manuel Gomes Ribeiro, futuro barão de Traipu, nasceu em Japaratuba (SE) no dia 29 de junho de 1841.

Radicado em Alagoas, foi chefe do Partido Conservador. Foi deputado provincial nas legislaturas 1876-1877 e 1884-1885 e, como primeiro vice-presidente da província, nomeado em 1º de setembro de 1885, respondeu duas vezes pelo governo de Alagoas: de 16 de setembro a 7 de outubro de 1885 e de 18 de junho a 1º de agosto de 1889. Nesse ínterim recebeu o título de barão de Traipu, em 24 de novembro de 1888.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, dois anos depois foi eleito senador estadual em Alagoas e escolhido presidente do Senado. Como tal, assumiu o governo do estado em 28 de novembro de 1891, em substituição à junta governativa que sucedera a Manuel de Araújo Góis. Em 24 de março de 1892 transmitiu o governo a Gabino Besouro, que em 20 de fevereiro havia sido eleito indiretamente, pelo Congresso alagoano, governador do estado. Nessa mesma eleição foi eleito vice-governador. A essa altura, beneficiada por seu prestígio, teve início a carreira política de seu genro Euclides Malta, que começou como deputado federal de 1892 a 1893.

Em 17 de outubro de 1894 assumiu novamente o governo de Alagoas a fim de completar o mandato de Gabino Besouro, que fora deposto e substituído interinamente por uma junta governativa e a seguir por Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins. Foi destituído em 1º de maio de 1895, com base numa decisão do Tribunal Superior, mas foi novamente empossado pelas forças federais no dia seguinte. Licenciou-se em julho de 1895, retornando ao cargo em janeiro de 1896 e nele permanecendo até 12 de junho de 1897, quando tomou posse Manuel José Duarte. Em seu governo criou o cargo de chefe de polícia e a respectiva secretaria, cujas atividades anteriormente estavam divididas entre os diversos municípios. Cuidou também para que se estabelecesse a Comissão Mista Alagoas/Pernambuco, a fim de

determinar os limites entre os dois estados.

Voltou ao Senado estadual na legislatura 1899-1900, e foi então eleito para o Senado Federal, tomando posse em 1901. Chefe supremo do Partido Republicano Federal em Alagoas, renunciou a essa chefia por divergências com o genro Euclides Malta, governador do estado a partir de 1900. Rompeu publicamente com este em 1903, quando Joaquim Paulo Malta, irmão de Euclides, tornou-se seu sucessor no governo. Deixando nesse ano o Senado, afastou-se da política e só retornou em 1909, novamente eleito senador. Permaneceu no Senado até 1918.

Teve publicadas suas mensagens ao Congresso Alagoano.

Reynaldo de Barros

FONTE: BARROS, F. *A B C das Alagoas*.

RIBEIRO, Nina

*const. 1891; dep. fed. PA 1891-1892; sen. PA 1892-1894.

Raimundo Nina Ribeiro nasceu em Belém, filho de Manuel Roque Pinheiro.

Formou-se na Faculdade de Direito do Recife e, de retorno à província natal, filiou-se ao Partido Conservador, no qual seu pai ocupava importante posição. Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, o chefe do Partido Conservador declarou o partido extinto e incentivou a incorporação de seus membros aos novos partidos políticos, como o Democrata e o Republicano, no intuito de facilitar o processo de transição política.

Convocadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, em 15 de setembro 1890 Nina Ribeiro foi eleito deputado pelo Pará. Tomou posse em 15 de novembro seguinte, foi signatário da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e a partir de junho passou a exercer o mandato ordinário. Deixou a Câmara dos Deputados em 1892, ao ser eleito senador. Permaneceu no Senado até 1894, ano do seu falecimento.

Adrianna Setemy

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009; SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1998&li=23&lcab=1894-1896&lf=23>. Acesso em: 30/1/2009.

RIBEIRO, Olindo Augusto

*dep. fed. MG 1904-1905.

Olindo Augusto Ribeiro nasceu na vila de Cristina (MG) no dia 24 de agosto de 1858, filho de Bernardina Alexandrina Leopoldina.

Fez os estudos preparatórios no Rio de Janeiro, então capital do Império, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1884. Recém-formado, retornou a Minas Gerais. Em 1885 foi nomeado promotor público em Lavras, onde permaneceria por sete anos, e em 1892 tornou-se juiz de direito em Araçuaí, mantendo-se no cargo por uma década. Em setembro de 1902 foi nomeado chefe de Polícia de Minas Gerais pelo presidente estadual Francisco Antônio de Sales (1902-1906). Exerceu essa função até o final do ano, quando passou a comandante geral da Força Pública do estado.

No decorrer da legislatura 1903-1905, foi eleito deputado federal por Minas Gerais na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1904, e ocupou uma cadeira até dezembro de 1905, quando se encerraram seu mandato e a legislatura. Voltou então a exercer a função de chefe de Polícia. Anos mais tarde, aposentou-se como juiz federal na capital da República.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 7 de julho de 1937.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 201); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 2, p. 591).

RIBEIRO, Oliveira

*magistrado; dep. geral MG 1886-1889; min. STF 1903-1917.

Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro nasceu em Laranjeiras, na província de Sergipe, no dia 8 de setembro de 1851, filho de Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro e de Maria Benta Freitas de Oliveira Ribeiro.

Após concluir o curso de humanidades no Colégio São João, tradicional estabelecimento de ensino de Salvador, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife e aí obteve em 1871 o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais. No ano seguinte iniciou a carreira na magistratura, ao ser nomeado promotor público de sua comarca natal. Logo depois foi nomeado juiz municipal e de órfãos do termo de Cristina, na província de Minas Gerais. Aí permaneceu pouco tempo, já que ainda em 1872 foi eleito e em 1874 reeleito para a Assembleia Provincial mineira. De volta à magistratura em 1875, reassumiu as funções de juiz municipal até ser nomeado, em 1877, juiz de direito na mesma comarca de Cristina. Foi novamente deputado provincial de 1878 a 1879 e, como não foi aproveitado em nova judicatura, exerceu a advocacia e o jornalismo e assumiu ainda a segunda vice-presidência da província em 1885. Já figura destacada no panorama político local, foi eleito deputado geral por Minas Gerais na legislatura 1886-1889.

Instaurado o regime republicano, o governo provisório determinou sua aposentadoria na magistratura, mas para nomeá-lo chefe de polícia da capital federal, em abril de 1891. Exonerou-se do cargo por ocasião da renúncia de Deodoro da Fonseca à presidência da República em novembro do mesmo ano. Ainda em 1891 foi nomeado procurador-geral do estado de São Paulo e, em 1892, juiz da Corte de Apelação do estado, tribunal de segunda instância sucessor da antiga Relação.

Em outubro de 1903 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, na primeira nomeação feita pelo presidente Rodrigues Alves (1902-1906) para o STF. Foi procurador-geral da República, por nomeação, de outubro de 1905 a dezembro de 1909, designado por Afonso Pena (1906-1909), sucessor de Rodrigues Alves. No STF, foi relator do processo de

habeas corpus impetrado por intendentes do Distrito Federal contra ato do governo Nilo Peçanha (1909-1910) que determinava a extinção do Conselho Municipal, e julgou favoravelmente ao pedido dos intendentes, tornando sem efeito o ato da presidência da República. Foi ainda, em 1913, relator da ação criminal em que era réu o juiz estado do Paraná que se recusou fazer cumprir a deliberação do STF de que o estado respeitasse as fronteiras com o vizinho Santa Catarina no início da Guerra do Contestado.

Faleceu no de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 29 de junho de 1917, no exercício de suas funções no STF.

Foi casado com Elisa Delfina de Oliveira Ribeiro.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>> .

RIBEIRO, Orlando Leite

*militar e diplomata; rev. 1922; emb. Bras. Argentina 1953-1956.

Orlando Leite Ribeiro nasceu em Conservatória, município de Valença (RJ), no dia 2 de maio de 1889, filho de Celso Leite Ribeiro e de Maria Leite Ribeiro.

Cursou o primário no Ateneu Moura Lacerda e o secundário no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Sentou praça em março de 1917 ao ingressar na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, sendo declarado aspirante-a-oficial em janeiro de 1921. Em abril foi transferido para o estado de Mato Grosso, onde comandou a 1ª Bateria do 5º Grupo de Artilharia de Costa da Fortaleza de Coimbra. Foi promovido a segundo-tenente em maio do mesmo ano e transferido para o 10º Regimento de Cavalaria Independente (10º RCI). Em setembro seguinte, passou a servir na Escola Regimental do 10º Regimento de Cavalaria, em Bela Vista (MT).

Em junho de 1922 foi transferido para o 3º Regimento de Cavalaria Divisionária, em Dom Pedrito (RS), regressando no mês seguinte a Mato Grosso. Aí auxiliou o general Clodoaldo Rodrigues da Fonseca, comandante da 1ª Circunscrição Militar desse estado, na execução dos objetivos da Revolta de 5 de Julho de 1922, que deu início ao ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920. A revolta envolveu, no Rio de Janeiro, o forte de Copacabana, a Escola Militar e efetivos da Vila Militar e, em Mato Grosso, o contingente do Exército local. Foi debelada no mesmo dia por já ter o Rio de Janeiro se rendido, sendo feito um pacto de deposição de armas entre o general Clodoaldo da Fonseca e o governo Epitácio Pessoa. Em outubro de 1922, Orlando Leite Ribeiro foi promovido a primeiro-tenente.

Em abril de 1927, quando o movimento rebelde da Coluna Prestes, que congregou os movimentos tenentistas anteriores, foi obrigado pelas tropas legais a internar-se no Paraguai (sob o comando de Antônio de Siqueira Campos) e na Bolívia (sob o comando de Luís Carlos Prestes), Orlando Leite Ribeiro, então exilado em Buenos Aires, atuou ativamente como elemento de ligação entre esses dois comandantes tenentistas. Em fevereiro de 1928 foi condenado a um ano e quatro meses de prisão por sentença do juiz Sá e Albuquerque devido à sua participação na Revolta de 5 de Julho de 1922.

Com a vitória da Revolução de 1930 em outubro, que levou Getúlio Vargas à chefia

do Governo Provisório, foi designado em novembro seguinte para servir junto à interventoria federal em São Paulo, onde colaborou na organização do Departamento das Municipalidades desse estado. Ao fim da gestão do interventor federal em São Paulo, o “tenente” João Alberto Lins de Barros, apoiou o movimento encabeçado pelo general Miguel Costa, principal líder da Legião Revolucionária, que impediu Plínio Barreto, do Partido Democrático (PD), de assumir a interventoria. O governo foi entregue ao juiz Laudo Ferreira de Camargo.

Em março de 1932, Orlando Leite Ribeiro pediu demissão do serviço ativo do Exército, passando para a reserva como capitão por haver sido nomeado cônsul de terceira classe. Nesse posto, exerceu a função de assessor técnico-militar da delegação brasileira à Conferência do Desarmamento, reunida em Genebra, na Suíça. Em setembro do mesmo ano foi exonerado dessa função e nomeado adido comercial junto às representações diplomáticas do Brasil em Buenos Aires, Montevideú, no Uruguai e Assunção, no Paraguai.

Em Buenos Aires, durante o ano de 1933, manteve constante correspondência com Getúlio Vargas, informando-o sobre a conspiração que se tramava no Prata pelos exilados paulistas, derrotados na Revolução Constitucionalista de 1932. Em novembro do mesmo ano integrou a delegação brasileira à Conferência do Desarmamento, em Genebra, atuando ainda como delegado do Brasil à Comissão Mista do Protocolo Adicional ao Tratado de Navegação entre o Brasil e a Argentina.

Em fevereiro de 1934 foi dispensado das funções de adido comercial e nomeado segundo-secretário da embaixada brasileira em Buenos Aires. Nesse posto, exerceu as funções de consultor técnico da delegação do Brasil à Conferência Comercial Pan-Americana, em maio de 1935, e de secretário da delegação do Brasil à Conferência da Paz para a Solução do Conflito do Chaco, em julho do mesmo ano. Foi membro da comissão incumbida de proceder ao estudo das questões constantes do programa da Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, para a Solução do Conflito do Chaco, reunida em Buenos Aires em outubro de 1936, e secretário da delegação do Brasil à referida conferência, em novembro seguinte. Em dezembro de 1936 foi portador da carta do presidente argentino Agustín Pedro Justo ao presidente brasileiro Getúlio Vargas solicitando a deportação do dirigente comunista argentino Rodolfo Ghioldi, que se

encontrava preso (em consequência do Levante Comunista de 1935 no Brasil) e gravemente enfermo.

Paralelamente à sua missão diplomática, contribuiu ativamente para a política do governo Vargas a partir do período durante o qual serviu em Buenos Aires. Em 21 de janeiro de 1938 enviou carta ao ministro da Justiça, Osvaldo Aranha, relatando a campanha da imprensa argentina contra a situação política brasileira em consequência do golpe de novembro de 1937, que implantou no país o Estado Novo. Em outra carta endereçada ao mesmo ministro relatou planos de ação contra o governo brasileiro feitos por elementos exilados em Buenos Aires. Em fevereiro de 1938, ainda como segundo-secretário, integrou a missão especial à posse do presidente da República Argentina, Roberto Ortiz.

Designado em abril do mesmo ano delegado suplente do Brasil na delegação à Conferência da Paz para a Solução do Conflito do Chaco, realizada em La Paz, na Bolívia, assinou como representante brasileiro o Tratado de Paz, Amizade e Limites entre a Bolívia e o Paraguai em 21 de julho de 1938. Em dezembro desse ano foi nomeado conselheiro comercial do Ministério das Relações Exteriores, com jurisdição nas representações diplomáticas do Chile, Peru, Equador e Bolívia. Serviu em Santiago do Chile de dezembro de 1938 a dezembro de 1939, no Peru, desse mês a fevereiro de 1940 e de novo em Santiago, dessa data a março de 1941. Foi ainda agente de ligação entre o Ministério do Exterior e o Banco do Brasil, servindo na Carteira de Importação e Exportação até junho de 1941.

Em fevereiro de 1943 foi nomeado ministro de segunda classe, exercendo as funções de chefe da Divisão de Fronteiras até outubro de 1943 e de representante especial do Ministério das Relações Exteriores no diretório central do Conselho Nacional de Geografia e Estatística até novembro do mesmo ano. Membro da delegação do Brasil à II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, realizada no Rio de Janeiro em agosto de 1944, representou o Itamarati junto ao X Congresso Brasileiro de Geografia, realizado no Rio de Janeiro nesse mesmo ano.

Nos primeiros meses de 1945, com o início da redemocratização do país, Orlando Leite Ribeiro desempenhou importante papel nos acontecimentos que determinaram a concessão da anistia geral aos presos políticos que fizeram oposição à ditadura de Vargas, atuando como elemento de ligação entre o dirigente comunista Luís Carlos Prestes, preso

desde 1935, e o presidente Vargas.

De maio a outubro de 1946, ainda como ministro de segunda classe, foi representante substituto do Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque. Nomeado cônsul-geral em novembro de 1946, foi removido para o Rio de Janeiro e aí trabalhou na Secretaria do Itamarati até abril de 1948, sendo transferido em seguida para Lisboa, onde permaneceu até outubro de 1950.

Promovido a ministro de primeira classe em junho de 1951, foi designado embaixador em missão especial para representar o Brasil nas solenidades de posse do presidente do México, em outubro de 1952. Em outubro do ano seguinte, nomeado embaixador, voltou a Buenos Aires, onde permaneceu até março de 1956. Foi chefe da delegação do Brasil à reunião regional da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) da ONU, realizada em Buenos Aires em setembro de 1954. Em junho de 1956 foi transferido para Lima, no Peru, onde ficou até seu falecimento, no dia 11 de junho de 1962.

Era casado com Vera Belfort Roxo Leite Ribeiro, com quem teve duas filhas e dois filhos, estes, Fernando Leite Ribeiro e Guilherme Leite Ribeiro, também diplomatas.

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; CONSULT. MAGALHÃES, B.; DULLES, J. *Getúlio*; *Globo* (12/6/1962); HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; MIN. REL. EXT. *Anuário* (1962, 1963); SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1933; SILVA, H. 1939; SILVA, H. 1945; TÁVORA, J. *Vida*.

RIBEIRO, Vicente

*junta gov. SE 1889; pres. SE 1891.

Vicente Luís de Oliveira Ribeiro nasceu em Laranjeiras (SE) no dia 10 de julho de 1852, filho de Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro e de Maria Benta de Oliveira Ribeiro.

Mudou-se para a Bahia e matriculou-se no Ateneu Baiano. Ao concluir o ensino secundário, retornou a Sergipe, onde se tornou fazendeiro. Ainda durante o Império, defendeu as causas abolicionista e republicana, tornando-se aliado político de Felisbello Freire, com quem fundou o Clube Republicano em sua cidade natal.

Com a viagem de Felisbello Freire ao Rio de Janeiro, então capital do Império, poucos meses antes da proclamação da República (15/11/1889), assumiu a presidência do Clube e do Partido Republicano, tornando-se um dos importantes políticos que atuaram nos primeiros momentos do novo regime em Sergipe.

Integrou a segunda junta governativa sergipana, ao lado de Baltasar de Araújo Góis e Antônio José de Siqueira Meneses. A primeira junta, também formada por Siqueira Meneses, mas ao lado do tenente-coronel Antônio de Siqueira Horta e o major Antônio Dinis Dantas de Melo, governou o estado de 17 a 18 de novembro de 1889. Com a renúncia desses dois membros, a segunda junta foi formada, assumindo o poder em 18 de novembro. Enquanto esteve no poder, segundo Teresinha Sousa, Vicente Ribeiro, “acostumado às velhas práticas de mando, iniciou uma política de nepotismo e vingança”. Essa atitude causou o desentendimento entre ele e Baltasar de Araújo Góis, o que acarretou na sua renúncia, em 2 de dezembro seguinte. Baltasar de Araújo Góis e Siqueira Meneses permaneceram no poder por mais alguns dias, até 13 de dezembro de 1889, quando Felisbello Freire assumiu o Executivo de Sergipe, nomeado pelo presidente Deodoro da Fonseca (1889-1891).

Continuou atuando na política do estado e, em 8 de janeiro de 1890, foi nomeado por Deodoro primeiro vice-presidente de Sergipe, mas exonerou-se em abril do mesmo ano. Em 7 de março de 1891 foi novamente nomeado pelo governo federal primeiro vice-

presidente durante a administração de Luís Mendes de Moraes (1891). Segundo Teresinha Sousa, Vicente Ribeiro, “utilizando-se do prestígio de parentes seus junto ao Governo Federal, se impôs como candidato, levando o então presidente [do estado], Dr. Mendes de Moraes, à renúncia”. Dessa forma, assumiu a presidência de Sergipe em 28 de maio de 1891, sofrendo forte oposição dos outros grupos republicanos.

Em 3 de novembro desse ano, diante da crise política que se manifestava, o presidente Deodoro dissolveu o Congresso. A Marinha, apoiada pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, iniciou uma revolta na baía da Guanabara. Diante da impossibilidade de acabar com a crise política e da ameaça de uma guerra civil, Deodoro renunciou ao cargo no dia 23 desse mesmo mês, assumindo em seu lugar o vice-presidente Floriano Peixoto. Este, ao chegar ao poder, destituiu os líderes do Executivo estadual que apoiavam Deodoro da Fonseca, caso de Vicente Ribeiro, que deixou o poder em 24 de novembro de 1891. Em seu lugar, assumiu Joaquim Baltasar da Silveira, major comandante da guarnição militar federal de Sergipe.

Em jornais de Sergipe, escreveu vários manifestos políticos: *Ao redator chefe de A Reforma* (1888), *Vicente Luís de Oliveira Ribeiro ao governo central e aos seus concidadãos* (1890), *O coronel Vicente Luís de Oliveira Ribeiro ao Estado e à Nação* (1890), *A eleição em Sergipe* (1890), *Mensagem ao governador de Sergipe dirigida à Assembleia Legislativa do mesmo estado* (1891), *Aos meus amigos políticos: manifesto* (1893).

Faleceu em Laranjeiras no dia 28 de julho de 1895.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: DANTAS, J. *História*; GUARANÁ, M. *Dicionário*; SOUZA, T. *Impasses*.

RICHARD, Gustavo

* gov. SC 1890-1891 e 1906-1910; sen. SC 1906; dep. fed. SC 1912-1914.

Gustavo Richard nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 29 de agosto de 1847, filho de Henrique Ricardo Richard e de Carlota Amélia Ana Coullon Richard, ambos franceses.

Fez os primeiros estudos em Paris, onde concluiu o curso de humanidades. De volta ao Brasil, em 1868 estabeleceu-se na cidade de Desterro (SC), atual Florianópolis, passando a trabalhar no comércio. Em 1873 mudou-se para Buenos Aires para lecionar na Academia Britânica, e lá permaneceu por seis anos. Em seguida regressou a Desterro e fundou o Colégio Franco-Brasileiro, atuando também como professor no Liceu de Artes e Ofícios. Foi vereador de 1887 a 1890, e presidente do Conselho Municipal nesse período. Adepto das ideias republicanas, fundou o Clube Republicano Esteves Júnior, do qual foi vice-presidente. Também foi redator dos jornais *A Voz do Povo* e *A Evolução*.

No primeiro governo de Lauro Müller, nomeado governador de Santa Catarina em dezembro de 1889, foi designado segundo vice-governador. Substituiu Lauro Müller de 8 de outubro de 1890 a 12 de junho de 1891 e de 29 junho a 10 de novembro do mesmo ano. Em 1906 foi eleito senador por Santa Catarina e também governador do estado. Inicialmente substituído no governo por Abdon Batista, renunciou ao mandato de senador e tomou posse como governador em 21 de novembro de 1906. Em seu governo, que se estendeu até 28 de setembro de 1910, quando foi substituído pelo sucessor Vidal Ramos, implantou em Florianópolis um sistema telefônico e serviços públicos de abastecimento de água e luz elétrica. Em 1912, com a renúncia de Abdon Batista ao mandato de deputado federal por Santa Catarina, assumiu sua vaga na Câmara dos Deputados e aí permaneceu até dezembro de 1914.

Foi membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e recebeu a patente de coronel honorário do Exército brasileiro (1894).

Faleceu na cidade de Florianópolis no dia 18 de outubro de 1929.

Foi casado duas vezes: a primeira com Matilde Lebarbenchon, com quem teve duas filhas, e a segunda com Maria Del Rosario Sbarbi y Osuña, com quem teve seis filhos.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; PIAZZA, W. *Dicionário*; STOETERAU, L. *Trajetória*; Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Walter_Piazza>.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos do

*dep. geral MT 1869-1875; cônsul Liverpool 1876-1900; min. Berlim 1901; min. Rel. Ext. 1902-1912.

José Maria da Silva Paranhos Júnior nasceu no Rio de Janeiro no dia 20 de abril de 1845, filho primogênito de José Maria da Silva Paranhos e de Teresa de Figueiredo Faria. Recebeu o título de *barão do Rio Branco* em 1888 e, após a proclamação da República, passou a assinar *José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco* ou apenas *Rio Branco*. Tornou-se conhecido popularmente como *o Barão*, tanto em vida quanto postumamente. O primeiro José Maria Paranhos recebeu o título de visconde do Rio Branco em 1870, em missão de negociação no Prata, já aos 49 anos. Rio Branco era o nome de um pequeno rio ao sul do Mato Grosso, onde o Paraguai desejava fixar a fronteira com o Brasil, ao invés do rio Apa, onde Paranhos conseguira fixar os limites, com mais vantagens para o Brasil. Apesar de ter origens humildes, o visconde logrou ocupar os mais importantes cargos do Império: foi senador, ministro das Relações Exteriores e presidente do Conselho de Ministros, além de ter sido o autor da Lei do Ventre Livre. Maçom e membro do Partido Conservador, inseriu-se nos mais altos círculos do Império.

NO IMPÉRIO

Dos nove filhos do visconde, Paranhos Júnior, ou Juca, como era chamado, foi o único a ter destaque na vida pública nacional. Estudou nas melhores instituições do Império: os primeiros estudos no Colégio Pedro II e o curso de direito entre as faculdades de São Paulo e Recife. Desde cedo publicou artigos de opinião e narrativas históricas sobre as questões militares no Prata, principalmente no jornal conservador *A Nação*. Ainda jovem, cultivava o hábito de colecionar documentos e mapas e, em 1867, foi eleito membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Eleito deputado por Mato Grosso, exerceu o mandato de 1869 a 1875.

Nesse período, em 1873, Paranhos Júnior passou a viver com Marie Philomène Stevens, atriz belga que conhecera no Alcazar, casa de espetáculos no Rio de Janeiro, com quem viria a se casar em 1889. Já em 1873 nasceu seu primeiro filho, Raul. Em seguida viriam mais quatro: Marie Clotilde (1874), Paulo (1876), Amelie (1878) e Hortênsia (1885).

Em 1876, foi nomeado cônsul em Liverpool, cidade portuária inglesa por onde passava a maior parte dos produtos de exportação brasileiros. Saíam do porto de Liverpool por mês, com destino ao Brasil, em média de 50 navios que o consulado brasileiro fiscalizava e dos quais cobrava impostos. Um número semelhante de navios lá chegava todos os meses com produtos como café, açúcar e algodão, provenientes de portos brasileiros.

Não obstante a função consular na Inglaterra, por todo o período em que esteve no cargo conservou também residência em Paris, onde mantinha a família, realizava pesquisas, colecionava mapas e documentos relativos à história política e geográfica do Brasil. Em 1884 representou o Brasil na Exposição Universal de São Petersburgo, com a incumbência de promover o café brasileiro. Sua atuação lhe rendeu o título de conselheiro de Sua Majestade, que representava o mais elevado destaque antes da nobreza no contexto imperial. Em 1888, por ocasião da assinatura da Lei Áurea, recebeu o título de barão do Rio Branco como demonstração de deferência do imperador ao filho do autor da Lei do Ventre Livre.

NA REPÚBLICA

A proclamação da República, em 1889, suscitou insegurança quanto à sua permanência no consulado. Amigo íntimo de Rodolfo Dantas e Joaquim Nabuco, o barão era identificado como monarquista e possivelmente perigoso à nova ordem. Colaborou, ainda que anonimamente, com Eduardo Prado nos *Fastos da ditadura militar*, em 1890, criticando o novo governo republicano. No *Jornal do Brasil*, a partir de 1891, publicava suas *Efemérides* e as *Cartas de França*, sempre usando pseudônimos e tecendo críticas à recém-formada República. Chegou a escrever, sob o pseudônimo de Ferdinand Hex, uma das descrições mais completas a que se teve acesso na imprensa brasileira a respeito da morte e dos serviços funerários de dom Pedro II.

Apesar de sua posição simpática ao regime monárquico, o barão se tornaria uma grande figura nacional no contexto republicano. São muitas as ações dignas de nota atribuídas a Rio Branco, entre as quais as mais celebradas dizem respeito ao traçado dos limites territoriais do Estado brasileiro. Alvo de exaltadas admirações, mas também de duras críticas, esse importante personagem da história política nacional deve ser compreendido no contexto das ambiguidades que formam as imaginações institucionais e que, de maneira

mais ampla, configuram importantes aspectos de nossa identidade nacional.

Em 1891, Rio Branco foi nomeado superintendente do serviço de imigração, cargo que, exercido a partir de Paris, acumulou com o do consulado na Inglaterra. Publicou então alguns artigos de propaganda em jornais europeus, com o objetivo de estimular a migração para o Brasil de trabalhadores rurais, principalmente italianos e alemães.

Em 1893, após da morte do barão Aguiar de Andrada, foi indicado para chefiar a missão brasileira como plenipotenciário no processo de arbitragem referente ao território de Palmas, ou Missões, a ser decidido por Grover Cleveland, presidente dos Estados Unidos. A questão dizia respeito a uma antiga contenda com a Argentina. No Tratado de Madri, de 1750, os limites entre o Brasil e a Argentina tinham sido fixados nos rios Peperi, afluente do Uruguai, e Santo Antônio, afluente do Iguaçu. Não havia, porém, acordo quanto ao posicionamento dos rios. Os argentinos alegavam que o Peperi, ou Peperi-Guaçu, ficava mais a leste que o rio reconhecido pelos brasileiros pelo mesmo nome. Dois outros tratados já haviam sido assinados pelos países, um durante o Segundo Reinado, vetado pelo Congresso argentino, e outro no início do período republicano, vetado tanto pelo Congresso Nacional quanto pelo Exército brasileiro, permanecendo o impasse. Decidiu-se finalmente pelo recurso do arbitramento, sendo escolhido o presidente Cleveland, dos Estados Unidos, como árbitro.

Rio Branco chegou a Nova Iorque em maio de 1893, chefiando a missão brasileira. Antigo colecionador e estudioso das questões platinas, fez questão de não compartilhar a autoria das memórias que entregou, em defesa da causa brasileira, em fevereiro de 1894. Permaneceu em Washington até fevereiro de 1895, quando foi dada sentença favorável ao Brasil. Passou então a figurar na imprensa brasileira como herói que vencera a causa para o Brasil.

Voltando a Paris em 1895, ofereceu-se para atuar em outra causa arbitral, referente à fronteira do Amapá. Escolhido o governo suíço como árbitro, Rio Branco seria nomeado plenipotenciário brasileiro em 1898. Mudou-se para Berna, com a família, no ano seguinte, e lá permaneceu por dois anos. Como secretários da missão, levou consigo Domício da Gama, com quem trabalhara em Washington, e o filho Raul. Foi dado laudo favorável ao Brasil em 1º de dezembro de 1900. No ano seguinte, foi nomeado ministro do Brasil em Berlim, em seu primeiro e único posto como representante diplomático permanente. Em

1902, foi convidado pelo presidente Rodrigues Alves, eleito em março e empossado em 15 de novembro, para ocupar o cargo de ministro das Relações Exteriores. Aceito o convite, chegou ao Brasil em 1º de dezembro.

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Já no exercício do cargo de chanceler, Rio Branco se deparou com nova questão de limites territoriais: a questão do Acre. Dessa vez não acreditava que a contenda pudesse ser resolvida por meio de decisão arbitral baseada em documentação histórica, já que aquele território jamais fora reconhecido como brasileiro. Tratava-se, não obstante, de importante contenda envolvendo populações dos dois lados, o brasileiro e o boliviano, bem como interesses do capital internacional, na figura de empresa norte-americana que detinha direitos de exploração econômica da área. Ao contrário das outras disputas territoriais, esta envolveu inclusive o envio de tropas de ambos os países. O acordo final, firmado através do Tratado de Petrópolis em 1903, esteve longe de alcançar aprovação unânime da opinião pública no Brasil. O desfecho se deu através da incorporação ao território nacional de 190 mil quilômetros quadrados, com a contrapartida de três mil quilômetros quadrados, mais dois milhões de libras entregues ao governo boliviano, além do compromisso de construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Rio Branco foi ministro das Relações Exteriores de quatro governos: Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910) e Hermes da Fonseca (1910-1914). Atuou em negociações de fronteiras com a Argentina, Bolívia, Guiana Francesa e Peru. Teve importante papel na promoção de fluxos migratórios para o Brasil e foi um importante agente no processo de estabelecimento da ordem institucional burocrática da Primeira República, com forte presença na imprensa nacional e grande influência política.

Sua permanência como chanceler contrasta com a grande instabilidade política e institucional do período. Seu comando imprimiu marca permanente na configuração burocrática do Ministério das Relações Exteriores, que até o presente se identifica como a Casa de Rio Branco. Promoveu importantes reformas no Itamarati, inclusive em suas instalações físicas, que ocupou como residente nos últimos anos de vida, dormindo em meio aos papéis de seu escritório. Faleceu em seu leito, no Palácio do Itamarati, no dia 10

de fevereiro de 1912.

Rio Branco foi uma das figuras emblemáticas do início da era republicana brasileira, mas permanece como homem-símbolo da diplomacia nacional até a atualidade. Oficialmente instituído, desde 1945, patrono da diplomacia brasileira, Rio Branco também empresta seu nome ao instituto que vem formando os membros da carreira de diplomata do serviço exterior brasileiro desde 1946.

De seus filhos, somente Raul tornou-se diplomata, incorporando o nome Rio Branco como sobrenome.

Seus escritos foram publicados em sua maior parte como artigos na imprensa ou documentos oficiais. Grande parte de sua produção bibliográfica encontra-se disponível nos arquivos do Itamarati. Há uma reimpressão recente (1999) do livro organizado por Rodolfo Garcia em 1945, intitulado *Efemérides brasileiras/Barão do Rio Branco*, que reúne suas principais contribuições ao *Jornal do Brasil*.

A seu respeito, foram publicados os seguintes livros: *Rio Branco e as fronteiras do Brasil*, de Artur Guimarães de Araújo Jorge (1904); *Rio Branco (Biografia)*, de Álvaro Lins (1945); *A vida do Barão do Rio Branco*, de Luís Viana Filho (1959); *Barão do Rio Branco*, de Márcio Tavares D'Amaral (1974); *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco: uma biografia fotográfica*, da Fundação Alexandre de Gusmão (1995); *Rio Branco, o Brasil no mundo*, de Rubens Ricúpero (2000), e *Rio Branco. A Monarquia e a República*, de Cristina Patriota de Moura (2003).

Cristina Patriota de Moura

FONTES: D'AMARAL, M. *Barão*; GARCIA, R. *Efemérides*; JORGE, A. *Rio Branco*; LINS, A. *Rio Branco*; MOURA, C. *Monarquia*; RICUPERO, R. *Rio Branco*; RICUPERO, R.; ARAÚJO, J.; JOPPERT, R. *Barão*; VIANA FILHO, L. *Vida*.

RIO, PIRES DO

*jornalista; min. Viação 1919-1922; dep. fed. SP 1924-1925; pref. São Paulo 1926-1930; min. Faz. 1945-1946.

José Pires do Rio nasceu em Guaratinguetá (SP) no dia 26 de novembro de 1880.

Fez seus primeiros estudos no Ginásio São Joaquim, de Lorena (SP), ingressando depois no curso anexo mantido pela Faculdade de Direito de São Paulo. Com 16 anos de idade matriculou-se na Escola de Engenharia de Ouro Preto (MG), pela qual se formou em 1903, recebendo como prêmio uma viagem à Europa. Diplomou-se também pela Escola de Farmácia da mesma cidade, cujo curso frequentou enquanto completava os últimos anos do anterior.

Iniciou sua carreira profissional como engenheiro nas obras do porto do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, sendo encarregado, entre 1906 e 1910, de diversas missões no exterior. Depois de lecionar hidráulica na Escola Politécnica da Bahia entre 1912 e 1914, trabalhou na construção do porto do Rio Grande (RS), sendo nomeado a seguir diretor de um dos distritos da Inspetoria de Obras contra as Secas.

Estudioso das fontes de energia, foi comissionado pelo governo federal para estudar a potencialidade do carvão mineral — sua especialidade — extraído no Rio Grande do Sul. Em 1916 publicou *O combustível na economia universal*, no qual atribuiu ao emprego do carvão de pedra enorme importância na industrialização e na construção do poderio das nações, opinião que reafirmaria em 1942 no prefácio à segunda edição, onde apontou a existência de reservas de carvão suficientes “para milênios de utilização” enquanto o petróleo, segundo ele, se esgotaria na década de 1960.

Trabalhou como inspetor federal nas estradas de ferro Madeira-Mamoré e Belém-Bragança até 1919, quando, apesar de praticamente desconhecido no plano nacional, foi escolhido para ocupar o Ministério da Viação e Obras Públicas do governo de Epitácio Pessoa (1919-1922). A eleição do novo presidente da República, oriundo da Paraíba, bem como a composição do seu gabinete — desprovido de nomes de expressão nacional e sem compromisso direto com os grandes estados — refletia a fórmula de conciliação encontrada pelas principais forças políticas do país depois da morte do presidente eleito, Rodrigues Alves, em 15 de janeiro de 1919.

Durante a gestão de Pires do Rio no ministério, foram contratadas firmas estrangeiras de engenharia para a realização de obras de grande porte voltadas principalmente para o combate às secas do Nordeste, como o reservatório de Orós (CE), com capacidade de represar quatro bilhões de metros cúbicos de água. Visando assegurar a continuidade do apoio financeiro para esses projetos, foi criado um fundo especial para financiamento de obras de irrigação de terras cultiváveis no Nordeste, composto de 2% da receita anual da União e dos estados da região. Entretanto, esses trabalhos foram interrompidos no governo de Artur Bernardes, só recuperando o seu dinamismo após a Revolução de 1930.

Entre 24 de maio e 15 de novembro de 1922, Pires do Rio acumulou interinamente a pasta da Agricultura, Indústria e Comércio, em virtude da exoneração do titular Ildefonso Simões Lopes. Com o fim do governo de Epitácio Pessoa, retornou a São Paulo, onde foi eleito deputado federal em 1924, iniciando o mandato no dia 3 de maio. Renunciou às funções parlamentares em 31 de dezembro de 1925 para concorrer vitoriosamente ao cargo de prefeito municipal de São Paulo, que assumiu no ano seguinte e exerceu também durante o governo estadual de Júlio Prestes (1927-1930). Como prefeito contratou o engenheiro Francisco Prestes Maia, que elaborou o plano urbanístico da cidade, incluindo a retificação do rio Tietê e a construção de praças e avenidas.

Reeleito em 1930, teve sua posse impedida pela vitória da Revolução de Outubro, que o manteve afastado de cargos públicos por vários anos. Nesse período mudou-se para o Rio de Janeiro, onde foi diretor da Companhia Comércio e Navegação, dedicada à construção naval, e diretor-tesoureiro do *Jornal do Brasil* que, na época, atravessava difícil situação financeira. Exerceu esse cargo até o fim de sua vida e definiu uma orientação comercial que prevaleceu até 1950, fazendo com que o jornal se concentrasse nos anúncios, abdicando de maior envolvimento nas questões políticas e culturais do país. Sua política de contenção de despesas provocou inúmeras divergências e atritos com o corpo de funcionários.

Em 1937, foi convidado pelo ministro da Agricultura, Odilon Braga, para presidir a Comissão do Petróleo, embrião do Conselho Nacional do Petróleo, criado no ano seguinte. Em 1939 tornou-se vice-presidente do recém-criado Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, cargo em que permaneceu até 1944.

Após a deposição de Getúlio Vargas, ocorrida em 29 de outubro de 1945, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Linhares, assumiu em caráter provisório a

presidência da República e convidou Aníbal Freire — também ministro do STF e membro da direção do *Jornal do Brasil* — para ocupar o Ministério da Fazenda. Este, alegando idade avançada, indicou o nome de Pires do Rio que, nomeado no dia 1º de novembro de 1945, assumiu o cargo em uma conjuntura marcada pelo fim do Estado Novo e a vitória dos países aliados na Segunda Guerra Mundial. As potências ocidentais vitoriosas, lideradas pelos Estados Unidos, preconizavam o fim do protecionismo econômico e a busca de estabilidade cambial e monetária dentro das normas definidas na Conferência de Bretton Woods (Estados Unidos, 1944), procurando eliminar os entraves à expansão do comércio mundial.

Fortalecido pela conjuntura internacional, um grupo de economistas brasileiros encabeçado por Eugênio Gudin criticava profundamente o governo Vargas, atacando sobretudo a intervenção estatal na economia e a adoção de medidas protecionistas no campo das relações de comércio. Pires do Rio posicionava-se em um meio-termo entre o que considerava “excessivo protecionismo” e o total liberalismo alfandegário preconizado pelos seguidores de Gudin. Conforme escreveu no relatório intitulado *As condições atuais do Brasil*, apresentado ao presidente José Linhares em dezembro de 1945, “sem tarifas aduaneiras o Brasil não poderia sustentar várias indústrias agrárias, como a de laticínios e a de açúcar, e não poderia talvez explorar as salinas de sua terra. Cumpre, entretanto, não exagerar esse protecionismo para não sacrificar a maioria do povo brasileiro à minoria industrial do país”.

Segundo ele, o principal problema da economia brasileira era a inflação, que desde 1940 apresentava tendência crescente, alimentada pela emissão de papel-moeda para cobrir o déficit orçamentário, “velha moléstia do Brasil financeiro”. A manutenção de uma taxa cambial artificialmente baixa para proteger os industriais e os exportadores de café e algodão, a compra de ouro pelo Tesouro Nacional e a realização de obras públicas inúteis eram, a seu ver, os principais fatores deficitários que precisavam ser combatidos. Empenhado em evitar novas emissões, Pires do Rio recorreu à venda de parte do ouro existente para fornecer numerário ao Tesouro, limitou as operações da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil e transferiu para a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), criada em fevereiro de 1945, as atribuições da Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária. Entretanto, o aumento geral dos servidores civis e militares,

incluindo reformados, inativos e pensionistas, elevou as despesas públicas no exercício de 1946 em mais de dois bilhões de cruzeiros, sem que tivesse havido previsão de recursos destinados ao seu pagamento, o que frustrou parcialmente as medidas financeiras e administrativas de sua gestão no combate à inflação.

O ministro referendou ainda decretos-leis e decretos criando o Serviço de Importação Aérea e a Estação Aduaneira em São Paulo, alterando o regulamento para a fiscalização aduaneira dos transportes aéreos, e substituindo a Tesouraria da Caixa de Amortização pelas tesourarias da Dívida Pública Interna e Fundada e a Tesouraria do Meio Circulante. Nesse período, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) teve suas atribuições restringidas ao estudo e orientação dos problemas de administração pública, tornando-se órgão consultivo do serviço civil federal, sem poder executivo ou fiscalizador, transferidos para os próprios ministérios de cada área. Em virtude dessa reorganização, o Conselho de Administração do Material e a Divisão do Material, que integravam o DASP, passaram a se subordinar ao Departamento Federal de Compras do Ministério da Fazenda.

No dia 31 de janeiro de 1946 o general Eurico Gaspar Dutra tomou posse na presidência da República, e no dia seguinte Pires do Rio transmitiu seu cargo para o novo titular da pasta da Fazenda, Gastão Vidigal.

Faleceu em Calcutá, na Índia, durante excursão turística, no dia 23 de julho de 1950. Era celibatário.

Estudioso de economia e sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em cuja revista colaborou, Pires do Rio deixou as seguintes obras: *O combustível na economia universal* (1916), *Assuntos de política econômica* (1917), *Ofício* (1928), *Realidades econômicas do Brasil* (1945), *As condições atuais do Brasil* (1945) e *A moeda brasileira e seu perene caráter fiduciário* (1947).

Seu nome foi dado a um município do estado de Goiás.

Jorge Miguel Mayer

FONTES: BELEZA, N. *Evolução*; BULHÕES, A. *Ministros*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; COSTA, E. *Grandes*; *Encic. Mirador*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; LEITE, A. *Páginas*; LIMA, J. *Como*; MELO, L. *Dicionário*; MIN. FAZ.

Ministros; Novo dic. de história; Personalidades; PESQ. F. BARBOSA; SILVA, H.
1945.

RIOS, Artur

* const. 1891; dep. fed. BA 1891-1899; sen. BA 1899-1906.

Artur César Rios nasceu em Salvador no dia 16 de julho de 1846, filho de Manuel Alves da Cruz e de Maria Joaquina de Seixas Vieira.

Cursou a Faculdade de Medicina da Bahia e colou grau de doutor em 1870 mediante a aprovação da tese *Hemorragias traumáticas*. No mesmo ano o trabalho foi publicado pela Tipografia do Diário da Bahia. Ainda estudante destacou-se como médico na Guerra do Paraguai (1864-1870), integrando o Batalhão de Voluntários da Pátria. Por sua atuação foi nomeado cirurgião efetivo do Exército. Recebeu também o grau de cavaleiro da Ordem de Cristo e de oficial da Ordem da Rosa, e a medalha da Campanha do Paraguai. Ao regressar ao Brasil, foi nomeado diretor da Escola Agrícola de São Bento das Lajes, distinguindo-se no exercício do cargo segundo a avaliação do presidente da província, terceiro barão de São Francisco (1878-1881).

Como todos os intelectuais da época, também atuou no jornalismo, chegando à posição de redator do *Correio da Bahia* entre os anos de 1872 e 1876. Iniciou sua carreira política como deputado provincial na legislatura 1872-1873, obtendo reeleições para as legislaturas 1874-1875 e 1878-1879. Em 1878 ocupou a terceira vice-presidência da Assembleia Legislativa Provincial. A partir de 1879 dedicou-se também à lavoura, em seu engenho no município de Santo Amaro da Purificação, e tornou-se sócio da Usina Terra Nova. Em 1888 foi nomeado fiscal do Banco da Bahia, em substituição a Augusto Guimarães.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889 e convocadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, foi eleito deputado em 15 de setembro de 1890 e, dirigindo-se ao Rio de Janeiro, tomou posse em 15 de novembro seguinte. Em seu primeiro discurso, tratou da questão do reconhecimento de poderes. Denunciou a ocorrência de fraude na eleição na Bahia, onde algumas atas haviam sido alteradas de forma grosseira em favor do capitão Salvador de Aragão e em detrimento do conselheiro Prisco Paraíso. Seu discurso impressionou os demais deputados, em virtude da riqueza de detalhes acerca da

fraude. Logo no início dos trabalhos, quando se discutiu se a Constituinte deveria assumir todos os poderes ou delegá-los ao governo provisório, assinou a moção de Ramiro Barcelos, que reservava à Constituinte unicamente a tarefa de elaborar a Constituição.

Foi o autor da emenda que estabelecia a divisão política dos estados e constituía o Distrito Federal em substituição ao antigo Município Neutro. Nela constava que, quando o Congresso Nacional julgasse oportuno, seria feita a transferência da capital federal para o Planalto Central do país, reservando-se aí, para a União, uma área com quatrocentas léguas quadradas. Também estabeleceu nessa emenda que o Imposto do Selo Federal seria exclusivo da União, cobrado unicamente nos atos e negócios que lhe dissessem respeito; que nos atos e negócios dos estados, estes teriam o direito de emitir seus selos; que somente à maioria do Congresso caberia o direito de adiar ou prorrogar suas sessões; que o subsídio dos senadores deveria ser maior que o dos deputados. Dessa emenda só não foi aprovada a parte que dizia respeito aos vencimentos dos congressistas. Além disso, no segundo turno de votação, o artigo que atribuía ao Legislativo a prerrogativa de prorrogar suas sessões foi mudado, sendo esse poder transferido ao presidente da República.

Em outra emenda que apresentou, propôs que o Congresso Nacional começasse suas sessões ordinárias no dia 15 de junho de 1891; e que os Congressos Constituintes estaduais se reunissem depois de 40 dias da promulgação da nova Constituição. Posicionou-se a favor da emenda que determinava que a União assumisse as dívidas contraídas pelos estados até 15 de novembro de 1890. Apoiou a idéia de Virgílio Damásio, consubstanciada também em emenda, dando uma pensão ao ex-imperador Pedro II. Votou contra a proposta de Nilo Peçanha que incompatibilizava para o cargo de governadores efetivos dos estados aqueles que houvessem sido nomeados para essa função pelo governo provisório, por considerar que essa incompatibilidade deveria ser estabelecida pelos próprios estados. Assinou também a emenda de Marciano de Magalhães, que determinava que o sistema eleitoral deveria ter por base a representação proporcional das maiorias e minorias, e proibia terminantemente que o Poder Executivo tivesse qualquer ingerência nos pleitos. Votou, nominalmente, a favor da emenda do deputado José Mariano, que concedia aos

estados um adicional de 15% sobre as importações.

Promulgada a Constituição em 24 de fevereiro de 1891, e iniciada em junho a legislatura ordinária, tomou assento na Câmara dos Deputados com mandato até dezembro de 1893 e foi reeleito para a legislatura 1894-1896. Em outubro de 1896, ao lado do senador Severino Vieira, atuou junto ao então governador da Bahia, Luís Viana, para atender ao desejo do deputado paulista e chefe do Partido Republicano Federal (PRF), Francisco Glicério (cognominado “general das 21 brigadas” em função de sua ascendência sobre as bancadas dos 21 estados membros da Federação), que se opunha firmemente à inclusão do nome de J. J. Seabra na chapa de candidatos à Câmara dos Deputados. Seabra, por sua vez, contava com o apoio do seu tio, almirante Alves Barbosa, ministro da Marinha, e do vice-presidente Manuel Vitorino. Sem outra solução, Luís Viana foi obrigado a ceder aos apelos do vice-presidente, e J. J. Seabra foi indicado para concorrer como candidato do 1º distrito, formado unicamente pelo município de Salvador, o que lhe garantiu a vitória. Também Artur Rios foi eleito, iniciando novo mandato em maio de 1897.

Nesse mesmo mês, deu-se a revolta da Escola Militar, considerada então um forte reduto de florianistas, contra o governo do presidente Prudente de Moraes (1894-1898). A revolta foi sufocada sem maiores desdobramentos. Entretanto, especulou-se que o deputado general Glicério, líder da maioria na Câmara, estava por trás do levante. Por conta disso o deputado pernambucano Rosa e Silva propôs a Artur Rios, então presidente da Câmara e correligionário do presidente da República, uma articulação com o fim de derrubar Glicério da liderança e afastá-lo do presidente. Optou-se por apresentar uma moção de apoio ao presidente Prudente de Moraes. Lembrando-se dos ressentimentos de J. J. Seabra em relação a Glicério, Artur Rios indicou o nome do deputado baiano para apresentar a moção em plenário. Prontamente Seabra aceitou a missão e, na sessão de 28 de maio, apresentou um requerimento para que a Câmara nomeasse uma comissão com o fim de se congratular com o presidente da República “pela manutenção da ordem pública e prestígio da Constituição, no dia 6 do corrente”. A proposta tinha por fim colocar o líder do governo em situação difícil: ou apoiava a moção, condenando o comportamento dos jovens militares

sublevados, ou ao contrário, apoiava ao presidente, o que era de sua obrigação como líder do governo, e ficava contra os militares. Pego de surpresa, Glicério colocou-se contra a proposta, que foi derrotada por 86 votos contra 60. No dia seguinte, o *Jornal do Comércio* publicou uma nota oficiosa, declarando que o general Glicério não mais interpretava o pensamento do governo. Com isso cindiu-se o PRF. Seabra deu o troco ao general Francisco Glicério, e o prestígio de Artur Rios cresceu junto ao presidente da República.

Em 1898, foi eleito senador na vaga de Severino Vieira, que assumiu o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas no governo Campos Sales (1898-1902). Renunciando ao mandato na Câmara dos Deputados, tomou posse no Senado em 1899 e foi indicado membro das comissões de Saúde Pública e de Estatística e Colonização.

Faleceu em 25 de agosto de 1906, no Rio de Janeiro, em pleno exercício do mandato de senador.

Casado com Adélia de Mauro Rios, teve cinco filhos. Deles, Eduardo César Rios foi promotor público da comarca de Nazaré (1895-1896), diretor-secretário da Junta Comercial (1896-1935) e secretário da Fazenda (1928-1930).

Liliane de Brito Freitas/Consuelo Novais Sampaio

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ARAGÃO, A. *Bahia*; CÂM. DEP. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/>>. Acesso em: 20/2/2009; *Diário de Notícias* (27/8/1906), *Tarde*. Senador Artur César Rios; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; PRAZERES, O. *Bahia*; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (263, p. 64); SANTOS, E. J.J. *Seabra* (p. 27); SAMPAIO, C. *Memória* (p. 60/61); SENADO. *Dados biográficos*.

RIPPER, Artur Palmeira

*dep. fed. SP 1906-1908 e 1912-1923.

Artur Palmeira Ripper nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 26 de fevereiro de 1871.

Formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e passou a clinicar em São Paulo. Tornou-se inspetor sanitário da capital paulista e atuou em diversas comissões sanitárias que visitaram cidades do interior. De 1904 e 1905 foi ajudante do Instituto Bacteriológico do estado, mas demitiu-se para ingressar na política, ajudado por seu sogro, o senador paulista Alfredo Ellis (1903-1925).

Em 1906 foi eleito deputado federal pelo estado de São Paulo na legenda do Partido Republicano Paulista (PRP). Assumiu em maio desse ano sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e nela permaneceu até dezembro de 1908. Voltou a ser eleito em 1912, 1915, 1918 e 1921. Durante esses anos, integrou a Comissão de Saúde Pública da Câmara dos Deputados. Permaneceu no Legislativo até dezembro de 1923, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 30 de dezembro de 1939.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

ROCHA, Alfredo Casimiro da

*dep. fed. SP 1894-1899.

Alfredo Casimiro da Rocha nasceu em Salvador no dia 4 de março de 1856, filho de Filipa Joaquina Dantas.

Fez os estudos iniciais com muita dificuldade, já que sua mãe, negra pobre de Salvador, não pôde matriculá-lo em um bom colégio. Com ajuda de alguns professores da capital baiana, ingressou Faculdade de Medicina da Bahia e formou-se em 1877. Sua tese de doutoramento intitulou-se *Do diagnóstico e tratamento do beribéri*.

Em 1878 mudou-se para a província de São Paulo em busca de um melhor lugar para desenvolver sua prática profissional, fugindo do preconceito de sua cidade natal. De início morou em Avaré, mas devido a uma infecção pulmonar mudou-se para Cunha, em busca de um clima onde poderia combater a doença. Nessa cidade estabeleceu-se como médico de grande importância e iniciou sua carreira política. Em 1879 foi eleito vereador pelo Partido Liberal. Defendeu a causa republicana, fundando o Clube Republicano de Cunha, e a causa abolicionista, atuando na libertação de muitos escravos da cidade. Em 1883, já filiado ao Partido Republicano Paulista (PRP), chegou à presidência da Câmara Municipal. Tornou-se importante líder político, sendo representante do município nas convenções do PRP realizadas em 1887, 1888 e 1889. Ainda durante o Império casou-se a primeira vez, com Adélia Rocha, falecida em 1887, com quem teve sua primeira filha.

Quando o marechal Deodoro da Fonseca, sustentado por setores do Exército e por civis, instalou o regime republicano em 15 de novembro de 1889, foi um dos líderes do movimento em Cunha. Nesse momento, aproximou-se de Francisco Glicério, líder republicano paulista de quem seria aliado durante toda a vida. Em 1892, foi eleito deputado estadual pelo PRP para a legislatura 1892-1894. Em 1894 foi eleito deputado federal pelo estado de São Paulo e em 1897foi reeleito. Ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de maio de 1894 até dezembro de 1899. Como deputado federal, fez parte da Comissão de Instrução Pública e Higiene. Em 1902 uniu-se a

Maria do Carmo Rodrigues, com quem teve dois filhos e somente se casaria oficialmente em 15 de dezembro de 1930.

Em 1907 foi mais uma vez eleito deputado estadual pelo PRP. Sucessivamente reeleito, exerceria o mandato até o ano de 1923, acumulando-o com outras funções. Além de continuar representando Cunha em vários congressos estaduais do PRP, em 1916 voltou à Câmara Municipal dessa cidade, assumindo a presidência da Casa. Em 1918 combateu a epidemia de gripe espanhola que assolava o município e em 1923 renunciou ao mandato para assumir a prefeitura de Cunha, até 1924. Em 1925 elegeu-se senador estadual pelo PRP, permanecendo no Senado paulista até outubro de 1930, quando da vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Opositor do governo Vargas, em 1932 apoiou a Revolução Constitucionalista, deflagrada em São Paulo exigindo a reconstitucionalização imediata do país, e ofereceu préstimos às tropas revoltosas. Após o conflito, em 16 de dezembro de 1933, foi nomeado pelo interventor Armando Sales (1933-1935) prefeito de Cunha, mas ocupou o cargo por poucos dias, falecendo em 29 de dezembro.

Oracy Nogueira escreveu sobre ele *Negro político, político negro: a vida do doutor Alfredo Casimiro da Rocha, parlamentar da República Velha*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CALIMAN, A. *Legislativo*; NOGUEIRA, O. *Negro político*.

ROCHA, Álvaro [ver também entrada em SILVA]

*dep. fed. RJ 1924-1927; interv. RJ 1947.

Álvaro Rocha Pereira da Silva nasceu na freguesia de Nossa Senhora da Piedade das Ipiabas, no município de Valença, atualmente vila de Ipiabas, no município de Barra do Piraí (RJ), em 9 de fevereiro de 1874, filho do tenente-coronel João José Pereira da Silva e de Guilhermina Rocha Pereira da Silva.

Frequentou o internato do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, então capital do Império, até o quinto ano. Ingressou então no curso anexo da Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se bacharelou em 1895. Ainda nesse ano foi nomeado oficial de gabinete do presidente do estado do Rio de Janeiro, Joaquim Maurício de Abreu, permanecendo no cargo até o fim do governo, em dezembro de 1897. Em 1898 passou a residir em Barra do Piraí e ali exerceu a advocacia até setembro, quando foi nomeado promotor de justiça. Posteriormente, deixou essa função para militar na política nas fileiras do Partido Republicano Fluminense (PRF), cuja comissão executiva passou a integrar. Foi vereador em Barra do Piraí em várias legislaturas a partir de 1907, tendo presidido, desse ano até 1910, a Câmara Municipal.

Eleito deputado à Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, foi escolhido líder da maioria em 1913 e 1914. Defendeu a autonomia fluminense contra o que denominava “ditadura judiciária”, a qual finalmente triunfou com a ascensão de Nilo Peçanha à presidência do estado em 31 de dezembro de 1914. Em dezembro de 1915 elegeu-se novamente vereador, passando a controlar, juntamente com seus correligionários, a Câmara Municipal de Barra do Piraí. Insatisfeito com os resultados eleitorais, o vereador oposicionista Antônio Brás de Moraes Barbosa apresentou recurso visando a anular a eleição de alguns vereadores pertencentes à situação. Esse objetivo foi atingido, o que lhe permitiu elevar o número de correligionários de dois para oito vereadores e assim obter a presidência da casa. Álvaro Rocha, ainda que tenha garantido seu mandato, passou à condição de oposicionista.

Em 1923, já no governo de Artur Bernardes (1922-1926), os políticos situacionistas em Barra do Piraí, que faziam oposição ao governo federal, foram depostos, e Álvaro Rocha voltou a orientar a política situacionista do município, o que faria até 1930. Ainda em 1923,

eleito para a Assembleia Legislativa, integrou a Comissão de Verificação de Poderes da eleição do presidente e vice-presidente do estado, efetuada durante o período de intervenção federal. Nesse mesmo ano, conseguiu que a Light estendesse as linhas telefônicas de Barra do Piraí até Ipiabas. Em dezembro de 1923 cessou a intervenção federal, e Feliciano Pires de Abreu Sodré assumiu a presidência do estado (1923-1927).

Em 1924 elegeu-se deputado federal, exercendo o mandato até 1926. Nesse período, participou da reforma da Constituição. Foi reeleito em 1927, mas renunciou ao mandato no mesmo ano para exercer as funções de secretário do Interior e Justiça do estado do Rio, durante o governo Manuel Duarte (1927-1930). Com a Revolução de 1930, que resultou na deposição de Manuel Duarte e sua substituição por Demócrito Barbosa, deixou a secretaria e voltou para Barra do Piraí, reabrindo sua banca de advogado.

Em 1934 retornou à política e obteve a primeira suplência de deputado federal na legenda do Partido Evolucionista. Durante o governo de Protógenes Pereira Guimarães (1935-1937), foi presidente da comissão encarregada da nova divisão administrativa do estado do Rio. Em fevereiro de 1939, já na vigência do Estado Novo (1937-1945), foi nomeado membro do conselho administrativo da Caixa Econômica Federal do estado, instalada em Niterói.

Após a redemocratização do país, foi nomeado, em 8 de fevereiro de 1947, interventor federal no estado do Rio de Janeiro, em substituição a Francisco Santos. Exerceu esse cargo até 24 de fevereiro, quando foi substituído pelo general Edmundo de Macedo Soares e Silva.

Foi também presidente do Conselho Administrativo do Estado do Rio de Janeiro. Prestou serviços profissionais gratuitos à Casa de Caridade Santa Rita, de cujas primeiras administrações participou, e presidiu o antigo Banco Popular, posteriormente denominado Banco da Barra do Piraí. Foi ainda delegado escolar e adjunto de procurador seccional da República.

Faleceu em Niterói em 1964.

FONTES: ASSEMB. LEGISL. RJ. *Anais* (26/7-31/10 1912). BARCELOS, A. *Barra*; CÂM. DEP. *Deputados*; CORRESP. GOV. EST. RJ; *Encic. Mirador*; IORIO, L. *Valença*; LACOMBE, L. *Chefes*.

ROCHA, Aristides

*dep. fed. AM 1921-1923; sen. AM 1924-1930.

Aristides Rocha nasceu em Piracuruca (PI) no dia 9 de agosto de 1882, filho do coronel José Narciso da Rocha e de Maria Emília de Resende da Rocha.

Iniciou seus estudos em Manaus e completou sua formação na Faculdade de Direito do Recife, pela qual se bacharelou em 1907. De volta a Manaus, exerceu durante longo período a profissão de advogado e tornou-se professor de teoria e prática do processo na Faculdade de Direito do Amazonas. Em 1912, integrando o Partido Republicano Democrata do Amazonas, passou a escrever no jornal oficial do partido, *O Tempo*.

Ainda em 1912 foi eleito pela primeira vez deputado estadual com apoio do Partido Republicano Democrata, para a legislatura 1912-1914. Reeleito para as duas legislaturas seguintes, permaneceu na Assembleia Legislativa até 1920. Em 1921, sempre com o apoio de seu partido, foi eleito deputado federal pelo Amazonas. Tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Feral, em maio do mesmo ano e exerceu o mandato até dezembro de 1923. Em 1924 elegeu-se senador, com mandato de nove anos. Empossado em maio do mesmo ano, participou da Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Teve o mandato interrompido em outubro de 1930, com a vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu os órgãos legislativos do país. Na ocasião, teria sido enviado para a Europa, juntamente com outras figuras representativas da política brasileira. Ao retornar, dedicou-se à advocacia e ao magistério.

Faleceu em Manaus no dia 13 de setembro de 1950.

Foi casado com Pergentina de Resende Rocha, com quem teve três filhos.

Maria Eugenia Bertarelli

FONTES: BITTENCOURT, A. *Dicionário*; CASA CIVIL. GOV. AM. Disponível em: <<http://www.casacivil.am.gov.br>>. Acesso em: 14/10/2010; SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 14/10/2010.

ROCHA, Artur

*dep. fed. RS 1894-1905 e 1921-1923.

Artur Pinto da Rocha nasceu em Rio Grande (RS) no dia 26 de dezembro de 1860, filho do português Antônio Joaquim Pinto da Rocha, visconde de Pinto da Rocha, e de Constança Pinheiro da Cunha Rocha.

Estudou as primeiras letras no Colégio União, em Rio Grande, fez os preparatórios no Rio de Janeiro em 1875 e foi para Portugal no mesmo ano. Frequentou, no Porto, os colégios Britânico, Parisiense e Nossa Senhora da Glória, e completou os estudos no Liceu Nacional de Lisboa e na Escola Politécnica. Matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde concluiu o curso de direito em 1884.

De volta ao Rio Grande do Sul, de 1889 a 1890 foi redator-chefe de *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), agremiação a que pertencia. Em 1891 foi nomeado promotor público da comarca da capital e exerceu o cargo 1892, quando Júlio de Castilhos deixou a presidência do estado. Com a volta de Júlio de Castilhos ao governo em 1893, voltou também ao exercício da promotoria, mas se exonerou por haver sido eleito deputado à Assembleia dos Representantes. Nesse período, foi nomeado tenente-coronel honorário do Exército, por decreto do marechal Floriano Peixoto, como recompensa aos relevantes serviços prestados em defesa da República.

Em março de 1894 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul para a legislatura 1894-1896. Empossado em maio seguinte na Câmara dos Deputados, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, renovou o mandato em 1897, 1900 e 1903. Em 1900 foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de Porto Alegre, onde passou a ministrar a cadeira de direito internacional. Tornou-se diretor da *Gazeta do Comércio*, em Porto Alegre, em 1901, e exerceu a função até o ano de 1906. Em dezembro de 1905, encerrou o mandato na Câmara.

Durante a campanha presidencial de 1910, assumiu a direção do jornal *Diário de Notícias* a convite de Rui Barbosa, que disputava a presidência com o marechal Hermes da Fonseca.

Terminada a campanha com a vitória do segundo, embarcou para Europa, de onde regressou em 1912. Tornou-se membro da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, no Rio de Janeiro, e a presidiu de 1918 a 1921. Nesse ano, foi novamente eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul para a legislatura 1921-1923. Na Câmara destacou-se nos debates, defendendo a situação do Rio Grande do Sul durante a Revolução de 1923 e discutindo todas as importantes questões jurídicas e políticas que agitaram nesse tempo o Poder Legislativo. Concluiu o mandato ao final da legislatura.

Em 9 de dezembro de 1926, tomou posse como ministro do Supremo Tribunal Militar, e permaneceu no posto até seu falecimento.

Foi também fundador do periódico *Rio Grande do Sul*, jornal político da cidade de Rio Grande, sócio benemérito das associações dos Empregados do Comércio de Porto Alegre e Rio Grande, presidente de honra da Academia de Letras do Rio Grande do Sul, sócio do Instituto da Ordem Dos Advogados, professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e representante do governo do estado no Congresso Jurídico Americano.

Faleceu no Rio de Janeiro em 18 julho de 1930.

Publicou *Testamento do passado* (1887); *Cartas abertas: réplica e tréplica do Exmo. Sr. Dr. Conrado Miller de Campos* (1902); *A farsa* (1903); *A samaritana* (1905); *Visão de Colombo* (1908); *Talita – opiniões*; *O regicídio* (1908); *Um homem de Plutarco* (1909); *Discursos parlamentares* (1910); *História diplomática do Brasil* (1916); *A política brasileira no Prata até a Guerra com Rosas, Revista do IHGB* (1915); *O júri e a sua evolução* (1919); *O dilema* (peça representada pela Cia Itália Fausta no Teatro Municipal, 1920); *Entre dois berços* (peça representada pela Cia. Dramática Nacional no Teatro República, 1920); *História da colonização portuguesa no Brasil* (1924).

Raimundo Helio Lopes/ Izabel Noll

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; MARTINS, A. *Escritores*; VILLAS-BÔAS, P. *Dicionário*.

ROCHA, Brochado da 2

*militar; rev. 1922; const. 1946; dep. fed. RS 1946-1947 e 1951-1955.

José Diogo Brochado da Rocha nasceu em Porto Alegre no dia 15 de agosto de 1904, filho de Otávio Francisco da Rocha, engenheiro militar, e de Inácia Brochado da Rocha. Seu irmão, Francisco de Paula Brochado da Rocha, foi revolucionário em 1930, consultor-geral da República de 1955 a 1956 e primeiro-ministro em 1962.

Fez os primeiros estudos no Ginásio Anchieta, em Porto Alegre, ingressando em seguida no Colégio Militar do Rio de Janeiro, no então Distrito Federal, onde formou-se agrimensor.

Aluno da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, desde fevereiro de 1921, participou da Revolta de 5 de Julho do ano seguinte, movimento que iniciou o ciclo de levantes tenentistas da década de 1920. Irrompida no Rio de Janeiro e em Mato Grosso, em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e as punições impostas pelo governo Epitácio Pessoa aos militares — fechamento do Clube Militar e prisão do marechal Hermes da Fonseca —, a revolta foi debelada no mesmo dia, tendo envolvido, em Mato Grosso, o contingente local do Exército e, no Rio, o forte Copacabana, a Escola do Realengo e efetivos da Vila Militar.

Excluído das forças armadas, Brochado da Rocha ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde formou-se engenheiro civil em 1926. No ano seguinte, passou a trabalhar como engenheiro na Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, ingressando nas fileiras do partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Mais tarde passou a integrar a comissão central do PRR, do qual foi também secretário-geral. Engajado na campanha da Aliança Liberal (1929-1930), foi designado secretário-geral do comitê gaúcho em prol das candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa à presidência e vice-presidência da República. Após a derrota da chapa liberal no pleito de 1930 e a vitória da revolução de outubro daquele ano, foi nomeado prefeito de São Pedro, atual município de Flores da Cunha (RS), cargo que exerceu até o ano seguinte. De 1931 a 1932 foi prefeito do Viamão (RS).

Reintegrado aos quadros do Exército, serviu no 18º Regimento de Infantaria, em Porto Alegre, sendo promovido a primeiro-tenente e a capitão em janeiro e fevereiro de 1937. Já durante o Estado Novo (1937-1945), em setembro de 1938, Brochado da Rocha

alcançou a patente de major e em abril de 1943 a de tenente-coronel. Em 1944 assumiu a direção da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, função que exerceu até o ano seguinte.

Em 1945, com a desagregação do Estado Novo, participou da fundação do Partido Social Democrático (PSD), sendo eleito vice-presidente da sua comissão executiva no Rio Grande do Sul. No pleito de dezembro desse mesmo ano elegeu-se deputado pelo Rio Grande do Sul à Assembléia Nacional Constituinte, na legenda do PSD, assumindo o mandato em fevereiro de 1946. Participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta (18/9/1946), passou a exercer o mandato ordinário. Eleito em janeiro de 1947 deputado à Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul, agora na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), renunciou ao mandato federal em março de 1947, quando assumiu sua cadeira no Legislativo gaúcho. Participou dos trabalhos constituintes e, após a aprovação da nova Carta estadual, passou a exercer o mandato ordinário. Em 1949 assumiu interinamente, na condição de presidente da Assembléia Legislativa, o governo do Rio Grande do Sul, durante impedimento do governador Válter Jobim (1947-1951). Em dezembro do mesmo ano foi promovido a coronel.

Em outubro de 1950 elegeu-se deputado federal pelo seu estado na legenda do PTB. Concluindo o mandato estadual em janeiro de 1951, assumiu a cadeira na Câmara dos Deputados no mês seguinte, sendo escolhido líder de seu partido e da maioria em 1952. Em 1953 desligou-se do PTB, filiando-se ao Partido Social Progressista (PSP), em cuja legenda concorreu no pleito de outubro de 1954 ao governo do Rio Grande do Sul. Foi contudo derrotado por Ildo Meneghetti, candidato da Frente Democrática, coligação integrada pelo PSD, a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Libertador (PL). Concluiu o mandato em janeiro de 1955, não mais retornando à Câmara.

General da reserva, foi também subcomandante do 2º Batalhão de Pontoneiros, sediado em Cachoeira (RS), chefe do Serviço de Engenharia da 3ª Região Militar, sediada em Porto Alegre, comandante do 3º Batalhão de Engenharia, também na capital gaúcha, comandante do 1º Batalhão Ferroviário, em Santa Maria (RS), e presidente do Círculo Militar de Porto Alegre. Coursou ainda a Escola das Armas e a Escola de Estado-Maior do Exército, ambas no Rio de Janeiro.

Foi membro do Conselho do Plano Diretor de Porto Alegre e do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 21 de maio de 1981.

Foi casado com Francisca Divan Brochado da Rocha, com quem teve uma filha.

FONTES: AUDRÁ, A. *Bancada*; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CÂM. DEP. *Relação nominal dos senhores*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; FRANCO, A. *Escalada*; *Grande encic. Delta*; *Jornal do Brasil* (22/5/1981); MIN. GUERRA. *Almanaque* (1952); *Movimento de 5*; *Quem é quem no Brasil*; SILVA, G. *Constituinte*; SILVA, R. *Notas*; TIMM, O.; GONZALEZ, E. *Álbun*; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (1, 2 e 7).

ROCHA, Caetano Munhoz da

* pres. PR 1920-1928; sen. PR 1928-1930.

Caetano Munhoz da Rocha nasceu em Antonina, localidade próxima de Paranaguá (PR), em 14 de maio de 1879, filho de Bento Rocha e de Maria Leocádia Munhoz Carneiro. Fez o curso primário do Colégio Parthenon Paranaense e concluiu a sua formação cursando o secundário dedicado às humanidades no Colégio São Luís, em Itu (SP). Bacharelou-se em 1902 pela Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Exerceu por poucos anos a atividade clínica em Paranaguá, tendo privilegiado o caminho da vida política. Filiado ao Partido Republicano Paranaense, foi sucessivamente eleito e reeleito deputado estadual, exercendo os seus mandatos de 1904 a 1916. Nesse intervalo de tempo, em virtude da possibilidade legal de acumulação de postos eletivos, ocupou a principal cadeira do Poder Executivo municipal de Paranaguá, eleito para os exercícios administrativos de 1908-1912 e 1913-1916. Suas duas gestões municipais foram marcadas por empreendimentos urbanísticos como a ampliação de ruas e de redes de saneamento básico.

Com o crescimento do seu prestígio político, em 1915 foi indicado para compor a chapa do Partido Republicano Paranaense como candidato a vice-presidente do estado, ao lado do candidato à presidência Afonso Camargo. Vencida a eleição e empossado o governo em fevereiro de 1916, concomitantemente às atribuições da vice-presidência estadual assumiu as funções de secretário de Fazenda, Agricultura e Obras Públicas.

Candidato natural à sucessão no estado, elegeu-se presidente para o período 1920-1924 e foi reeleito para o período de 1924-1928. Em suas gestões como presidente estadual do Paraná realizou investimentos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Revelou visível atenção ao universo educacional, considerando a alfabetização um requisito para o “progresso social”. Foi contemporâneo do movimento de educadores brasileiros que clamavam pela atribuição ao poder público da responsabilidade pela garantia da manutenção e da expansão da oferta escolar – o chamado Movimento da Escola Nova, integrado por destacados intelectuais, como Fernando Azevedo, Francisco Campos e

Anísio Teixeira. Nesse sentido, o seu governo recepcionou a primeira Conferência Nacional de Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação, em Curitiba, em dezembro de 1927. Em suas palavras, o acolhimento, “moral e material” dado por seu governo justificava-se em função de a conferência consistir em uma “patriótica iniciativa”. Em suas mensagens encaminhadas ao Congresso Legislativo paranaense, não raro eram seus pronunciamentos favoráveis ao incentivo à renovação dos métodos pedagógicos e ao estímulo ao aperfeiçoamento técnico, científico e cultural do corpo de professores do estado. À escola normal, no seu modo de ver, cabia um papel estratégico para levar a efeito aquele intuito: “Sendo a Escola Normal a base sólida de toda reforma da instrução pública primária, claro é que deve merecer o máximo cuidado por parte dos governos”. No último ano de governo, lançou-se candidato ao Senado Federal e foi eleito. Exerceu o mandato até 1930, quando foi cassado pelo regime revolucionário liderado por Getúlio Vargas.

Faleceu em Curitiba em 23 de abril de 1944.

Foi casado com Olga de Sousa, de quem enviuvou em 29 de janeiro de 1921. Posteriormente, casou-se com Domitila Almeida. Sofrendo nova viuvez, veio a casar-se com Sílvia Lacerda Braga, em 1924. Dos três casamentos, frutificaram 21 filhos. Um deles, Bento Munhoz da Rocha Neto, foi casado com Flora Camargo Munhoz da Rocha, filha de Afonso Camargo, presidente do Paraná entre 1916 e 1920 e correligionário de Caetano Munhoz da Rocha; também seguiu a carreira política, tendo sido deputado constituinte em 1946, governador do Paraná entre 1951 e 1955, ministro da Agricultura do governo Café Filho em 1955, e deputado federal de 1959 a 1963.

Roberto Bitencourt da Silva

FONTES: ABREU, A. *Dicionário* (v.5); CARNEIRO, D.; VARGAS, T. *História*; ROCHA, C. *Mensagem* (1921, 1925, 1927, 1928); ROMANELLI, O. *História*; SENADO. *Munhoz da Rocha*. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1364&li=32&lcab=1921-1923&lf=32>. Acesso em: 2/2/2009.

ROCHA, Domingos José da

*dep. fed. MG 1891-1893.

Domingos José da Rocha nasceu em Cachoeiro do Itapemirim (ES) no dia 27 de agosto de 1862, filho de Bento José da Rocha e de Felícia de Pinho Souto Rocha.

Formou-se pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1882, especializando-se na área de engenharia de minas, e no ano seguinte iniciou carreira docente dando aulas de matemática no prédio anexo à escola. Após prestar concurso em 1884, tornou-se professor catedrático de resistência dos materiais, construções e estradas de ferro.

Reconhecido por ser grande entusiasta da República, em 1888 esteve presente ao Congresso Republicano reunido em Ouro Preto. Já sob o novo regime, foi designado vice-governador de Minas Gerais e em 1890 assumiu interinamente o governo em três ocasiões, nos meses de julho, agosto e outubro, substituindo os governadores provisórios João Pinheiro da Silva e Crispim Jacques Bias Fortes. Depois de promulgada a Constituição de 24 de fevereiro de 1891, foi eleito deputado federal por Minas e exerceu o mandato de 3 de maio de 1891 a 31 de dezembro de 1893. Na Câmara dos Deputados, foi membro da Comissão de Obras Públicas e da comissão encarregada da elaboração do plano de viação férrea federal. Com o término seu mandato, voltou a atuar como docente das disciplinas de pontes e viadutos e de estradas ordinárias e estradas de ferro. Durante o ano de 1901 foi nomeado vice-diretor da Escola de Minas de Ouro Preto, cargo que ocupou até 1904.

Foi ainda diretor da Usina Wigg e colaborador da Cerâmica Caeté, ambas localizadas em Minas Gerais. Foi presidente da comissão criada pelo governo de Minas com o objetivo de escolher a nova capital e integrou a equipe encarregada de propor a nova divisão política, administrativa e judiciária do estado.

Faleceu em 16 de novembro de 1914, no Rio de Janeiro.

Casou-se com Maria Augusta Fleury da Rocha.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 68); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 2, p. 593).

ROCHA, FRANCISCO

*dep. fed. BA 1921-1930; const. 1934; dep. fed. BA 1935-1937.

Francisco Joaquim da Rocha nasceu em Barra do Rio Grande (BA) no dia 23 de abril de 1883, filho do coronel Francisco Joaquim da Rocha e de Maria Francisca da França Rocha. Seu primo Geraldo Rocha foi proprietário do jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e fundador de *A Nota* e *O Mundo*. Seu sobrinho, Antônio Balbino de Carvalho Filho, foi deputado federal pela Bahia (1951-1953 e 1954-1955), ministro da Educação (1953-1954), governador da Bahia (1955-1959), consultor-geral da República (1961-1962), ministro da Indústria e Comércio (1963) e senador pela Bahia (1963-1971).

Fez os estudos preparatórios no Colégio São José, em sua cidade natal, ingressando depois na Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador. Durante o curso, foi designado pelo governador Marcelino de Sousa (1904-1908) para chefiar a turma de estudantes da faculdade encarregada de debelar febres na zona do rio São Francisco. Formou-se em dezembro de 1906 com a tese *Delírio nas moléstias infecciosas*.

Exerceu a clínica médica no Amazonas e atuou ainda na Saúde Pública de Porto Velho e, mais tarde, em Bananeiras (BA), onde se elegeu intendente municipal por sugestão do governador do estado, desejoso de pôr termo à luta entre os partidos locais. Desde seus primeiros passos na cena política, filiou-se ao Partido Republicano Democrático (PRD), chefiado por José Joaquim Seabra, ao lado do qual participou em 1910 da vitoriosa campanha do marechal Hermes da Fonseca para a presidência da República.

Em 1919 foi eleito, como candidato avulso, deputado estadual na Bahia. A partir de 1921, na legenda do PRD, elegeu-se deputado federal para todas as legislaturas da Primeira República até a que se iniciou em maio de 1930 e foi interrompida pela Revolução de Outubro, que dissolveu todos os órgãos legislativos do país.

Apoiou a Revolução Constitucionalista de São Paulo em julho de 1932. Em maio do ano seguinte, nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, elegeu-se deputado por seu estado na legenda do PRD, apoiado pelas correntes políticas do sertão do São Francisco e Lavras Diamantinas, sob a liderança de Franklin de Albuquerque. Após os trabalhos constituintes, que se estenderam de novembro de 1933 a julho de 1934 e terminaram com a promulgação da nova Constituição (16/7/1934) e a eleição do presidente da República no

dia seguinte, teve, assim como os demais constituintes, seu mandato prorrogado até maio do ano seguinte. Mais uma vez elegeu-se deputado em outubro de 1934, iniciando novo mandato em maio de 1935. Com o golpe do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, que dissolveu todos os órgãos legislativos do país, teve o mandato suspenso.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 12 de fevereiro de 1960.

Foi casado com Cantinília Rocha.

FONTES: *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados; Câmara Dep. seus componentes; Diário do Congresso Nacional*; GODINHO, V. *Constituintes; Ilustração Brasileira* (10/1922).

ROCHA, Francisco José da

*pres. BA 1877; pres. SC 1885-1888; min. TCU 1897.

Francisco José da Rocha nasceu em Salvador no dia 10 de fevereiro de 1832, filho de Francisco José da Rocha.

Em 1852 formou-se bacharel em ciências sociais e jurídicas pela Faculdade de Direito de Olinda. Jornalista, foi o fundador e primeiro proprietário do *Jornal da Bahia*, criado em 1853. A partir de 1879 o jornal passaria a ser propriedade do Partido Conservador e receberia o nome de *Gazeta da Bahia*. Em 1890, o periódico seria vendido para uma associação de políticos e passaria a circular com o nome de *Estado da Bahia*.

Em 1869 foi eleito deputado provincial e assumiu o posto de diretor-geral da Instrução Pública da Bahia. Sua atuação destacou-se pela defesa do ensino obrigatório e pela criação de escolas noturnas. Em 1870, tornou-se quarto vice-presidente da província da Bahia. No ano seguinte deixou a direção da Instrução Pública e foi o responsável pela execução na Bahia da Lei do Ventre-Livre, que garantiu a liberdade para os escravos nascidos no Brasil a partir da promulgação da lei, em setembro de 1871. Em 1877, assumiu interinamente a presidência da província. Entre 1885 e 1888, exerceu o cargo de presidente da província de Santa Catarina. Recebeu os títulos de comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e de cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa.

Já na República, em 1894, tornou-se diretor das Rendas Públicas do Tesouro Federal. Ainda em 1894 foi designado representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), cargo que exerceu até 1896. Em 4 de janeiro de 1897 tomou posse como ministro do TCU. O tribunal, criado pelo Decreto nº 966-A, de 7 de novembro de 1890, por iniciativa do então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, e norteador pelos princípios da autonomia, fiscalização, julgamento, vigilância e energia, foi institucionalizado definitivamente pela Constituição de 1891, ainda por influência de Rui Barbosa. Contudo, sua efetiva instalação só ocorreu em 17 de janeiro de 1893, graças ao empenho de Serzedelo Correia, ministro da Fazenda do governo do presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Originariamente o TCU era responsável pelo exame, revisão e julgamento de todas as operações relacionadas à receita e à despesa da União. A Constituição de 1891 conferiu-lhe competência para liquidar as contas da receita e da despesa e verificar sua legalidade

antes de serem prestadas ao Congresso Nacional.

Exerceu o cargo de ministro do TCU durante todo o ano de 1897. Ao longo da vida, foi ainda diretor da Caixa Econômica, presidente da diretoria do Banco da Bahia e diretor da Seção de Estatística do Tesouro Nacional, no Rio de Janeiro.

Publicou *Visita de Sua Majestade Imperial, o Sr. Dom Pedro II à cachoeira de Paulo Afonso* (1860); *Relatório de instrução pública da província da Bahia* (1871); *Sociedades em comandita, segundo o Código Comercial do Império do Brasil* (1884); *Sociedades em comandita por ações* (1885); e ainda *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da província de Santa Catarina, Desterro, atual Florianópolis* (1886).

Izabel Pimentel da Silva

Fontes: BLAKE, A. *Diccionario*; SOUSA, J. *Índice*; TRIB. CONT. UNIÃO. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU>>; TRIB. CONT. UNIÃO. *Ministros do Tribunal*.

ROCHA, GERALDO

*jornalista.

Antônio Geraldo Rocha Filho nasceu em Barra (BA) no dia 14 de julho de 1881, filho de Antônio Geraldo Rocha e de Custódia Mariani. Seu primo, Francisco Rocha, foi deputado federal pela Bahia de 1921 a 1930 e de 1935 a 1937, além de constituinte em 1934. Seu sobrinho, Antônio Balbino de Carvalho Filho, foi deputado federal pela Bahia (1951-1953 e 1954-1955), ministro da Educação (1953-1954), governador da Bahia (1955-1959), consultor-geral da República (1961-1962), ministro da Indústria e Comércio (1963) e senador pela Bahia (1963-1971).

Formou-se em engenharia e trabalhou na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em Rondônia. Durante viagem à Europa, estabeleceu contatos com diversas empresas, cujos interesses passou a representar no Brasil.

Em 1925 tornou-se diretor-proprietário do jornal carioca *A Noite*, tendo sido o responsável pela construção de um grande prédio para abrigar a sede do periódico. Apoiou, à frente do jornal, a candidatura de Júlio Prestes à presidência da República, afinal vitoriosa no pleito de março de 1930.

Em 1931, após a Revolução de 1930, que impediu a posse de Júlio Prestes e conduziu Getúlio Vargas à chefia da nação, foi destituído das representações inglesas que administrava e obrigado a hipotecar parte de seu patrimônio para fazer face aos compromissos assumidos. Em 1932 foi solidário ao ex-presidente Artur Bernardes, apoiando a Revolução Constitucionalista deflagrada em São Paulo em julho e derrotada em outubro daquele ano. Fundou a empresa A Sertaneja, na região do vale do rio São Francisco, e, com base em sua experiência como empresário agroindustrial, publicou obra considerada elemento decisivo para a posterior fundação da Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale) pelo presidente Humberto Castelo Branco em fevereiro de 1967.

Durante o Estado Novo (1937-1945), com base na influência que exercia junto a Getúlio Vargas, indicou Landulfo Alves para a interventoria no estado da Bahia em 1938. Suas relações com o novo interventor sofreram porém acelerada deterioração a partir das reivindicações que apresentou: ocupar com elementos do seu grupo político a Secretaria da Fazenda, a Prefeitura de Salvador, a Secretaria do Interior, o comando da Polícia Militar e a

procuradoria do estado.

Durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), foi acusado de ter sido por longo tempo agente no Brasil do ditador argentino Juan Domingo Perón. Supõe-se que tenha sido a pessoa indiretamente acusada pelo jornalista Carlos Lacerda em março de 1954, na *Tribuna da Imprensa* do Rio de Janeiro, de ter ido à Argentina em nome de Vargas para comunicar a Perón que o presidente brasileiro não poderia avançar numa aliança com aquele país em vista da delicada situação política interna. Fundou ainda os jornais *A Nota* e *O Mundo*.

Faleceu em 19 de junho de 1959.

Foi casado com Jeanne Rocha.

Publicou *Fim de uma civilização — comentário sobre a atualidade econômica* (1935), *Uma execução* (1935) e *O rio São Francisco, fator precípua da existência do Brasil* (1940).

O arquivo de Geraldo Rocha encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

FONTES: CARONE, E. *Estado*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; DULLES, J. *Getúlio*; HENRIQUES, A. *Ascensão*; MACEDO, R. *Efemérides*; SILVA, H. 1926.

ROCHA, João de Figueiredo

*dep. fed. DF 1906-1908 e 1912-1914.

João de Figueiredo Rocha nasceu em 2 de janeiro de 1858.

Assentou praça no Exército em 15 de janeiro de 1875 e passou a alferes-aluno em 6 de dezembro do mesmo ano. Bacharel em matemática e ciências físicas, foi promovido a segundo-tenente em 14 de maio de 1881, a primeiro-tenente em 14 de outubro de 1882 e a capitão em 29 de novembro de 1889.

De 1899 a 1902, foi intendente no Conselho Municipal do Distrito Federal. Em 1906 foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal e exerceu seu mandato durante toda a legislatura, de 3 de maio de 1906 a 31 de dezembro de 1908. Nesse período foi promovido a major graduado, em 7 de agosto de 1908, e efetivo, em 17 de dezembro do mesmo ano. Novamente eleito deputado federal pelo Distrito Federal em 1912, exerceu seu segundo mandato de 21 de maio de 1912 a 31 de dezembro de 1914.

Foi também secretário do então Supremo Tribunal Militar e pertenceu ao corpo do Estado-Maior do Exército. Foi condecorado com a medalha de ouro de serviços militares, condecoração honorífica criada pelo Decreto nº 4.238, de 15 de novembro de 1901, destinada a recompensar os bons serviços prestados pelos oficiais e praças do Exército e da Marinha em serviço ativo.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ASSEMB. LEGISL. RJ. *Inventário analítico*. Disponível em:

<http://www.alerj.rj.gov.br/center_arq_cons_munic_link5.htm>; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; REIS, J. *Rio de Janeiro*; SUP. TRIB. MIL. Disponível em: <<http://www.stm.jus.br>>.

ROCHA, Manuel Alexandrino da

*dep. fed. PE 1918-1920.

Manuel Alexandrino da Rocha foi deputado estadual em Pernambuco em diversas legislaturas, e em 1912 assumiu a presidência da Assembleia Legislativa estadual. Em 1918 foi eleito deputado federal. Assumiu em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e exerceu o mandato até dezembro de 1920.

No campo jornalístico, foi redator do jornal *A República* e colaborou com o periódico *Folha da Manhã*, ambos de Pernambuco.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ASSEMB. LEGISL. PE. Disponível em:
<http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/assembleia/seculo_xx.html>. Acesso
em: 26/10/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; LEVINE, R. *Velha*;
NASCIMENTO, L. *História*.

ROCHA, Manuel Moreira da

*dep. fed. CE 1912-1923 e 1927-1930.

Manuel Moreira da Rocha nasceu no antigo município de Soure (CE) em 26 de setembro de 1860, filho de Pedro da Rocha Mota e de Ana Moreira da Rocha.

Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1904, defendendo a tese “O genu varum e seu tratamento”. Foi diretor da Sociedade Beneficência Acadêmica e, juntamente com Clementino Fraga e Ribeiro Viana, foi redator da *Revista do Grêmio dos Internos* dos hospitais. Trabalhou também no *Jornal do Ceará*.

Em 1912 foi eleito pela primeira vez deputado federal pelo Ceará, para a legislatura 1912-1914. Reeleito para os períodos 1915-1917, 1918-1920 e 1921-1923, após um intervalo voltou à Câmara dos Deputados na legislatura 1927-1929. Foi mais uma vez eleito em 1930, mas teve o mandato interrompido pela revolução de outubro daquele ano, que levou Getúlio Vargas ao poder e fechou todos os órgãos legislativos do país.

Publicou *Contribuição ao estudo da coxalgia* (1905).

Kleiton de Sousa Moraes

FONTE: STUDART, G. *Dicionário* (v.2, p.350).

ROCHA, Moreira da

*pres. CE 1924-1928; dep. fed. CE 1928-1929.

José Moreira da Rocha nasceu em Sobral (CE) em 24 de março de 1871, filho de José Antônio Moreira da Rocha e de Ermelinda Carolina da Silva Rocha.

Fez os preparatórios no Ginásio Baiano, em Salvador, e em 1890 bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife. Foi promotor público nos municípios cearenses de Pacatuba, Canindé e Maranguape. Neste último foi também juiz de direito e logo após secretário da Fazenda. Nomeado desembargador do Tribunal da Relação, foi chamado a ocupar a Secretaria do Interior e da Justiça do Ceará no governo do presidente estadual João Tomé de Saboia e Silva em 1916.

Foi eleito presidente do estado do Ceará em 1924, ao fim do quadriênio de Justiniano de Serpa, que faleceu antes de encerrá-lo e foi substituído pelo vice Ildefonso Albano. Tomou posse em 12 de julho de 1924, mas renunciou antes do fim do mandato, em 19 de maio de 1928, e viajou para a Europa em tratamento de saúde. Completou o quadriênio Eduardo Henrique Girão.

Eleito deputado federal, exerceu o mandato de dezembro de 1928 a dezembro de 1929.

Morreu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 22 de agosto de 1934.

Kleiton de Moraes

FONTES: NOBRE, F. *1001 cearenses* (p.338).

ROCHA, Otávio

*dep. fed. RS 1912-1913.

Otávio Francisco da Rocha nasceu em Pelotas (RS) no dia 23 de setembro de 1877, filho de Antônio Francisco da Rocha e de Maria Bernardina Rocha.

Fez seus primeiros estudos em Pelotas e em 1895 sentou praça no 1º Regimento de Artilharia. Bacharelou-se em matemática e ciências físicas e diplomou-se engenheiro militar na Escola de Técnica e Tática de Porto Alegre, em 1902. Desse ano até 1904 foi colaborador do *Correio Mercantil* de Pelotas e, em 1903, tornou-se professor da Escola Preparatória de Tática do Rio Pardo, cargo que ocuparia até 1908. De 1904 a 1911, foi redator e diretor de *A Federação*, órgão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), agremiação a que pertencia. No PRR foi membro da comissão executiva e, posteriormente, presidente.

Em 1909 foi eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul e permaneceu na Assembleia gaúcha, onde foi suplente de secretário, até 1912. Nesse ano foi eleito deputado federal e ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até fevereiro de 1913. Nesse período, foi membro das comissões de Marinha e Guerra, Finanças e Tarifas e redator dos orçamentos da Guerra e Viação. Abandonou a Câmara antes do término da legislatura porque foi nomeado secretário da Fazenda do presidente gaúcho Borges de Medeiros (1913-1928) e assumiu a pasta até 1914.

Durante a campanha da Reação Republicana, movimento formado em 1921 pelos estados da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul para lançar a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República em oposição à de Artur Bernardes, liderou os membros do PRR. Entre os meses de maio e junho de 1924 dirigiu a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, e ainda no mesmo ano tornou-se prefeito de Porto Alegre. Na sua administração, concluída em 1928, foram feitas obras que remodelaram a cidade, como a avenida Borges de Medeiros, a avenida Júlio de Castilhos, a futura Otávio Rocha, a avenida João Pessoa e o bairro Bom Fim.

Faleceu em Porto Alegre em 27 de fevereiro de 1928.

Foi casado com Inácia Brochado da Rocha, com quem teve seis filhos. Deles, José Diogo Brochado da Rocha foi revolucionário em 1922, constituinte de 1946 e deputado federal pelo Rio Grande do Sul entre 1946 e 1947 e 1951 e 1955; Antônio Brochado da Rocha foi magistrado, ministro do Tribunal de Contas da União de 1954 a 1966, e Francisco de Paula Brochado da Rocha foi revolucionário em 1930, consultor-geral da República de 1955 a 1956 e primeiro-ministro em 1962.

Raimundo Hélio Lopes

FONTES: ALMEIDA, A. *Vultos* (v.3); TIMM, O.; GONZALEZ, E. *Álbum*.

RODRIGUES, Antônio Coelho

*dep. geral PI 1869-1872, 1878 e 1886-1889; sen. PI 1893-1896; pref. DF 1900.

Antônio Coelho Rodrigues nasceu em Teresina em 4 de abril de 1846, filho de Manuel Rodrigues Coelho e de Ana Joaquina de Sousa.

Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1862 e bacharelou-se em 1866. Nesse mesmo ano retornou a Teresina e fundou o jornal *O Piauí*, órgão do Partido Conservador.

Em 1867 concorreu a uma vaga na Assembleia Provincial do Piauí e não foi eleito. Dois anos depois conseguiu eleger-se deputado geral pelo Piauí na legenda do Partido

Conservador, para a legislatura 1869-1872. Nesse período, em 1871, tornou-se também professor substituto da faculdade em que estudara. Foi eleito deputado provincial no Piauí

em 1874, e em 1878 tornou-se catedrático de direito natural da Faculdade de Direito do Recife, além de participar do Congresso Agrícola realizado nessa cidade. Também nesse

ano, foi novamente eleito deputado geral. Em 1881 começou a participar nas discussões políticas que propunham reformular o Código Civil e conseguiu destaque junto aos políticos da época. Voltou a exercer o mandato de deputado geral de 1886 a 1889.

Voltou à vida política em 1893, quando se tornou senador pelo Piauí na vaga aberta com a morte do então senador Teodoro Alves Pacheco. No Senado, fez parte da Comissão de Constituição e Justiça. Em 1896, ao fim de seu mandato, tentou se reeleger e não teve êxito. Durante a presidência de Campos Sales (1898-1902), disputou com Clóvis Beviláqua a elaboração do novo projeto de Código Civil, e posteriormente debateu o novo código na Câmara dos Deputados.

Em 1900 foi nomeado pelo presidente Campos Sales prefeito do Distrito Federal, sucedendo a Honório Gurgel. Tomou posse em 1º de fevereiro e conduziu os preparativos das comemorações do IV Centenário do Descobrimento do Brasil, para o qual foi remodelado o largo da Glória, local onde o monumento a Pedro Álvares Cabral foi inaugurado em 3 de maio. Dois aspectos principais marcaram sua gestão: o tratamento dado à questão da vitaliciedade do funcionário público municipal e a série de medidas restritivas que foi obrigado a impor, devido às dificuldades financeiras que herdou da administração anterior. A situação de precariedade econômica impediu que executasse o programa elaborado, que beneficiaria a cidade, provocando violenta campanha de oposição da

imprensa. Por causa das grandes dificuldades financeiras encontradas, decidiu exonerar-se, o que fez em 6 de setembro. Foi substituído por João Filipe Pereira

Foi eleito patrono da Cadeira nº 12 da Academia Piauiense de Letras e da Cadeira nº 8 da Academia de Letras da Região de Picos.

Faleceu na ilha de São Vicente, em Cabo Verde, em 1º de abril de 1912, quando regressava de uma viagem a Europa onde foi fazer tratamento de saúde.

Seu filho Helvécio Coelho Rodrigues foi deputado constituinte em 1946 e deputado federal pelo Piauí de 1946 a 1951.

Publicou *Consultas jurídicas* (1873), *Institutas do Imperador Justiniano* (tradução do latim em dois volumes publicados em 1879 e 1881), *Manual do súdito fiel* ou *Cartas de um lavrador a sua Majestade, o Imperador* (1884), em que criticava o estado da lavoura e examinava os problemas do elemento servil, *Projeto do Código Civil* (1897), *A República na América Latina* (1905) e *A República na América do Sul* (1906).

Raimundo Helio Lopes/ Cláudia Mesquitta

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CHAVES, J. *Apontamentos*; *Grande Enciclopédia Delta Larousse*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; REIS, J. *Rio*; TEIXEIRA, A. *Estrutura*.

RODRIGUES, Cândido

* militar; dep. fed. SP 1903-1905; min. Agric. 1909.

Antônio Cândido Rodrigues nasceu na cidade de São Paulo no dia 19 de julho de 1850, filho do juiz de direito João José Rodrigues e de Jesuína Ribeiro dos Santos Rodrigues. Sua mãe era irmã de Gabriel José Rodrigues dos Santos, lente da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e deputado geral por São Paulo durante o Império em duas legislaturas.

Fez seus primeiros estudos em colégios de Minas Gerais e posteriormente no Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro. Com apenas 14 anos de idade matriculou-se na escola preparatória anexa à Escola Militar do Império, na qual ingressou em maio de 1865.

Quando contava 17 anos, deixou o curso para lutar na Guerra do Paraguai (1864-1870). Com o fim do conflito, retornou ao Brasil em julho de 1870, já promovido a segundo-tenente de artilharia. Entre as várias condecorações que recebeu por sua participação na guerra, destaca-se a Medalha Geral da Campanha do Paraguai, concedida pelo Ministério da Guerra do Império brasileiro.

Prosseguindo os estudos que havia interrompido, fez o curso de engenharia militar e bacharelou-se em matemática e ciências físicas em 1874, sendo então colocado à disposição do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Promovido a capitão do quadro de engenheiros em 1875, foi nomeado ajudante da comissão incumbida da abertura de uma estrada de rodagem entre Curitiba e a Colônia de Assungui (hoje Serro Azul). Designado em seguida chefe do serviço de colonização no 2º distrito do Paraná, foi responsável pela fundação de 16 colônias. Regressou então à capital do Império e apresentou-se ao comandante do corpo de engenheiros a que pertencia, sendo destacado para São Paulo em 1878. Aí foi nomeado ajudante de ordens de Laurindo Abelardo de Brito, presidente da província, e no ano seguinte passou a chefe da Engenharia Militar. Em 1880 resolveu pedir baixa do Exército.

Permanecendo em São Paulo, de 1880 até 1883 foi diretor geral da Repartição de Obras Públicas. Após deixar a administração pública, filiou-se ao Partido Liberal e foi eleito deputado provincial nas legislaturas 1884-1885, 1886-1887 e 1888-1889. Nesse último ano foi eleito deputado geral, mas, com a proclamação da República em 15 de novembro, não

chegou assumir sua cadeira.

Após a promulgação da Constituição Federal em 24 de fevereiro de 1891 e a convocação das constituintes estaduais, teve seu nome incluído na chapa de candidatos do Partido Republicano Paulista (PRP) ao Congresso Constituinte do Estado de São Paulo. Eleito em 30 de abril, tomou posse em 6 de junho seguinte e foi um dos signatários da Constituição paulista promulgada em 14 de julho. Passou então a exercer o mandato de deputado estadual, na legislatura 1891-1892. Entretanto, com a renúncia do presidente Deodoro da Fonseca e a posse do vice-presidente Floriano Peixoto em 23 de novembro de 1891, a situação política em São Paulo complicou-se em face do apoio do presidente do estado Américo Brasiliense a Deodoro. Após uma verdadeira rebelião no interior, e incidentes na capital que resultaram em mortos e feridos, Brasiliense passou o governo ao coronel Sérgio Tertuliano Castelo Branco, inspetor da polícia, que logo em seguida o transmitiu ao vice-presidente Cerqueira César. Logo após sua posse, Cerqueira César dissolveu o Congresso Legislativo, e assim Cândido Rodrigues teve o mandato interrompido.

Na cisão do Partido Republicano em 1897, Cândido Rodrigues permaneceu ao lado do general Francisco Glicério contra o presidente da República Prudente de Moraes. Coube a ele, juntamente com Rodolfo Miranda e José Luís Flaquer, a missão de trabalhar pelo ressurgimento do PRP. Em 1º de dezembro de 1897, foi eleito pelo PRP senador estadual para a legislatura 1898-1903. Tomou posse em 12 de abril de 1898, mas em 5 de maio de 1900 renunciou ao mandato, por haver sido nomeado secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do governo Rodrigues Alves, em substituição a Alfredo Guedes. Permaneceu no cargo durante a administração do vice-presidente do estado Domingos de Moraes, quando do afastamento de Rodrigues Alves para concorrer à presidência da República. Com a eleição e posse do novo presidente de São Paulo Bernardino de Campos, deixou o governo em 2 de julho de 1902, assumindo seu lugar João Batista de Melo Peixoto. Em 30 de janeiro de 1903 foi eleito deputado federal para a legislatura 1903-1905, e assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, em 3 de maio. Não concorreu na eleição seguinte, e ao término do mandato retornou a São Paulo.

Novamente eleito senador estadual em 20 de fevereiro de 1906, na vaga de João Francisco de Paula Sousa, que havia falecido, tomou posse em 25 de abril. Em 1º de maio de 1908, na

administração do presidente estadual Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, foi mais uma vez nomeado secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo, resignando ao mandato no Senado paulista. Deixou a secretaria em 20 de junho de 1909, quando foi convidado pelo presidente Nilo Peçanha para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, criado pelo decreto legislativo nº 1.606 de dezembro de 1906, ainda no governo Afonso Pena, mas só efetivamente instalado quando de sua nomeação. Coube-lhe montar toda a estrutura da pasta, em moldes que perduram até os dias atuais. Esteve à frente do ministério de 21 de junho a 26 de novembro de 1909, quando, em razão da oposição PRP ao governo federal, solidário com seu partido, deixou o cargo.

Retornando a São Paulo, foi ainda uma vez eleito senador estadual em 2 de fevereiro de 1910, tomando posse em 14 de julho. Na convenção realizada em 7 de novembro de 1915, foi indicado candidato a vice-presidente do estado na chapa de Altino Arantes. Ambos foram eleitos em 1º de março de 1916, para o quadriênio de 1º de maio de 1916 a 30 de abril de 1920. Ao tomar posse no Executivo renunciou, no mesmo dia, ao mandato parlamentar. Em 24 de dezembro de 1919, por decreto assinado pelo presidente da República Epitácio Pessoa após aprovação do Congresso Nacional, foram-lhe concedidas honras de general de brigada do Exército brasileiro, em homenagem aos serviços prestados ao Brasil durante a Guerra do Paraguai. Concluído o mandato de vice-presidente de São Paulo, foi eleito novamente senador estadual em 2 de julho de 1921, na vaga de Joaquim Miguel Martins de Siqueira, que havia falecido, e empossado em 18 de agosto seguinte. Foi o segundo signatário, após o conselheiro Antônio Prado, do manifesto de lançamento do Partido Democrático (PD), que foi instalado solenemente em 21 de março de 1926 no salão da Associação das Classes Laboriosas, no centro de São Paulo. Ao participar da criação do PD, como tinha sido eleito senador estadual pelo PRP, entendeu, por questões éticas, apresentar a renúncia à sua cadeira no Senado paulista em 17 de agosto, sendo substituído por Laurindo Dias Minhoto.

Vitimado por uma embolia cerebral, passou seus últimos anos de vida recolhido a um leito, até falecer em São Paulo no dia 21 de outubro de 1934.

Foi casado com Zulmira de Almeida Rodrigues, com quem teve quatro filhos.

Em sua homenagem, o distrito de Taquaritinga foi denominado Cândido Rodrigues. Em 1959, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou a emancipação do distrito,

que passou a município.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AMARAL, A. *Dicionário*; BRASIL. *Coleção de leis* (1919, v.1); CALIMAN, A. *Legislativo*; *Correio paulistano* (23/10/1934); EGAS, E. *Galeria*; *Folha da Manhã* (23/10/1934); FONSECA, A.; IGNÁCIO, A.; BRISOLLA, C. *São Paulo* (v.1); RIBEIRO, A. *Governos*; RIBEIRO, A. *Poder*.

RODRIGUES, Costa

*dep. geral MA 1885; const. 1891; dep. fed. MA 1891-1896 e 1906-1913; sen. MA 1915-1929.

Manuel Bernardino da Costa Rodrigues nasceu em São Luís no dia 5 de fevereiro de 1853, filho de João Antônio da Costa Rodrigues e de Antônia da Silva Pereira Rodrigues.

Estudou no Colégio de São Pedro Alcântara, no Rio de Janeiro, então capital do Império, e na Faculdade de Medicina da Bahia, pela qual se formou em 1875. Iniciou a carreira política elegendo-se vereador em São Luís e sendo escolhido presidente da Câmara Municipal. Ainda durante o Império, após perder uma eleição em 1880, foi eleito deputado geral pelo Maranhão em 1885, na legenda do Partido Liberal. Exerceu seu mandato de fevereiro a setembro daquele ano.

Com a proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca, em 15 de novembro de 1889, assumiu a chefia do Partido Liberal maranhense em substituição a Carlos Fernandes Ribeiro, o barão de Grajaú. Em seguida tornou-se chefe do Partido Republicano, primeiro partido criado no Maranhão na vigência do novo regime político, composto por antigos liberais. Quando Pedro Augusto Tavares Júnior, presidente do Maranhão de 1889 a 1890, em uma de suas primeiras medidas, dissolveu a Câmara Municipal de São Luís e, em seu lugar, criou a Junta Municipal para gerir negócios e interesses do município, passou a integrá-la. A junta foi composta ainda por Francisco de Paula Belfort Duarte (presidente), Augusto Olímpio Gomes de Castro, José da Silva Maia e Joaquim de Sousa Andrade.

Em setembro de 1890 foi eleito deputado pelo Maranhão ao Congresso Nacional Constituinte. Tomou posse em 15 de novembro seguinte e, após a promulgação da primeira Constituição republicana do Brasil em 24 de fevereiro de 1891, e o início, em junho, da legislatura ordinária, passou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados. Foi reeleito em 1894 e permaneceu no Legislativo até dezembro de 1896, quando se encerraram seu mandato e a legislatura. Foi novamente eleito deputado federal em março de 1906, sempre na legenda do Partido Republicano do Maranhão. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados em maio seguinte e mais duas reeleições, em 1909 e 1912, permanecendo no Legislativo até dezembro de 1914. Foi membro da Comissão de Saúde Pública da Câmara dos Deputados.

Em março de 1915 foi eleito senador pelo Maranhão na legenda do Partido Republicano para um mandato de nove anos. Assumiu sua cadeira na Câmara Alta do país em abril do mesmo ano e em março de 1924 foi reeleito para um novo período no Senado. Foi presidente do Senado e membro da Comissão de Saúde Pública. Foi ainda o responsável pela fundação da Clínica de Ginecologia do Hospital São João Batista, no Rio de Janeiro, onde clinicou gratuitamente. Faleceu em Petrópolis (RJ) no dia 29 de abril de 1929, em pleno exercício do mandato. Seu sobrinho José Barreto Costa Rodrigues foi deputado federal pelo Maranhão de 1918 a 1923.

Alan Carneiro/Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FERREIRA, L. *Decomposição* (p.3); LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.3, p. 1961/1962); MARQUES, C. *Dicionário*; SENADO. Disponível em: http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2053&li=29&lcab=1912-1915&lf=29>. Acesso em: 22/9/2008.

RODRIGUES, JOSÉ ANTÔNIO DE FIGUEIREDO

*dep. fed. AM 1921-1923; const. 1934; dep. fed. CE 1935-1937.

José Antônio de Figueiredo Rodrigues nasceu em Sobral (CE) no dia 2 de outubro de 1873, filho de João de Albuquerque Rodrigues e de Maria Luísa de Figueiredo Rodrigues.

Ingressou no Ginásio de Fortaleza e, transferindo-se para o Rio de Janeiro, prosseguiu seus estudos no Ginásio Nacional, atual Colégio Pedro II. Em 1898 formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e em 1900, mediante concurso, tornou-se preparador de histologia da mesma faculdade, função que exerceu até 1907.

Chefe dos serviços médicos do Lóide Brasileiro a partir de 1917, assumiu o cargo de inspetor-geral do porto do Rio de Janeiro em 1920. Transferindo-se para o Amazonas, onde exerceu a medicina e foi chefe do Serviço de Saneamento do estado, aí iniciou sua vida política elegendo-se deputado federal em 1921. Assumindo sua cadeira em maio desse mesmo ano, apoiou a Reação Republicana, movimento que promoveu entre 1921 e 1922 a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República, em oposição à de Artur Bernardes, afinal eleito em março de 1922. Deixou a Câmara em dezembro de 1923.

Partidário da Aliança Liberal (1929-1930), retornou ao Ceará e por esse estado elegeu-se em maio de 1933 deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da Liga Eleitoral Católica (LEC). Assumindo sua cadeira em novembro do mesmo ano, participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta (16/7/1934), teve o mandato estendido até maio de 1935, data da posse dos novos deputados que seriam eleitos em outubro de 1934. Elegendo-se deputado federal pelo Ceará nesse pleito, permaneceu na Câmara até o dia 10 de novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo suprimiu os órgãos legislativos do país.

Faleceu no dia 18 de junho de 1949.

Foi casado com Amélia de Figueiredo Rodrigues.

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm Dep. seus componentes*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Diário do*

Congresso Nacional; GIRÃO, R.; MARTINS FILHO, A. *Ceará*; GODINHO, V.
Constituintes; *Ilustração Brasileira* (12/1922); SILVA, H. 1937.

RODRIGUES, José Barbosa

*dep. fed. PA 1915-1917.

José Barbosa Rodrigues foi eleito deputado federal pelo estado do Pará nas eleições de 1915. Tomou posse em 3 de maio do mesmo ano e exerceu o mandato até o fim da legislatura, em 31 de dezembro de 1917.

Adrianna Setemy

FONTE: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

RODRIGUES, José Barreto Costa

*dep. fed. MA 1918-1923.

José Barreto Costa Rodrigues nasceu no Maranhão. Seu tio Manuel Bernardino da Costa Rodrigues foi deputado federal por esse estado de 1891 a 1896 e de 1906 a 1913, e senador de 1915 a 1929.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife e iniciou sua vida política ainda durante o Império, quando integrou as hostes do Partido Liberal. Após a proclamação da República, elegeu-se deputado estadual no Maranhão e foi chefe da oposição ao Partido Nacional, liderado por Benedito Pereira Leite. Foi também o primeiro diretor da Escola de Aprendizes Artífices, fundada em São Luís em 1909 com seis cursos (primeiras letras, desenho, profissão de sapateiro, marceneiro, alfaiate e ferreiro).

Em 1918 foi eleito deputado federal pelo Maranhão. Reeleito em 1921, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados até dezembro de 1923.

No campo jornalístico, foi redator chefe do periódico *A Pacotilha*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: MARQUES, C. *Dicionário*.

RODRIGUES, José Carlos

*jornalista.

José Carlos Rodrigues nasceu em Cantagalo, na então província do Rio de Janeiro, no dia 19 de julho de 1844, filho do fazendeiro Carlos José Alves Rodrigues e de Ana de Albuquerque Vidal Alves Rodrigues.

Estudou as primeiras letras em sua cidade natal, onde também nasceria, em 1866, Euclides da Cunha, de quem foi amigo. A vocação para o jornalismo manifestou-se cedo, quando, aluno do Colégio Marinho, criou o jornal estudantil *Seta de Arlequim*, onde publicava com outros colegas, segundo Almeida Nogueira, “quadrinhas sentimentais e prosa cáustica”. No Colégio Imperial Pedro II, no Rio de Janeiro, fundou aos 13 anos de idade outro periódico estudantil, *O Gentio*. O título, explicou mais tarde, devia-se “ao seu inveterado nativismo, à época”.

Em 1860 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde foi secretário e depois presidente da associação de estudantes Ateneu Paulistano. Em 1862, no terceiro ano do curso, redigiu a *Revista Jurídica*, dirigida por seu colega mais velho José da Silva Costa, que o ajudaria 30 anos mais tarde na aquisição do *Jornal do Comércio*. Tornou-se aluno destacado e, pelo empenho nos estudos jurídicos, admirado pelos colegas, entre os quais Campos Sales e Rangel Pestana, e por professores exigentes, a exemplo do conselheiro João da Silva Carrão, jurisconsulto ilustre, hábil advogado, e um dos chefes do Partido Liberal paulista. Antes de concluir o curso, colaborou com o *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro, diário vinculado ao Partido Liberal e dirigido por Francisco Otaviano. Em seguida publicou, pela editora Laemmert, do Rio de Janeiro, um estudo sobre direito público, *Constituição do Império do Brasil*, cujo texto, com anotações, revelou singular amadurecimento e capacidade de análise jurídica embora contasse apenas 19 anos. A *Constituição* teve dez edições até 1889, assim como o seu *Repertório constitucional*, apêndice àquele trabalho.

Bacharel em direito em 1864, mudou-se para o Rio de Janeiro a conselho de Silva Costa,

que já se instalara na Corte e com o qual passou a colaborar em 1866 na *Revista Jurídica*, então editada na capital do Império. Naquele mesmo ano o seu antigo mestre João da Silva Carrão assumiu a pasta da Fazenda, no último gabinete do marquês de Olinda, o “ministério das águas” (1865/1866), e convidou-o para seu oficial de gabinete. Como na época era advogado no escritório do conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, a situação configurava irregularidade no serviço público do Império. Quando da queda de Olinda, pela terceira vez Zacarias de Góis voltou à chefia do gabinete de ministros (1866/1868) e, segundo Cláudio Ganns, José Carlos Rodrigues, embora ainda empregado no escritório de Zacarias, convidado por este, continuou na função que exercia no ministério. Permanecia assim a atividade dupla, estabelecendo-se conflito de interesses. Após um “aviso” enviado por adversários políticos de Zacarias ao ministro da Justiça, marquês de Paranaguá, o chefe do gabinete, embora prezasse o seu assessor, viu-se obrigado a demiti-lo. Ainda segundo Ganns, Zacarias de Góis aconselhou o ex-auxiliar a deixar por algum tempo o país e ajudou-o quando resolveu viajar para os Estados Unidos. José Carlos Rodrigues jamais se pronunciou diretamente sobre o episódio, explorado por seus inimigos e adversários durante toda a sua vida. Mas em seu discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em sessão presidida pelo marquês de Paranaguá, que em 1866 o ameaçara de processo administrativo, mas, persuadido de sua inocência, na eleição para o IHGB lhe dera o seu voto, fez questão de afirmar: “O Sr. bem conhece as peripécias da minha vida e sabe realmente todas as circunstâncias que rodearam o meu *crime*”.

Segundo o historiador Luciano Lopes, “ainda pairam dúvidas sobre o motivo que levou José Carlos Rodrigues aos Estados Unidos. O dr. H. C. Tucker, seu amigo íntimo, escreveu que ‘*the unfortunate circumstances attending the failure of a large business firm of Rio de Janeiro, which retained Dr. Rodrigues as lawyer soon after his graduation, gave occasion of his being to New York*’”. Sem referir-se ao caráter de autoexílio da viagem, o jornalista Elmano Cardim, então diretor proprietário do *Jornal do Comércio*, em conferência realizada no dia 5 de setembro de 1944 no IHGB para lembrar o centenário de nascimento de Rodrigues, assim narrou os primeiros dias do jornalista em Nova Iorque: “Ao vagar

pelas ruas à procura de uma oportunidade, em 1867 o jovem José Carlos Rodrigues deparara com a tabuleta da *American Tract- Society*. Na viagem para os EUA, a bordo ele traduzira do inglês para o português uma publicação feita para aquela sociedade, e então procurou o diretor da instituição e dois dias depois o jovem desconhecido foi contratado para o trabalho de tradutor.”

Um pouco mais tarde, o que demonstra que a acusação de que fora vítima não constituía “crime”, Rodrigues foi contratado para a função de correspondente do *Diário Oficial* publicado no Rio de Janeiro, e seus artigos, pela concisão do estilo e as análises da política e da economia americanas, chamaram a atenção de Luís de Castro, então redator chefe do *Jornal do Comércio*. A partir de março de 1869 o jornalista começou a colaborar com o jornal e em seguida assumiu a função de correspondente regular. Ao mesmo tempo prosseguiu nas traduções para editoras e para o escritório de Caleb Cushing, à época *attorney general* do governo americano. Em 24 de outubro de 1870 obteve recursos para lançar, em português, o periódico mensal ilustrado *Novo Mundo*, no qual colaboraram, entre outros nomes de expressão da vida intelectual brasileira, Sousândrade, André Rebouças, Varnhagen e Machado de Assis – que ali publicou a 24 de março de 1873 seu conhecido ensaio “Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de nacionalidade”, onde apresentava suas idéias sobre a literatura nacional. O *Novo Mundo* chegou a vender oito mil exemplares, enviados ao Brasil por via marítima. Durante sua permanência nos Estados Unidos José Carlos Rodrigues publicou mais de oito obras, entre as quais *Crestomatia da língua inglesa*, e traduziu para uso do árbitro brasileiro, por encomenda do governo imperial, o extenso memorial *Do governo americano* (com mais de seiscentas páginas) sobre a questão do *Alabama* – disputa de direito internacional entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha provocada pelo navio corsário *Alabama*, armado pelos ingleses, que causou prejuízos aos estados do Norte na Guerra da Secessão. Publicou a *Revista Industrial* (entre 1878/1879) e colaborou com *The Nation* considerado à época um dos melhores semanários dos EUA.

Enviado pelo *New York World* visitou o Panamá e de lá escreveu uma série de longos

artigos que alcançaram repercussão junto à opinião pública e despertaram o interesse dos meios financeiros dos EUA, onde seu nome passou a ser conhecido. Sua análise e crítica aos projetos de Ferdinand Lesseps para construir um canal ligando o Atlântico ao Pacífico demonstraram que a empresa francesa estava falida. Na sua opinião, só o governo americano teria condições de realizar tal obra. Mais tarde o presidente Theodore Roosevelt escreveu-lhe carta destacando a importância dos seus artigos na solução encontrada para a construção do canal. De volta a Nova Iorque nos anos 1880/1881 continuou a colaborar com o *World*, onde escreveu desde artigos de fundo até a crítica musical.

Em 1882 viajou para Londres na condição de consultor de companhias anglo-brasileiras de viação férrea, engenhos e bancos. Ao mesmo tempo, colaborou com os jornais ingleses *Times* e *Financial News*, para os quais escrevia sobre o Brasil e os Estados Unidos, e prosseguiu no seu trabalho de correspondente do *Jornal do Comércio*. Em 1885 negociou empréstimos na Holanda para engenhos centrais no Norte do Brasil, e em 1887 foi encarregado da liquidação do acervo da mais antiga casa inglesa no Brasil, de A. Finnie. Quando passou uma temporada no Rio de Janeiro, nos anos 1887 e 1888, tomou parte ativa nas discussões sobre a abolição da escravidão e ajudou o movimento paulista empreendido pelo conselheiro Antônio Prado para acabar com o regime escravocrata.

Em 1888 intermediou o primeiro empréstimo provincial externo no Brasil, o do hoje estado de São Paulo, da importância de 800 mil libras, emitido pela casa Cohen de Londres. Também escreveu novos artigos sobre o canal do Panamá que foram reproduzidos em livro publicado em Londres sob o título *The Panama Canal*, no qual lembrou o acerto de suas previsões em 1880, quando demonstrou que o projeto de Lesseps seria o maior desastre econômico e financeiro do século. No dia 15 de novembro de 1889 encontrava-se no Rio de Janeiro em visita aos parentes e alegrou-se com o advento da República, tema de artigos que escrevera dos Estados Unidos para o *Jornal do Comércio* com elogios ao regime republicano. No dia 16 enviou para o *Times* longo artigo sobre a situação brasileira e o jornal convidou-o a tornar-se correspondente no Brasil, convite não aceito por ter que regressar a Londres em fins de fevereiro de 1890. Rui Barbosa, ministro da Fazenda do

governo provisório presidido pelo marechal Deodoro, conhecedor das suas boas relações nos meios da *City* londrina, convidou-o para o cargo de delegado do Tesouro em Londres. Não aceitou o convite, mas foi nomeado para a comissão relativa à encampação das ferrovias garantidas e para a função de agente especial do Tesouro brasileiro. Ao mesmo tempo, prosseguiu no seu trabalho de correspondente do *Jornal do Comércio*.

Na volta a Londres encontrou-se com seu amigo Eduardo Prado, monarquista que se autoexilara na capital inglesa, e dele ouviu a informação de que o conde Júlio Villeneuve, proprietário do *Jornal do Comércio*, desgostoso com o regime republicano instalado no Brasil, pretendia vendê-lo. Interessado no negócio, organizou uma sociedade por quotas, logo subscritas por seus amigos brasileiros, e adquiriu o controle da empresa editora do diário. Sob a orientação de José Carlos Rodrigues o *Jornal do Comércio* abriu mais espaço para os temas econômicos: apoiou e incentivou a livre empresa e o desenvolvimento industrial, muitas vezes dificultado por regulamentos municipais criticados pelo jornal, restritivos à criação de novas fábricas. O editorial da edição de 13 de novembro de 1890 mostrou a necessidade da ampliação do parque industrial, mas se declarou **contrário** a todas as formas de especulação que “podem desequilibrar o funcionamento do mercado e da economia”. Salientou que o Encilhamento dera força à indústria nacional, especialmente à têxtil, e mais tarde, em janeiro de 1891, quando Rui Barbosa deixou o cargo de ministro da Fazenda, o jornal considerou sua queda uma vitória dos grupos anti-industrialização.

Até então um dos baluartes do Império, o *Jornal do Comércio* aderiu à República, mas criticou duramente os governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. No período da Revolta da Armada, quando Floriano decretou estado de sítio e estabeleceu a censura à imprensa, José Carlos Rodrigues foi obrigado a permanecer oculto na casa de seu amigo, o construtor Antônio Januzzi, que mais tarde ergueu o moderno edifício sede do jornal que Rodrigues construiu na avenida Central, na esquina com a rua do Ouvidor. Mas apesar da pressão do governo, convidou Rui Barbosa para correspondente do jornal em Londres, de onde Rui escreveu as *Cartas de Inglaterra*, quando defendeu o capitão Alfred Dreyfuss, pela primeira vez na imprensa mundial, no processo movido contra ele pela

justiça militar francesa sob a acusação de trair a pátria. Ao fim do governo Floriano, depois da eleição mas antes da posse de Prudente de Moraes, José Carlos Rodrigues convidou Rodrigues Alves para o cargo de diretor do *Jornal do Comércio*, mas, voltado para a política em seu estado, o futuro presidente não aceitou.

Com o advento das presidências de Prudente de Moraes, de Campos Sales e de Rodrigues Alves, o *Jornal do Comércio*, apoiou as políticas governamentais. A correspondência mantida pelo jornalista com os três políticos paulistas presidentes da República demonstra que em muitos casos seu conselho e o apoio do jornal foram solicitados para a solução de problemas da economia do país. Também correspondeu-se com Joaquim Nabuco e com o barão do Rio Branco, seu amigo de juventude, que chegou a consultá-lo, por carta enviada de Berlim, se deveria aceitar ou não a pasta das Relações Exteriores, para a qual fora convidado por Rodrigues Alves. Durante muitos anos, ao terminar sua atividade diária no ministério, Rio Branco dirigia-se para a redação do *Jornal do Comércio*, onde escrevia sobre temas internacionais, ao lado dos outros redatores.

Enquanto proprietário do *Jornal do Comércio*, José Carlos Rodrigues procurou manter o prestígio que o diário obtivera no Segundo Império, mas de forma independente e liberal, inspirado no modelo republicano e federalista da melhor imprensa dos Estados Unidos. Contra os republicanos radicais, jacobinos e positivistas, permaneceu ao lado dos legalistas e constitucionistas. Nas reportagens procurou manter-se imparcial e descritivo mesmo nos momentos de tensão, como na Revolta da Vacina, e exigia dos seus subordinados relatos precisos sobre os fatos. Nos editoriais, notadamente nas “Várias”, título pelo qual ficou conhecido o setor de opinião do jornal, com o seu estilo didático, mostrava-se às vezes moralista em relação aos hábitos e costumes da época. A tônica dos artigos de fundo consistia em transmitir aos leitores a idéia da importância da formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres.

No dia 5 de maio de 1915 José Carlos Rodrigues reuniu seus empregados e anunciou que vendera o controle do *Jornal do Comércio* para o diretor financeiro da empresa, comendador Antônio Botelho. Oito anos depois, em 1923, Botelho aceitou a proposta de

compra do então redator-chefe, Félix Pacheco, e retirou-se da empresa. No anúncio de sua despedida, Rodrigues afirmou: “Desafio que provem que qualquer interesse subalterno jamais assentou nesta redação ou direção do *Jornal*, ou que por qualquer motivo a mais perfeita independência da folha foi peada em qualquer circunstância”. Segundo Elmano Cardim, nessa ocasião *O Tempo*, de Recife, depois de noticiar a estranha resolução de José Carlos Rodrigues, fez sobre ele o seguinte comentário: “a sua obra caracteriza-se por uma exuberante e tumultuosa sinceridade com que soube, profligando os erros e abusos sociais e políticos, colocar-se ao lado das grandes causas da República”. Assis Chateaubriand, que o admirava, deixou sobre ele um depoimento no qual destaca: “O senhor José Carlos Rodrigues introduziu enormes modificações no *Jornal do Comércio*, e possui a volúpia da informação. Certa vez contou-me os furos mais sensacionais da sua carreira. Era preciso ouvir a volúpia que punha na narrativa de suas façanhas para ver como, passados 15, 20, 25 anos delas, ele as degustava como um perfeito virtuoso das notícias”.

Permanecem obscuros os motivos pelos quais um jornalista com o talento e a capacidade empresarial de José Carlos Rodrigues vendeu o *Jornal do Comércio*, o mais importante diário brasileiro da época. Segundo interpretação de Elmano Cardim, com o início da guerra de 1914, para ele uma carnificina sem paralelo na história universal, Rodrigues abandonou o jornalismo para concentrar-se no trabalho de difusão da sua interpretação da Bíblia, cujo conhecimento por todos considerava indispensável para a construção da paz. Ao mesmo tempo dedicava-se à atividade de bibliófilo para acumular livros raros encontrados em livrarias de Londres, Paris e Nova Iorque, não só sobre religião, mas também sobre o Brasil, assim aumentando sua já enorme biblioteca, considerada uma das maiores da sua época, descrita parcialmente no catálogo *Biblioteca brasiliense* (1907), hoje sob a guarda da Biblioteca Nacional.

Em 1918 traduziu e publicou *Mensagens, discursos e alocuções*, de Woodrow Wilson, então presidente dos EUA, que admirava e considerava o único líder mundial capaz de conseguir uma paz duradoura. Enquanto prosseguia nos estudos bíblicos iniciados na juventude que o levaram à Igreja Anabatista, realizou frequentes viagens à Inglaterra e aos

Estados Unidos, onde aprofundou os estudos do Antigo e do Novo Testamento. Mais tarde, passou a residir em Londres com a família, embora até o fim de sua vida fizesse viagens regulares ao Brasil.

Quando soube do seu falecimento, o *Jornal do Comércio* publicou uma síntese de sua biografia, na qual afirmava: “Quando, em 1915, se retirou dessa folha, não o fez só para descansar, para ter uma vida mais apropriada à sua idade, já então avançada, mas principalmente para dedicar toda sua atividade à conclusão de uma obra monumental de apologética e de exegese. *O Estudo sobre o Velho Testamento*, que imprimiu em Edimburgo em dois volumes, e foi publicado em 1921, o inclui entre os mais eminentes conhecedores de assuntos bíblicos do mundo inteiro. A crítica dos jornais especialistas da Europa e dos Estados Unidos consagrou o valor extraordinário desses dois suculentos volumes de comentários eruditos e exaustivos”.

Faleceu em Paris em 28 de junho de 1923, mas seu corpo foi trasladado para Londres, onde vivia sua família, e enterrado no Highgate Cemetery, em um local perto do túmulo de Karl Marx.

Cícero Sandroni

FONTES: ARANHA, G. *Machado; Despedidas*; NOGUEIRA, A. *Academia*; RODRIGUES, J. *Notas*; RODRIGUES, J. *Considerações*; SANDRONI, C. *180 anos*; SANDRONI, C.; SANDRONI, L. *Austregésilo*.

RODRIGUES, Manuel Uchoa

*militar; const. 1891; dep. fed. AM 1891-1893.

Manuel Uchoa Rodrigues, natural do Ceará (de acordo com Agnelo Bittencourt) ou do Maranhão (segundo Dunshee de Abranches), era membro de família tradicional.

Transferindo-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império, ingressou na Escola Militar. Praça em 20 de outubro de 1877 e alferes-aluno em 13 de janeiro de 1883, bacharelou-se em matemática e ciências físicas. Promovido a segundo-tenente em 21 de fevereiro de 1885, viajou em seguida para o Amazonas, encontrando em Manaus o colega e amigo Eduardo Gonçalves Ribeiro, engenheiro militar, conhecido como “O Pensador”. Em 23 de janeiro de 1889 foi promovido a primeiro-tenente e, em 17 de março do ano seguinte, a capitão.

Com o fim do Império e o advento da República, em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado pelo Amazonas ao Congresso Nacional Constituinte. Assumiu sua cadeira em 15 de novembro, participou dos trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do país, afinal promulgada no dia 24 de fevereiro de 1891, e em junho seguinte, ao ter início a legislatura ordinária, assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados. Permaneceu na Câmara até 1893, quando, antes do fim da legislatura, foi nomeado superintendente de Manaus, cargo equivalente ao de atual prefeito, pelo então governador do Amazonas Eduardo Gonçalves Ribeiro (1892-1896). Assumiu o cargo em substituição a Manuel Antônio Grangeiro e nele permaneceu até 1895, quando foi substituído por Raimundo Afonso de Carvalho.

Pediu exoneração do Exército quando ocupava o posto de capitão de engenheiros e passou a medir e demarcar terras do estado. Auxiliou, com os seus colegas civis João Carlos Antony e João Batista Bittencourt, na obra de modernização de Manaus empreendida pelo governador Eduardo Ribeiro.

Casou-se com uma das filhas do coronel Emílio José Moreira e com ela teve três filhos.

Inoã Pierre Carvalho Urbinati

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BITTENCOURT, A. *Dicionário*; CÂM.

DEP. *Deputados brasileiros*; Diário de um juiz. Disponível em: <

<http://www.diariodeumjuiz.com/?p=1807>. Acesso em: 21/3/2011; PRES. REP.

Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o.htm>.

Acesso em: 21/3/2011; Wikipedia. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_prefeitos_de_Manaus>. Acesso em:

3/8/2011.

RODRIGUES, Nina

*médico e antropólogo.

Raimundo Nina Rodrigues nasceu em um distrito de Vargem Grande (MA) no dia 4 de dezembro de 1862, filho de Francisco Solano Rodrigues e de Luísa Rosa Nina Rodrigues.

Iniciou seus estudos no Colégio São Paulo e no Seminário das Mercês, em São Luís do Maranhão, e em 1882 matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia. Em 1885 transferiu-se para Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e cerca de um ano depois retornou à Bahia, formando-se em 1888. Clinicou algum tempo em São Luís e ainda em 1889 tornou-se professor adjunto da cadeira de clínica médica na Faculdade de Medicina da Bahia. Por seus trabalhos na faculdade, ganhou prestígio e tornou-se um dos maiores nomes da medicina do Brasil.

Em outubro de 1890 foi um dos membros da comissão executiva do III Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, realizado em Salvador, no qual apresentou trabalhos tratando das epidemias que assolavam a capital baiana. Em 1891 passou a responder pela cadeira de medicina legal na Faculdade de Medicina, no lugar de Virgílio Damásio, que fora eleito senador constituinte. Empenhou-se então em pôr em prática as propostas de Damásio, que, depois de visitar vários países da Europa, sugerira a implantação do ensino prático e a nomeação dos professores de medicina legal como peritos da polícia. Ainda em 1891, tornou-se redator chefe da *Gazeta Médica da Bahia*, primeira revista de medicina do país, fundada em 1866, e um dos principais periódicos científicos do Brasil. Atuando nesses espaços, produziu diversos artigos e trabalhos sobre as origens étnicas da população e a influência das condições sociais e psicológicas sobre a conduta do indivíduo. Também propôs uma reformulação no conceito de responsabilidade penal, sugerindo a reforma dos exames médico-legais. Foi pioneiro na assistência médico-legal a doentes mentais, e defendeu a aplicação da perícia psiquiátrica não apenas nos manicômios, mas também nos tribunais. Nesses trabalhos foi fortemente influenciado pelas teorias de antropologia

criminal, que tinham como expoente máximo o médico italiano Cesare Lombroso.

Em 1894, publicou seu primeiro livro, *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, no qual aliou as ideias da medicina legal e à importância da raça na patologia da população brasileira. Por esse livro travou debates na *Revista Brasileira* com o então deputado federal por Pernambuco (1890-1911) e professor da Faculdade de Direito do Recife João Vieira de Araújo, o que resultou no substitutivo que o parlamentar pernambucano levou à Câmara dos Deputados em 1896 quando se discutiu o projeto do Código Penal brasileiro. Ainda em 1896, publicou seu primeiro artigo no exterior, *Nègres criminels au Brésil*, na revista editada por Lombroso em Turim, na Itália. Entre os anos de 1895 e 1897 atuou Sociedade de Medicina Legal da Bahia, da qual foi fundador e presidente, e foi assíduo colaborador da *Revista Médico Legal da Bahia*, órgão oficial da associação.

Em decorrência da Guerra de Canudos, movimento popular de cunho messiânico liderado por Antônio Conselheiro, iniciado no sertão baiano em novembro de 1896 e esmagado pelo governo federal em outubro de 1897, publicou nos *Annales Médico-Psychologiques* e na *Revista Brasileira* uma análise sobre Antônio Conselheiro. A análise do crânio do Conselheiro só seria publicada quatro anos depois, também nos *Annales*, e só sairia em português 40 anos depois, em *Coletividades anormais*, coletânea organizada por Artur Ramos.

Nina Rodrigues também publicou, com a mesma linha de análise, um importante estudo sobre Marcelino Bispo, autor do atentado ao então presidente da República Prudente de Moraes (1894-1897) ocorrido em 1897. Nesse trabalho relacionou as motivações do autor do crime, ex-combatente de Canudos, com sua ascendência indígena e o ambiente político-social do país. O trabalho, publicado em francês, ressaltou os efeitos degenerativos da mestiçagem sobre o povo brasileiro. Em 1901, participou das discussões do novo Código Civil nacional e teve seu livro *O alienado no direito civil brasileiro* incorporado a um dos volumes dos trabalhos da comissão encarregada do projeto. Ainda nesse ano, também publicou o primeiro *Manual de autópsia médico-legal*.

Em 1904 editou uma série de artigos que publicara no *Diário de Notícias* da Bahia sobre a epidemia de beribéri que matou parte da população do Asilo São João de Deus. Diante de seus trabalhos, o governo baiano, ao lado da Faculdade de Medicina da Bahia, iniciou a construção de um novo hospital. Nina Rodrigues fez parte, como relator, da comissão nomeada para planejá-lo. Em janeiro de 1905, um incêndio destruiu parte da Faculdade de Medicina e o laboratório de medicina legal, acarretando a perda de parte de seus trabalhos e material de pesquisa.

Em 1906 viajou para a Europa para participar do IV Congresso Internacional de Assistência Pública e Privada em Milão, na Itália. Enquanto participava de outro encontro médico em Lisboa, foi diagnosticado com uma doença, provavelmente câncer no fígado.

Nina Rodrigues também fez parte do Conselho Geral de Saúde Pública da Bahia, e da comissão responsável pela publicação da *Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina*, concretizada em 1902. Propôs a criação de uma habilitação específica para o médico perito, proposta essa que se concretizaria anos depois, tendo como importante defensor Afrânio Peixoto, médico, professor da Faculdade de Medicina da Bahia, deputado federal (1924-1930) e seu ex-aluno. Colaborou na *Revista Brasil-Médico*, na *Revista Médica de São Paulo*, nos *Arquivos de Criminologia de Buenos Aires*, nos *Annales d'anthropologie criminelle*, de Lyon, França, e no *Archivio de Psychiatria e Antropologia Criminale*, de Turim. Foi sócio efetivo e vice-presidente, no Brasil, da Medical-Legal Society, de Nova Iorque, membro honorário da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro e membro estrangeiro da Société Médico-Psychologique, de Paris.

Faleceu em Paris no dia 17 de julho de 1906.

Foi casado com Maricas Nina Rodrigues, filha do conselheiro José Luís de Almeida Couto, republicano histórico, abolicionista, político de projeção nacional e professor da Faculdade de Medicina da Bahia.

Além das obras citadas, escreveu *O animismo fetichista dos negros baianos* (1900) e a obra póstuma *Os africanos no Brasil* (1932).

Em sua homenagem, a localidade onde nasceu passou a se chamar, em 1962, município de Nina Rodrigues (MA). Há também uma rua no centro de São Luís que leva o seu nome.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: Brasil Escola. Disponível em:
<<http://www.brasilecola.com/biografia/raimundo-nina.htm>>. Acesso em:
19/11/2008; CORRÊA, M. Nina. Disponível em:
<http://www.sbhm.org.br/index.asp?p=medicos_view&codigo=200>; Psychiatry on
line Brasil. Disponível em: <<http://www.polbr.med.br/>>. Acesso em: 19/11/2008;
SCHWARCZ, L. *Espetáculo*; SOC. BRAS. HIST. MED. Acesso em: 19/11/2008).

RODRIGUES, Tomás de Paula Pessoa

*dep. fed. CE 1915-1924; sen. CE 1924-1930.

Tomás de Paula Pessoa Rodrigues nasceu em Sobral (CE) no dia 24 de novembro de 1873, filho de Antônio Joaquim Rodrigues Júnior e de Maria Luísa de Paula Pessoa Rodrigues. Seu pai foi membro do Partido Liberal, deputado provincial, deputado geral, vice-presidente da província do Ceará e ministro de Estado. Sua mãe era filha do senador Francisco Paula Pessoa.

Após bacharelar-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1895, foi delegado de polícia e membro do Ministério Público na capital pernambucana. Trabalhou ainda em São Paulo e no Rio de Janeiro como advogado.

Em 1915 foi eleito deputado federal pelo Ceará para a legislatura 1915-1917. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, e foi reeleito para os períodos 1918-1920, 1921-1923 e 1924-1926. Contudo, em julho de 1924 deixou a Câmara para assumir uma cadeira no Senado Federal. Permaneceu na Câmara Alta até a vitória da Revolução de outubro de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 25 de outubro de 1957.

Era casado com Manoela Castelo Rodrigues, com quem teve cinco filhos.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: GIRÃO, V. *Ceará* (p. 89); LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.4).

ROLIM, Moésia

*militar; rev. 1922; membro ANL.

Francisco Moésia Rolim nasceu no Ceará.

Foi aluno da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então capital federal. Fazia o curso de artilharia quando eclodiu a Revolta de 5 de Julho de 1922, que iniciou o ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920. O movimento, do qual participou, irrompeu no Rio de Janeiro e em Mato Grosso em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e as punições impostas pelo governo Eptácio Pessoa aos militares, com o fechamento do Clube Militar e prisão do marechal Hermes da Fonseca. A revolta foi debelada no mesmo dia, tendo envolvido, em Mato Grosso, o contingente local do Exército e, no Rio, o forte de Copacabana, a Escola do Realengo e efetivos da Vila Militar.

Após a Revolução de 1930 tornou-se primeiro-tenente comissionado. Fez parte, em outubro de 1934, do grupo organizador da Aliança Nacional Libertadora (ANL), formado por Amoreti Osório, André Trifino Correia, Aparício Torelli, Manuel Venâncio Campos da Paz, Francisco Mangabeira, Carlos Lacerda, Benjamim Cabello, Nemo Canabarro Lucas, Luís Marques Barreto Viana, Trompowski Taulois, Válder Pompeu, Antônio Rolemberg e, mais tarde, Herculino Cascardo e Carlos da Costa Leite.

Inicialmente, as reuniões do grupo eram realizadas no escritório de Moésia Rolim, no apartamento de Amoreti Osório ou na redação de A Amanhã, de propriedade de Torelli. Aderiram à ANL o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), então Partido Comunista do Brasil, e o Partido Social Democrático (PSD), além de vários sindicatos de trabalhadores. No início de 1935, já capitão, Moésia Rolim mantinha ligações com o PCB, conforme registrou Agildo Barata em Vida de um revolucionário ao citar contatos mantidos entre ambos no Rio Grande do Sul.

Quando foi anunciado o projeto de lei de segurança nacional em março de 1935, houve forte reação nos meios militares, que se dividiram a favor e contra o projeto. Moésia participou de reuniões no Clube Naval em que os descontentes se manifestaram contra o projeto. Junto com outros 31 oficiais, ele assinou um documento que levantava “dúvidas sobre os termos em que estava redigido o projeto da Lei de Segurança Nacional eram ou

não prejudiciais aos interesses das classes armadas”.

Em 23 de março de 1935, assinou a ata de fundação da ANL, juntamente com Herculino Cascardo, Roberto Sisson, Trifino Correia, Abguar Bastos, Henrique Cordeiro Oeste e João Cabanas, entre outros. Do programa da frente política constavam os seguintes itens: 1) suspensão definitiva do pagamento das dívidas “imperialistas” do Brasil; 2) nacionalização imediata de todas as empresas “imperialistas”; 3) proteção aos pequenos e médios proprietários e lavradores; 4) maiores liberdades populares; 5) constituição de um governo popular.

Participou em 21 de abril da sessão solene de lançamento da ANL, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Na ocasião, fez um discurso, assim como Benjamim Cabello, Edgard Sussekind de Mendonça, Herculino Cascardo e outros. Proscrita pelo governo pouco tempo depois, a ANL continuou a atuar na clandestinidade, dirigida, na prática, pelos comunistas.

A ação da ANL culminou com o Levante Comunista iniciado no dia 23 de novembro de 1935 em Natal, onde se instalou um governo revolucionário que durou apenas quatro dias. As notícias do levante de Natal precipitaram o movimento em Recife, deflagrado no dia seguinte pelo 29º Batalhão de Caçadores. No dia 25, quando já estava debelado o movimento em Recife, Luís Carlos Prestes, secretário-geral do PCB, deu ordens para a eclosão da revolta no Rio de Janeiro, enquanto o presidente Getúlio Vargas pedia ao Congresso que fosse decretado o estado de sítio em todo o território nacional.

Na madrugada do dia 27 de novembro, a revolta eclodiu no 3º Regimento de Infantaria, no Rio de Janeiro, sob a liderança do capitão Agildo Barata. Outro foco surgiu na Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos, mas em pouco tempo os revoltosos foram dominados. O fracasso desses levantes desencadeou intensa reação por parte do governo. Foram feitas milhares de prisões, atingindo não só comunistas, mas importantes membros e dirigentes da ANL, trotskistas, socialistas e anarquistas, bem como setores liberais de oposição.

A Revolta Comunista de 1935 foi utilizada como justificativa para uma maior concentração do poder do governo central, que começou a preparar o golpe que seria deflagrado em novembro de 1937, resultando na implantação do Estado Novo. Rolim foi preso logo depois, ainda em novembro de 1935, acusado de envolvimento com o levante,

mas não foi possível reunir elementos que provassem sua responsabilidade direta. Solto, foi afastado das funções militares em áreas de potencial político.

Faleceu em 2 de julho de 1953, já no posto de major.

FONTES: *Almanaque dos alunos*; ARQ. GETÚLIO VARGAS; BARATA, A. *Vida*; LEVINE, R. *Vargas; Movimento de 5*; PORTO, E. *Insurreição*; SILVA, H. 1935.

ROLLEMBERG, Antônio

*dep. fed. SE 1915-1917.

Antônio Dias Rollemberg nasceu no engenho Topo, município de Japaratuba (SE), em 10 de janeiro de 1889, filho do senador sergipano Gonçalo de Faro Rollemberg e de Aurélia Dias Rollemberg.

Fez o curso primário em seu estado natal e concluiu o preparatório na Bahia. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1905, cursou a instituição até o terceiro ano e transferiu-se então para a Faculdade de Direito de São Paulo. Nessa última instituição obteve, em dezembro de 1909, o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais.

Foi procurador da República em Sergipe entre 1911 e 1914, quando pediu exoneração do serviço público para postular a candidatura a deputado federal por seu estado. Eleito, exerceu o mandato entre maio de 1915 e dezembro de 1917. Na Câmara dos Deputados, destacou-se ao tratar da seca que atingia a região Nordeste e da necessidade de uma reforma eleitoral.

Atuou na imprensa como articulista dos jornais *Correio de Aracajú* e *O Estado de Sergipe*.

Sérgio Montalvão

FONTES: GUARANÁ, M. *Dicionário*.

ROLLEMBERG, Gonçalo

*pres. SE 1894-1895; sen. SE 1918-1926.

Gonçalo de Faro Rollemberg nasceu no engenho Maria Teles, município de Maroim (SE), em 13 de setembro de 1860, filho de Manuel Rollemberg de Meneses e de Maria de Faro Rollemberg.

Cursou durante três anos a Faculdade de Medicina da Bahia, transferindo-se depois para o Rio de Janeiro, onde obteve o título de doutor em 1881. Nesse mesmo ano foi eleito deputado provincial em Sergipe.

No regime republicano, foi eleito em 1894 vice-presidente de seu estado na chapa encabeçada por Manuel Valadão, que tomou posse em 24 de outubro. Substituiu o titular de 11 de dezembro de 1894 a 16 de fevereiro de 1895. Voltou à cena política em 1918, eleito senador por seu estado para um mandato de nove anos.

Foi casado com Aurélia Dias Dantas Melo, filha de Antônio Dias Coelho e Melo, o barão da Estância, senador sergipano no período imperial. Seu filho, Antônio Dias Rollemberg, foi deputado federal por Sergipe entre 1915 e 1917.

Faleceu em 14 de setembro de 1927.

Além de artigos na imprensa, escreveu *Hepatite aguda* (tese apresentada   Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1881).

Pierre Fernandes

FONTES: GUARAN , M. *Dicionário*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.

ROLLEMBERG, Luís Dias

*dep. fed. SE 1927-1929.

Luís Dias Rollemberg nasceu em Sergipe, filho de Gonçalo de Faro Rollemberg e de Aurélia Dias Rollemberg. Seu pai foi deputado provincial em Sergipe em 1881, senador pelo mesmo estado de 1918 a 1926, e vice-presidente estadual de 1894 a 1895.

Ingressou na política em 1927 quando foi eleito, em janeiro desse ano, deputado federal pelo estado de Sergipe na chapa situacionista apoiada pelo então presidente do estado Manuel Correia Dantas (1926-1930). Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1927, permanecendo até o final da legislatura, em dezembro de 1929, quando se encerrou seu mandato.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados*; DANTAS, J. *Tenentismo*.

ROMEIRO, Francisco

*dep. fed. SP 1903-1911.

Francisco Marcondes Romeiro nasceu em Pindamonhangaba (SP) em 28 de dezembro de 1841, filho do comendador José Romeiro de Oliveira e de Ana Marcondes de Moura Romeiro.

Estudou humanidades no Colégio Baependi e ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1861, recebendo o grau de doutor em 1866. Em janeiro de 1867 estabeleceu clínica em sua cidade natal e tornou-se também presidente do Banco Municipal.

Republicano histórico, em 1869 foi eleito para a Câmara Municipal de Pindamonhangaba e escolhido seu presidente, respondendo pela intendência municipal. Reelegeu-se seguidamente e permaneceu à frente da Câmara Municipal até o final do Império. Assumiu também o cargo de provedor da Santa Casa de Misericórdia de Pindamonhangaba em 1872 e destacou-se no combate à varíola que acometeu os moradores da cidade, recebendo a comenda de oficial da Ordem da Rosa pelos relevantes serviços prestados à comunidade. Foi o organizador do Código de Posturas do município de Pindamonhangaba, apresentado à Assembleia Provincial de São Paulo e aprovado em sessão de 23 de março de 1876. Em 1888, ganhou notoriedade ao promover em 22 de fevereiro a libertação dos escravos em Pindamonhangaba, alguns meses antes da aprovação da Lei Áurea.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, continuou desfrutando de grande prestígio político. Voltou a eleger-se vereador e a presidir a Câmara de Pindamonhangaba entre 1899 e 1904. Na época instalou o primeiro serviço de captação de água encanada da cidade, utilizando como manancial o córrego do Felipe, que parte da serra da Mantiqueira, atual parque ecológico municipal do Trabiju.

Em 1903, foi eleito deputado federal por São Paulo para a legislatura 1903-1905. Renovou o mandato mais duas vezes, nas legislaturas 1906-1908 e 1909-1911, sempre pelo Partido Republicano Paulista (PRP).

Faleceu em Pindamonhangaba, em 24 de outubro de 1911, aos 71 anos de idade.

Escreveu estudos na área médica, como *Do glaucoma*; *Da asfixia por submersão*; *Do*

raquitismo; Diagnóstico diferencial entre o tifo e a febre amarela, todos produzidos no Rio de Janeiro em 1866. Também apresentou à Câmara Municipal, em 1874, um *Relatório da epidemia de varíola em Pindamonhangaba*.

Seu nome foi dado à principal praça da cidade de Pindamonhangaba.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2); *Correio Paulistano* (26/10/1911); *Dicionário de ruas*. Disponível em: <<http://www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/ListaLogradouro.aspx>>; MARCONDES, A. *Pindamonhangaba; Pindavale*. Disponível em: <<http://www.pindavale.com.br/pindamonhangaba/prefeitos.asp>>; *São Paulo e seus homens; Tribuna do Norte*. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.net/edicoesanteriores/180408/cultura.htm>>

ROMERO, Sílvia

*dep. fed. SE 1900-1902.

Sílvia Vasconcelos Silveira Ramos Romero nasceu na cidade de Lagarto (SE) em 21 de abril de 1851, filho de André Ramos Romero e de Maria Vasconcelos da Silveira Santos Romero.

Após fazer os estudos primários em sua cidade de origem, na Escola Mista do professor Badu, deixou Sergipe em 1863 com destino ao Rio de Janeiro, então capital do Império, para fazer os preparatórios no Ateneu Fluminense. Rumou em seguida para Recife e matriculou-se na Faculdade de Direito dessa cidade em 1868. No segundo ano do curso iniciou sua colaboração na imprensa literária, com a publicação da monografia “A poesia contemporânea e a sua intuição naturalista”. Desde então, manteve-se presente nas folhas recifenses como poeta, ensaísta e crítico. Escreveu para *A Crença* (que também dirigiu), *O Americano*, *Correio Pernambucano*, *Diário de Pernambuco*, *O Movimento*, *Jornal de Recife*, *A República* e *O Liberal*. Ainda nos anos de faculdade conheceu Tobias Barreto, principal referência da Escola de Recife, e entrou em contato com as idéias positivistas e evolucionistas, com as quais dialogou nos seus escritos de crítica literária e de sociologia. Recebeu o grau de bacharel em direito em novembro de 1873.

Logo depois de formado regressou a Sergipe, tornou-se promotor público em Estância, fundou o Clube Republicano da cidade, inspirado nos encontros que manteve com o grupo republicano de Laranjeiras, e foi eleito deputado à Assembleia Provincial. Renunciou porém ao mandato em 1875, com o objetivo de ingressar na vida acadêmica. Voltou a Recife e se inscreveu para a defesa de tese com a qual pretendia ingressar no Colégio das Artes como professor de filosofia. Contudo, durante a defesa pública, após ter afirmado em acirrado debate que “a metafísica está morta”, entrou em atrito com os examinadores, a tal ponto que, devido a agressões pessoais, ficou decidido o encerramento da sessão. Em virtude dos acontecimentos, não obteve o título pleiteado, além de ter respondido a processo por crime de injúria, do qual foi absolvido.

Deixou então Pernambuco para viver em Parati, no sul da província do Rio de Janeiro, onde foi nomeado juiz municipal e de órfãos por decreto de 31 de agosto de 1876. Exerceu essa função até julho de 1879, quando foi exonerado a pedido próprio. De volta à cidade do Rio de Janeiro, colaborou no jornal *O Repórter*, de Lopes Trovão. Em 1880 obteve, por concurso público, uma vaga para lecionar filosofia no Internato do Colégio Pedro II, classificado em primeiro lugar com a tese *Interpretação filosófica dos fatos históricos*.

Definida sua situação profissional, pôde dedicar-se a escrever seu livro mais significativo, *História da literatura brasileira* (1888), no qual se propôs encontrar “as leis gerais que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito, do caráter do povo brasileiro” e, assim, “mostrar as relações de nossa vida intelectual com a História política, social e econômica da nação”. Nessa perspectiva, escreveu Alberto Schneider, a literatura aparece como “documento da nacionalidade”. Além de importante historiador da literatura, Sílvio Romero destacou-se pelo constante envolvimento em polêmicas literárias. Escreveu contra José de Alencar, Araripe Júnior, Machado de Assis e José Veríssimo.

NA REPÚBLICA: ATUAÇÃO POLÍTICA E LITERÁRIA

Sílvio Romero apoiou a causa republicana e, em 1889, ano de instauração do regime político que substituiu a monarquia parlamentar e o reinado de dom Pedro II, publicou dois panfletos em que procurou divulgar suas idéias: *Manifesto aos eleitores da província de Sergipe* e *Mensagem dos homens de letras do Rio de Janeiro ao governo provisório*. Envolvido na política da capital federal, ingressou em 1890 no Partido Nacional e apresentou-se como candidato ao Senado. Derrotado nas urnas, regressou a Sergipe em 1891 e passou a atuar ativamente na política local.

Em 1894, apoiou Manuel Valadão e os “pebas” (republicanos florianistas) na derrubada do governo de José Calazans. No momento em que Calazans deixou a capital para refugiar-se na cidade de Rosário do Catete, onde Leandro Siqueira Maciel, um dos mais importantes líderes dos “cabaús” (antigos membros do Partido Conservador que aderiram à República) tinha suas propriedades, exigiu em discurso no centro de Aracaju a entrega do governo

sergipano ao presidente da Assembleia Legislativa.

Participou em 1897 da fundação da Academia Brasileira de Letras (ABL) e foi escolhido para a cadeira de número 17, cujo patrono é Hipólito da Costa.

Em 1899 elegeu-se deputado federal por Sergipe, beneficiado pelo acordo entre pebas e cabaús, que possibilitou a eleição do monsenhor Olímpio Campos para o governo sergipano e a de Martinho Garcez para o Senado da República. Em sua passagem pela Câmara dos Deputados, entre maio de 1900 e dezembro de 1902, foi relator do projeto do Código Civil. Em 1906 esteve reunido aos que fundaram o Partido Progressista (PP), para o qual convergiram todos os insatisfeitos com a continuidade do mando político do monsenhor Campos, que acabava de eleger seu irmão mais velho para dirigir o estado. Entre os progressistas estivera Fausto Cardoso, líder da revolta contra o governo de Guilherme Campos, reprimida pelo presidente Rodrigues Alves em agosto daquele ano, após ter conquistado o poder por 18 dias consecutivos.

Também em 1906, Sílvio Romero proferiu o discurso de recepção a Euclides da Cunha na ABL. Na ocasião, para o espanto de todos, quebrou o ato protocolar atacando Valentim Magalhães e Castro Alves, respectivamente antecessor e patrono da cadeira entregue ao autor de *Os sertões*, não poupando inclusive palavras contra o governo federal, na presença do presidente Afonso Pena, o que fortaleceu ainda mais sua imagem de polemista.

Aposentado do Colégio Pedro II em 1910, no ano seguinte, após ter contraído tuberculose, passou a viver na cidade mineira de Juiz de Fora. Fundou a Faculdade de Direito da cidade, posteriormente integrada à Universidade Federal.

Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Baiana de Letras, da Academia Pernambucana de Letras, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e do Grêmio Literário de Campinas. Atuou no ensino superior como lente de filosofia do direito na Faculdade Livre do Rio de Janeiro. Representou o Brasil em várias conferências

internacionais e foi agraciado pelo rei dom Carlos, de Portugal, com a comenda de São Tiago.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 18 de julho de 1914.

Foi casado em primeiras núpcias com Clarinda Diamantina Correia de Araújo, posteriormente com Maria da Rocha Liberato, que veio a falecer, e, por último, com Maria Pereira Barreto.

Escreveu vastíssima obra de crítica e história literária, poesia, filosofia, história do Brasil, crônica política, etnografia, sociologia e folclore. Publicou *Etnologia selvagem* (1873), *A filosofia no Brasil: ensaio crítico* (1878), *Cantos do fim do século* (1878), *A literatura brasileira e a crítica moderna: ensaio de generalização* (1880), *Introdução à história da literatura brasileira* (1882), *Naturalismo em literatura* (1882), *Cantos populares do Brasil* (1883), *Ensaio de crítica parlamentar* (1883), *Últimos harpejos* (1883), *Estudos sobre a poesia popular no Brasil* (1888), *Etnografia brasileira: estudos críticos sobre Couto de Magalhães* (1888), *História da literatura brasileira* (1888), *A filosofia e o ensino secundário* (1889), *As três formas principais da organização republicana* (1889), *Ensino cívico: a história do Brasil ensinada pela biografia dos seus heróis* (1890), *Luiz Murat: estudos* (1891), *Parlamentarismo e presidencialismo na República do Brasil: cartas ao conselheiro Rui Barbosa* (1893), *Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e o positivismo no Brasil* (1894), *Ensaio de filosofia do direito* (1895), *A verdade sobre o caso de Sergipe* (1895), *O vampiro do Vasa-Barris: intermezzo jornalístico em resposta ao vigário Olímpio Campos* (1895), *Machado de Assis: estudo comparativo* (1897), *Novos estudos de literatura contemporânea* (1897), *Martins Pena: ensaio crítico* (1901), *Ensaio de sociologia e literatura* (1901), *O elemento português na colonização do Brasil* (1902), *Outros estudos de literatura contemporânea* (1905), *Evolução do lirismo brasileiro* (1905), *Evolução da literatura brasileira: vista sintética* (1905), *O alemanismo no sul do Brasil: seus perigos e os meios de combater* (1906), *A pátria portuguesa: o território e a raça* (1907), *Zeuerissimações ineptas da crítica:*

respostas e desabafos (1909), *Quadro sintético da evolução dos gêneros na literatura brasileira* (1911), *Estudos sociais: o Brasil na primeira metade do século XX* (1911), *Minhas contradições* (1914).

A seu respeito foram escritos, entre outros, *Método crítico de Sílvio Romero*, de Antônio Cândido (1945), *Sílvio Romero, de corpo inteiro*, de Carlos Sussekind de Mendonça (1963) e *Sílvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*, de Maria Aparecida Resende Mota (2000).

Em sua homenagem, desde 1959, o governo federal realiza o Concurso Sílvio Romero de Monografias sobre folclore e cultura popular.

Sérgio Montalvão

FONTES: ACAD. BRAS. LETRAS. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/>>; CÂM. DEP. *Deputados*; GUARANÁ, M. *Dicionário*; RODRIGUES, R. *Silvio Romero*; SCHNEIDER, A. *Silvio Romero*; TEIXEIRA, J. *Turbilhão*; VENTURA, R. *Estilo*.

Rondon, Cândido

*militar; sertanista; ch. SPI 1910-1958.

Cândido Mariano da Silva Rondon nasceu em Mimoso, no município de Santo Antônio de Leverger (MT), no dia 5 de maio de 1865. Seu pai, Cândido Mariano da Silva, faleceu em 1864, vítima de uma epidemia de varíola, e sua mãe, Claudina Lucas Evangelista, em 1867. Filho único, ficou aos cuidados do tio, Manuel Rodrigues da Silva Rondon, em cuja homenagem acrescentou o nome Rondon ao seu em 1890.

Era de descendência indígena por linhagem materna. Seu bisavô, o paulista Francisco Lucas Evangelista, casara-se com Joaquina Gomes, filha de índios bororos, fixando-se na sesmaria de Morro Redondo, em Mimoso. A sesmaria passou em usufruto aos descendentes de Joaquina Gomes, e Rondon, por ter sido filho único, ocupava o primeiro lugar entre os herdeiros.

Após terminar o curso primário em Cuiabá, ingressou no Liceu Cuiabano em 1879, formando-se aos 16 anos e sendo em seguida nomeado professor primário. Em novembro de 1881, porém, abandonou a atividade de professor e sentou praça como voluntário no 3º Regimento de Artilharia a Cavalo, sempre em Cuiabá. Desejando cursar a Escola Militar do Rio de Janeiro, então capital do Império, veio para esta cidade em dezembro, classificado no 2º Regimento de Artilharia de Campanha.

Em março de 1883 matriculou-se no curso preparatório da Escola Militar, encerrando-o, com distinção, em dezembro de 1884. Em 1885 matriculou-se no curso de cavalaria e infantaria, concluindo-o no mesmo ano. Em 1887 terminou o curso de artilharia e em 1888, ao encerrar o curso de estado-maior de primeira classe, foi promovido a alferes-aluno.

NA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Em março de 1889 ingressou na então Escola Superior de Guerra, onde ensinava Benjamin Constant Botelho de Magalhães, líder republicano e positivista, de quem se tornou aluno e seguidor. A influência de Benjamin Constant em sua formação foi muito forte, principalmente no que se refere ao positivismo, doutrina que adotou e seguiu por toda a vida.

Teve participação no movimento que depôs a Monarquia em 15 de novembro de 1889, recebendo de Benjamin Constant a missão de, juntamente com Augusto Tasso Fragoso,

apurar qual seria a atitude do almirante Eduardo Wandenkolk em face da saída da “Brigada Estratégica” rebelada. Após a resposta positiva do almirante, integrou a guarda pessoal do comandante da brigada, o próprio Benjamin Constant, participando da tomada do quartel-general e da detenção dos ministros do último gabinete do imperador Pedro II.

Em dezembro de 1889, recebeu o título de engenheiro militar e de bacharel em matemática e ciências físicas pela Escola Militar. Promovido a alferes no dia 4 de janeiro de 1890, três dias depois foi promovido a primeiro-tenente “por serviços relevantes à República”.

NA COMISSÃO CONSTRUTORA DE LINHAS TELEGRÁFICAS

Nomeado em seguida professor substituto de astronomia e mecânica da Escola Militar por indicação de Benjamin Constant, decidiu que antes de assumir o cargo aceitaria o convite que lhe fora feito para desempenhar, em Mato Grosso, as funções de ajudante do major Antônio Ernesto Gomes Carneiro, chefe da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas empenhada em construir a ligação entre Cuiabá e a margem esquerda do Araguaia, divisa com o estado de Goiás. Partiu para Cuiabá em março de 1890 e, findo o trabalho da comissão, retornou ao Rio de Janeiro em maio de 1891 para assumir suas funções na Escola Militar, o que fez em julho do mesmo ano.

Em fevereiro de 1892, casou-se com Francisca Xavier, filha de um de seus professores do curso preparatório. No mês seguinte, foi nomeado chefe do distrito telegráfico de Mato Grosso por indicação do major Gomes Carneiro, e pediu demissão de sua cadeira na Escola Militar para retornar ao sertão e consolidar a linha já construída. Em setembro do mesmo ano, promovido a capitão, substituiu o major Gomes Carneiro na chefia da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas e, em seguida, foi encarregado também da construção da rodovia Cuiabá-Araguaia, parte da chamada “estrada estratégica” que deveria ligar Cuiabá ao Rio de Janeiro. Até então, o acesso a Cuiabá se fazia por via fluvial através do rio da Prata. Como as relações brasileiras com a Argentina estavam tensas, o governo decidiu construir o acesso terrestre à capital de Mato Grosso. No entanto, a crise diplomática foi contornada pouco depois, e a abertura da estrada foi deixada de lado em 1895, prosseguindo porém a construção de linhas telegráficas.

Ainda em 1895, Rondon interrompeu por algum tempo seu trabalho à frente da comissão para responder a um inquérito do Conselho de Guerra, no Rio de Janeiro, por castigos

corporais infligidos a soldados sob o seu comando. O processo, contudo, foi arquivado, e Rondon pôde retornar a Mato Grosso e aos trabalhos da comissão.

Em 1898, com o fim da tarefa de construção de linhas, transferiu-se para o Rio de Janeiro e pediu sua admissão na igreja positivista, à qual, embora fiel, ainda não era filiado. Nomeado auxiliar técnico da Intendência Geral da Guerra em 1899, permaneceu pouco tempo no cargo, recebendo em 1900 a incumbência de estender a ligação telegráfica a partir do Rio de Janeiro até as fronteiras com o Paraguai e a Bolívia, na chefia de nova Comissão Construtora de Linhas Telegráficas. Durante os trabalhos, encerrados em meados de 1906, foi promovido a major em 1903, mesmo ano em que revalidou seu casamento segundo o ritual positivista.

O resultado dessa expedição foi a construção de 1.746km de linhas telegráficas, ficando o Rio de Janeiro ligado a Corumbá e Coimbra, na fronteira boliviana, e a Porto Murtinho e Bela Vista, na fronteira com o Paraguai. Em meio a dificuldades devidas à insuficiência de soldados, a deserções e às baixas provocadas pela malária e pelo beribéri, a expedição recolheu ainda grande quantidade de amostras de minérios, da flora e da fauna da região para o Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo, estabeleceu relações amistosas com os índios bororós, que chegaram a participar em diversas ocasiões dos trabalhos de construção, e com os terenas e os quiniquenauas, que vinham tendo suas terras tomadas por fazendeiros. Iniciou a demarcação das terras dessas tribos, conseguindo fazer com que o governo de Mato Grosso reconhecesse a sua propriedade, e colocou ainda sob a proteção da comissão, além dos grupos já citados, os cadiueus e os oiafés, habitantes das cabeceiras dos rios Taboco e Negro, que vinham sendo assassinados por fazendeiros de gado.

Embora o problema indígena fosse alheio às atribuições oficiais da comissão, Rondon procurava sempre travar contato amistoso com os grupos que encontrasse e defender os direitos espoliados dos índios, afirmando, na época: “Temos para com os índios grande dívida contraída desde os tempos de nossos maiores que lhes foram invadindo os territórios, devastando a caça, furtando o mel, para não falar em males muito maiores, mais graves, vergonhosos e infames.” Procurava fazer com que os brasileiros das cidades tomassem conhecimento dos problemas dos índios, e adotou como lema para os homens sob seu comando “Morrer se preciso for, matar, nunca”, inaugurando uma nova forma

sistemática de promover o primeiro contato entre civilizados e as populações indígenas.

Logo após o fim dessa primeira expedição, o presidente da República, Afonso Pena, determinou ainda em 1906 a extensão das linhas telegráficas até o vale Amazônico nomeando Rondon engenheiro-chefe da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas. O próprio Rondon escolheu, entre civis, oficiais e praças do Exército, os componentes da expedição, que ficou conhecida como Comissão Rondon e tinha o objetivo paralelo de reconhecer a região, proceder a seu estudo científico e demarcar as terras da fazenda Casalvasco, que se estendia da serra de Aguapeí (MT) à fronteira com a Bolívia.

A expedição descobriu e fez o reconhecimento do rio Juruena, no norte de Mato Grosso, desbravando o nordeste do estado e conseguindo atravessar em seguida a selva amazônica até Manaus, onde Rondon, promovido a tenente-coronel em 1908, chegou no início de 1910 acometido de grave crise de malária. Ao longo de seu trajeto, travou relações amistosas com os índios parecis, alguns dos quais serviram inclusive de guias para a expedição, e aproximou-se dos temidos nhambiquaras, que tinham fama de ferozes antropófagos e até então haviam rejeitado qualquer contato com os civilizados.

De Manaus, Rondon dirigiu-se para o Rio de Janeiro, onde chegou em fevereiro de 1910 sob aclamações populares, após quatro anos de internamento na selva, durante os quais chegou até a ser dado como desaparecido.

NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Em junho de 1910, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, e Rondon, seu maior animador, tomou posse como primeiro diretor do órgão no dia 7 de setembro do mesmo ano. A criação do SPI foi possível graças ao apoio do presidente em exercício, Nilo Peçanha, e do ministro da Agricultura, Rodolfo Miranda, pois desde a morte de Afonso Pena (1909) o trabalho de Rondon vinha enfrentando a oposição de diversos elementos do governo, principalmente do ministro da Viação, J. J. Seabra.

Após permanecer no Rio de Janeiro em recuperação de seus problemas de saúde, em março de 1911 Rondon partiu para São Paulo a fim de pacificar os índios caingangues do noroeste paulista, que vinham atacando fazendeiros da região em represália a agressões sofridas.

Resolvida a questão em março do ano seguinte, em junho Rondon voltou a Mato Grosso via Manaus, retomando, já promovido a coronel, o comando dos trabalhos da comissão. No Amazonas, protegeu os índios parintintins, perseguidos e explorados por seringueiros, e rumou para Mato Grosso por terra, em viagem de inspeção das linhas construídas pela comissão e do trabalho realizado pelo SPI.

Em 1913, foi designado para organizar uma expedição para, em companhia de Theodore Roosevelt, presidente dos Estados Unidos de 1901 a 1908, percorrer os vales dos rios Paraguai e Amazonas. Roosevelt trouxe com ele naturalistas norte-americanos a fim de selecionar e coletar material para o Museu de História Natural de Nova Iorque, e Rondon convidou cientistas brasileiros para que também participassem da expedição. Iniciada em dezembro de 1913, a viagem de exploração durou até maio do ano seguinte, e foi descrita por Roosevelt no livro *Through the Brazilian wilderness*, publicado ainda em 1914.

Entre 1915 e 1919, Rondon empenhou-se na elaboração da carta de Mato Grosso, além de prosseguir em seu trabalho com os índios. A comissão que comandava mapeou um extenso território, incluindo as cabeceiras de seis rios, e concluiu o estudo das cabeceiras do Xingu, do alto e do médio Paraguai e de mais de 30 rios. Localizou e identificou diversos acidentes geográficos, descobrindo ainda jazidas de ferro, ouro, diamantes, manganês, mica e gipsita em diversos pontos do estado. Além disso, estabeleceu contato com vários grupos indígenas, desarmando a belicosidade de alguns, como os nhambiquaras, os barbados, os pauatês, os tacuatês, os urumis e os bororos do rio das Garças, e conquistando definitivamente a amizade de outros, como os parecis, os bacaeris, os jarus, os urupás, os parintintins e os botocudos.

Promovido a general de brigada em 1919, Rondon foi nomeado diretor de Engenharia do Exército pelo ministro da Guerra Pandiá Calógeras, conservando todavia o título de chefe da Comissão de Linhas Telegráficas. Na diretoria, promoveu a remodelação de inúmeras instalações militares, bem como a construção de vários novos quartéis.

Em 1922, o presidente Epitácio Pessoa indicou-o para participar da comissão de inspeção das obras contra a seca no Nordeste. Em setembro de 1924, na sequência do movimento revolucionário iniciado em São Paulo em julho, foi designado para o comando das forças legalistas em ação contra os revoltosos no Paraná e em Santa Catarina. Travou combate diversas vezes com as forças rebeldes até junho de 1925, quando, já reunidas na Coluna

Prestes, essas forças se deslocaram rumo ao norte. O comando de Rondon, promovido a general de divisão em dezembro de 1924, foi extinto, e em seguida o general partiu em nova viagem de inspeção das linhas telegráficas ainda existentes, dedicando-se também a estudos para a extensão da ferrovia Noroeste até Cuiabá.

Em 1927, o presidente Washington Luís destacou Rondon para a missão de inspecionar as fronteiras brasileiras desde a Guiana Francesa até o Uruguai, ao longo de mais de dez mil quilômetros. As viagens de inspeção, que também davam continuidade ao trabalho junto aos índios, contaram com a participação de diversos cientistas. Um deles foi Gastão Cruls, que descreveu a segunda expedição, realizada em 1928, em seu livro *A Amazônia que eu vi* (1938).

A eclosão da Revolução de 1930 surpreendeu Rondon em Marcelino Ramos (RS). Preso por forças revolucionárias comandadas por Miguel Costa, Rondon reafirmou sua fidelidade a Washington Luís e recusou-se a apoiar ou aderir ao movimento, apesar dos esforços nesse sentido feitos por Osvaldo Aranha, um dos principais líderes revolucionários. Transferido para Porto Alegre, permaneceu algum tempo preso na capital gaúcha, embora cercado de atenções especiais.

Pouco depois da vitória das forças revolucionárias e da instalação do governo provisório, Rondon foi duramente criticado por Juarez Távora, que em entrevista ao *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro qualificou-o de “dilapidador dos cofres públicos, a distribuir pelo sertão bruto linhas telegráficas aos índios para servir-lhes de brinquedo”. Diante disto, Rondon solicitou a Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, sua reforma do Exército em caráter irrevogável, insistindo para que o submetessem a um conselho de justiça ou a um conselho de guerra. Embora aceitasse sua reforma em novembro de 1930, o ministro da Guerra José Fernandes Leite de Castro negou a Rondon seu pedido de exoneração, confirmando-o no cargo de inspetor de fronteiras. Entre 1930 e 1934, Rondon dedicou-se à elaboração do relatório de sua viagem de inspeção de fronteiras, entregando-o afinal a Getúlio Vargas.

Em 1934, agravou-se o conflito entre Peru e Colômbia em torno do porto de Letícia, pertencente à Colômbia por força de tratado de 1924 mas ocupado por peruanos armados desde 1932. O Brasil, através do Ministério das Relações Exteriores, ofereceu seus préstimos como mediador, e, de uma lista de nomes, Getúlio escolheu o de Rondon para

chefiar a delegação brasileira junto aos países litigantes. Rondon permaneceu quatro anos à frente dessa delegação, até que se realizou a conferência que trouxe a solução definitiva para o conflito. Em seu regresso, em 1938, Rondon foi saudado por uma comissão nacional de recepção, composta por todos os ministros de Estado. Um coro regido pelo maestro Vila-Lobos entoou em sua homenagem diversos hinos, entre os quais *Parecis Nazari-Né*, composto pelo próprio Vila-Lobos com base em elementos colhidos por etnógrafos da Comissão Rondon.

Em 1939, foi instituído o Conselho Nacional de Proteção aos Índios, e o general Rondon, então com 74 anos, foi nomeado seu primeiro presidente. O conselho seria o órgão formulador e consultor da política indigenista brasileira, cabendo ao SPI apenas atribuições executivas.

Rondon foi membro da Sociedade dos Amigos da América, fundada em janeiro de 1943 e presidida pelo general Manuel Rabelo, igualmente positivista e engenheiro militar, que servira sob suas ordens em Mato Grosso entre 1907 e 1918. Reunindo militares e líderes políticos civis favoráveis aos Aliados na Segunda Guerra Mundial, a sociedade se colocava contra o fascismo, a favor da democracia e do envio de tropas brasileiras à Europa para combater as forças do Eixo. Ativa entre 1943 e 1945, em 1944 teve sua sede fechada pela polícia do Distrito Federal.

Em 1952, já com 87 anos, Rondon levou ao presidente Getúlio Vargas o projeto de lei de criação do Parque Nacional do Xingu, destinado à preservação da flora e da fauna locais, com usufruto da área para os índios que nela viviam. No ano seguinte, incentivou a criação do Museu do Índio. Em 1956, já aos 91 anos e próximo da morte, apelou ao presidente Juscelino Kubitschek no sentido de salvar o SPI da desmoralização que vinha sofrendo em virtude da intromissão da política partidária na gestão do órgão.

Por seu trabalho de sertanista e de proteção aos índios, Rondon recebeu inúmeras homenagens tanto no Brasil como no exterior. Em 1911, foi aplaudido no Congresso Universal das Raças, reunido em Londres, como exemplo a ser seguido “para honra da civilização”. Em 1914, a Sociedade de Geografia de Nova Iorque concedeu-lhe o prêmio Livingstone. Em 1920, foi condecorado pessoalmente pelo rei Alberto I, da Bélgica, “pelo bem que tem feito pela humanidade”. O III Congresso Internacional de História das Ciências, reunido em Portugal, homenageou-o dando seu nome a um meridiano. Em 1954,

a Universidade da Sorbonne, em Paris, comemorou com uma sessão especial seu 89º aniversário. Em 1957, por iniciativa do Explorer's Club de Nova Iorque e com o apoio de entidades científicas e culturais do mundo inteiro, foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz. No Brasil, em 1953 um município de Mato Grosso recebeu o nome de Rondonópolis. Em 1955, por uma lei especial, o Congresso Nacional concedeu-lhe as honras do marechalato. Em fevereiro de 1956, o território federal de Guaporé, percorrido por Rondon em muitas de suas viagens, teve seu nome mudado para Rondônia.

O marechal Rondon morreu em seu apartamento de Copacabana, no Rio de Janeiro, no dia 19 de fevereiro de 1958.

Em abril de 1963, foi escolhido patrono da arma de comunicações do Exército. Em 1968, o Ministério da Educação e Cultura criou o Projeto Rondon, com a finalidade de promover estágios de serviço de estudantes universitários em áreas do interior do país.

Além de diversos discursos, relatórios e conferências, Rondon publicou *Índios do Brasil*, em três volumes: *Do centro, noroeste e sul de Mato Grosso, Das cabeceiras do rio Xingu aos rios Araguaia e Oiapoque* e *Do norte do rio Amazonas*. Publicou ainda, em colaboração com o etnólogo João Barbosa de Faria, *Esboço gramatical, vocabulário, lendas e cânticos dos índios ariti ou parecis* e *Glossário geral das tribos silvícolas de Mato Grosso e outras da Amazônia e do Norte do Brasil*.

Sobre sua vida e atuação, foram publicadas várias obras, entre as quais a de Charles Badet, *Rondon, charmeur d'indiens* (1915), a de Domenico Bartolotti, "Rondon", em *Oro verde del Brasile* (1928), a de Clóvis Gusmão, *Rondon* (1942), a de Oto Carlos Bandeira Duarte Filho, *Rondon, o bandeirante do século XX* (1945), a de Antônio Figueiredo, *Rondon, o protetor dos índios* (1957), a de Ester Viveiros, *Rondon conta sua vida* (1958) e as de Edilberto Coutinho, *Rondon e a integração amazônica* (1968) e *Rondon, o civilizador da última fronteira* (1969).

Jorge Miguel Mayer

FONTES: ALMEIDA, A. *Vultos*; CÂM. DEP. *Anais* (1958-2); COUTINHO, E. *Rondon*; *Estado de S. Paulo* (5/4/1975); *Grande encic. Delta*; *Movimento*, UNE (1957-2); *Novo dic. de história*; *Súmulas*; WANDERLEY, N. *História*.

RONDON, José da Silva

*pres. MT 1891.

José da Silva Rondon foi deputado estadual em Mato Grosso em 1891. Exerceu o governo do estado de 1º de abril de 1891, quando substituiu o coronel Frederico Sólón, a 6 de junho seguinte, quando foi substituído por João Nepomuceno de Medeiros Mallet.

Foi membro da diretoria da Caixa Econômica de Mato Grosso e coronel da Guarda Nacional.

Faleceu em Cuiabá em 8 de julho de 1897.

João Edson Fanaia

FONTES: CORREIA FILHO, V. *História*; FANAIA, J. *Elites* ; MENDONÇA, R. *História do*.

ROQUETTE-PINTO

*médico, antropólogo, etnólogo, ensaísta, poeta e radialista.

Edgard Roquette-Pinto nasceu no Rio de Janeiro, então Capital do Império, no dia 25 de setembro de 1884, filho do advogado Manuel Menélio Pinto Vieira de Melo e de Josefina Roquette Carneiro de Mendonça. Foi criado pelo avô João Roquette Carneiro de Mendonça, com quem aprendeu amar a natureza. Viveu até os 10 anos de idade na Fazenda Bela Fama, próximo a Juiz de Fora, no interior de Minas Gerais. Seu nome de registro era Edgar Roquette Carneiro de Mendonça Pinto Vieira de Mello, mas o pouco contato com a família do pai o levou a alterá-lo para Edgard Roquette-Pinto, com um hífen, que ele fazia questão de destacar e dele não abria mão.

Retornando a sua cidade natal, fez o curso de humanidades no Externato Aquino, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Ingressou, em seguida, na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, pela qual colou grau em 1905. Nesse mesmo ano legalizou seu novo sobrenome e depois o estendeu aos seus descendentes. No ano seguinte tornou-se, por concurso, professor assistente de Antropologia e Etnografia no Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, de cuja cátedra Henrique Batista era o titular. Em setembro desse mesmo ano iniciou uma série de estudos sobre os sambaquis das costas do Rio Grande do Sul, onde havia jazidas de conchas, ossos e utensílios do homem pré-histórico que habitou o litoral da América.

Em 1907 recebeu convite para participar da Missão Rondon, chefiada pelo então tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, cujo objetivo era promover a integração do território brasileiro. O projeto do governo consistia em levar as linhas de telégrafo por todo o interior do Brasil, até suas fronteiras. Mas o convite só seria aceito mais tarde (1911), quando viria a conhecer Rondon, figura que marcaria para sempre a sua vida. No ano seguinte casou-se com Riza Batista, filha de Henrique Batista, com quem viria a ter um casal de filhos e de quem se separaria alguns anos

mais tarde. Em 1911 foi delegado do Brasil no 1º. Congresso Universal de Raças, realizado em Londres. Resolveu então passar mais algum tempo na Europa, a fim de dar prosseguimento aos seus estudos com os professores Charles Richet, Emílio Brumpt, M. Tuffier, René Verneau, Joseph Perrier e o antropólogo austríaco Felix von Luschan.

De volta ao Brasil, no ano seguinte realizou, em companhia de Cândido Rondon, uma expedição à Serra do Norte, zona compreendida por partes de Mato Grosso, Amazonas, Pará, Acre e Guaporé (atual Rondônia), entre os rios Juruena e Madeira, reunindo dados sobre os índios Parecis e Nhambiquaras. O jornalista Rui Castro narra em seu texto “Roquette-Pinto: o Homem-Multidão”, que nessa expedição “ele foi etnógrafo, sociólogo, geógrafo, arqueólogo, botânico, zoólogo, linguísta, médico, farmacêutico, legista, fotógrafo, cineasta e folclorista. Anotou toda a aparência da região – da floresta à árvore e à folha – a composição dos solos, o contorno das montanhas, o fluxo dos rios, a intensidade das quedas e a riquíssima variedade da fauna. Nas visitas às tribos já pacificadas, mediu os crânios dos índios, comparou seus pesos e altura, analisou suas endemias e descreveu suas formas de produção, comércio e transporte. Registrou seus conhecimentos científicos, relações familiares, organização política, hábitos religiosos, formas linguísticas, habilidade manual, cantos e danças. E ainda realizou a primeira dissecação de um indígena – na verdade, uma indígena – de que se tem notícia. Anotou musicalmente os cantos dos nativos e, não contente, gravou-os em cilindros de cera com o fonógrafo portátil que se usava na época. Filmou tudo que pôde e fotografou ou desenhou o resto. Sem contar o que recolheu de pedras, pontas de flechas e objetos indígenas, que transportou pelos milhares de quilômetros através de rios, pântanos e picadas abertas na selva.” O que restou de tudo isso encontra-se no Museu Nacional, no Rio de Janeiro. As anotações musicais foram entregues ao maestro Heitor Villa-Lobos, que as elaborou em composições assinadas em parceria com Roquette. Nessa viagem ele contraiu malária, ou impaludismo, cujas seqüelas

refletiriam na sua saúde na maturidade.

Todos esses dados recolhidos nessa viagem resultaram na elaboração do documento “Nota sobre os Índios Nhambiquaras do Brasil Central”, que expôs num congresso de americanistas realizado em Londres ainda em 1912, e no livro *Rondônia*, que seria publicado em 1917 pela Imprensa Nacional, seu primeiro trabalho acerca dos índios primitivos do Norte e Centro-Oeste brasileiro. A viagem pelo interior do país ensinou-lhe aprofundar os conhecimentos sobre a vida e a cultura dos povos indígenas, sobre os quais já havia mostrado interesse com a tese “O Exercício da Medicina entre os Indígenas da América.” Roquette-Pinto pôde, assim, aprofundar seu aprendizado em botânica, geologia, zoologia, antropologia e sobre clima. O livro *Rondônia* passou a ser considerado pelos estudiosos e especialistas “uma notável contribuição aos estudos etnográficos”. Como destaca Rui Castro no seu texto “Roquette Pinto: o Homem-Multidão”, “tornou-se lugar comum dizer que *Rondônia* estava para a saga de Rondon, como *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, estava para a de Canudos. Os dois livros revelavam um Brasil que, até então, muitos brasileiros julgavam existir apenas na imaginação dos poetas.” Roquette se sentia lisonjeado ao ser comparado a Euclides da Cunha, porque, na sua opinião, *Os Sertões* só era comparável a *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, ou a *Don Quixote*, de Miguel de Cervantes. *Rondônia* foi ainda destacado, pelo crítico e ensaísta Álvaro Lins, pela sua virtude literária, e pelo sociólogo Gilberto Freire, por sua “segura base científica”.

Ainda em 1916 tornou-se professor de História Natural na Escola Normal do Distrito Federal e, em 1920, de Fisiologia na Universidade Nacional do Paraguai.

O ano de 1922 foi de grande importância na vida de Roquette-Pinto. Naquele ano era comemorado o primeiro centenário da Independência do Brasil. O Rio de Janeiro, então capital federal, abrigou uma grande feira internacional e recebeu a visita de empresários americanos que queriam demonstrar os avanços da radiodifusão, o grande destaque da época nos Estados Unidos.

Para demonstrar o funcionamento do novo veículo de comunicação, os americanos instalaram uma antena no pico do morro do Corcovado, onde hoje se encontra a estátua do Cristo Redentor, que até então não existia. A primeira transmissão radiofônica no Brasil foi no dia 7 de setembro de 1922 com um discurso do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922), que foi captado em Niterói, Petrópolis, na serra fluminense, e em São Paulo, onde foram instalados aparelhos receptores. À noite, naquele mesmo dia, os alto-falantes tocaram a ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes. A reação de Roquette-Pinto àquela "sucessão de maravilhas" foi: "Eis uma máquina importante para educar nosso povo".

Após essa experiência da primeira transmissão radiofônica no Brasil, Roquette-Pinto tentou, sem sucesso, convencer o governo federal a comprar todos os equipamentos apresentados pelos norte-americanos na Feira Internacional. O governo os comprou, porém foram doados aos Correios para que fossem operados como telégrafos. Mas Roquette-Pinto não desistiu e conseguiu convencer a Academia Brasileira de Ciências, da qual era secretário, a fazê-lo. No dia 20 de abril de 1923, com o apoio de Henrique Morize, presidente dessa Academia, Roquette-Pinto fundou a *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, de prefixo PR-1-A, com fins exclusivamente educacionais e culturais. A primeira diretoria foi assim constituída: Morize foi aclamado presidente, Roquette secretário e outros acadêmicos ocuparam os cargos de tesoureiro e conselheiros. Os demais membros da academia assinaram, eufóricos, a ata de fundação e mais de 300 sócios efetivos e associados a subscreveram. Sua primeira transmissão, em caráter experimental, aconteceu às 20h30 do dia 1º de maio seguinte. O evento ocorreu numa sala de Física da Escola Politécnica, no Largo de São Francisco, Centro do Rio de Janeiro. O equipamento que viabilizou este feito foi o de radiotelegrafia que a Western Electric havia trazido dos Estados Unidos para a Exposição Comemorativa do 1º Centenário da Independência do Brasil. O discurso de inauguração da *Rádio Sociedade*, realizado por seu idealizador Edgard Roquette-Pinto, foi anunciado por

Caubi Araújo, signatário da ata de fundação, que assim se tornara o seu primeiro locutor, e ouvido por uns poucos ouvintes da Estação da Praia Vermelha.

Um ano depois das comemorações do Centenário da Independência, a *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro* entrou efetivamente no ar no dia 7 de setembro de 1923. Estava instalada e funcionando no pavilhão doado pela Tchecoslováquia, em frente à Santa Casa de Misericórdia, na rua Santa Luzia, no Centro do Rio de Janeiro, agora com o prefixo PRA-A. Atendendo à finalidade para a qual havia sido criada e com o objetivo de promover a “educação em massa”, sua programação era toda elaborada pelos membros da Academia de Ciências. Eles produziam, escreviam e apresentavam os programas. Uns levavam discos de suas coleções de clássicos e óperas para tocar e falavam dos compositores, músicos e cantores; outros apresentavam seus programas recitando poesia, cantando ou tocando piano, instrumento que ele também sabia tocar. Ninguém recebia nada por isso. Roquette apresentava o “Jornal da Manhã”, programa em que lia e comentava para os ouvintes as notícias do dia, dando destaque ao noticiário internacional.

Naquela época, devido ainda aos ecos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), para ser um ouvinte regular da rádio, era preciso se cadastrar junto à emissora, adquirindo um equipamento para ouvir a programação em casa. Para que isto ocorresse, o cidadão deveria “requerer permissão” ao Ministério da Viação através dos Correios e Telégrafos. Além disso, o interessado deveria ainda apresentar um fiador, que seria o responsável pela integridade patriótica de quem adquiria o aparelho. As autoridades da época supunham que o rádio poderia ser um instrumento perigoso, pois seria capaz de levar os segredos militares brasileiros às potências estrangeiras. A Polícia tinha poderes para prender quem fosse flagrado ouvindo aparelhos não autorizados. Mas, para Roquette-Pinto, o rádio serviria para difundir educação e cultura aos brasileiros. Com essa visão, definiu o rádio como “o jornal de quem não sabe ler, o mestre de quem não pode ir à escola, o divertimento gratuito do pobre”. Dessa forma, tornou-se o precursor da

radiodifusão no Brasil.

Em 1924 candidatou-se a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL), na vaga aberta com a morte do poeta Vicente de Carvalho, mas não conseguiu ser eleito. Dois anos depois assumiu o cargo de Diretor do Museu Nacional, no qual conseguiu formar a maior coleção de filmes científicos no Brasil. Aí criou o Setor de Exposição de Etnografia Sertaneja. Permaneceria nesse cargo até 1935. No dia 20 de outubro de 1927, voltou a concorrer e foi eleito para a Cadeira n.º 17 da ABL, sucedendo Osório Duque-Estrada, autor da letra do nosso Hino à Bandeira. Foi empossado no dia 3 de março de 1928 pelo acadêmico Aloísio de Castro.

Em 1932, fundou a *Revista Nacional de Educação* e o Serviço de Censura Cinematográfica. No ano seguinte, Roquette-Pinto convenceu seu amigo, o educador Anísio Teixeira, então secretário da Educação do Distrito Federal, a criar uma rádio-escola, que seria mantida pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Instalada em um prédio no Largo da Carioca, a emissora entrou no ar em 1933, com o nome de *Rádio Escola Municipal*, de prefixo PRD-5, da qual Roquette foi o primeiro diretor. Seria rebatizada, em 1945, com o nome de *Rádio Roquette Pinto*. Esta emissora permanece no ar (FM 94,1) e pertence ao governo do Estado do Rio de Janeiro.

Em 1936, os aparelhos de rádio já podiam ser comprados em lojas especializadas. Nesse mesmo ano, a *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, até então sustentada pelo seu criador, passava por uma séria crise financeira e carecia muito de recursos para se manter no ar. Como Roquette-Pinto era contrário à publicidade na emissora, resolveu doá-la ao então Ministério da Educação e Saúde, mais tarde (1953) Ministério da Educação e Cultura (MEC), cujo titular da pasta era Gustavo Capanema, que tinha como seu chefe de gabinete o poeta Carlos Drummond de Andrade. A partir de então a emissora ganhou o nome de *Rádio MEC*. O ministro comunicou que a antiga *Rádio Sociedade* seria incorporada ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, depois Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão que se tornaria responsável pela censura durante o Estado Novo

(1937-1945) do presidente Getúlio Vargas. Mas Roquette-Pinto, indignado com a proposta de incorporação a este órgão do governo, exigiu a autonomia da emissora, com o objetivo de preservar a sua função essencialmente educativa, e ganhou a disputa. Até hoje a *Rádio MEC* mantém o mesmo ideário. Consta que, ao se despedir do comando da emissora que fundara, sussurrou, chorando, ao ouvido da filha Beatriz: "Entrego esta rádio com a mesma emoção com que se casa uma filha."

Em 1937 fundou o Instituto Nacional do Cinema Educativo, que dirigiria até 1947. Nesse período, com o cineasta Humberto Mauro, produziu cerca de 300 documentários sobre o país e orientou a parte histórica do filme *Descobrimento do Brasil*. Redigiu o comentário sobre arte marajoara do filme *Argila*, em 1940. Nesse mesmo ano foi eleito diretor do Instituto Indigenista Americano do México.

Com o fim do Estado Novo em outubro de 1945 e a conseqüente redemocratização do país, foram formadas novas agremiações políticas e Roquette-Pinto foi um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro (PSB), em 1947.

Esteve em vários congressos nacionais e internacionais sobre temas de sua especialidade. Roquette-Pinto foi ainda membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Brasileira de Ciências, da Sociedade de Geografia, da Academia Nacional de Medicina e de inúmeras outras associações culturais, nacionais e estrangeiras.

Em homenagem aos seus estudos científicos, vários naturalistas famosos deram o nome de Roquette-Pinto a algumas espécies de plantas e animais: Olímpio da Fonseca deu ao parasito da pele dos índios de Mato Grosso o nome de *Endodermophyton Roquettei*; Brade e Rosenstock chamaram-no *Alsophila Roquettei*; Cândido de Melo Leitão deu-lhe a denominação de *Roquettia Singularis*. Já o botânico alemão Emil Heinrich Sneath deu a um pássaro do Brasil Central o nome de *Phyloscarter Roquettei* e May deu a uma borboleta o nome de *Agria Claudia Roquettei*.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 18 de outubro de 1954.

Seu neto, Cláudio Roquette-Pinto Bojunga, tornou-se jornalista e escritor, autor, entre outros, do livro *JK, o Artista do Impossível*.

Escreveu ainda: *O exercício da medicina entre os indígenas da América* (1906); *Excursão à região das Lagoas do Rio Grande do Sul* (1912); *Guia de antropologia* (1915); *História Natural dos Pequeninos* (infantil, 1916); *Elementos de mineralogia* (1918); *Conceito atual da vida* (1920); *Seixos rolados Estudos brasileiros* (1927); *Glória sem rumor* (1928); *Ensaaios de antropologia brasileira* (1933); *Samambaia, contos* (1934); *Ensaaios brasileiros* (1941); além de grande número de trabalhos científicos, artigos e conferências, publicados de 1908 a 1926 em diferentes revistas e jornais.

Alan Carneiro

FONTES: DUARTE, A. *Roquete-Pinto*; Rádio Roquette Pinto. Disponível em: <<http://www.fm94.rj.gov.br/>>. Acesso em: 4/9/2008; Roquete Pinto.

Disponível em:

<<http://www.aticaeducacional.com.br/htdocs/secoes/biografias.aspx?cod=339>>. Acesso em: 4/9/2008.

ROSA JÚNIOR

*militar; const. 1891; sen. SE 1891-1900.

Manuel da Silva Rosa Júnior nasceu na cidade de São Cristóvão, então capital da província de Sergipe, no dia 10 de junho de 1840, filho de Manuel da Silva Rosa e de Constância Cândida da Silva Rosa.

Ingressou no Exército em 1858, concluiu a Escola Militar em 1860 e participou da Guerra do Paraguai (1864-1870), tendo recebido a medalha do mérito militar por sua atuação na campanha. Recebeu também o título de oficial da Ordem de São Bento.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi indicado candidato a senador constituinte pelo marechal Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório, mas seu nome não foi referendado pelo então presidente de Sergipe, Felisbello Freire (1889-1890), que acabou destituído por essa divergência política. Em setembro de 1890 foi afinal eleito senador constituinte por Sergipe. Assumiu sua cadeira no Congresso Nacional Constituinte em 15 de novembro seguinte, participou da elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e em junho passou a exercer o mandato ordinário, integrando as comissões de Marinha e de Finanças do Senado. Foi reformado no posto de general de brigada em 1892 e permaneceu no Senado até 31 de janeiro de 1900, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 29 de março de 1915.

Publicou *Compêndio elementar do sistema métrico decimal* (1873).

Sérgio Montalvão

FONTES: BITTENCOURT, L. *Homens*. Disponível em: <<<http://iaracaju.infonet.com.br/serigysite/>>>; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.4, p. 1973-1974)

ROSA, Joaquim José da

*pref. DF 1897.

Joaquim José da Rosa nasceu em Pacopaíba (RJ) em 1843.

Médico do bairro carioca de Botafogo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, aí tinha extensa clientela e eleitorado. Como presidente do Conselho de Intendência Municipal, quando da exoneração do prefeito Furquim Werneck por motivos político-partidários, foi indicado para ocupar interinamente a prefeitura do Distrito Federal em 16 de novembro de 1897. Permaneceu no cargo até 24 de novembro de 1897, quando tomou posse o prefeito Ubaldino do Amaral.

Faleceu no Rio de Janeiro em 1899.

Cláudia Mesquitta

FONTES: REIS, J. *Rio de Janeiro; Revista Municipal de Engenharia*. (v.42, jan.dez. 1992); SANTOS, N. *Crônicas* (v.1).

ROSA, Manuel de Miranda

* dep. fed. RJ 1926-1930.

Manuel de Miranda Rosa foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro em eleição suplementar realizada durante a legislatura 1924-1926 e tomou posse em 27 de outubro de 1926, com mandato até 31 de dezembro do mesmo ano. Reeleito para as legislaturas 1927-1929 e 1930-1932, teve o mandato interrompido em 23 de outubro de 1930 em decorrência da vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados*.

ROSA, Miguel de Paiva

*gov. PI 1912-1916.

Miguel de Paiva Rosa nasceu Teresina no dia 15 de dezembro de 1876, filho de João Augusto Rosa e de Júlia Emília de Paiva Rosa.

Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1896 e concluiu o curso em 1898. Depois de formado regressou ao Piauí e foi nomeado juiz distrital de Jurema e, logo em seguida, de União. Em 1900 tornou-se juiz distrital de Teresina. Em 1904, no governo de Álvaro de Assis Osório Mendes (1904-1907), foi nomeado diretor de Instrução Pública. Ocupou o cargo até 1909, já no governo de Anísio Auto de Abreu (1908-1909). Foi também juiz distrital de Floriano, professor de história do Brasil no Liceu Piauiense e professor e primeiro diretor da Escola Normal do Piauí.

Na eleição para governador do estado em 1912, foi lançado candidato com o apoio do então governador Antonino Freire da Silva, contra as candidaturas de Odilon Costa e do ex-governador Coriolano de Carvalho e Silva. Vencendo a disputa, tomou posse em 1º de julho do mesmo ano. Seu governo foi marcado por uma forte crise econômica ocasionada pelo início da Primeira Guerra Mundial, que prejudicou o comércio exterior, e pela seca de 1915, que abalou severamente a economia estadual. Sofreu duros ataques de políticos piauienses, entre eles Félix Pacheco, então deputado federal. Durante sua gestão, foi inaugurada a distribuição de luz elétrica na capital Teresina e foi construída uma fábrica de óleos vegetais na região do rio Parnaíba. Também combateu o banditismo social no sul do estado e aproximou o governo do clero, resolvendo contendas locais. No fim do quadriênio, em 1º de julho de 1916, transmitiu o governo ao sucessor Eurípedes Clementino de Aguiar. No campo jornalístico, fundou o jornal *A Pátria*, ao lado de Abdias da Costa Neves e de Antonino Freire da Silva, e dirigiu o *Almanaque Piauiense*. Também colaborou com os periódicos *O Reator*, *Murmúrio*, *O Piauí*, *O Monitor*, *O Norte*, *A Luz*, *A Notícia*, *Jornal de Notícias* e *O Combate*. Em 1924 foi nomeado procurador regional da República no Piauí. Faleceu na cidade de Teresina em 9 de junho de 1929.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BASTOS, C. *Dicionário*; CHAVES, J. *Apontamentos*; REGO NETO, H. *Fatos*.

ROURE, AGENOR DE

*jornalista; secr. Pres. Rep. 1919-1922; min. TCU 1922-1934; min. Faz. 1930.

Agenor Lafayette de Roure nasceu em Nova Friburgo (RJ) no dia 28 de fevereiro de 1870, filho de Ernesto de Roure, fazendeiro, e de Angelina de Roure, ambos suíços.

Concluídos os preparatórios, foi para o Rio de Janeiro, onde se formou em odontologia. Não chegou, porém, a exercer a profissão: dedicou-se ao jornalismo, no qual se iniciou com pouco mais de 20 anos como revisor do *Jornal do Brasil*, onde se tornaria depois redator e secretário.

Foi redator da *Gazeta de Notícias* de 1892 a 1893, ano em que foi nomeado redator de debates do Senado Federal. Transferido para a Câmara dos Deputados em 1894, ali galgou todos os postos, até chegar a oficial de ata, secretário do presidente e chefe da secretaria. Ainda em 1894, secretariou *A Notícia*. Foi cronista parlamentar de *O País* em 1895 e, a partir de 1898, foi redator-secretário da *Tribuna*, onde permaneceu durante quatro anos. Em 1904 começou a trabalhar como redator parlamentar no *Jornal do Comércio*, onde permaneceria até 1919. Em 1917, tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do qual viria a ser, mais tarde (1924), sócio honorário.

Em agosto de 1919, por indicação de Tobias Monteiro, foi convidado para secretário da Presidência da República por Eptácio Pessoa. Na ocasião, exercia o cargo de chefe da secretaria da Câmara. Durante três anos e meio, cooperou assiduamente com o chefe do governo. Na biografia de Eptácio feita por sua filha Laurita Pessoa Raja Gabaglia, Roure foi definido como “o intermediário quase obrigatório entre o presidente e a legião dos cidadãos que a este recorrem por escrito ou pessoalmente”. A imprensa carioca da época, por sua vez, criticou sua modéstia pessoal, afirmando ter ele um ar “de quem pede desculpas de ser o secretário da presidência”.

Em 6 de novembro de 1922, foi nomeado por Eptácio Pessoa, que então deixava o governo, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). De 25 de outubro a 4 de novembro de 1930, respondeu interinamente pelo Ministério da Fazenda da junta governativa que assumiu o poder após a deposição de Washington Luís (1926-1930). Por não se considerar político, não aceitou continuar no cargo, nele permanecendo somente até a nomeação de José Maria Whitaker. Em 1931, foi membro da Comissão de Estudos

Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios. Também nesse ano assumiu a presidência do TCU, até 1933. De novembro de 1932 a maio de 1933, participou da Comissão Constitucional presidida por Afrânio de Melo Franco e incumbida da elaboração do anteprojeto de Constituição que seria apreciado pela Assembleia Nacional Constituinte reunida em 1933-1934. Aposentado como ministro do TCU, por motivo de doença, em outubro de 1934, fixou residência em Petrópolis, onde veio a falecer em 17 de março de 1935.

Foi casado com Antônia Gurgel do Amaral.

Publicou ensaios na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, conferências e o verbete “História econômica e financeira”, no *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil*. Escreveu também: *Concurso literário* (contos, 1894), *Formação constitucional do Brasil* (1914), *Formação do direito orçamentário brasileiro* (1916), *A Constituinte republicana* (2v, 1918-1920), *Epitácio Pessoa no juízo de seus contemporâneos* (1925) e *Orçamento: comentários ao Código de Contabilidade* (1926).

Sônia Dias

FONTES: CONSULT. MAGALHÃES, B.; GABAGLIA, L. *Epitácio*; *Grande encic. Delta*; *Jornal do Comércio*, Rio; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*. .

RUBIÃO JÚNIOR, Álvares

*const. 1891; dep. fed. SP 1891-1893.

João Álvares Rubião Júnior nasceu em Mangaratiba (RJ) no dia 14 de junho de 1851, filho de João Álvares Rubião e de Margarida Carlota de Azevedo.

Advogado formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, em 28 de fevereiro de 1872, foi nomeado promotor público da comarca de Pirai (RJ). Em 25 de agosto de 1873 foi removido para Barra Mansa (RJ), e em 1878 casou-se e mudou-se para Bananal (RJ), onde se tornou líder político regional.

Filiado ao Partido Conservador, iniciou sua carreira política sendo eleito para a Assembleia Provincial do Rio de Janeiro no biênio 1874-1875. Advogado, fazendeiro e produtor de café, empenhou-se como deputado na construção da estrada de ferro do Bananal, fundamental para o desenvolvimento de sua região. Transferindo-se depois para a província de São Paulo, tornou-se secretário da União Conservadora e redator do *Correio Paulistano*, órgão do Partido Conservador. Foi mais uma vez eleito deputado provincial, agora em São Paulo, para a legislatura 1888-1889, a última do Império, e escolhido primeiro-secretário da Assembleia Provincial para o ano de 1889.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, filiou-se ao Partido Republicano Paulista (PRP) e foi designado pelo governador nomeado de São Paulo, Prudente de Moraes (1889-1890), para integrar a primeira Intendência Municipal da capital. Foi também diretor gerente do Banco Comércio e Indústria de São Paulo, fundado em 1890, com sede em São Paulo e filiais em Santos, Campinas e Ribeirão Preto. Ainda em 1890 foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Após a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891, passou em maio a exercer o mandato ordinário, até dezembro de 1893.

No governo de Bernardino de Campos (1892-1896), assumiu a Secretaria do Interior do estado de 2 de julho a 29 de novembro de 1894. Assumiu ainda a Secretaria da Fazenda e

também respondeu interinamente pela da Justiça. No relatório que apresentou a Bernardino de Campos em 2 de abril de 1895, destacou a crise que afetava a cafeicultura.

Ainda em 1895, foi eleito deputado estadual em São Paulo para a legislatura 1895-1897, pelo PRP. Foi reeleito sucessivamente para outros três mandatos, permanecendo na Câmara Estadual até 1906. Ao longo do período integrou a Comissão de Fazenda e Contas e tratou de diferentes temas. Em 1903, por exemplo, defendeu a criação de uma comissão especial para estudar um projeto de auxílio à lavoura, então mergulhada em profunda crise, que levaria, três anos depois, ao famoso Convênio de Taubaté. Também em 1903 foi eleito presidente da Câmara, em decorrência do falecimento do titular. Foi reeleito três vezes para o cargo.

No governo de Jorge Tibiriçá (1904-1908), foi secretário da Justiça. Em 1907 foi eleito para o Senado Estadual, novamente pelo PRP, com mandato até 1912. Entre 1907 e 1909 integrou a Comissão de Constituição, Legislação e Poderes, e nos três anos seguintes participou da Comissão de Fazenda e Contas. Foi também eleito presidente da casa.

Faleceu na capital de São Paulo no dia 17 de outubro de 1915. Na época seu nome era cogitado no PRP para sucessor do presidente estadual Rodrigues Alves.

Era casado com Guilhermina de Almeida Valim, com quem teve dois filhos.

Em sua homenagem seu nome foi dado à estação, a uma escola de primeiro grau e a um distrito de Botucatu, além de ruas nas cidades da região.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ABRANCHES, J. Governos (v.2); ASSEMB. LEGISL. SP. Disponível em:

<http://www.al.sp.gov.br/portal/site/Internet/menuitem.c88c33b6c4c026dd58897710560041ca/?vgnextoid=83dc80f3e6e57110VgnVCM100000590014acRCRD>;

CALIMAN, A. Legislativo; *Correio Paulistano* (15/6/1916); FONSECA, A.;

FONTES JUNIOR, A. Câmara; GOV. SP. Disponível em:

<<http://www.justica.sp.gov.br/Modulo.asp?Modulo=195>>; JBCultura. Disponível em: <http://www.jbcultura.com.br/gde_fam/pafg92.htm>; LEME, L. Genealogia; RUBIÃO JÚNIOR, J. Relatório (2/4/1895); PREF. MUN. BOTUCATU. Disponível em: <http://www.botucatu.sp.gov.br/estudo_pesquisa/lendas2.htm>.

RUBIÃO, José Álvares

*dep. fed. SP 1897-1899.

José Álvares Rubião nasceu em Mangaratiba (RJ) no dia 15 de agosto de 1855, filho de João Álvares Rubião e de Margarida Carlota de Azevedo. Seu irmão João Álvares Rubião Júnior foi constituinte de 1891 e deputado federal por São Paulo de 1891 a 1893.

Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, estabeleceu-se em São Paulo e foi eleito deputado estadual para a legislatura 1895-1897, pelo Partido Republicano Paulista (PRP), com 30.819 votos. No período em que atuou no Legislativo estadual, integrou a Comissão de Higiene (1895-1896). Em seguida conquistou uma cadeira na Câmara dos Deputados na legislatura 1897-1899 pelo primeiro distrito de São Paulo. Contudo, faleceu durante o exercício do mandato, no dia 31 de outubro de 1899, na capital paulista, em virtude de um aneurisma da aorta.

Casado com Cândida de Almeida Valim, filha do comendador Manuel de Aguiar Valim, teve cinco filhos. Seu sobrinho Guilherme Valim Álvares Rubião foi deputado estadual em São Paulo de 1907 a 1921.

Henrique Sugahara Francisco

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; Diário Oficial da União* (23/11/1906); Family search. Disponível em: <<http://www.familysearch.org/>>.